



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DIEGO DE BERNARDIN STADOAN**

**A UTOPIA DEMOCRÁTICA PARA HOJE  
O AUSTROMARXISMO E O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO  
EUROPEU DOS ANOS 1915 – 1945**

**CAMPINAS**

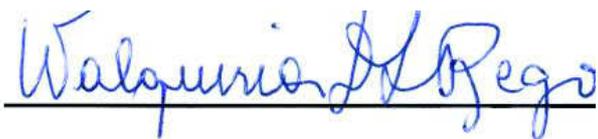
**2015**

**A UTOPIA DEMOCRÁTICA PARA HOJE  
O AUSTROMARXISMO E O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO EUROPEU DOS  
ANOS 1915 – 1945**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

*Supervisor/Orientador:* Profa. Dra. Walkiria Gertrudes Domingues Leão Rego

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO DIEGO DE BERNANRDIN STADOAN, E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. WALQUIRIA GERTRUDES DOMINGUES LEÃO REGO.



CAMPINAS

2015

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

St12u Stadoan, Diego De Bernardin, 1969-  
A utopia democrática para hoje : o austromarxismo e o socialismo democrático europeu dos anos 1915-1945 / Diego De Bernardin Stadoan. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Polonyi, Karl, 1886-1964. 2. Utopias. 3. Democracia. 4. Socialismo. 5. Capitalismo. I. Rego, Walquíria Gertrudes Domingues Leão, 1946-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The democratic utopia for today : the austro-marxismo and the european democratic socialismo from 1915 to 1945

**Palavras-chave em inglês:**

Utopian

Democracy

Socialism

Capitalism

**Área de concentração:** Ciência Política

**Titulação:** Doutor em Ciência Política

**Banca examinadora:**

Modesto Florenzano

Maria Rita Loureiro

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Sebastião Carlos Velasco e Cruz

**Data de defesa:** 21-10-2015

**Programa de Pós-Graduação:** Ciência Política



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 21 de outubro de 2015, considerou o candidato Diego de Bernardin Stadoan aprovado.

Profa. Dra. Walkiria Gerturdes Domingues Leão Rego

Profa. Dra. Maria Rita Garcia Loureiro Durand

Prof. Dr. Modesto Florenzano

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

*Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.*

*Dedico questo lavoro alla mia amata  
sposa Renata, che mi ha dato ciò che ho  
di più prezioso: Elisa e Luca*

## **Agradecimentos**

Esta tese é o resultado de uma série de pesquisas e atividades que realizei entre 2009 e 2015, durante o programa de doutorado em ciência política, cumprido no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Para a realização deste trabalho, contei com a ajuda de amigos generosos, do Brasil e da Itália, minha pátria. No que diz respeito a essa ajuda, gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha orientadora, Profa. Dra. Walquíria Leão Rego, docente do Departamento de Ciência Política do IFCH da UNICAMP, que acreditou na validade de meu projeto de pesquisa e, durante seu desenvolvimento, sempre foi para mim fonte de inspiração teórica, sugerindo leituras fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Muito importantes foram as sugestões feitas pelo Prof. Dr. Modesto Florenzano e pelo Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz, por ocasião do exame de qualificação, as quais contribuíram de forma decisiva para a estrutura final desta tese.

É grande minha dívida para com a minha amada esposa Renata Manzini, não apenas no que tange à constante rediscussão das ideias subjacentes a este trabalho e das dúvidas que sempre me perseguiram durante sua realização, mas também à sua revisão final.

Às amigas Teresa Kakuta Ravagnani e Lia Nogueira Marques, minha mais profunda gratidão pelas formatação e revisão parcial dos textos originais.

Meus sinceros agradecimentos ao professor Michele Cangiani, docente do Departamento de Studi Storici da Universidade Ca' Foscari de Veneza, que gentilmente me disponibilizou uma parte significativa do material, não disponível no Brasil, que utilizei para redigir a tese.

Meu muito obrigado ao Dr. Ezio Bianchi que, como leitor, gravou com empenho e zelo a maioria dos materiais utilizados para a realização deste trabalho.

Quanto à superação da deficiência visual que me afeta, também devo agradecimentos à Associazione Centro Internazionale del Libro Parlato di Feltre, na Itália, e ao Laboratório de Acessibilidade da UNICAMP, que me auxiliaram com solicitude, gravando ou digitalizando os textos que utilizei neste trabalho.

Sinto-me também profundamente grato a João Batista Anadão que, proporcionando-me um constante e paciente apoio técnico no campo das tecnologias assistivas, viabilizou a pesquisa e permitiu-me a elaboração do texto.

Finalmente, devo aos amigos brasileiros Lucas Baptista e Marcelo Ceccarelli uma infinidade de sugestões, que obtive amiúde em meio a discussões acaloradas.

Naturalmente, toda a responsabilidade por esta tese é só minha: os erros e imprecisões que nela persistem se devem exclusivamente às minhas vastas limitações.

Diego De Bernardin Stadoan

## Resumo

Para terminar meus trabalhos de doutorado, decidi voltar-me para o passado, em busca de sugestões que pudessem ajudar a compreender e solucionar os problemas mais urgentes de nosso tempo. No bojo do movimento progressista do século XX, chamou minha atenção uma corrente de pensamento político e social, que despontou na Europa, no período situado entre as duas guerras mundiais, e composta por intelectuais pertencentes a diversos países, acomodados pela mesma utopia democrática. Identifiquei em M. Adler, O. Bauer, H. J. Laski, G. D. H. Cole, R. H. Tawney, J. L. Fischer e K. Polanyi os principais membros dessa preciosa corrente. Decidi estudá-la, em diálogo com o pensamento de Karl Polanyi, hodiernamente o mais célebre dentre seus expoentes, a fim de delimitar o campo de compartilhamento de ideias e paixões utópicas. Por sua vez, o exame dessa corrente levou-me a aprofundar a análise da formação e do desenvolvimento do austromarxismo, que constituiu, no mesmo período, sua vertente austríaca e sua expressão política mais importante. A compreensão dos aspectos peculiares das atitudes e das ideias do movimento austromarxista me impôs o estudo das circunstâncias históricas específicas que condicionaram sua existência: da crise e da queda do Império dos Habsburgos, do surgimento e do desenvolvimento da Primeira República austríaca e da vitória final do fascismo, no contexto da transformação social dos anos 30. Por outro lado, a necessidade de proferir um juízo acerca dessa tendência intelectual e política me obrigou a considerar o fato de que as iniciativas e as discussões polêmicas que empreendeu foram determinadas, em ampla medida, pela mentalidade, pelos valores, pelas experiências, pelos contrastes e pela abordagem através dos quais se inseriu na luta política, enfrentando os problemas postos pela situação histórica da época. Essas pesquisas permitiram-me resgatar um específico aparelho de ideias, que me ajudou a traçar um balanço do desenvolvimento histórico dos últimos setenta anos. Depreendi que, hodiernamente, há uma crescente interdependência entre desenvolvimento da democracia, ampla difusão das informações relevantes para as escolhas públicas e fortalecimento da responsabilidade individual nas decisões coletivas, de um lado, e a possibilidade de enfrentar o avanço da degradação do meio ambiente e da qualidade e da segurança da vida humana, do outro. Mas não só. Inferi também que, não obstante isso, na atual conjuntura, predominam os traços hierárquicos, elitistas e “gerencialistas” do neoliberalismo corporativo, enquanto, paralelamente, os aspectos de liberdade, de igualdade e de responsabilidade, caros às forças democráticas, permanecem

fatores politicamente recessivos. E cheguei à conclusão de que a tendência progressista precisa urgentemente voltar a fluir, inspirada por um projeto emancipatório novo e ambicioso: adaptado às condições atuais e locais do conflito social, por um lado, e definido no interior da trajetória traçada pelas tradições liberal, democrática e socialista que, no passado, lutaram em prol da individualização do sujeito social, por outro.

**Palavras Chave:** Austromarxismo, utopia democrática, capitalismo, socialismo, Polanyi

## **Abstract**

To finish my PhD work, I decided to go back to the past, looking for suggestions that could help understand and solve the most urgent problems of our time. In the midst of the progressive movement of the twentieth century, it caught my eye a stream of political and social thought, which emerged in Europe, during the period between the two World Wars, and made up of intellectuals from several different countries, gathered in the same democratic utopia. I found M. Adler, O. Bauer, H.J. Laski, G.D.H. Cole, R.H. Tawney, J.L. Fischer and K. Polanyi, to be the key members of this precious stream. I decided to study it in dialogue with the thought of Karl Polanyi, who is in our time the most famous among its exponents, in order to delimit the field of shared ideas and utopian passions. As a consequence, the examination of this stream of thought took me to deepen the analysis of the formation and development of Austromarxism, which occurred in the same period as its Austrian side and its most important political expression. The understanding of the peculiar aspects of the Austromarxism's attitudes and ideas imposed me the merge of specific historical circumstances that have conditioned its existence: the crisis and the fall of the Habsburg Empire, the emergence and development of the First Austrian Republic as well as the final victory of the Fascism in the context of social transformation of the 30's. On the other hand, the need to deliver a judgment about this intellectual and political trends has forced me to consider the fact that the initiatives and the controversial discussions undertaken were determined to a large extent by the mentality, the values, the experiences of contrasts and the approach through which this ideas participated on the political struggle, facing the problems posed by the historical situation of the time. These researches have enabled me to rescue a specific structure of ideas that helped me to trace a balance of the historical development of the last seventy years. In the present time, I realized that there is a growing interdependence between development of democracy, wide dissemination of relevant information to the public choices and strengthening of individual responsibility in collective decisions on the one hand, and the possibility of facing the advancement of environmental degradation and quality and safety of the human life on the other. But that's not all. Despite this aspect, I also concluded that, in the current conjuncture, the hierarchical traits, elitist and "managerialism" of the corporate neoliberalism dominate, while, in parallel, aspects of freedom, equality and responsibility remain politically recessive factors. I came to the conclusion that the

progressive trend urgently needs to flow back again, inspired by an ambitious new emancipatory project: on the one hand adapted to current conditions and local social conflict and on the other set within the trajectory traced by the liberal, democratic and socialist traditions that in the past, fought for the sake of individualization of social subject.

**Keywords:** Austromarxism, democratic utopia, capitalism, socialism, Polanyi

## Sumário

<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo 1</b>	14
A social-democracia austríaca e o austromarxismo até a Primeira Guerra Mundial	14
1.1 A gênese histórica do austromarxismo	14
1.2 O problema das nacionalidades e do Estado habsbúrgico	22
1.3 O desenvolvimento do capitalismo e o problema da definição da política do movimento operário	26
<b>Capítulo 2</b>	34
Os efeitos da Primeira guerra mundial sobre a social-democracia austríaca e o austromarxismo	34
<b>Capítulo 3</b>	42
A concepção austromarxista de transição ao socialismo	42
3.1 A acentuação austromarxista da pluralidade e da multiformidade do processo revolucionário	42
3.2 A interpretação austromarxista da Revolução de Outubro	46
3.3 A proposta austromarxista de transição ao socialismo para a Áustria	52
<b>Capítulo 4</b>	60
O austromarxismo entre teoria e práxis	60
4.1 A iniciativa política austromarxista	60
4.2 A política exterior	72
<b>Capítulo 5</b>	76
O debate austromarxista dos anos 20	76
5.1 De 1920 a 1923: a definição das posições	76
5.2 O debate continua: a resenha crítica de Kelsen à reflexão baueriana, a posição de Renner e a réplica baueriana	86
5.3 As novas contribuições kelsenianas ao debate e a resposta dada por Max Adler	98
<b>Capítulo 6</b>	115
Do Congresso de Linz à derrota de 1934	115
6.1 O cauto otimismo do Congresso de Linz e as divergências com as posições de Hilferding e da SPD	115
6.2 A crítica austromarxista à teoria do “capitalismo organizado”	124

6.3 Os pontos fracos da estratégia política aprovada no Congresso de Linz e a derrota da social-democracia austríaca	126
6.4 As últimas contribuições teóricas	133
<b>Capítulo 7</b>	151
Além do austromarxismo: a contribuição de Karl Polanyi	151
<b>Capítulo 8</b>	173
O problema da economia	173
8.1 Uma utopia democrática	173
8.2 Características e limites do capitalismo	181
8.3 As transformações dos anos 30	184
8.4 Qual democracia?	191
<b>Considerações Finais</b>	194
I – A democracia no capitalismo corporativo	195
II – O liberalismo no mundo corporativo	199
III – A atualidade	205
<b>Referências Bibliográficas</b>	210

## Introdução

“Se, de tanto em tanto, um tom pessoal introduziu-se na análise dos meros fatos, é porque o historiador não pode mais permanecer estranho às necessidades de seu tempo. Por certo, respondendo ao seu chamado, ele pode introduzir tensões insólitas no tecido tradicional de uma disciplina acadêmica. Não obstante isso, a perspectiva desta iniciativa não decorre de uma opinião subjetiva. A natureza dos perigos citados pode ser avaliada objetivamente e a mais sucinta investigação do presente manifesta alguns dos fatores permanentes do período histórico que se aproxima. Apesar disso, pode-se bem considerar pessoal a maneira de enfrentar aquela tarefa. Por força das circunstâncias, existem causas subjetivas que nos convencem de que até mesmo uma figura assim acadêmica e marginal, qual aquela do estudioso de história econômica, deveria ser capaz de encontrar uma função precisa neste processo secular; assim, por exemplo, ele poderia contribuir para desafogar nossas mentes de noções obsoletas e, à medida que ele discerne claramente os males do tempo, poderia até mesmo se aventurar a propor seu ponto de vista sobre como avaliar os problemas de política que se colocam a longo prazo”. (POLANY, K. La sussistenza dell'uomo. Turim: Einaudi, 1983, p.7)

Considero que, na área acadêmica (como em tantas outras), estabeleceu-se e tolera-se certa liturgia. Ela permite a identificação de uma classe de iniciados, conhecedores da doutrina, que passa, porém, a se distinguir dos demais pelo domínio de rituais. Com os sacerdotes, os espectadores podem conhecer a doutrina, ter ideais comuns, defender valores. Da liturgia, entretanto, são meros espectadores, e é isto que designa o lugar dos sacerdotes do saber.

A liturgia seduz e escraviza. Nessa ordem. O ritual acalma os não iniciados e exalta a grandeza dos sacerdotes: por isso seduz. Entretanto, como convenção estática, tende a criar fórmulas sem sentido prático algum, repetidas com frequência apenas para marcar o lugar dos ritos e manter a hegemonia do saber. Quando vista assim, a liturgia acadêmica escraviza as ideias, impossibilita o aflorar de novos métodos e a crítica do próprio processo de construção do saber.

Esta tese de doutorado precisa ser, ainda que opacamente, uma pequena rebelião com a liturgia. Primeiramente, porque é, meu malgrado, um trabalho que se arrastou por longo tempo. Não de maturidade intelectual, mas de maturidade pessoal. Como deficiente visual, afrontando a minha deficiência e a deficiência técnica e organizacional dos meios das universidades, fui obrigado a amadurecer antes de concluí-lo. E tendo tempos mais lentos, sendo compelido a pesquisar e ler mais devagar, a me dedicar mais horas para obter resultados menos suculentos, acabei por refletir não apenas sobre os temas de fundo que me interessavam, mas também sobre o processo acadêmico em si.

Parti, nos anos 90, com a leitura dos caracteres em negro, que cada vez mais se embaralhavam no papel, e acabei concluindo minha graduação com um trabalho de conclusão todo referenciado em fitas cassete: uma exceção então aberta pelo *Dipartimento di Studi Storici da Università Ca' Foscari di Venezia* à metodologia ortodoxa, diante da inexistência de recursos oficiais para “traduzir” as referências que eu havia efetivamente utilizado. Quando concluí meu mestrado na FFLCH (USP) com o Prof. Dr. Modesto Florenzano, ainda utilizando largamente a bibliografia gravada em fitas cassete, minha esposa gentilmente debruçou-se sobre as citações e encontrou o exato ponto de coincidência entre a fita e o livro, num trabalho então monstruoso, que me permitiu referenciar de modo “tradicional” a dissertação apresentada com sucesso.

Cheguei à UNICAMP em 2009 e tive o prazer de saber que aqui, nesta Universidade, poderia contar com o Laboratório de Acessibilidade (LABACES)<sup>1</sup> e que este tornaria menos inacessível a bibliografia a ser usada no doutorado. A experiência do LABACES, entretanto, se deve ser louvada como inovação e reverenciada pela dedicação dos esforços de alguns, precisa ser vista dentro de suas limitações efetivas. Os tempos de digitalização dos textos nem sempre acompanham as aulas a serem seguidas, e nem sempre as obras estão disponíveis para isso. Mais: o desafio de quem não nasceu cego, mas se tornou, é acostumar-se à leitura enfadonha e sem brilho do sintetizador vocal sem perder a paixão pelo que foi escrito. Confesso, pois, que vez por outra acabei me deixando tentar novamente pela voz humana, e me socorri dos meios tecnológicos de ponta do Centro Internazionale del Libro Parlato<sup>2</sup>, que une os recursos eletrônicos à humanidade da voz. Assim, entre lá e cá, desta vez

---

<sup>1</sup> Refiro-me aqui ao Laboratório de Acessibilidade (LABACES) da Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) da UNICAMP, que iniciou suas atividades em 2002 com a finalidade de permitir que os alunos com deficiência possam realizar seus estudos em ambientes inclusivos de ensino e aprendizagem.

<sup>2</sup> O **Centro Internazionale del Libro Parlato** é uma organização não governamental para a inclusão do deficiente visual à herança cultural da humanidade, com sede na bela cidade italiana de **Feltre**.

consegui elaborar as referências bibliográficas sem ter que as “traduzir” de fitas para livros escritos, tudo sob a zelosa supervisão da Profa. Dra. Teresa Kakuta, que atua voluntariamente no LABACES.

Além de ser um deficiente visual em terra de reis, sou um estrangeiro em busca de dominar a rebelde “última flor do Lazio” e de entender todas as suas ambiguidades, sem poder me socorrer daqueles seus olhares de esguelha que indicam, por vezes, a duplicidade dos sentidos das falas brasileiras. Some-se a isso ter que ler grande parte da bibliografia para este trabalho em diversas línguas, mas apresentar as ideias nelas colhidas em português, vertendo os textos o mais precisamente possível<sup>3</sup>. E ainda não é tudo: sou, por fim, um alienígena nas terras da Ciência Política. Apenas minha paixão pelo pensamento de Karl Polanyi – e o sentimento firme de que é no campo da política que ele poderá nos auxiliar a repensar alternativas para o mundo atual, real, injusto, cruel e tão hegemonicamente neoliberal – poderia me conduzir para esta casa, depois de ter acumulado enorme bagagem de história e literatura italianas, que pouco parece confluir com minhas necessidades acadêmicas atuais, provindo eu da História Social, e não das Ciências Sociais ou Políticas, estritamente.

Provavelmente este afastamento involuntário é que me leva a questionar profundamente as liturgias da área, seus ritos metodológicos, e deles me esquivar. Ciente de que pratico e praticarei, de modo inconsciente, outros rituais, que me estão mais próximos e que, portanto, tenho mais dificuldade de analisar neutramente.

Esta longa digressão poderia explicar por que, embora cindindo propositalmente meu trabalho entre o uso (na primeira parte) de uma linguagem de época e o uso de uma linguagem contextualizada (nas considerações finais), não posso, por honestidade intelectual, dizer que assim o fiz para dialogar, como meus colegas enraizados na Ciência Política fizeram, com Quentin Skinner<sup>4</sup> e John Pocock<sup>5</sup>. Não desconheço a importância desse debate

---

<sup>3</sup> Grande parte das citações colhidas de livros referenciados em língua estrangeira foi apresentada em traduções livres, de minha autoria, para a língua portuguesa, com o objetivo de tornar o texto tão acessível quanto possível, apesar da aridez do tema. Assumo, portanto, o risco e a culpa de eventuais imperfeições das versões que apresento ao longo do texto, mas me mantenho fiel ao espírito de rebelião das liturgias.

<sup>4</sup> Adaptada ao meu trabalho, a metodologia Skinneriana sugere que o alcance político e teórico dos autores aqui estudados pode ser melhor vislumbrado se a linguagem política por eles mobilizada for considerada contextualmente. Trata-se de adentrar no “vocabulário” político geral da época, de modo a interpretar, de maneira convincente, seus textos. Desta forma, o objetivo é respeitar o “contexto” linguístico, com vistas a evitar a projeção anacrônica de termos e conceitos atuais para o passado, esquivando-se, assim, de imputar a autores e obras intenções e significados que jamais tiveram. *Cfr.* SKINNER, Quentin. *Los fundamentos del pensamiento político moderno*. Editora Fondo de Cultura Económica: México, 1985.

<sup>5</sup> A variante da perspectiva contextualista defendida por Skinner, constituída pela metodologia proposta por John Pocock, ganha relevância nesta tese ao sugerir que é possível fazer um trabalho de teoria

no campo do estudo da história das ideias políticas e dos discursos políticos.<sup>6</sup> Mas não posso dizer que foi ele quem me inspirou a assim proceder, pois ao fazê-lo pensei apenas em seguir humildemente os passos de Karl Polanyi e tracei este caminho conforme me sugeriram, num processo nem sempre consciente, os ensinamentos do mestre Eric J. Hobsbawn, que fazem parte de meu percurso bem antes de eu ouvir falar da existência daqueles. Quando as vozes de Karl Polanyi e de Karl Marx começaram a entoar seus cantos de sereia, eu, ainda muito imaturo, incerto e perdido, enxergava mal as letras e seguia pela mão do Prof. Dr. Michele Cangiani para um universo novo. Ali a luz desapareceu e a nova luz surgiu.

O doutorado abriu, sim, enormes campos, nos quais, por vezes, me vi perdido, para depois me encontrar em discussões – teóricas e práticas – dos grupos de alunos, reunidos magistralmente pela Professora e Doutora Walquíria Leão Rego, e que são, a meu ver, o embrião de uma união que as ciências humanas deveriam cultivar. A importância de se sair do isolamento intelectual e do método frio e debater as ideias politicamente, de trazer novamente a política para a arena pública. Enquanto apenas nos isolarmos em salas refrigeradas para dar seguimento à complexa liturgia, os inimigos da democracia poderão seguir seus “ritos pagãos”, entoarão seus cantos simplistas, exporão seus deuses retocados pelo “photoshop”, e dirão aos seus espectadores como agir. Permaneceremos discutindo como seria melhor propor, e eles já propuseram, e arrebanharam a massa inculta. Há urgência em se encontrar

---

política historicamente referenciado. Pocock desloca o centro de sua reflexão metodológica do significado das obras e da intenção dos autores para a relação existente entre os vários discursos políticos que, confrontando-se, formam o contexto linguístico (*langue*), nos quais as diferentes iniciativas (*parole*) se tornam possíveis numa determinada situação histórica. Também Pocock, em sua obra, faz um esforço de contextualização muito intenso: ao chamar a atenção do leitor sobre a heterogeneidade dos discursos políticos produzidos numa determinada situação histórica, por exemplo, ele destaca que tais iniciativas teórico-políticas devem ser vistas como alternativas numa disputa que ainda desconhece o que o futuro revelará, ou seja, seus resultados, que definirão o novo pensamento hegemônico. Ao mesmo tempo, o estudo de um contexto histórico linguístico permitiria, para ele, reconstruir posições teóricas derrotadas na luta política de sua época, mas não por isso isentas de valor intrínseco. Segundo ele, essas posições são transponíveis para o presente por mecanismos que não distorçam fatalmente sua compreensão, o que significa que é possível traduzi-las ao contexto atual. Para Pocock, portanto, a historiografia contextualista não é nem irrelevante e nem inútil para a realização de um trabalho teórico-político. *Cfr.* POCOCK, J.G., *Linguagens do ideário político*. Sérgio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003. E também: POCOCK, J. G., *Il momento machiavelliano. Il pensiero politico fiorentino e la tradizione repubblicana anglosassone*. Bolonha: Il mulino, 1980.

<sup>6</sup> Refiro-me aqui ao debate sobre quais seriam as formas válidas da história do pensamento para o campo da teoria política e social, que ganhou enorme impulso com a publicação, em 1969, na revista *History and Theory*, do ensaio metodológico de Quentin Skinner, intitulado *Meaning and understanding in the history of ideas*. A partir desse ensaio, se desenvolveram uma sofisticada elaboração metodológica acerca do fazer história das ideias e linguagens políticas e uma fértil produção historiográfica, amiúde identificada com o rótulo “Escola de Cambridge”. Esses desenvolvimentos provocaram reações diversas, que constituíram um rico debate metodológico internacional, o qual envolveu historiadores, filósofos, cientistas políticos e críticos literários. Para uma introdução a esse debate, ver: Gantos Jasmim, Marcelo. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. *In*: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 20, nº 57, São Paulo, fevereiro de 2005.

alternativas para a realidade atual, não apenas no Brasil, mas (pelo menos) em todo o Ocidente. Neste ponto, as práticas de encontros e grupos propositivos, estimulados cotidianamente por minha orientadora, me deixam algo esperançoso. Senti assim a confluência entre as ideias de Polanyi e aquilo que poderia vivenciar no ambiente acadêmico.

Em sintonia com esses sentimentos e reflexões, tento, nas considerações finais desta tese, colocar meu ponto de vista sobre a origem dos problemas sociais mais candentes da atualidade e me aventuro a sugerir, para eles, soluções possíveis e de cunho emancipatório. Meu objetivo é, portanto, estritamente teórico-político: a narrativa histórica apresentada ao longo do texto visa, sobretudo, reunir as ferramentas conceituais apropriadas para propor uma orientação teórica para as iniciativas políticas das forças democráticas e progressistas, a fim de enfrentar a hodierna deterioração da qualidade da vida humana e do meio ambiente.

Almejando contribuir com o debate sobre os dilemas atualmente enfrentados pelas forças da esquerda democrática, iniciei pela tentativa de resgate de parte da memória progressista do século XX. Essa iniciativa levou-me a identificar e estudar uma corrente de pensamento político, situada na Europa, no período de entre guerras, e composta por intelectuais de diferentes países, acunhados por compartilharem a mesma utopia democrática. Imerso nesse contexto, decidi aprofundar a análise da formação e do desenvolvimento de sua vertente austríaca – o austromarxismo – por constituir ele, no mesmo período, o núcleo político mais importante dessa corrente.

A compreensão dos aspectos particulares das atitudes e das ideias da tendência austromarxista me impôs o estudo da queda do Império dos Habsburgos, do surgimento da Primeira república austríaca e da vitória do fascismo austríaco, que constituíram as circunstâncias históricas específicas que condicionaram seu surgimento, seu progresso e sua derrota final. Por outro lado, a necessidade de proferir um juízo acerca dessa tendência política e intelectual me obrigou a considerar o fato que as iniciativas e as discussões polêmicas que empreendeu foram determinadas, em ampla medida, pela mentalidade, pelos valores, pelas experiências, pelos contrastes e pela abordagem através dos quais se inseriu na luta política, enfrentando os problemas mais urgentes postos pela situação histórica da época.

Para a reconstrução do pano de fundo histórico do período situado entre as duas guerras mundiais, me servi principalmente da obra de Hobsbawm sobre o breve século XX. Ao apontar na guerra total, na revolução mundial, na crise econômica mundial, na queda do liberalismo e no advento do fascismo os principais motores do processo histórico da época,

essa obra me ajudou, sobretudo, a contextualizar e pensar a transformação histórica austríaca, da qual a iniciativa do austromarxismo foi um fator crucial.

Nos primeiros seis capítulos deste trabalho, apresento a formação, o desenvolvimento e a derrota do austromarxismo em uma narrativa que utiliza propositalmente apenas a linguagem da época, a fim de evitar a projeção de palavras, significados e conceitos atuais para o passado, e assim compreendê-lo de forma fatalmente distorcida. Procuo delinear a gênese histórica da tendência intelectual austromarxista no primeiro capítulo, identificando no debate sobre a questão das nacionalidades e da unidade do Estado e na análise das transformações do capitalismo em função da elaboração da política do movimento operário austríaco os traços fundamentais do caminho seguido por seus expoentes até a Primeira guerra mundial. Já naquele período, os jovens intelectuais austromarxistas demonstravam claramente um distanciamento crescente das posições tendencialmente doutrinárias e deterministas predominantes na Segunda Internacional, defendendo a necessidade de uma constante renovação do marxismo, sempre alicerçada na pesquisa social. Diante da crise do marxismo desencadeada pelo Revisionismo bernsteineano, reagiram para mantê-lo à direção do movimento operário.<sup>7</sup>

O segundo capítulo é dedicado inteiramente à reconstrução dos efeitos provocados pela Primeira guerra mundial sobre a social-democracia austríaca e sobre o austromarxismo. Os expoentes do grupo austromarxista mantiveram-se concordes acerca das questões políticas fundamentais somente até o desencadeamento da primeira guerra mundial: os fatos que se sucederam entre 1914 e 1918 colocaram problemas novos, diante dos quais eles defenderam

---

<sup>7</sup> Para melhor compreender a história do austromarxismo, vale a pena lembrar que uma classe operária cada vez mais numerosa surgiu em Viena, no contexto das transformações econômicas e sociais do Império dos Habsburgo do final do século XIX. Como nos demais países europeus, também na Áustria a classe operária se caracterizava então pela profunda pobreza, pela ampla incerteza econômica, pela maciça segregação social, pelo estilo de vida próprio e pela limitação de oportunidades de vida e educação. Apesar disso, a classe operária marchava para se tornar rapidamente o novo sujeito histórico da época. Esse novo ator histórico, organizado principalmente pelo marxismo revolucionário, acreditava firmemente no socialismo e no progresso histórico. Acreditava, ademais, na possibilidade de melhorar coletivamente suas próprias condições materiais de existência, sobretudo através da ação política.

Na organização dessa classe, central foi, à época, o partido de massa socialdemocrata. Nesse partido, a escolha racional individual não fazia muito sentido. Lá operavam preponderantemente a esperança em um futuro melhor e os valores de solidariedade, de unidade e de cooperação. Naquele contexto, a identidade predominante era a de trabalhador. Enraizada nessa consciência de classe, a luta das pessoas resultava numa ação coletiva cada vez mais poderosa e aparentemente irresistível.

Ainda que o conceito de partido de massa ocupe lugar central na narrativa dedicada ao austromarxismo, este trabalho não visa explorar conceitualmente tal ideia, de modo que ela apenas é importante no exercício do resgate da trajetória seguida pela social-democracia austríaca até sua derrota de 1934. De qualquer maneira, é preciso deixar claro ao leitor que há um amplo debate em torno do conceito de partido de massa na ciência política, como se vê em autores clássicos como Maurice Duverger, Ângelo Panebianco e Giovanni Sartori.

posições políticas distintas e inconciliáveis.<sup>8</sup> Apesar das grandes divergências de opinião que passaram então a existir entre os intelectuais austromarxistas, a social-democracia austríaca soube, naquele período turbulento, se manter unida, em nítida antítese com a cisão ocorrida na social-democracia alemã. Durante os anos 1917-1918, a oposição de esquerda obteve a maioria (sob a liderança dos expoentes austromarxistas Friedrich Adler e Otto Bauer) e a direção do Partido Social-democrata Operário Austríaco (SDAPÖ) passou para a sua ala esquerda, sem grandes abalos internos. Graças principalmente à sua nova linha, radicalmente esquerdista, a iniciativa política do partido conseguiu, no bojo do recém-nascido Estado republicano austríaco, o apoio da esmagadora maioria da classe operária, e terminou por deixar claramente minoritário o incipiente Partido Comunista Austríaco (KPÖ). Destarte, a social-democracia tornou-se uma força decisiva na cena política austríaca do pós-guerra, sob a direção da tendência austromarxista de Otto Bauer e Max Adler.

O terceiro capítulo tem como objeto principal a apresentação da linha política defendida pela tendência austromarxista de Otto Bauer e Max Adler durante os anos 1918-1920. Essa linha política surgia de uma visão tipicamente austromarxista de transição ao socialismo, parcialmente distinta daquelas presentes tanto na social-democracia alemã quanto no bolchevismo russo. A visão de transição defendida por Bauer e Adler era original, porque acentuava o caráter plural e multiforme do processo revolucionário. Em contraste com os bolcheviques, esses expoentes de esquerda do grupo austromarxista sustentavam que a via austríaca ao socialismo deveria ser, por razões históricas e sociais, necessariamente democrática, e distinta daquela russa. Distanciando-se da posição defendida pela social-democracia alemã, eles sustentavam que, para ter sucesso, a revolução socialista deveria ter caráter internacional, o que exigiria uma postura de colaboração e diálogo com a Revolução russa. Colocando-se entre a proposta leninista de ditadura do proletariado e a visão acriticamente democrática defendida por Kautsky, os intelectuais austromarxistas sustentavam que a democracia, conquistada recentemente na esfera política, poderia e deveria ser gradualmente estendida também à economia.

Durante os primeiros dois anos de vida da nova República Austríaca, a concepção austromarxista de transição ao socialismo desempenhou um papel crucial na orientação das escolhas mais importantes do SDAPÖ, moldando assim sua ação política. Ao mesmo tempo

---

<sup>8</sup> A partir da Primeira guerra mundial, os intelectuais austromarxistas começaram a defender posições relativamente distintas sobre questões políticas fundamentais da época: não obstante isso, eles sempre reafirmaram seu compromisso com o método analítico de trabalho e com as concepções que a escola marxista de Viena havia delineado e acumulado a partir dos primeiros anos do século. Definiu-se, desta forma, uma trajetória que o austromarxismo seguiu firmemente até que, em 1934, a ascensão do fascismo na Áustria silenciou violentamente as vozes de seus expoentes.

em que inovava ao salientar o caráter multiforme e plural do processo revolucionário, essa concepção tinha em comum com a tradição social-democrata austríaca de anteguerra alguns aspectos cruciais: a valorização da manutenção da unidade organizativa do partido, a tendência à tolerância em face de opiniões diversas e de correntes opostas no interior do partido, o predomínio de uma perspectiva gradualista com relação às transformações sociais, a conjugação da via parlamentar com a mobilização constante das massas e, finalmente, a conservação da teoria e da terminologia marxistas quais pressupostos para qualquer ação revolucionária eficaz. Sobre essa base teórica, durante os anos 1919-1925, a direção austromarxista do SDAPÖ empreendeu numerosas iniciativas políticas, cujo exame constitui o tema principal do capítulo quarto. Essas iniciativas resultaram na consolidação da hegemonia política do SDAPÖ no interior da classe operária austríaca: não lhe deram, contudo, a maioria parlamentar absoluta, necessária para imprimir uma marca nitidamente socialista à política estatal.

O capítulo quinto – ao tratar do célebre debate austromarxista dos anos 20 – ocupa posição de destaque na narrativa que dedico ao austromarxismo. Nesse debate, a reflexão teórica austromarxista alcançou seu nível mais elevado, confrontando-se com as posições sustentadas pelo famoso jurista Hans Kelsen. O debate, que tomou a forma de longa discussão acerca do valor da teoria política marxista, teve como pano de fundo histórico o notável fortalecimento político do proletariado, ocorrido no período do pós-guerra. Nessa discussão, um campo foi definido pelas contribuições de Kelsen – que considerava a concepção marxista do Estado como sobrevivência de uma teoria adequada a uma época passada, na qual o movimento operário tivera uma atitude distinta da atual, de oposição com respeito ao Estado – e para quem, na nova fase histórica, a teoria política marxista se tornara obsoleta, razão pela qual precisaria ser abandonada pelo movimento operário, que deveria abraçar uma visão política liberal-democrática, mais adequada à nova situação histórica, caracterizada pelo politeísmo dos valores e pelo pluralismo social. O outro campo da discussão foi delimitado pela teoria baueriana do “equilíbrio das forças de classe” e pela conceitualização adleriana da distinção entre “democracia política” e “democracia social”. As contribuições baueriana e adleriana ao debate não apenas demonstraram a vitalidade intelectual do austromarxismo, mas permitiram a adequação da teoria política marxista à nova conjuntura dos anos 20. Essa adequação consentiu a Bauer e Adler confirmar a teoria política marxista na direção do SDAPÖ e, assim, manter o movimento operário austríaco sobre posições revolucionárias, de cunho socialista e democrático.

O debate austromarxista dos anos 20 permitiu a Bauer e Adler definir o contexto teórico que caracterizou a plataforma programática da social-democracia austríaca prevalente no Congresso de Linz em 1926 e que, sucessivamente, guiou a ação política do SDAPÖ até a trágica derrota de 1934. Esse contexto teórico surgia de uma visão política centrada no dualismo de poder de classe, que priorizava a salvaguarda da autonomia do movimento operário contra o bloco burguês, em vista da construção da hegemonia do proletariado. A visão defendida por Bauer e Adler foi mais sofisticada e prudente que a coeva posição política característica da social-democracia weimariana, que foi proclamada oficialmente no Congresso de Kiel de 1927, cujas deliberações sancionaram a concepção política sustentada naqueles anos por Rudolf Hilferding. Confrontada com a linha política, de cunho acentuadamente estatista, seguida por Hilferding<sup>9</sup>, a visão política da tendência austromarxista de Bauer e Adler era mais complexa e cautelosa, porque contemplava a possibilidade do Estado democrático deixar de ser somente um campo no qual ocorriam os conflitos de classe, para se tornar subitamente o objeto do conflito e da disputa política de classe, a favor ou contra a democracia. Apesar do inquestionável valor teórico e programático da visão política baueriana e adleriana, na Áustria, durante a segunda metade da década de 20, a iniciativa política efetiva, relativa ao uso da força organizada como instrumento de luta, passou para as mãos da burguesia. Os resultados políticos da articulada e decidida ofensiva política da burguesia austríaca foram, entre 1933 e 1934, a progressiva transformação autoritária do Estado, a supressão das liberdades civis e políticas, a destruição dos instrumentos de luta da classe operária, a guerra civil, a trágica derrota da social-democracia e do austromarxismo e, finalmente, o fim da república democrática com a instituição de uma ditadura clerical-fascista. Esses temas constituem o conteúdo principal do capítulo sexto, com o qual encerro a narrativa concernente ao Austromarxismo, apresentando brevemente as últimas contribuições teóricas de Adler e Bauer, que confirmaram mais uma vez seu modo de proceder caracteristicamente austromarxista.<sup>10</sup>

Animou este trabalho a esperança de acender, nas pessoas descontentes com o atual curso político ocidental, a vontade de retomar a luta secular pelo progresso emancipatório, partindo, como já acenei antes, da narrativa da formação e do

---

<sup>9</sup> Os traços gerais mais significativos da concepção política hilferdinguiana se encontravam também na tendência austromarxista de Renner, minoritária no Congresso de Linz. E a bem ver, aquela concepção convergia com a linha política estatista, centrada na ideia de Estado como “meio de técnica social”, que Kelsen sustentara desde o começo dos anos 20.

<sup>10</sup> Em seu ponto culminante, durante o período situado entre as duas guerras mundiais, enquanto corrente autônoma, tipicamente austríaca e distinta de outras correntes marxistas contemporâneas, o austromarxismo se constituiu como tentativa de traçar um terceiro caminho entre o bolchevismo revolucionário do leninismo e a democracia reformista da social-democracia alemã.

desenvolvimento da riquíssima experiência austromarxista do período situado entre as duas guerras mundiais. Contudo, para atingir meu objetivo e prosseguir o resgate de parte da memória progressista do século passado, era indispensável identificar e explicitar as conexões entre o próprio austromarxismo e a corrente de pensamento democrático, que lhe é afim e coeva, formada por intelectuais como H. J. Laski, G. D. H. Cole, R. H. Tawney, J. L. Fischer, K. Mannheim<sup>11</sup> e K. Polanyi. Estes últimos, assim como O. Bauer e M. Adler, tinham uma forte inclinação à pesquisa social e atribuíam grande importância à ação política das forças progressistas, exatamente como resposta ao determinismo econômico e ao doutrinário que predominavam no marxismo da época. Decidi apresentar essa corrente em diálogo com o pensamento de Karl Polanyi, hodiernamente o mais célebre dentre seus expoentes, a fim de delimitar o campo de compartilhamento de ideias e paixões utópicas. Por esta razão metodológica, a exposição da trajetória da reflexão polanyiana desempenha função crucial nesta tese.

Dedico à apresentação da vida e da obra de Polanyi todo o capítulo sétimo deste trabalho.<sup>12</sup> Nele, procuro salientar como a vida e a obra de Polanyi foram profundamente influenciadas pelos fatos que marcaram o mundo na primeira metade do século XX. Polanyi transcorreu em Budapeste o primeiro dos cinco períodos em que é possível, idealmente, dividir sua vida. Lá, ele participou ativamente do movimento estudantil, dirigiu o “Círculo Galilei” e o periódico Szabád gondolat (O livre pensamento), lutando a favor de uma reforma política radicalmente democrática da Hungria. Residiu desde 1919 em Viena, aonde chegou doente, depois de ter participado da Primeira Guerra Mundial, como oficial do exército austro-húngaro. Em poucos meses, na Hungria haviam ocorrido uma transformação democrática, uma revolução comunista e uma contrarrevolução por parte da nobreza feudal, representada

---

<sup>11</sup> Neste trabalho, considero também a obra de Karl Mannheim como componente essencial da corrente de pensamento cujo denominador comum era a utopia democrática. Contudo, as pesquisas que fiz até agora foram insuficientes para poder afirmar categoricamente que esse autor pertencia àquela tendência intelectual, radicalmente democrática. A honestidade intelectual me leva a advertir o leitor de que, para defender essa hipótese de forma definitiva, precisaria conhecer mais e melhor o pensamento de Mannheim. Não obstante o aprofundamento do estudo de sua obra seja uma tarefa para mim muito interessante e instigadora, não pude incluí-lo nas atividades preparatórias desta tese, pois isso me levaria longe demais dos limites impostos por seu objeto principal.

<sup>12</sup> Duas são as razões do realce dado nesta tese à apresentação da vida e da obra de Polanyi é dúplíce. Primeiramente, constato que, embora sejam famosos tanto a sua obra central, *A grande transformação* (por ele escrita quando já contava com mais de 50 anos) quanto seu sucessivo trabalho na Columbia University, permanecem pouco conhecidos, no Brasil, todos os passos que o levaram até lá e que percorrem múltiplos caminhos científicos, e também parte importante de sua reflexão norte-americana, a saber, aquela que concerne à problematização da liberdade numa sociedade complexa. Finalmente, noções sobre a vida e a obra de Karl Polanyi podem, em meu entender, trazer subsídios interessantes para a reformulação de conceitos e metodologias que se ensaia nas discussões acadêmicas atuais, proporcionando percursos inusitados e mostrando uma mentalidade que a mim se afiguram fundamentais para a ampliação do debate teórico-político.

pelo governo reacionário de Miklós Horthy.<sup>13</sup> Em Viena, ele conheceu Ilona Duczynska – que também tinha deixado a Hungria durante aquele período de turbulência revolucionária – com quem se casou três anos mais tarde.<sup>14</sup> Em 1933, devido à sua posição filossocialista e abertamente antifascista, teve que emigrar para Londres, para não prejudicar a publicação de *Der Österreichische Volkswirt*, o hebdomadário econômico e político para o qual estava trabalhando, desde 1924, como redator de assuntos internacionais. Em março de 1933, o Chanceler Dollfuss começou a transformação autoritária do Estado austríaco e a limitação progressiva das liberdades civis e políticas que teriam culminado, no ano seguinte, na instituição da ditadura clerical-fascista.<sup>15</sup> A terceira emigração foi motivada pela interrupção da publicação da revista *Der Österreichische Volkswirt* – ocorrida em 1938, depois da anexação da Áustria ao Terceiro Reich –, fato que privou Polanyi do trabalho de jornalista. Entre 1941 e 1943, uma bolsa da fundação Rockefeller lhe permitiu escrever, nos Estados Unidos, *The great transformation*, sua obra mais conhecida, que havia concebido durante os últimos anos 30 e que publicou em 1944, quando, retornou para a Inglaterra. Lá, em 1947, recebeu a notícia de sua nomeação a *Visiting Professor* de História Econômica da *Columbia University* de Nova Iorque. A partir de 1950, ele se estabeleceu nas proximidades de Toronto, no Canadá, visto que, no contexto da Guerra fria, as autoridades norte-americanas não permitiram a sua esposa Ilona a entrada nos Estados Unidos, devido à sua militância comunista anterior.

---

<sup>13</sup> Foi exatamente a conquista do poder por parte do reacionário Miklós Horthy que fez com que Polanyi tomasse a decisão de permanecer em Viena, onde, à época, muitos refugiados húngaros procuravam abrigo.

<sup>14</sup> A adesão de Polanyi ao socialismo democrático, não obstante tivesse profundas raízes no período de sua formação, transcorrido na Hungria, se precisou durante os anos 20, na “Viena Vermelha”. Durante aqueles anos, a proximidade com os austromarxistas, especialmente com Bauer e Adler, foi decisiva para a definição Polanyiana da concepção do socialismo como realização plena da liberdade individual. Para Polanyi, a “democracia funcional” pensada por Bauer e a “democracia social” almejada por Adler permitiriam superar o acentuado estatismo de Kelsen, mantendo ao mesmo tempo as garantias universalistas do Estado de direito democrático. A democracia política, que havia sido conquistada principalmente por meio das lutas da classe operária, poderia e deveria ser estendida também à esfera econômica. A organização da economia deveria deixar de ser definida pela busca do lucro e pelo mecanismo de mercado. As escolhas relevantes para a direção do processo econômico deveriam ser tomadas pelo conjunto de funcionários, no contexto de instituições organizadas democraticamente e operantes dentro de um mercado regulado politicamente.

<sup>15</sup> Como destaquei acima, em 1933 Polanyi deixou Viena e emigrou para Inglaterra. Em 1934, com a piora da situação política na Áustria, também a filha, Kary, abandonou a capital austríaca para encontrar-se com o pai em solo inglês. A esposa Ilona permaneceu para tomar parte na luta clandestina de resistência nos escombros da *Republikanischer Schutzbund* (Liga de defesa da república), que havia sido fundada em 1923 por iniciativa de Bauer e Adler, e que a ação de Dollfuss tinha desmontado, até que suas condições de saúde obrigaram-na a emigrar para Inglaterra, em 1936.

Desde o começo da década de 20, quando sustentou com os expoentes da escola austríaca de economia um famoso debate concernente à racionalidade econômica<sup>16</sup>, a proposta de intensificar a democracia política e estendê-la também à esfera da economia tornou-se uma constante na obra de Polanyi. Pode-se afirmar, portanto, que aquela proposta foi sua utopia democrática.<sup>17</sup> Para Polanyi, a implementação da utopia democrática, que era a condição necessária à realização de uma liberdade individual plena, exigia a superação de duas características fundamentais e interdependentes da sociedade moderna: a organização capitalista e de mercado da economia, e o correspondente antagonismo de classe. Os anos 30 viram o declínio das esperanças e da possibilidade de uma rápida transição ao socialismo, que haviam caracterizado os primeiros anos 20. Nesse novo contexto, Polanyi continuou fiel à sua utopia democrática, utilizando-a agora como modelo para entender o rumo que a reconstrução social da época estava tomando. Compreendeu, assim, que, nas transformações sociais daqueles anos, prevalecia a tendência de conservação da autonomia da economia – oposta à sua utopia – embora o modo em que isso ocorria fosse diferente nos diversos países. Durante a Segunda guerra mundial, visando confutar a renascente ideologia liberal, então reafirmada por expoentes do pensamento liberal quais Josef A. Schumpeter, Ludwig Von Mises e Friedrich A. Hayek, Polanyi voltava a propor novamente o programa político democrático que vinte anos antes havia compartilhado com o austromarxismo, sustentando que a sociedade futura poderia e deveria tomar a via de uma consciente e responsável “intervenção programada dos produtores e dos consumidores”, numa sociedade plenamente democrática. Esses temas constituem o eixo central do oitavo capítulo, com o qual encerro minha tentativa de resgate de parte da memória progressista do século passado.

Nas considerações finais, utilizo profusamente o específico aparelho de ideias que a narrativa histórica apresentada ao longo do texto me permitiu reunir. Tento assim traçar um balanço do desenvolvimento histórico dos últimos 70 anos, a fim de evitar ao máximo que a última parte desta tese decorra de um ponto de vista predominantemente subjetivo. Os problemas atuais, que nela aponto, podem e devem ser considerados como perigos objetivos,

---

<sup>16</sup> Em polêmica com os expoentes da escola austríaca de economia e, mais especificamente, com Ludwig Von Mises, então eminente professor de economia na Universidade de Viena e defensor do mercado livre, nos primeiros anos 20 Polanyi sustentou a possibilidade de uma economia socialista eficiente, delineando, ao mesmo tempo, os traços gerais de sua forma social.

<sup>17</sup> A utopia democrática não era absolutamente exclusividade de Polanyi: seu apelo e sua influência eram consideráveis na Europa, durante o período situado entre as guerras mundiais. As principais ideias e esperanças relacionadas à utopia democrática de Polanyi impregnavam então uma corrente de pensamento democrático-socialista bastante difusa, cujos expoentes eram intelectuais socialistas de alto nível como G. D. H. Cole, H. J. Laski, R. H. Tawney, O. Bauer, M. Adler, J. L. Fischer, K. Mannheim, dentre outros. Procurarei articular o pensamento desses autores com a trajetória da reflexão polanyiana no capítulo 8, a fim de definir os traços mais gerais da corrente de pensamento democrático-socialista, cuja memória pretendo resgatar.

razão pela qual seu exame indica a tendência provável do futuro que nos espera. Do estudo de nosso tempo, depreendo que há uma crescente interdependência entre a possibilidade de enfrentar eficazmente o atual avanço da degradação do meio ambiente e da qualidade da vida humana, de um lado, e o desenvolvimento da democracia, do outro. Infiro também que, não obstante isso, na atual conjuntura, os aspectos de liberdade, de igualdade, de fraternidade e de responsabilidade, caros às forças democráticas, permanecem fatores politicamente recessivos, enquanto, paralelamente, predominam os traços hierárquicos, elitistas e “gerencialistas” do neoliberalismo corporativo. E chego à conclusão de que a secular tendência progressista precisa urgentemente voltar a fluir, inspirada por um projeto democrático novo e ambicioso: adaptado às condições atuais do conflito social e redefinido no interior da trajetória traçada pelas tradições liberal, democrática e socialista que, no passado, lutaram em prol da individualização do sujeito social.

Gostaria finalmente de destacar que, neste trabalho, não pretendo dialogar com aqueles que acreditam profundamente nas desigualdades de todo tipo e no valor do princípio político organizativo da tutela, pois não tenho a esperança de convencê-los a abandonar sua posição conservadora. Portanto, não endereço esta minha iniciativa à direita política e às forças do atraso, que renascem perenemente, com diferentes roupagens e discursos, mas sempre atacando os princípios emancipatórios que constituem o ideal democrático. Dirijo-me aqui a todos aqueles que compartilham valores e sentimentos democráticos, na tentativa de ajudar a reacender em seus corações a chama da esperança em um mundo melhor – mais justo, plural, livre e fraterno – e, assim, colaborar com a preparação do terreno propício para construí-lo.

## Capítulo 1

### A social-democracia austríaca e o austromarxismo até a Primeira Guerra Mundial

#### 1.1 A gênese histórica do austromarxismo

O austromarxismo foi um movimento intelectual que nasceu nos primeiros anos do século XX em Viena, então um dos centros culturais mais brilhantes do mundo. Dentre seus fundadores, havia intelectuais de diferentes orientações: Otto Bauer – que se ocupava principalmente de problemas de cunho político, Karl Renner – que se interessava predominantemente por questões relacionadas com a sociologia jurídica, Rudolf Hilferding – cujo desafio era a análise das novas formas do capitalismo em desenvolvimento, Max Adler – que se debruçava sobre problemas filosóficos, e, finalmente, Julius Deutsch, que “... enriqueceu a tradição austromarxista com contribuições historiográficas, como a História do movimento sindical austríaco (Viena 1908), com monografias político-sociais, e mais tarde também de ciências militares”.<sup>1</sup> As contribuições destes intelectuais às atividades do grupo foram diferentes, de acordo com os interesses que animavam as pesquisas de cada um deles. O que os unia, e cimentou o grupo austromarxista, era a convicção de que a metodologia de análise dos processos sociais elaborada por Karl Marx pudesse ser aplicada com proveito ao estudo dos diferentes aspectos da sociedade, bem como a crença na concepção materialista da história<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, p. 04.

<sup>2</sup> No que diz respeito à adesão do grupo austromarxista à concepção materialista da história, crucial foi a reflexão filosófica que Max Adler apresentou no ensaio 'Causalidade e teleologia no debate sobre a ciência', publicado em 1904, no curso da polêmica sobre o revisionismo. Naquele ensaio, após ter reconhecido que a discussão sobre o revisionismo havia iniciado uma crise do marxismo, o autor sustentou que o materialismo filosófico e a concepção materialista da história não deviam ser confundidos, pois o significado atribuído por Marx e Engels ao termo matéria nada tinha a ver com a matéria das ciências naturais, mas se referia ao universo humano das relações sociais, as quais, para eles, remetiam em última instância à dimensão espiritual humana: “O que contribuiu principalmente para a interpretação de Marx como materialista” escrevia a tal propósito Adler, “foi a definição de sua concepção da história como materialista e o mau entendimento amplamente difundido dessa teoria, segundo o qual o desenvolvimento econômico – no qual ela reconhecera o elemento determinante de todo o processo histórico – seria um simples movimento da matéria morta, da 'matéria social', em relação à qual o pensamento e a vontade dos homens apareceria precisamente como um produto supérfluo e uma estranha duplicação do evento, do mesmo modo como, aliás, já antes, a vida espiritual devia aparecer na cabeça do homem com relação aos processos cerebrais que a 'produzem'. Formou-se assim, depois, uma exposição de sua teoria que vai diretamente contra todo o pensamento de Karl Marx, uma exposição que é realizada particularmente pela burguesia, com finalidades polêmicas, mas que por vezes era encontrada também

O surgimento e o desenvolvimento inicial do austromarxismo ocorreram simultaneamente ao estabelecimento de alguns núcleos de cristalização das atividades do grupo. Em 1903, surgiu a associação *Zukunft*, em cujo seio se desenvolveu (sob a forma de uma primeira escola operária) a base daquela que, mais tarde, seria a vasta e capilar estrutura pedagógica social-democrata. Em 1904, apareceu o primeiro número dos *Marx-Studien*, volumes publicados aos cuidados de Max Adler e Rudolf Hilferding com periodicidade variável, nos quais apareceram as primeiras grandes obras dos austromarxistas: 'A função social dos institutos jurídicos' de Karl Renner (1904), 'Causalidade e teleologia no debate sobre a ciência' de Max Adler (1904), 'A questão das nacionalidades e a Socialdemocracia' de Otto Bauer (1907), e 'O capital financeiro' de Rudolf Hilferding (1910). Em 1907, a revista *Der Kampf* foi fundada por Otto Bauer, Karl Renner e Adolf Braun, tornando-se o órgão teórico da social-democracia austríaca ao empreender um permanente confronto com a cultura e a ciência burguesas da época.<sup>3</sup> Graças, sobretudo, a sua linha editorial original, autônoma em relação ao partido operário social-democrata austríaco (SDAPÖ), logo *Der Kampf* se tornou a maior concorrente, na área do socialismo de língua alemã, da revista *Die Neue Zeit*, fundada por Karl Kautsky em 1882.

Desde o início, o trabalho teórico dos intelectuais austromarxistas se articulou com as atividades do SDAPÖ, que surgiu por iniciativa de Victor Adler no Congresso de

---

em alguns dos seus seguidores, que se achavam nesse sentido, por assim dizer, predestinados pela sua ulterior profissão de fé materialista, segundo a qual o espírito e a vontade humana não têm propriamente nenhuma realidade na história e só aparentemente seriam ativos nessa; segundo a qual, portanto, todas as ideias da filosofia, da religião, do direito e da arte seriam, por assim dizer, somente as sombras que o poderoso movimento das relações econômicas projetaria na parede sensível dos cérebros humanos". M. ADLER, *Kausalität und Teleologie im Streit um die Wissenschaft*, Viena, 1904, p. 98. *Apud*, MEHRAV, P. Social-democracia austromarxismo. In: HOBSBAWM, ERIC J. **História do marxismo**, vol V. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, p. 256.

<sup>3</sup> Salientando a importância do excepcional clima cultural existente na capital do Império Habsbúrgico no início do século XX para o desenvolvimento dos temas teóricos do austromarxismo e referindo-se a *Der Kampf*, Giacomo Marramao escreve que: "A fundação desta revista havia surgido da exigência de dar voz aos pontos de vista originais que a jovem escola marxista de Viena tinha introduzido no debate da social-democracia austríaca; o que implicava já um (ainda que tácito) afastamento da política cultural perseguida por Kautsky com a *Neue Zeit*, revista da qual até então se haviam servido os social-democratas austríacos. A *Geistesgemeinschaft* austromarxista pôde, deste modo, produzir, servindo-se de sedes autônomas, um confronto de altíssimo nível com aquela cultura da "Grande Viena" que representa um fato de absoluta excepcionalidade na história de nosso século. Uma cultura manifestada no campo do direito nas teorias de Hans Kelsen (com quem, não por acaso, Bauer e Adler terão discussões cruciais ao longo dos anos 20); no campo da economia naquela *Viener Schule* de Karl Menger, Böhm-Bawerk e Wieser que, na "disputa sobre o método", tinha derrotado a *Historische Schule* alemã; no campo da lógica científica por Ludwig Wittgenstein (que estabeleceu uma ponte entre a cultura vienense e o mundo anglo-saxão) e pelo *Viener Kreis* de Carnap, Hahn, Neurath, e Schlick, que se havia alimentado com as teorias de Mach (um autor que foi um dos mais importantes pontos de referência do austromarxismo); no campo literário por Hoffmannstahl, Kraus, Musil, Roth, Zweig, Schnitzler, Bahr, Altenberg, etc.; no campo da pintura por Klint, Kokoschka, Schiele; no campo da música por Mahler, Schönberg e Richard Strauss; no campo da arquitetura por Hoffmann, Loos, Wagner, etc. E, por fim, no campo da psicanálise, por seu fundador Sigmund Freud, de quem Bauer era amigo e admirador). (MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, p. 14.)

Hainfeld de 1888-1889. Naquela ocasião, as organizações do movimento operário que lutavam isoladamente no vasto território do plurinacional Império Habsbúrgico confluíram em um partido unitário, cujo programa político era o resultado da aceitação, pelos representantes das organizações locais, no Congresso de Hainfeld, de uma declaração de princípios.<sup>4</sup> O programa do novo partido, que permaneceu em vigor até o Congresso de Linz de 1926, fora forjado em sintonia com os princípios fundamentais afirmados pela corrente majoritária do marxismo da Segunda Internacional. Em sua parte introdutória, o programa afirmava explicitamente que a causa do mal-estar social se encontrava “não em particulares instituições políticas, mas no fato que condiciona e domina a essência de toda a vida social: o fato que os meios de produção são monopólio de proprietários privados”.<sup>5</sup> Coerentemente com este diagnóstico, a solução dos problemas sociais se encontrava na “passagem dos meios de produção para as mãos da coletividade”.<sup>6</sup> A socialização teria acarretado não apenas a libertação da classe operária, mas também “a realização de um desenvolvimento historicamente necessário”<sup>7</sup>.

Até o fim da Primeira Guerra Mundial, Victor Adler dirigiu o SDAPÖ visando, em primeiro lugar, manter a unidade de sua estrutura heterogênea em torno dos princípios fundamentais afirmados ao Congresso de Hainfeld. Não obstante isso, como as transformações do capitalismo tomavam rumos claramente diversos daqueles previstos pelos princípios fundamentais da doutrina kautskyiana, o próprio Victor Adler, na abertura do debate sobre a revisão do Programa de Hainfeld, organizado como preparação para o Congresso de Viena de 1901, tomou “... a iniciativa de distanciar-se da teoria catastrofista da pauperização crescente (*Verelendungstheorie*), polemizando com todos os que a concebiam

---

<sup>4</sup> Em *O necrológio de Max Adler*, publicado a Praga nas páginas de **Der Kampf** em 1937, a propósito do contexto em que surgira e se desenvolvera o SDAPÖ Bauer escreve que: “Nos anos 90 se aprofunda a crise do velho Estado habsbúrgico. Os dois partidos históricos que haviam ocupado com sua luta a cena política durante os anos 60, o 'clericalismo feudal' e o 'liberalismo burguês', decaem rapidamente e são substituídos pelo movimento pequeno burguês dos cristãos-sociais e pelo nacionalismo, que expande progressivamente sua influência sobretudo dentre os intelectuais. A ascensão do nacionalismo agrava o conflito entre as nacionalidades e põe seriamente em cheque o arranjo plurinacional do Estado. Na desagregação da velha forma estatal e de suas expressões partidárias se desenvolve a socialdemocracia, que naquele período chega a se colocar, com o Congresso de Hainfeld de 1889 (obra prima de Victor Adler), como um partido unitário capaz de agregar, em torno de um projeto global, realidades culturais e nacionais diferentes e instâncias políticas até então operantes de forma centrífuga. O fato de expressar os interesses emergentes daquela sociedade industrial que, graças à revolução tecnológica de fins do século, crescia rapidamente em um contexto agrário e pequeno burguês, e de ter que representá-los em uma realidade econômica assaz heterogênea e multiforme, tornou a social-democracia austríaca sensível aos problemas da política e da ideologia que naqueles anos haviam ocupado o centro do debate do movimento socialista europeu”. (O. Bauer, Max Adler. *Ein Beitrag zur Geschichte des «Austromarxismus»*, **Der Kampf** (Prag), Jg. IV, 1937. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milano, La Pietra, 1977, pp. 09 – 10.)

<sup>5</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, p. 05.

<sup>6</sup> *Ibid*, p. 05.

<sup>7</sup> *Ibid*, p. 05.

como 'lei de ferro' e não como 'tendência'. E, diante da tendência, Adler dizia ser necessário levar em conta a contratendência constituída pelo movimento operário organizado, que se opõe com sua vontade ativa à objetividade da 'lei de movimento'...".<sup>8</sup> A partir dessa posição adleriana, segundo a qual a tendência à pauperização encontrava seu obstáculo na ação política do proletariado, o Congresso de Viena de 1901 corrigiu algumas proposições decisivas formuladas no programa de Hainfeld, abolindo o próprio Victor Adler a passagem acerca do “empobrecimento crescente de camadas cada vez maiores de população...”<sup>9</sup> e retificando de modo substancial aquela relativa ao conceito de “necessidade histórica”<sup>10</sup>. Apesar dessas modificações, no período anteguerra o desenvolvimento da social-democracia austríaca ocorreu basicamente dentro da tradição segundo internacionalista, mantendo-se o partido substancialmente alinhado com Kautsky no plano das opções políticas. Com respeito àquela tradição, os jovens intelectuais austromarxistas começaram a defender uma posição teórica heterodoxa, formando de fato uma tendência intelectual relativamente autônoma face ao SDAPÖ ao constituir associações e órgãos de comunicação próprios.

No plano teórico, um elemento decisivo para a formação inicial do austromarxismo foi o revisionismo bernsteiniano. Na virada do século, partindo da observação da existência de discrepância entre as previsões do Marxismo segundo internacionalista e as trajetórias realmente seguidas pelo capitalismo mundial em seu desenvolvimento, Eduard Bernstein “... sublinhara a necessidade de se empenhar na construção de uma 'marxística' (*Marxistik*), entendendo com este termo (...) um complexo teórico caracterizado por uma cientificidade rigorosa e por uma constante verificação das próprias proposições descritivas e predicativo-prescritivas em cotejo com os desenvolvimentos cognoscitivos das diversas disciplinas histórico-sociais...”.<sup>11</sup> A aceitação, pelos intelectuais austromarxistas, da sugestão bernsteiniana da urgência de se desenvolver cientificamente a teoria marxista para poder compreender os fenômenos novos, postos pelo desenvolvimento do processo social capitalista, manifestou-se claramente já no editorial com o qual se abria o primeiro volume da revista *Marx-Studien*: “tomando como ponto de partida o pressuposto de que o marxismo 'não é um sistema rígido', e defendendo-se preventivamente

---

<sup>8</sup> MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: E. J. HOBBSAWM, **História do marxismo**, v. V, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985, p. 294.

<sup>9</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado, pp. 05-06.

<sup>10</sup> MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. Citado, p. 294.

<sup>11</sup> MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. Citado, pp. 289-290.

das acusações de 'ortodoxia' e de 'dogmatismo', o editorial atribuía aos trabalhos que seriam hospedados na revista a tarefa de definir uma imagem nova e 'aberta' do marxismo – como patrimônio de ideias e de conceitos a ser mantido vivo através do contínuo confronto crítico com a realidade –, uma imagem que se podia definir apenas através de uma relação estreita do marxismo com o desenvolvimento do saber moderno”.<sup>12</sup> Foi sobre bases revisionistas, portanto, que o grupo austromarxista se estruturou programaticamente como uma escola de pesquisa social que, desde o início, excluía de seu trabalho uma abordagem excessivamente ortodoxa e filológica.

Ao constituir a nova escola marxista de Viena, seus fundadores abraçaram não apenas a crítica fundamental produzida pelo revisionismo bernsteiniano ao doutrinário ortodoxo de Kautsky, mas também sua crítica à tese kautskyana da coincidência de teoria marxista e movimento socialista. O distanciamento da formulação feita por Kautsky, da existência de um vínculo entre teoria e movimento, e a paralela aceitação, pelos jovens intelectuais austromarxistas, do postulado revisionista da separação entre marxismo e socialismo foram o duplice ponto de partida do projeto teórico austromarxista de desenvolvimento científico do marxismo. O projeto teórico de renovação e de vivificação do marxismo – que constituiu a essência do austromarxismo do período anteguerra – surgiu de um contexto em que, “diante da força crescente da social-democracia, a burguesia tomava consciência da impropriedade e da ineficácia da velha 'crítica vulgar' ao marxismo e desenvolvia uma 'crítica a Marx de nível mais alto', que se propunha a 'desrevolucionar' (*entrevolutionieren*) o movimento socialista”.<sup>13</sup> Uma vez verificada esta iniciativa da intelectualidade burguesa<sup>14</sup> – que visava excluir o socialismo como objetivo da luta social e assim reduzir o movimento operário à mera representação dos interesses econômicos imediatos da classe operária no âmbito da sociedade vigente –, os jovens intelectuais austromarxistas reagiram, empenhando-se para tornar o marxismo uma ciência (de cunho histórico-sociológico) capaz quer de compreender a crescente complexidade da estratificação social posta pelas transformações do capitalismo, quer de penetrar e explicar a multiplicidade

---

<sup>12</sup> RACINARO, R. *Marxismo, Stato e cultura moderna in Max Adler*. In: ADLER, M. (1922) **La concezione dello stato nel marxismo: Confronto con le posizioni di Hans Kelsen**, Bari: De Donato, 1979, pp. X-XI.

<sup>13</sup> MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 16.

<sup>14</sup> A propósito desta operação da cultura e da ciência burguesas, em 1937 o próprio Bauer escreveu que: “de Stammler a Rickert e a Kelsen, se desenvolve uma crítica a Marx que, utilizando argumentos kantianos de crítica do saber, contesta a possibilidade de uma ciência de leis causais do desenvolvimento social. Destarte, a teoria marxista da necessidade histórica e da inevitabilidade da revolução social devia ser superada e o socialismo reduzido a um postulado ético, a um mero princípio de avaliação e de ação no âmbito da ordem social existente”. (O. Bauer, Max Adler. *Ein Beitrag zur Geschichte des «Austromarxismus»*, **Der Kampf** (Prag), Jg. IV, 1937. *Apud*, MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 15).

e diversidade relativa dos distintos processos sociais que refletiam o desigual desenvolvimento da sociedade burguesa. Longe de requalificar o marxismo por razões meramente teóricas, os membros da nova escola marxista vienense valorizaram o estudo científico das transformações em curso no capitalismo para possibilitar a elaboração de uma estratégia para o movimento operário que fosse, ao mesmo tempo, revolucionária e adequada aos novos tempos. Em última instância, pois, foi o reestabelecimento da teoria marxista como norte para a direção da práxis socialista que animou os trabalhos do grupo austromarxista no anteguerra.

Além do Bernstein-Debate, outros fatores culturais mais tipicamente austríacos influenciaram o desenvolvimento inicial do austromarxismo, colocando-o na história do marxismo como uma tendência nova e ao mesmo tempo distinta das demais escolas marxistas que, naqueles mesmos anos, se estavam desenvolvendo em outros países, com fisionomias diferentes. A propósito destes fatores, em *Austromarxismus*, artigo publicado em 1927 nas páginas do cotidiano socialista vienense *Arbeiter-Zeitung*, o próprio Bauer escrevia que: “com o apelido de 'austromarxistas', designava-se então (antes da guerra) um grupo de jovens camaradas austríacos engajados na atividade científica: Max Adler, Karl Renner, Rudolf Hilferding, Gustav Eckstein, Otto Bauer, Friedrich Adler eram dentre eles os mais famosos. O que os unia não era um específico norte político, mas a peculiar natureza de seu trabalho científico. Todos cresceram em uma época em que homens como Stammler, Windelband e Rickert combatiam o marxismo com argumentos filosóficos; assim, estes camaradas sentiram a necessidade de se confrontar com as correntes filosóficas modernas. Se Marx e Engels haviam tomado como ponto de partida Hegel e os marxistas sucessivos o materialismo, os mais jovens 'austromarxistas' começaram em parte com Kant, em parte com Mach. Por outro lado, no meio acadêmico austríaco, eles precisavam confrontar-se com a escola austríaca de economia política; e também esta confrontação influenciou o método e a estrutura de seu pensamento. Por fim, na velha Áustria, perturbada por conflitos nacionais, todos precisavam aprender a aplicar a concepção marxista da história a fenômenos complexos que não toleravam um uso superficial e esquemático do método de Marx. Formou-se assim no seio da escola marxista uma comunidade espiritual (*Geistesgemeinschaft*) à qual – para distingui-la tanto da precedente geração marxista (representada sobretudo por Kautsky, Mehring e Cunow) quanto das contemporâneas escolas marxistas dos outros países, e em especial da

rusa e da holandesa, ambas desenvolvidas a partir de influências culturais substancialmente diferentes – foi dado o nome de austromarxismo”.<sup>15</sup>

No âmbito da práxis histórica, as transformações sociais que ocorreram no Império Habsbúrgico entre o último quartel do século XIX e o começo do XX, as quais constituíram também o pano de fundo do desenvolvimento do SDAPÖ, foram cruciais para a definição do caráter do novo grupo de intelectuais austromarxistas.<sup>16</sup> Durante os anos 90, a ascensão do nacionalismo havia acelerado e aprofundado a crise do Estado habsbúrgico, agravando subitamente o conflito entre as nacionalidades que o compunham. Naquele período surgira o SDAPÖ, que – devido principalmente ao fato de se tornar, com o Congresso de Hainfeld, a primeira organização política capaz de abranger todo o corpo plurinacional do Império – manifestara desde seu nascimento uma forte sensibilidade acerca dos problemas da estrutura estatal e da questão das nacionalidades. Além disso, num contexto caracterizado pela dificuldade do liberalismo habsbúrgico de se enraizar profundamente na sociedade austríaca daqueles anos, a social-democracia, na virada do século, tornara-se a única força política capaz de compreender e dar uma resposta construtiva aos problemas de uma sociedade que, embora ainda predominantemente agrária e pequeno-burguesa, estava então se industrializando e se urbanizando rapidamente. Assim, o SDAPÖ começou a exercer uma atração crescente sobre os intelectuais e, concomitantemente, a despertar uma atenção cada vez mais intensa sobre o mundo científico e acadêmico habsbúrgicos, razão pela qual as universidades austríacas, em contraste com o que estava ocorrendo de forma mais ou menos

---

<sup>15</sup> O. BAUER, *Austromarxismus*, *Arbeiter-Zeitung*, 1927. *Apud* MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado. pp. 11-12.

<sup>16</sup> Como destaca Perez Mehrav, “toda uma série de características típicas do austromarxismo encontra sua explicação parcial no período inicial do movimento operário austríaco. A acentuada valorização austromarxista da manutenção da 'unidade organizativa' do partido (ameaçada constantemente por forças centrífugas) e a marcada tendência de seus membros à 'tolerância em face de opiniões diversas e de correntes opostas no interior do partido' haviam surgido como produto da influência do caráter plurinacional do Império dos Habsburgos, transformando-se, com o passar do tempo, em uma mentalidade profundamente arraigada do austromarxismo. O fato que o regime político da monarquia dos Habsburgos – em contraste com aqueles presentes na Rússia czarista e também, durante muito tempo, na Alemanha Guilhermina – tivesse sido certamente conservador, mas não ao ponto de frustrar *a priori* qualquer tentativa de arrancar dele importantes concessões, mediante adequado emprego de forças e exploração cuidadosa de suas debilidades e contradições internas, havia resultado no predomínio de uma 'perspectiva reformista' dentre os expoentes do grupo austromarxista. As experiências na luta política e especialmente na luta pelo direito de voto, mostrando claramente que as reformas jamais poderiam ter sido conquistadas por via puramente parlamentar e que teriam sido realizadas exclusivamente pela mobilização das massas, que deveriam ir às ruas para substanciar a pressão parlamentar exercida pelo partido, haviam atribuído ao movimento austromarxista seu caráter de 'reformismo militante'. E a mobilização das massas na luta pelas reformas havia exigido do austromarxismo a conservação 'da teoria e da terminologia revolucionária': de fato, 'não permitiu que surgissem entre suas fileiras nem a concepção de uma revisão teórica do marxismo revolucionário, nem o culto do pragmatismo reformista tais como se manifestavam, naquele mesmo momento, no interior da social-democracia alemã’”. MEHRAV, P. *Social-democracies austromarxismo*, *In: HOBSBAWM, ERIC J. História do marxismo*, vol V. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1985, pp. 253-255.

intensa em outros países, reduziram as barreiras que discriminavam sistematicamente os intelectuais marxistas. No âmbito dos contatos entre o marxismo e a grande cultura europeia, que se intensificaram na virada do século, portanto, foi na Áustria que a confrontação entre a cultura burguesa e os intelectuais marxistas ocorreu de forma mais intensa, resultando, a longo prazo, na elaboração, pelo austromarxismo, de uma visão teórico-política de altíssimo nível.

O austromarxismo não foi um fenômeno unitário. Seus membros mantiveram-se concordes acerca das questões políticas fundamentais somente até o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. Depois, percorreram caminhos relativamente distintos.<sup>17</sup> À medida que os fatos que se sucederam entre 1914 e 1918 colocaram para os intelectuais austromarxistas problemas novos, diante dos quais eles defenderam posições políticas distintas, a guerra e seus desdobramentos quebraram a homogeneidade da Comunidade intelectual austromarxista.

No momento em que cessou de existir como grupo politicamente homogêneo, sob o impulso da guerra e de seus desdobramentos, o austromarxismo adquiriu um caráter mais acentuadamente político estratégico. De fato, a deflagração da guerra exigiu imediatamente de cada um de seus membros o alinhamento sobre posições pacifistas e internacionalistas ou interventistas e patrióticas. A guerra e a Revolução de Outubro impuseram aos intelectuais do grupo a necessidade de formar um juízo sobre a teoria e a práxis do bolchevismo. Depois da morte de Victor Adler, ao levar a corrente majoritária do grupo austromarxista à liderança da oposição de esquerda da social-democracia austríaca e, sucessivamente, à direção do SDAPÖ, a guerra exigiu que os austromarxistas enfrentassem diretamente as questões da organização do partido e de sua relação com o Estado. A derrota militar na guerra acarretou a desintegração e o fim do secular Império habsbúrgico, o que tornou urgente, para os austromarxistas, a busca de soluções para os problemas da nova e pequena República austríaca, de cujo governo agora participavam diretamente. Finalmente, a turbulência revolucionária – que sacudiu a Europa durante e logo após o fim da guerra – tornou indispensável para os austromarxistas a definição imediata de uma estratégia de transição ao socialismo que fosse adequada à nova realidade social. Chamado a se debruçar sobre todas essas questões postas pelo desenrolar da história, o grupo reafirmou seu compromisso com o método analítico de trabalho e com as concepções que a escola marxista de Viena havia

---

<sup>17</sup> Gostaria de destacar aqui que o publicista socialista norte americano Boudhor apelidou os expoentes da escola marxista de Viena de austromarxistas já antes de 1914.

construído a partir dos primeiros anos do século. Definiu-se assim, no período imediatamente posterior à guerra – quando os meios burgueses conservadores começaram a utilizar polemicamente o termo austromarxismo para denunciar as tendências radicais, “filoleninistas” e “austrobolcheviques” que estavam tomando a direção da social-democracia austríaca<sup>18</sup> – uma trajetória que o austromarxismo seguiu firmemente até o momento em que, em 1934, a ascensão do fascismo na Áustria pôs violentamente fim à sua existência.

## 1.2 O problema das nacionalidades e do Estado habsbúrgico

As atividades teóricas do grupo austromarxista, desempenhadas em função da elaboração de uma política de viés revolucionário para o SDAPÖ, giraram constantemente em torno de dois eixos principais: da explicação das transformações econômicas e sociais do capitalismo e da compreensão das mudanças de dimensão política dos processos sociais. Seus membros foram impelidos a desenvolver uma crítica sistemática da sociedade em que viviam, ancorada na perspectiva marxista, que haviam decidido abraçar e defender, perspectiva esta que lhes apontava como pressuposto para o sucesso da ação política do movimento operário o entendimento teórico dos problemas postos pelo processo histórico e social, como ainda a indicação de soluções políticas de cunho emancipatório aos explorados e oprimidos. No contexto do plurinacional Império dos Habsburgos, no período de anteguerra, uma parte importante de suas pesquisas sociais tomou assim a forma do estudo do problema das crises e da desagregação do Estado habsbúrgico, bem como do concomitante fortalecimento das tensões entre as nacionalidades existentes em seu território. Além disso, desde o início de seus trabalhos teóricos, os austromarxistas atribuíram grande importância à análise da questão das nacionalidades ao desempenhar o papel de agentes intelectuais do nacionalmente heterogêneo SDAPÖ. Naquela função, logo perceberam as dificuldades acarretadas à luta de classes pelo fato que as identidades nacionais se sobrepujam aos problemas sociais nas mentes das pessoas, chegando muitas vezes a encobri-los e escondê-los. Portanto, até a eclosão da

---

<sup>18</sup> O. BAUER, *Austromarxismus*, in: **Arbeiter-Zeitung**, 1927. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 12. Aqui, Marramao destaca com propriedade que, neste mesmo artigo, Bauer lembra que, no mesmo período, também alguns dentre os social-democratas começaram “a usar o termo austromarxismo para indicar aquelas concepções teóricas acerca das grandes controvérsias do socialismo internacional pós-bélico que, desenvolvidas paulatinamente dentro da social-democracia austríaca, encontraram sua síntese e formulação plena no Programa de Linz”.

Primeira Guerra Mundial, o complexo problema das nacionalidades e da unidade do Estado habsbúrgico foi um dos temas mais importantes da reflexão da escola marxista de Viena.

Em 3 de outubro de 1918, o SDAPÖ decidiu abraçar a teoria wilsoniana da autodeterminação dos povos, mudando assim subitamente sua política anterior sobre o problema da unidade do Estado e das nacionalidades. A partir do Congresso de Brunn, de 1899, o partido tinha defendido a manutenção da estrutura plurinacional do Estado Habsbúrgico e reconhecido o problema das nacionalidades como uma questão essencialmente cultural e linguística, que a substituição das velhas províncias imperiais por uma administração autônoma para cada nacionalidade presente nos territórios habsbúrgicos teria solucionado satisfatoriamente. A linha política reformista, seguida tradicionalmente pelo SDAPÖ desde 1899, se havia articulado com a concordância política que antes da guerra havia caracterizado o grupo austromarxista também a propósito da questão das nacionalidades e do Estado, sobre a qual se debruçaram principalmente Renner e Bauer. De fato, Bauer sustentou, com Renner, a oportunidade de preservar o caráter plurinacional do Estado habsbúrgico, que ambos viam como uma das condições necessárias da eficácia da ação política transformadora do partido.<sup>19</sup> Bauer havia, outrossim, compartilhado a convicção renneriana da necessidade e da viabilidade de uma reforma institucional que possibilitasse a permanência das nacionalidades no quadro do Estado habsbúrgico.<sup>20</sup> E, na opinião de Renner, as instituições políticas imperiais deveriam ser remodeladas segundo um padrão democrático-federalista; em suas obras *Staat und Nation* (1899) e *Der Kampf der österreichischen Nationen um den Staat* (1902), ele propôs “... que a Áustria fosse transformada em um Estado federal e democrático composto por diversas nações, dentro do qual cada cidadão residente no território da monarquia pudesse apelar a uma nação. Às nações dever-se-ia reconhecer a personalidade jurídica. O Estado federal deveria limitar-se à tutela dos interesses comuns, concedendo o maior espaço possível à autonomia nacional”<sup>21</sup>.

Por trás das soluções políticas convergentes propostas para o problema da unidade do Estado e das nacionalidades, desde o início Bauer e Renner lidaram com questão de formas bastante diferentes. “Enquanto Renner era profundamente ligado ao ambiente em que

---

<sup>19</sup> Bauer e Renner consideravam que o SDAPÖ teria sido condenado ao papel de partido provinciano de um pequeno Estado, caso a monarquia dos Habsburgos tivesse ruído. E temiam ainda que o desabamento da monarquia implicasse também uma dissolução do Estado plurinacional em seus elementos nacionais, reduzindo a Áustria alemã a um pequeno país caracterizado por autonomia política, e sobretudo econômica, reduzidas.

<sup>20</sup> A tese da transformabilidade do Império austro-húngaro em um “Estado federal de nações autônomas” foi sustentada por Bauer em *Geschichte Österreichs*, Wien, 1913, p. 48. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 26.

<sup>21</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado. p. 07.

desenvolvia sua ação política, tanto que se recusou até o fim a reconhecer o desabamento da velha Áustria – ainda em 1916 publicou *Österreichs Erneuerung*, uma obra que resumia suas propostas de reforma, e até 1918 *Der Kampf* polemizou contra as posições de esquerda a propósito da questão das nacionalidades – Otto Bauer, pelo contrário, tinha uma atitude fria e destacada em relação ao Império habsbúrgico, que ele aceitava apenas como imprescindível ponto de partida, mas seguramente não como meta ideal”.<sup>22</sup> Seus modos discordantes de tratar o candente problema das nacionalidades e do Estado revelavam uma acentuada e crescente divergência em suas respectivas abordagens e entendimentos teóricos daquelas questões. De fato, a teoria baueriana – exposta em seu livro sobre a questão das nacionalidades de 1907<sup>23</sup> – a propósito da nação como “comunidade de destino” (ou seja, como conjunto de aspectos culturais que caracterizam e unem os membros de um grupo nacional, ao mesmo tempo em que os diferenciam e separam dos componentes dos demais grupos sociais e nacionais, e cuja formação e dinâmica históricas deviam ser mantidas teoricamente separadas daquelas do Estado<sup>24</sup>) havia se distanciado substancialmente da visão de Renner, “... que fazia da nação, entendida como sujeito jurídico, uma componente em tudo e por tudo orgânica à constituição pluralista do Estado”<sup>25</sup>. E se Renner, a partir de um ponto de vista predominantemente sociológico-jurídico, “... através da crítica ao que ele chamava de 'concepção atomístico-centralista’”, chegara a uma ideia organicista de Estado como unidade dinâmica do pluralismo das nações, Bauer optara por uma abordagem genética, que o levava a relacionar o fenômeno da nação com o caráter complexo das lutas de classe que atravessam o “desenvolvimento da formação social”<sup>26</sup>, bem como a atribuir grande valor político ao “despertar das nações sem história”<sup>27</sup>, que considerava justamente como um dos mais importantes fenômenos concomitantes da transformação social da época.

A discrepância crescente nos percursos teóricos de Renner e Bauer acerca da questão do Estado e das nacionalidades havia refletido também na sua distinta interpretação das transformações sociais que, no começo do século XX, estavam mudando rapidamente a realidade em que viviam. Em sintonia com a linha de análise que, três anos mais tarde, levaria Hilferding a publicar *O capital financeiro*, Bauer, já em 1907, havia observado que a

<sup>22</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 08.

<sup>23</sup> O. BAUER, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*, **Marx-Studien**, II, Wien, 1907.

<sup>24</sup> Para uma apresentação exaustiva das ideias de Bauer sobre o caráter nacional ver: O. BAUER, A Nação. In: BALAKRISHNAN, GOPAL (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 45-69.

<sup>25</sup> MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. Citado, p. 301.

<sup>26</sup> *Ibid*, p. 301.

<sup>27</sup> O. BAUER, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*. Citado, p. 215.

passagem para a nova fase do capitalismo – caracterizada por um rápido crescimento dos cartéis, dos *trustes* e dos grandes bancos – relacionava-se com uma inflexão na trajetória seguida pelo desenvolvimento do princípio de nacionalidade, o qual, abandonado pela burguesia ao alcançar o poder social, tornava-se, sob a forma de luta pela inclusão na cultura nacional e pela alteração do “caráter nacional”, um dos objetivos principais da ação política de uma classe operária de fisionomia racionalista e revolucionária<sup>28</sup>. Coerentemente com sua convicção de que o “despertar das nações sem história” era uma das forças revolucionárias cruciais da luta de classes na nova fase do capitalismo, Bauer sustentou, juntamente com Renner, a proposta de uma federação de nações autônomas no seio do Estado habsbúrgico, não como um modelo ideal e um fim, mas sim como uma solução historicamente provisória. Em contraste com a tônica do discurso baueriano, Renner havia evidenciado o tema do Estado como fator unificante e como lugar de coexistência harmoniosa das diversas nacionalidades, recusando firmemente, ao mesmo tempo, a interpretação do nacionalismo que ameaçava a monarquia habsbúrgica como um elemento de progresso histórico.<sup>29</sup> Esses temas se entrelaçavam, em Renner, com uma leitura das transformações do período bélico segundo a qual a guerra produzia e acelerava importantes modificações na estrutura e nas funções do Estado que, em sua opinião, estava se tornando uma esfera de gestão da sociedade cada vez mais isolada e autônoma em relação aos interesses particulares de classe. De fato, em *Marxismo, guerra e internacional*, em 1917, ele havia afirmado que, “embora a sociedade sirva, em seu conjunto, aos interesses da classe capitalista, sua organização geral, a saber, o Estado, assume cada vez mais tarefas de administração social”<sup>30</sup>. Na mesma obra, ao observar um crescente antagonismo entre a economia (que continuava a servir aos interesses dos capitalistas) e o Estado (que servia de modo cada vez mais predominante ao proletariado), ele havia descrito claramente sua visão da forma específica que a luta de classes estava assumindo na época do capitalismo organizado, antecipando assim uma interpretação das mudanças sociais que teria sucessivamente defendido ao longo dos anos 20.

No que diz respeito ao problema das nacionalidades e da unidade do Estado, os cruciais fatos do período bélico quebraram a homogeneidade política do grupo

---

<sup>28</sup> A propósito desta inflexão na trajetória seguida, segundo Bauer, pelo desenvolvimento do princípio de nacionalidade ver: O. BAUER, A Nação. Em: BALAKRISHNAN, GOPAL (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Citado, pp. 69-83.

<sup>29</sup> K. RENNER, *Die Nation als Rechttidee und die Internationale*, Wien, 1914, p. 10-12. Apud MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. Citado, p. 303.

<sup>30</sup> K. RENNER, *Marxismus, Krieg und Internationale*, Viena, 1917, p. 27. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p 27.

austromarxista, levando Bauer a se distanciar da solução proposta por Renner, que continuou a confiar na praticabilidade de uma reforma de cunho democrático e federalista das instituições políticas plurinacionais do Império até sua queda. Após a Revolução de outubro e, concomitantemente, com a onda de greves que, em janeiro de 1918, pedia a cessação imediata da guerra, Bauer, em *Os pressupostos da Internacional*<sup>31</sup>, começou a defender a política de reivindicação do direito à autodeterminação das nações, defendida também por Lenin. Naquele mesmo artigo, Bauer sustentou que a proposta renneriana, de autonomia regional dentro do Estado plurinacional, manifestava uma “concepção reformista da luta de classes” que “cindiou tanto a internacional mundial quanto o partido em seu conjunto”.<sup>32</sup> A dura crítica assim levantada por Bauer à política de apoio às belicosas classes dominantes, à qual havia aderido o SDAPÖ durante a guerra, e seu ataque às soluções políticas tradicionalmente propostas por Renner para o problema do Estado e das nacionalidades, significaram o fim da convergência dos expoentes do grupo austromarxista sobre tais questões. Isto também constituiu fato político de crucial importância. Com efeito, quando, em 12 de novembro de 1918, foi proclamada a primeira República austríaca, o SDAPÖ já havia mudado sua política anterior sobre as questões do Estado e das nacionalidades, alinhando-se com a política wilsoniana do direito à autodeterminação dos povos e refletindo a posição teórica à qual seu novo líder, Bauer chegara, trilhando com coerência a linha de análise já traçada no período anteguerra.

### **1.3 O desenvolvimento do capitalismo e o problema da definição da política do movimento operário**

No período de anteguerra, a questão das nacionalidades e da unidade do Estado foi provavelmente o problema teórico mais espinhoso enfrentado pelo grupo austromarxista, empenhado na tarefa de indicar a estratégia política ao SDAPÖ. Desde o início, um dos traços fundamentais da escola marxista de Viena foi a convicção de seus membros de que a definição da política do movimento operário deveria se fundar sobre a sólida base da pesquisa social sistemática e não sobre afirmações doutrinárias e anacrônicas. De fato, a partir da

---

<sup>31</sup> O. BAUER, *Die Voraussetzungen der Internationale*, *Der Kampf*, XI, 1918. *Apud* MARRAMAO, G. *Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo*. Citado, p. 302.

<sup>32</sup> *Ibid*, p. 09.

constatação, pelos revisionistas, da crescente discrepância entre as previsões sobre o desenvolvimento do capitalismo feitas pelo marxismo segundo internacionalista e a efetiva dinâmica do processo capitalista – dinâmica esta inesperadamente afetada também pela presença e pela ação cada vez mais importante do movimento operário organizado – o grupo austromarxista se organizou como escola de pesquisa social, com o objetivo de elaborar uma estratégia para o movimento operário ajustada ao contexto em que operava, e engajou-se na renovação e revitalização do marxismo para que tal estratégia tivesse um viés revolucionário, ou seja, para que o marxismo fosse mantido como rumo teórico do movimento operário. Antes da guerra, um dos momentos mais significativos da manifestação dessa atitude cultural dos jovens intelectuais austromarxistas foi o debate entre Bauer e Kautsky, em 1909, a propósito do nexo entre realidade social, teoria e estratégia para a conquista do poder pelo proletariado. Tal debate sinalizou claramente a existência, entre os austromarxistas, de uma visão própria, ainda que embrionária, da transição ao socialismo, parcialmente distinta daquela predominante no marxismo segundo internacionalista.

Nas páginas do célebre opúsculo “O Caminho para o poder”<sup>33</sup>, de 1909, Kautsky havia substancialmente desaprovado a tática da participação imediata em governos de coalizão com os partidos burgueses próximos ao proletariado. Seus juízos sobre a opção política do movimento operário eram fundados no pressuposto de que o desenvolvimento linear do modo de produção capitalista teria, por si próprio, produzido a bipolarização da sociedade e, concomitantemente, o empobrecimento progressivo da classe operária, que logo se tornaria maioria na sociedade; em outras palavras, Kautsky acreditava na previsão de que o antagonismo entre burguesia e proletariado estava prestes a se agravar.<sup>34</sup> Partindo desse esquema teórico, ele apoiou a estratégia da ditadura do proletariado que, em um futuro próximo, poderia ser exercida através da maioria absoluta parlamentar pelo partido social-democrata. Segundo ele, a revolução proletária, sob a forma de transição gradual ao socialismo, teria ocorrido nos países de capitalismo avançado, onde o movimento operário estaria maior e mais forte. Na resenha (publicada na revista *Der Kampf*<sup>35</sup>) ao opúsculo kautskiano, Bauer, mesmo acolhendo a solução política e a perspectiva gradualista propostas

---

<sup>33</sup> K. KAUTSKY, *Der Weg zur Macht*, Berlim, 1909.

<sup>34</sup> A tal propósito Kautsky escreve que: “À medida que avança, de maneira necessária e incontida, a expansão contínua do modo de produção capitalista, torna-se cada vez mais inevitável e incontida a oposição decisiva a esta expansão: a revolução proletária”. K. KAUTSKY, *Der Weg zur Macht*, Berlim 1909. *Apud*, MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 44).

<sup>35</sup> O. BAUER, *Der Weg zur Macht. Der Kampf*, II (1909), pp. 337-344.

por Kautsky, contestou duramente o valor de suas suposições teóricas.<sup>36</sup> Para ele, a conjectura kautskiana, segundo a qual o desenvolvimento linear da concentração e da centralização capitalistas teria conduzido necessária e inevitavelmente à revolução proletária, estava fundamentalmente errada. Para além das habituais e corteses afirmações de substancial acordo, em suma, Bauer rejeitou o núcleo doutrinário da reflexão política kautskiana.

Ao apreciar criticamente o opúsculo “O Caminho para o poder”, ao mesmo tempo em que descartava sua base doutrinária, Bauer analisou o desenvolvimento do capitalismo, apontando que sua dinâmica se caracterizava por transformações sociais profundas. “Na época passada do capitalismo individual, (escrevia Bauer), cada empresário estava submetido às leis da concorrência, que operavam como potências naturais que escapavam ao controle, não somente do indivíduo ou de uma organização, mas do próprio Estado; eram leis que atuavam, parafraseando Engels, 'sem que os interessados o soubessem'. Sem dúvida estas leis são ainda operantes, já que toda mudança conjuntural mostra às organizações capitalistas as barreiras insuperáveis de seu poder. Hoje, porém, o ditame das leis da vida econômica capitalista deve passar pela cabeça dos homens, deve ser discutido e decidido por suas organizações. Todo acontecimento se torna, assim, um ato consciente das organizações. Também o Estado está hoje se transformando em uma organização deste tipo. O liberalismo de Manchester morreu. Todas as organizações econômicas tentam colocar o Estado a seu serviço: não pedem mais que esse se limite a proteger a propriedade, mas querem que intervenha diretamente na vida econômica”.<sup>37</sup> Para Bauer, as transformações sociais, sob o impulso da acelerada cartelização e trustificação da economia, estavam consolidando uma nova fase do capitalismo, cuja fisionomia era nitidamente distinta da anterior. Na nova fase histórica, a pauperização dos trabalhadores, intrínseca à economia capitalista, era modificada pela luta de classes do movimento operário organizado, e a propensão capitalista à divisão nítida da sociedade entre burguesia e proletariado era limitada também pela crescente ação do Estado, que tornava a estratificação social cada vez mais complexa. Portanto, a probabilidade de um iminente colapso do capitalismo era reduzida. E a possibilidade de uma espontânea transição ao socialismo era remota.

---

<sup>36</sup> A tal propósito, em seu artigo, Bauer observou que: “Precisamente porque consideramos justo o resultado a que chega a investigação kautskiana sobre o 'caminho para o poder', parece-nos extremamente perigoso apoiar sua demonstração em premissas erradas ou bastante precárias. Não cremos que o proletariado se torne maduro para travar a luta decisiva pelo poder somente quando não mais puder conquistar nenhum sucesso sob o domínio burguês. Ao contrário!”. O. BAUER, *Der Weg zur Macht*, citado, p. 340. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 45.

<sup>37</sup> O. BAUER, *Der Weg zur Macht*. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 45-46.

O distanciamento entre a análise do desenvolvimento capitalista feita por Bauer e a interpretação kautskiana do mesmo fenômeno levou o jovem estudioso austromarxista a afirmar a exigência de uma renovação da estratégia endógena do movimento operário. Para Bauer, na nova fase do capitalismo, a tática baseada principalmente na agitação propagandística do objetivo final do socialismo tornara-se obsoleta e ineficiente, já que não mais existia uma massa proletarizada e empobrecida para ser mobilizada por essa propaganda, ao contrário do que sustentava Kautsky. Não bastavam mais, à espera do momento da revolução proletária, a propaganda do futuro socialista e a concomitante difusão de um saber de cunho enciclopedista entre os trabalhadores: a luta de classes exigia agora a militância, nas fileiras da socialdemocracia, de intelectuais comprometidos com uma teoria de fisionomia científica e não doutrinária. Em 1910, no opúsculo “O socialismo e os intelectuais”<sup>38</sup>, Max Adler sublinharia a importância decisiva da função desempenhada pelos intelectuais enquanto portadores de ciência na construção do socialismo, superando assim a abordagem economicista kautskiana que tendia a solucionar o problema da consciência científica do movimento operário com a tese da inexorável proletarização da camada intelectual. Naqueles mesmos anos, portanto, os trabalhos de Adler seguiam na direção tomada por Bauer em sua reflexão sobre o problema do ajustamento das ferramentas de luta do movimento operário à nova forma da realidade social.

Na nova fase do capitalismo, caracterizada pela preponderância das grandes organizações em todas as esferas da sociedade, o engajamento dos intelectuais social-democratas no movimento operário havia-se tornado, para os austromarxistas, um fator decisivo na luta de classes. Em contraste com a opinião kautskiana – segundo a qual era “inevitável que a classe operária desenvolvesse sua própria organização sindical e política (...) tivesse ou não uma ideologia socialista”<sup>39</sup> – Bauer considerava que a passagem do descontentamento social (crescente nos momentos de agravamento da crise da economia capitalista) à ação coletiva organizada exigia a mediação dos intelectuais. Sem a intervenção deles na luta de classes, a consciência socialista não se teria difundido entre os trabalhadores, prejudicando assim o desenvolvimento das organizações operárias e, conseqüentemente, piorando a situação do equilíbrio das forças de classe<sup>40</sup>, posto que a classe capitalista já

---

<sup>38</sup> M. ADLER, *Der Sozialismus und die Intellektuellen*, Viena, 1910. *Apud* MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. Citado, p. 297.

<sup>39</sup> K. KAUTSKY, *Der Weg zur Macht*, Berlim 1909. *Apud*, MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 47.

<sup>40</sup> Já no livro ‘A questão das nacionalidades e a Socialdemocracia’ – em que havia apresentado os importantes resultados de suas pesquisas acerca da nação – Bauer discutiu também o tema da definição da política do movimento operário em vista da emancipação dos trabalhadores, chegando, assim, a conclusões que

desfrutava amplamente da intervenção de outros intelectuais em seu favor. Diante da constatação de que seria um equívoco esperar que o desenvolvimento do capitalismo tivesse produzido espontaneamente uma identidade socialista dentre os trabalhadores, o papel político dos intelectuais social-democratas já não podia ser somente, como sustentava Kautsky, o de “coordenar todas as diferentes reações do proletariado contra sua própria exploração”;<sup>41</sup> mas deveria ser o de explicar aos trabalhadores a nova forma das instituições sociais em que viviam, de dar ciência à classe operária “da nova interdependência entre economia e política”<sup>42</sup> que estava rapidamente se delineando. Destarte, a política do movimento operário responderia ao salto de qualidade que a dominação burguesa estava dando na nova fase do capitalismo.

Já antes da guerra, portanto, a pesquisa baueriana – alvo da crítica de Kautsky acima reportada – havia apontado a importância do estudo das mudanças que transformavam a relação existente entre as esferas política e econômica da sociedade na passagem do capitalismo individual para a nova fase monopolista do capitalismo. Assim, enquanto a reflexão kautskiana se mantivera no campo do determinismo econômico e da linearidade dos processos sociais, Bauer, em sua análise, começava a chamar a atenção para o caráter globalmente social da dinâmica do capitalismo e para suas transformações. Apesar dessa importante abertura em seu enfoque analítico, Bauer, até a eclosão da guerra, havia concentrado sua atenção apenas na função econômica da intervenção estatal, enquanto seus aspectos políticos permaneciam ocultos. Somente quando participaram do governo do Estado austríaco, durante os primeiros anos do pós-guerra, Bauer e Adler perceberam a questão da autonomia relativa do Estado em relação à dinâmica das classes sociais, pois se depararam com uma série de resistências inesperadas, provindas do interior do aparelho do Estado e da política internacional. De fato, foi o fracasso da tentativa de implementação, durante o governo de coalizão, dos dois pontos cruciais do programa político do SDAPÖ (a saber: o plano de socialização e o projeto de anexação da Áustria à Alemanha) que levou os

---

viria a repropor várias vezes ao longo de sua obra. Para ele, na construção do socialismo, a função sócio-pedagógica desempenhada pela social-democracia era imprescindível. Bauer explicitou esse crucial e constante aspecto de seu pensamento político escrevendo que: “Em primeiro lugar, deve-se despertar as energias adormecidas no proletariado, incentivando-o a adquirir uma consciência de classe que dê forma ao nebuloso rancor das massas trabalhadoras e ao seu instinto revolucionário, educando-as para uma luta consciente de seus próprios objetivos, baseada em uma clara compreensão da natureza dos antagonismos de classe. Só assim a massa confusa do proletariado se transformará em uma força compacta, animada por uma clara vontade política...”. *Apud* LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p.146.

<sup>41</sup> K. KAUTSKY, *Der Weg zur Macht*, Berlim 1909, *apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 47-48.

<sup>42</sup> O. BAUER, *Der Weg zur Macht*. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 48.

austromarxistas a aprofundar o estudo da forma política da sociedade e, assim, incluir a noção de autonomia relativa do Estado em sua análise, nos primeiros anos 20. Os resultados deste estudo aos quais chegaram Bauer e Adler – então dirigentes do SDAPÖ – tiveram como efeito a saída do partido do governo do Estado federal e sua dedicação à administração exemplar da municipalidade de Viena que foi, nas palavras de Karl Polanyi, “um dos mais espetaculares triunfos culturais da história ocidental”, bem como, por outro lado, a criação, em 1923, da *Republikanischer Schutzbund*: uma organização paramilitar dos operários social-democratas que, dirigida por Julius Deutsch, contava com um contingente de 120.000 – 150.000 homens armados.

Quanto ao nexos entre realidade social, teoria e tática do movimento operário, é mister salientar desde já que, durante os anos 20, Kautsky continuou a afirmar o mesmo rígido embasamento teórico que havia usado no opúsculo “O Caminho para o poder”, porém modificando completamente a opção política que havia proposto durante o período de anteguerra. Em 1922, ao mesmo tempo em que deixou de apoiar o princípio da ditadura do proletariado, ele começou a sustentar explicitamente a tese do governo de coalizão como forma política própria da fase de transição, não obstante em 1909 tivesse criticado esta opção ao defini-la como uma manifestação de utopismo revisionista.<sup>43</sup> Como ele mesmo precisaria um ano depois, em sintonia com sua visão mecanicista e economicista do desenvolvimento capitalista: “é o incessante fortalecimento do proletariado que serve de fundamento à inevitabilidade da etapa de um governo de coalizão, que cedo ou tarde deve se converter numa realidade em todos os países com uma indústria capitalista”.<sup>44</sup> Apesar de manifestar notável coerência teórica, a reflexão política kautskiana se manteve, portanto, fundamentalmente doutrinária, fiel a um marxismo dogmático e incapaz de compreender as grandes mudanças que estavam então transformando o capitalismo.

Naqueles mesmos anos, a reflexão política baueriana continuou divergindo das posições expressas por Kautsky à medida que, coerente com a atitude que havia caracterizado

---

<sup>43</sup> A tal propósito, Kautsky escreveu que: “Em seu célebre *Zur Kritik des sozialdemokratischen Parteiprogramms*, Marx escreve: 'Entre a sociedade capitalista e a comunista, está o período de transformação revolucionária de uma para a outra. E lhe corresponde igualmente um período de transição política, cujo Estado já não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado'. Baseando-se nas experiências dos últimos anos, podemos mudar esta frase no que concerne ao governo e dizer: Entre a época do Estado meramente burguês e a do Estado democrático regido com uma base meramente proletária, está um período de transição política, cujo governo estará dado normalmente sob a forma de um governo de coalizão”. K. KAUTSKY, *Die Proletarische Revolution und ihr Programm*, Berlim, 1922. Apud MARRAMAO, G. “Técnica Social”, Estado e transição entre social-democracia weimariana e austro-marxismo. Em: **O político e as transformações – crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos 20 e 30**. Belo Horizonte: Oficina do livro, 1990, p. 181.

<sup>44</sup> K. KAUTSKY, *Die Marxsche Staatsauffassung*, Jena, 1923. Apud MARRAMAO, G. “Técnica Social”, Estado e transição entre social-democracia weimariana e austromarxismo. Citado, p. 181.

o grupo austromarxista desde os primeiros anos do século, Bauer buscou manter a pesquisa social sistemática como fundamento da definição da política do movimento operário. Esse traço decisivo de sua reflexão política se manifestaria claramente já em 1919, quando, no congresso do SDAPÖ – em polêmica com Friedrich Austerlitz, então redator chefe do *Arbeiter Zeitung* (cotidiano oficial do partido), “... que havia afirmado que a ditadura do proletariado precisava ser rechaçada por razões morais” – Bauer incitou os camaradas a “... nunca perder de vista a diversidade das circunstâncias históricas e das realidades nacionais em que se encontravam a operar os partidos da classe operária”.<sup>45</sup> Essa característica predominante em sua reflexão política o levaria, partindo da observação do caráter não homogêneo e não sincrônico do desenvolvimento capitalista, e também da existência de diferentes tradições políticas nacionais, a afirmar, em polêmica com o bolchevismo e com a tendência predominante na social-democracia alemã, que a revolução proletária ocorreria em tempos e modos distintos nos diversos países capitalistas<sup>46</sup>.

A relutância, tradicional no austromarxismo, em recusar ou aceitar qualquer solução política a partir de uma apreciação dogmática e abstrata da realidade social, esteve por trás do juízo baueriano acerca da questão do governo de coalizão. De fato, nas discussões relativas à participação do SDAPÖ no governo federal, que ocorreram no seio da social-democracia austríaca, em 1920, Bauer – que naquele mesmo ano sustentaria a saída do partido do governo do Estado – declarou que um partido operário não pode “recusar em linha de princípio o governo de coalizão”.<sup>47</sup> Três anos mais tarde, no congresso de Viena do partido, ele afirmaria: “Precisamos parar de discutir a coalizão em geral. (...) Precisamos entender (...) que a coalizão em si não significa nada, mas pode significar, dependendo das circunstâncias, um instrumento da luta de classes (...) ou sua aniquilação (...). Quando o camarada Frühwirth (Michel Frühwirth, dirigente do sindicato dos têxteis) falou – e suas palavras certamente expressam a opinião de muitos operários – que nossos camaradas erraram, em 1920, ao sair da coalizão após as eleições, afirmou algo com o qual não concordo. Continuo, hoje como ontem, convencido de que se tratou de uma ação justa, feita ao momento certo (...). Se

---

<sup>45</sup> *Protokoll der Verhandlungen des Sozialdemokratischen Arbeiterpartei Deutschösterreichs*, Wien 1919, p. 229. *Apud*, MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 50.

<sup>46</sup> Vale a pena salientar aqui que, abordando o problema da transição ao socialismo deste ponto de vista, Bauer constatará, não diferentemente de Kautsky, o forte crescimento da força do proletariado que ocorria em todo o mundo capitalista naqueles anos. Em contraste com a visão fortemente mecanicista e economicista do desenvolvimento do capitalismo, tradicionalmente defendida por Kautsky, porém, Bauer sustentará que o impulso decisivo para o fortalecimento do movimento operário tinha vindo da Guerra mundial e da Revolução de outubro.

<sup>47</sup> O. BAUER, *Die alte und die neue Linke*, em **Der Kampf**, Jg. XIII, 1920, p. 256. *Apud* MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 50.

tivéssemos permanecido na coalizão, esta não teria mais sido uma coalizão como aquela de 1919, onde nós estávamos fortes, mas sim uma coalizão na qual não teríamos conseguido impor nada, e teríamos apenas tido a honra de sermos corresponsáveis por um governo cristão-social”.<sup>48</sup> Portanto, a decisão de Bauer de fazer com que o SDAPÖ abandonasse a coalizão partiu exatamente de sua atenta análise da dinâmica do equilíbrio das forças de classe na Áustria do pós-guerra, análise que, durante aqueles anos, assumiria posição crucial na reflexão política baueriana.

Além da constatação de uma tendencial piora no equilíbrio das forças de classe na Áustria, por trás da rejeição baueriana a dar acolhida a novos governos de coalizão estava também sua observação do caráter do Estado austríaco recém-democratizado, em cuja estrutura contraditória ele enxergava a manifestação das relações capitalistas de domínio. De fato, quando, em 1928, surgiu para o SDAPÖ a oportunidade de participar de um novo governo de coalizão com o partido cristão-social, Bauer, em polêmica com Renner, afirmou: “O poderoso mecanismo de dominação com o qual o capital submete a democracia continua a funcionar mesmo quando no governo estão os social-democratas (...). Claro, da compreensão deste perigo não se deve extrair a conclusão de que a social-democracia nunca deve entrar em um governo de coalizão. Deve-se concluir, porém, que ela pode entrar numa coalizão somente quando está, dentro do governo, forte o bastante para poder agir eficazmente nos interesses da classe operária (...). Se não dissermos à classe operária que na sociedade capitalista todo governo – mesmo um governo de coalizão do qual participam os social-democratas – está sujeito à pressão do mecanismo econômico ideal de dominação do capitalismo, ela participará da eventual coalizão cheia de ilusões e de esperanças. Então a coalizão se concluirá inevitavelmente com uma amarga desilusão das massas.”<sup>49</sup> Conforme se verá a seguir, a constante preocupação com a manutenção da unidade do partido e a ameaça real de uma cisão interna levariam Bauer a argumentar, na segunda metade dos anos 20 (mais uma vez em forte polêmica com Renner), contra o retorno do SDAPÖ ao governo de coalizão do qual, em 1920, pelos mesmos motivos, o partido havia sido impelido, pelo próprio Bauer, a sair.

---

<sup>48</sup> *Parteitagprotokoll* 1923, p. 198. *Apud*, MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 50-51.

<sup>49</sup> O. BAUER, *Kapitalherrschaft in der Demokratie*, **Der Kampf**, Jg. XXI, 1928, pp. 343 e 354. *Apud*, MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 51.

## Capítulo 2

### Os efeitos da Primeira guerra mundial sobre a social-democracia austríaca e o austromarxismo

A Primeira guerra mundial e seus desdobramentos produziram um impacto extraordinário sobre todo o movimento operário europeu, provocando, inclusive, importantes transformações na social-democracia austríaca. Sob o impulso da guerra, o austromarxismo cessou de existir como movimento intelectual politicamente homogêneo<sup>1</sup>. Durante o período bélico, seus expoentes começaram não apenas a defender soluções políticas diferentes para a questão das nacionalidades e da unidade do Estado, mas também a discordar quanto ao candente problema do internacionalismo e do patriotismo. Apesar das importantes divergências surgidas, no seio do grupo austromarxista, sobre tais questões políticas fundamentais, o SDAPÖ (em antítese com a cisão que ocorreu na social-democracia alemã) soube manter-se unido, atravessando assim, sem grandes abalos internos, os turbulentos anos de 1917 e 1918. Naqueles anos de guerra, porém, importantes eventos – tais como a rápida expansão de uma onda de greves de massa pelos territórios do Império dos Habsburgos, a aceleração da desagregação do Estado habsbúrgico (com a simultânea explosão das tendências autonomistas no seio das diversas nacionalidades que o compunham) e a Revolução de outubro na Rússia – promoveram brusca mudança política no interior do partido. A oposição de esquerda – guiada antes por Friedrich Adler e sucessivamente por Otto Bauer – tornou-se majoritária. Paralelamente ao deslocamento para a esquerda do equilíbrio político interno, estabeleceu-se, no seio do partido, a liderança da corrente austromarxista de Max Adler e de Otto Bauer, que assumiu sua direção quando da morte de Victor Adler ocorrida em 11 de novembro de 1918.<sup>2</sup> Sob a nova direção, a estratégia do SDAPÖ orientou-se subitamente para o internacionalismo e o pacifismo.

Em contraste com as declarações de cunho pacifista e internacionalista, feitas durante os congressos da Internacional Socialista antes de 1914, ao eclodir a Primeira guerra

---

<sup>1</sup> Vale a pena lembrar que, em face dos eventos do período 1914 - 1918, os expoentes da escola marxiana de Viena, apesar de terem deixado de concordar quanto às soluções políticas para os problemas mais urgentes, não abandonaram o patrimônio cultural e o método de trabalho que haviam elaborado desde os primeiros anos do século: ao contrário, esses foram por eles empregados sistematicamente em suas atividades teórico-políticas.

<sup>2</sup> Victor Adler havia dirigido o SDAPÖ desde sua fundação, no Congresso de Hainfeld, de 1889.

mundial a classe operária abraçou as bandeiras nacionais e os partidos social-democratas apoiaram a atitude belicosa dos respectivos governos nacionais. No âmbito do Império dos Habsburgos, a posição do SDAPÖ sobre a guerra manifestou-se claramente no editorial, escrito pelo redator chefe, Friedrich Austerlitz, e publicado, em 5 de agosto de 1914, nas páginas do cotidiano oficial do partido, *Arbeiter Zeitung*: o editorial apoiava abertamente a decisão tomada um dia antes pela SPD de votar os créditos de guerra e chegou mesmo a denominar o dia 04 de agosto como “o dia da nação alemã”.<sup>3</sup> O SDAPÖ (cujas decisões sobre as questões políticas mais importantes tradicionalmente convergiam com as da social-democracia alemã<sup>4</sup>) só não chegara a agir da mesma forma porque, em julho de 1914, o Conde Stürgkh, presidente do Conselho do Império habsbúrgico, dissolvera o parlamento, iniciando assim uma drástica virada autoritária. Contudo, com a persistência do conflito e de seus horrores inauditos, desenvolveu-se no SDAPÖ (como em vários outros partidos social-democratas) uma oposição que clamava por mudanças em suas políticas e por iniciativas em favor da paz. Antes da eclosão do conflito mundial, o embrião da futura oposição de esquerda no interior da social-democracia austríaca havia sido o círculo “Karl Marx”, composto apenas por um restrito grupo de militantes. “Faziam parte do círculo, além de Friedrich Adler (o qual, na iminência da guerra, começara a animar – em polêmica com seu pai, Victor – uma intensa campanha contra a política de trégua), Gabriele Proft, Robert Danneberg, Max Adler, Therese Schlesinger, Leopold Winarski, Anna Strömer-Hornik e Franz Koritschoner (sobrinho de Rudolf Hilferding e futuro fundador do Partido Comunista Austríaco)”.<sup>5</sup> No período de anteguerra, Otto Bauer não havia participado diretamente das atividades do círculo, embora tivesse mantido frequentes contatos com seus membros. No início das operações militares, Bauer foi chamado a servir o exército austro-húngaro como oficial e quando regressou a Viena, em setembro de 1917, o círculo “Karl Marx” já não existia mais.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Citado em: LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, p. 8.

<sup>4</sup> A propósito da ampla convergência política que existira, até a Primeira guerra mundial, entre SDAPÖ e SPD, Giacomo Marramao escreve que: “como, muitos anos depois, Trotsky irá recordar em sua autobiografia, até o chamado “congresso inexistente” de Viena (o congresso da Internacional que deveria ter tido lugar no verão de 1914), as posições de conjunto do Partido austríaco não se distinguiram de modo relevante daquelas da social-democracia alemã”. *Apud* MARRAMAIO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. *In*: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, v. V, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985, p. 281.

<sup>5</sup> MARRAMAIO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. *In*: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, v. V, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985, p. 281.

<sup>6</sup> Em 21 de outubro de 1916, após Friedrich Adler ter assassinado o Conde Stürgkh, “...a polícia começou a investigar o círculo Karl Marx que, segundo um relatório de 26 de outubro de 1916 do Ministério Público de Viena, tornara-se ‘o ponto de concentração da atividade da oposição’, razão pela qual foi pedida sua dissolução, por ser considerada uma organização ‘perigosa’ para o Estado”. MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, p. 119.

A oposição de esquerda dentro da social-democracia europeia nasceu, após o fracasso da Segunda Internacional, como decorrência das conferências de Zimmerwald e de Kienthal, que tiveram, respectivamente em setembro de 1915 e em abril-maio de 1916, lugar na Suíça neutra.<sup>7</sup> Durante a Conferência de Zimmerwald, a crença na necessidade de lutar pela paz e na oportunidade de combater o social-patriotismo e, portanto, a política de apoio à guerra que dominava as direções dos vários partidos social-democratas foi unanimidade entre os participantes. Contudo, com exceção desse importante elemento de coesão, havia tendências distintas no seio do movimento operário internacionalista e pacifista: de fato, à sua corrente de direita se contrapunha a ala de esquerda, integrada pelos bolcheviques que “... sob a direção de Lenin, consideravam as conferências de Zimmerwald como plataforma de lançamento para uma futura Internacional comunista”.<sup>8</sup> Durante a Conferência de Kienthal, em que a habilidade tática de Lenin teve papel crucial para a definição das relações de força entre suas diversas componentes, a corrente de direita, que se tornara minoritária, “... foi rechaçada por ser reputada 'kautskiana’”.<sup>9</sup> Em 1919, emergiu da Comissão socialista de Kienthal, “... a Terceira Internacional, dirigida por Moscou, enquanto os partidos social-democratas, no mesmo ano, se reuniram a Berna e deliberaram continuar a Segunda Internacional”.<sup>10</sup> Já durante a guerra, portanto, iniciou-se a divisão interna do movimento operário que caracterizará politicamente a história das décadas seguintes.

No Império dos Habsburgos, durante a guerra, as pessoas sofriam não apenas os enormes sacrifícios impostos pelo conflito, mas também o peso de uma feroz repressão policial. Lá, a oposição à mentalidade predominante no interior do SDAPÖ começou a se formar oficialmente em 3 de dezembro de 1915, quando os membros do círculo “Karl Marx” anunciaram sua adesão aos princípios pacifistas zimmerwaldianos, com a publicação simultânea, em vários jornais europeus, do Manifesto dos internacionalistas da Áustria aos internacionalistas de todos os países.<sup>11</sup> A partir daquele momento, seu desenvolvimento foi rápido: de fato, a oposição de esquerda apareceu publicamente pela primeira vez já na Reichskonferenz da social-democracia austríaca, que ocorreu em Viena entre 25 e 27 de março de 1916, e onde apresentou programa próprio. Naquela ocasião, porém, o duplice pedido de adesão à plataforma de Zimmerwald e de cobrança ao governo de uma paz sem

---

<sup>7</sup> Na Alemanha, a formação de uma oposição à mentalidade então predominante no SPD levou à constituição de um novo partido, o USPD (partido social-democrata independente).

<sup>8</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado, p. 10.

<sup>9</sup> *Ibid*, p. 10.

<sup>10</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado, p. 10.

<sup>11</sup> MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. *In*: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, citado, p. 281.

anexações, formulado ao SDAPÖ por Friedrich Adler e pelo grupo dos internacionalistas, foi rechaçado, o que revelou claramente que a oposição restava minoritária no partido.

Dois fatos de grande repercussão internacional, ocorridos em Viena e estreitamente ligados entre si, levaram ao fortalecimento decisivo da oposição de esquerda interna da social-democracia austríaca: o assassinato do Conde Stürgkh e o processo contra Friedrich Adler.

Em 21 de outubro de 1916, após ter publicado, em *Der Kampf*, vários apelos ao partido austríaco SDAPÖ e ao Birô Socialista Internacional, na fracassada tentativa de retomar a discussão sobre a guerra, Friedrich Adler – almejando uma reviravolta na linha política seguida pelo SDAPÖ e o abalo da passividade e da inércia que dominavam suas bases – assassinou, com quatro tiros, o Conde Stürgkh, que se tornara, desde que dissolvera o parlamento em julho de 1914, o principal símbolo do absolutismo que tinha voltado a caracterizar o Estado habsbúrgico.<sup>12</sup> Alguns meses depois, o efeito daquele gesto emblemático de Friedrich Adler sobre as bases do partido foi amplificado pela autodefesa sustentada (18 e 19 de maio de 1917) no tribunal especial que o processava, e na qual Adler assumiu a responsabilidade pelo assassinato. Tais fatos coincidiram com a chegada da notícia da derrubada do Estado czarista pela Revolução de fevereiro que, encontrando os trabalhadores em acentuado descontentamento, desencadeia em solo habsbúrgico uma crescente onda de greves operárias. Sobre este pano de fundo, a paixão e o brilho dos argumentos utilizados em sua autodefesa fizeram de Adler o símbolo da luta contra o absolutismo imperialista do Estado habsbúrgico e da oposição contra o social-patriotismo dos líderes do SDAPÖ, responsáveis pela deterioração social-chauvinista do partido. “A solidariedade dos operários a Adler, atestada pelos próprios documentos do governo, se traduziu em agitações, das quais participaram também os estudantes, e durante as quais foram distribuídos panfletos firmados ‘os socialistas revolucionários vienenses’”.<sup>13</sup> As manifestações de apoio e solidariedade a Friedrich Adler fizeram com que, já no mês de setembro de 1917, a pena de morte contra ele fosse comutada pela Suprema Corte de Justiça em dezoito anos de prisão. Esta comutação foi influenciada pelo sentimento das forças conservadoras, que sustentavam o poder do império habsbúrgico, de que era necessário evitar o colapso político e militar, no contexto histórico da

---

<sup>12</sup> A propósito das numerosas polêmicas desencadeadas pelo gesto de Adler no movimento operário internacional, versando sobre terrorismo político e as condições necessárias para a ele se recorrer legitimamente numa situação crítica, vale a pena destacar aqui que as reações oficiais da social-democracia austríaca e alemã foram de dura condenação, porém a avaliação política feita pelos socialistas italianos, e sobretudo por Lenin, foi positiva. MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 21-22.

<sup>13</sup> MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 23.

Revolução Russa de fevereiro de 1917, que insuflava os socialistas, e do recente ingresso dos Estados Unidos na Guerra, que gerava o aumento da demanda militar. Na relação de forças no interior da social-democracia austríaca, a ação de Friedrich Adler provocou um nítido fortalecimento da oposição de esquerda, que pôde assim participar da terceira conferência do movimento operário pacifista e internacionalista, ocorrido em Estocolmo, em 5 de setembro de 1917<sup>14</sup>.

A guerra mundial não apenas fez surgir e fortalecer a oposição de esquerda no interior da social-democracia austríaca, mas também levou à fragmentação política do grupo austromarxista a propósito do problema da guerra. Com efeito, Friedrich Adler<sup>15</sup> – durante as discussões que animaram a Reichskonferenz (25 e 27 de março de 1916) da social-democracia austríaca – não apenas criticou abertamente “... a política 'social-patriota' seguida pelo pai”,<sup>16</sup> que dirigia à época o partido e era seu líder incontestado, mas também “... polemizou violentamente com Karl Renner sobre o apoio da direção do partido à guerra”. No congresso do SDAPÖ, que aconteceu de 19 a 24 de setembro de 1917, a oposição de esquerda, “...referindo-se ao movimento internacional das conferências de Zimmerwald e lembrando o dever de 'mobilizar as massas em caso de guerra' (proclamado pelos congressos da Internacional socialista de Stuttgart e de Copenhague), exigiu uma enérgica ação em favor da paz e condenou a atitude da executiva”<sup>17</sup> do partido, cuja política de apoio à guerra era então defendida, dentre os expoentes do grupo austromarxista, por Renner.

Em *'Marxismo, guerra e Internacional'*,<sup>18</sup> Renner, justificando seu apoio à guerra, destacou que, enquanto à “Internacional dos fatos”<sup>19</sup> não viesse a corresponder “uma ordem jurídica internacional”,<sup>20</sup> a guerra continuaria sendo uma possibilidade trágica da vida dos povos. No mesmo livro, ele defendeu também que, até o fim da guerra, “... o dever da autoafirmação precedia qualquer outro dever”,<sup>21</sup> bem como que “a abnegação pretendida pela esquerda teria conduzido à afirmação, não do socialismo, mas sim do imperialismo,

---

<sup>14</sup> Vale a pena destacar que nenhum membro do SDAPÖ havia participado nem da Conferência de Zimmerwald de setembro de 1915, nem da Conferência de Kienthal do ano seguinte.

<sup>15</sup> Friedrich Adler era membro da escola marxista de Viena desde o anteguerra e participava da redação da revista *Der Kampf* desde 1913.

<sup>16</sup> MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 282.

<sup>17</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado, p. 9.

<sup>18</sup> K. RENNER, **Marxismus, Krieg und Internationale**, Viena, 1917.

<sup>19</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado, p. 9.

<sup>20</sup> *Ibid*, p. 9.

<sup>21</sup> *Ibid*, p. 10.

provavelmente do czarismo”.<sup>22</sup> Segundo ele, a oposição de esquerda, ao pretender uma ação internacional da classe operária contra a guerra, estava repetindo os erros do anarquismo, que acreditava poder resolver as contradições existentes “... através de uma vontade e de uma ação explosivas”.<sup>23</sup> Tais argumentos de Renner sobre os problemas políticos da guerra não eram menos válidos que aqueles empregados pela esquerda,<sup>24</sup> enquanto seu desejo de paz era indubitável.<sup>25</sup> E, de resto, tratava-se do mesmo desejo de paz que animava também os estudiosos austromarxistas que apoiavam a oposição de esquerda, e que continuavam a compartilhar com Renner o método de trabalho desenvolvido pela escola marxista de Viena no anteguerra, mas não mais as soluções por ele propostas para os problemas políticos mais urgentes.

Após um período transcorrido na Rússia como prisioneiro de guerra, Bauer retornou à Viena em setembro de 1917, e encontrou o SDAPÖ com robusta oposição interna de esquerda que, sobretudo graças ao gesto extremo de Friedrich Adler, obtinha apoio crescente das massas. Uma vez em sua pátria novamente, Bauer logo começou a exercer intensa ação política em favor da esquerda, inclusive redigindo a declaração programática da oposição para o congresso do partido, que se reuniu de 19 a 24 de setembro de 1917. Os três anos de prisão haviam produzido, em Bauer, profunda mudança interior, que se refletia no deslocamento das posições moderadas (que havia defendido no período anterior à guerra) para uma atitude mais decididamente internacionalista e pacifista. Embora circulassem então boatos de que Bauer havia regressado da guerra engajado como “emissário de Trotsky”, na verdade – apesar dos contatos que efetivamente tivera anteriormente com Trotsky e com Riazanov – seu ponto de vista alinhava-se com a posição “... manifestada pelo 'centro

---

<sup>22</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado, p. 10.

<sup>23</sup> *Ibid*, citado, p. 10.

<sup>24</sup> Durante os trabalhos do Congresso de setembro de 1917 supramencionado, a contraposição entre Renner e os expoentes da esquerda austromarxista abarcou não apenas a discussão sobre a paz e o internacionalismo, mas também o debate concernente à relação entre o partido e o Estado, que mais tarde se tornará um dos problemas de teoria política mais espinhosos enfrentados pelo grupo. De fato, em sua declaração programática, a oposição no interior do SDAPÖ, em polêmica direta com Renner, defendeu que: “O reformismo conduz necessariamente ao ministerialismo. Nós rejeitamos toda colaboração duradoura com os partidos burgueses e qualquer formação de coalizões. Aderimos firmemente ao velho princípio: nem um homem e nem um centavo para o Estado capitalista!”. A tais argumentos, certamente legitimados pelos horrores da guerra, Renner respondeu lembrando que: “a sociedade capitalista, tal como a conheceu, vivenciou e descreveu Marx, não existe mais!”. “O Estado nos domina no processo laborativo, o Estado hoje tem em suas mãos o ser humano como um todo. Nessas condições, a classe operária não pode fazer uma política que leve em conta apenas os princípios gerais, ignorando a práxis concreta da vida no Estado”. A conclusão destas teses, cujo valor também era indubitável, era a de que a tomada do poder do Estado era o objetivo principal do movimento socialista. *Ibid*, p. 12.

<sup>25</sup> A existência de forte consciência internacionalista em Renner é comprovada pelo fato de que, até sua morte, ele sempre trabalhou para a criação de uma ordem jurídica internacional, cuja implementação teria permitido travar a luta contra a guerra com sucesso.

marxista' de Martov".<sup>26</sup> Impregnada por aquele radicalismo de esquerda,<sup>27</sup> a contribuição Baueriana em prol da oposição no interior do partido demonstrou-se logo decisiva: um sintoma claro de seu ulterior fortalecimento foi que, em janeiro de 1918, no Primeiro Congresso dos Conselhos Operários alemães, a delegação austríaca, liderada pelo expoente da esquerda, Robert Danneberg, marchou unida com a delegação do Partido social-democrata independente (USPD) que, durante a guerra, havia surgido da aversão à mentalidade social-patriota dominante na social-democracia alemã.

Quando Bauer regressou à pátria, portanto, o fortalecimento da oposição de esquerda no interior do SDAPÖ era uma tendência política já evidente no partido: seu principal mérito foi, como seu novo líder, o de conduzi-la até sua vitória final. Os meses que se sucederam à sua chegada a Viena foram caracterizados por um processo de radicalização das lutas operárias influenciado pela Revolução de Outubro, cujo clímax foi alcançado em janeiro de 1918, quando uma onda de greves – iniciada nas fábricas de Wiener Neustadt para depois se expandir rapidamente para outras regiões do Império – pediu a cessação imediata do conflito. Durante aqueles meses de turbulência revolucionária, o ingrediente principal da iniciativa política baueriana foi um enorme esforço para manter a união do partido, cujo equilíbrio político rapidamente se deslocava para esquerda, convencendo a ala oposicionista a não romper com a direção. Mormente em decorrência da tática unitária por ele adotada, Bauer conseguiu, poucos dias após a proclamação da República, assumir a direção do SDAPÖ, o que produziu de imediato importantes efeitos políticos. Sob a nova direção, a política do partido tornou-se logo decididamente pacifista e internacionalista. E, especialmente graças à sua nova linha radicalmente esquerdista, desde o início do Estado republicano austríaco a iniciativa política do partido conseguiu o apoio da esmagadora maioria da classe operária e terminou por deixar claramente minoritárias todas as outras forças de esquerda e, em particular, o Partido Comunista Austríaco (KPÖ),<sup>28</sup> evitando assim que se perpetuassem na

---

<sup>26</sup> MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 278.

<sup>27</sup> A propósito de seu novo radicalismo político, numa carta a Kautsky, de 28 de setembro de 1917, Bauer escreveu que: “Em geral, apenas uma semana depois do regresso, reconheço-me no ponto de vista de Martov e de seus amigos. Os mencheviques propriamente ditos realizaram, a meu ver, uma política absurda (...). Por outro lado, porém, os bolcheviques seguiram uma política aventureirista das mais perigosas. A superestimação da própria força (...) encontrou uma expressão fiel na prática de Lênin e de Trotsky. A fideísta ilusão jacobina na onipotência da guilhotina foi substituída em Petersburgo por uma igualmente fideísta ilusão na onipotência do fuzil. Entre esses dois extremos, a ala internacionalista dos mencheviques manteve uma justa posição intermediária. Portanto, também lá [na Rússia], a razão está com o 'centro marxista'”. *Apud* MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 278.

<sup>28</sup> O Partido Comunista Austríaco foi constituído em 3 de novembro de 1918, nos dias imediatamente precedentes à proclamação da Primeira República Austríaca.

social-democracia austríaca as dissidências e as dilacerações que, naquele momento, perpassavam a social-democracia alemã.

Concomitantemente ao surgimento da Primeira República austríaca, em novembro de 1918, Friedrich Adler foi anistiado, logo retomando sua atividade política em favor do internacionalismo e do pacifismo. Durante os trabalhos da conferência socialista reunida em Viena, em fevereiro de 1921, e preponderantemente por iniciativa de Adler, surgiu a União dos partidos socialistas para a ação internacional, mais conhecida como Internacional de Viena,<sup>29</sup> cujo objetivo principal era o de “... reunificar em uma única organização todo o proletariado revolucionário, superando a cisão entre a recém-nascida Terceira Internacional e a ressurgida Segunda Internacional”.<sup>30</sup> A Internacional de Viena – da qual participam representantes do SDAPÖ, do USPD e do Partido social-democrata suíço – conseguiu, sob a ação política de Adler, reunir em Berlim, em abril de 1922, a Conferência das três Internacionais. Apesar do notável sucesso inicial da Internacional de Viena, suas atividades não durariam muito: já em 1923, no congresso de Hamburgo, seus representantes decidirão confluír na Internacional Operária Socialista (IOS). Não obstante seu desaparecimento precoce, a União dos partidos socialistas para a ação internacional refletiu a tentativa austromarxista de desempenhar uma função hegemônica em nível internacional, fundando e mantendo ativa uma organização de cunho internacional capaz de se distanciar e de se afirmar perante o bolchevismo e a social-democracia alemã<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Karl Radek, porta-voz da Internacional Comunista, designou ironicamente a Internacional de Viena de “Internacional dois e meio”.

<sup>30</sup> MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 24.

<sup>31</sup> Em sintonia com as posições de F. Adler, no pós-guerra também o SDAPÖ – no qual a esquerda havia se tornado majoritária – se distanciou das duas principais correntes em que se dividia o movimento operário: “...à Terceira Internacional não queria aderir porque ela pretendia aplicar o esquema da revolução bolchevique a todos os demais países e punha condições inaceitáveis de adesão: os 21 pontos formulados por Zinoviev ao II congresso da Terceira Internacional. A Segunda Internacional, por outro lado, continuava contagiada pela doença hereditária do Socialpatriotismo”. LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 11.

## Capítulo 3

### A concepção austromarxista de transição ao socialismo

#### 3.1 A acentuação austromarxista da pluralidade e da multiformidade do processo revolucionário

A República austríaca, proclamada em 12 de novembro de 1918, foi governada inicialmente por uma coalizão formada por cristãos-sociais, alemão-nacionais e social-democratas. No interior do novo Estado republicano, a considerável influência política, recém-alcançada pela social-democracia, manifestou-se claramente quando o governo de coalizão – do qual inicialmente Renner foi Primeiro Ministro – foi capitaneado durante quase dois anos pelo SDAPÖ. Sob a direção de Bauer, o SDAPÖ começou a desempenhar suas novas funções de governo em circunstâncias extremamente difíceis, provocadas pelo quase simultâneo desabamento dos impérios habsbúrgico, guilhermino e czarista, bem como pela Revolução de Outubro. Do ponto de vista social, a crescente agitação revolucionária dos anos 1917 e 1918 – que se articulava com a guinada à esquerda do partido – radicalizou-se ulteriormente quando foram proclamadas as repúblicas dos conselhos na Hungria e na Baviera, respectivamente em 21 de março e em 7 de abril de 1919. Naquela ocasião, grupos consideráveis, formados por membros da classe operária e por soldados recém-retornados da guerra perdida, reivindicaram a instauração de uma ditadura do proletariado de cunho russo. A direção do SDAPÖ optou por não apoiar essas reivindicações: ao contrário, usou sua grande autoridade para conter os operários e os soldados, evitando que desencadeassem um levante violento. Os próprios ministros social-democratas, Julius Deutsch (Defesa) e Matthias Eldersch (Interior), foram os responsáveis pelo bloqueio das tentativas insurrecionais que se seguiram até meados de 1919, a maioria das quais eram insufladas pela Internacional comunista. Os dirigentes do SDAPÖ, que eram decididamente hostis ao uso da violência, estavam convencidos que na Áustria uma ditadura do proletariado teria sido derrotada pela fome, e que o país teria sido ocupado militarmente pelos exércitos vitoriosos na guerra mundial, os quais teriam sucessivamente apoiado um regime de terror branco. Além disso, a direção do partido possuía uma visão própria de transição ao socialismo – parcialmente distinta daquelas presentes tanto na social-democracia alemã quanto no bolchevismo –

segundo a qual a negação do valor do modelo bolchevique de revolução para a Europa central e ocidental desempenhava um papel essencial. O principal efeito político da tática então adotada pela direção do partido foi a consolidação da hegemonia política do SDAPÖ no interior da classe operária austríaca.

Em contraste com a linha política seguida pelo SDAPÖ, o KPÖ, durante a primavera de 1919, retomou com vigor a mesma iniciativa política de tipo golpista que havia utilizado no dia da proclamação da República austríaca, quando sua tentativa de tomar o poder mediante uma ação de cunho insurrecional havia fracassado. Naquele momento em que se acentuava a radicalização da classe operária na Europa central, especialmente após os provisórios sucessos das revoluções na Hungria e na Baviera, os bolcheviques e o próprio Lenin acreditaram que o desencadeamento da revolução na Áustria e na Alemanha fosse iminente. Sobre a base daquele diagnóstico, financiados e influenciados por Béla Kun, que então presidia a República dos Conselhos na Hungria, os comunistas austríacos, partindo do modelo bolchevique de revolução, tentaram desencadear o levante da classe operária austríaca. O efeito político do insucesso da sangrenta insurreição, tentada em 15 de abril, e do sucessivo fracasso da cruenta tentativa de *putsch* de 15 de junho de 1919 foi a acentuação da marginalização do KPÖ no movimento operário austríaco, já em curso desde novembro do ano anterior. Após a derrota política na Áustria, a Internacional Comunista acusou os membros da direção do SDAPÖ, e especialmente Bauer, de terem traído a revolução, culpando-os de terem utilizado todos os meios ao seu alcance para bloquear a insurreição nas ruas de Viena.<sup>1</sup> Apesar daquelas duras censuras, Lenin logo compreendeu com clareza o erro que os comunistas haviam cometido na Áustria, “... tanto que em ‘*O extremismo, doença infantil do comunismo*’, escrito no ano seguintes aos fatos em questão, sentiu a necessidade de criticar a ‘falsa consciência’ daqueles ‘sinistros’ que haviam ‘trocado seu desejo, sua posição ideológica e política pela realidade objetiva’”<sup>2</sup>.

No dia imediatamente posterior à trágica conclusão do levante insurrecional comunista, Bauer enviou, através de Robert Danneberg,<sup>3</sup> uma carta a Bela Kun, em que

---

<sup>1</sup> A tal propósito, como exemplo Perez Mehrav lembra que: “O porta-voz da Internacional Comunista, Karl Radek, acusava então a social-democracia austríaca de “utilizar todos os meios para impedir o proletariado austríaco de unir suas forças às do proletariado húngaro – os víveres poderiam provir de Banato e da Eslováquia –; de criarem em conjunto um exército proletário, como meio de frustrar os ataques da contrarrevolução; de indicarem juntos o caminho a ser seguido pelo proletariado das outras nações da ex-monarquia dos Habsburgos”. MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. In: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, vol 5. Rio de Janeiro: editora paz e terra, 1985, p. 259.

<sup>2</sup> MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 40.

<sup>3</sup> Robert Danneberg foi um conhecido expoente da esquerda austromarxista, que desempenhou uma função de grande relevo na administração da “Viena vermelha”.

apontou as razões que haviam levado o SDAPÖ a recusar a reivindicação, apresentada pelo KPÖ, de realizar uma República soviética austríaca, aliada à República dos Conselhos húngara. Segundo Bauer, na Áustria a instauração de uma ditadura do proletariado era então inviável por dois motivos: o primeiro era “... de política interna, relacionado à peculiar estrutura social da Áustria (que era uma federação de províncias em sua maioria agrícolas, em que prevalecia a pequena propriedade de um campesinato hostil à classe operária e pronto a enfrentar uma guerra civil caso fosse estabelecida uma ditadura do proletariado); o outro, de política exterior, constituído pela subalternidade econômica e estratégico-militar da Áustria alemã às potências da Entente (as quais teriam certamente reagido à transformação revolucionária da Áustria em uma República soviética com uma intervenção militar que afetaria inevitavelmente também o proletariado húngaro)”.<sup>4</sup> A solidez dos argumentos apresentados por Bauer a Bela Kun – para justificar a atitude política do SDAPÖ de aversão com respeito à linha política seguida pelo KPÖ – foi confirmada, poucos meses depois, pelo triste desfecho das repúblicas conselhistas da Hungria e da Baviera. A República húngara foi “... derrubada em agosto de 1919 pela ação conjunta do exército romeno e do almirante Horthy que, explorando a raiva antioperária e anticamponesa dos pequenos proprietários de terras, instituiu o ‘terror branco’ da contrarrevolução no interesse dos latifundiários”.<sup>5</sup> Quanto à Baviera, sua República “... caiu sob os golpes dos ‘Freikorps’ nacionalistas – nos quais tiveram um papel ativo também as potências da Entente”<sup>6</sup>.

Os motivos expostos por Bauer na carta a Bela Kun descreviam com exatidão a situação social da Primeira República Austríaca.<sup>7</sup> Com base naquele diagnóstico, os dirigentes

---

<sup>4</sup> MARRAMAIO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, p. 41.

<sup>5</sup> *Ibid*, p. 43.

<sup>6</sup> *Ibid*, p. 43.

<sup>7</sup> A situação social austríaca apresentava profundas diferenças com respeito àquela húngara. A propósito destas diferenças, com grande propriedade Giacomo Marramao escreve que: “Enquanto a Áustria sofria pela escassez de matérias primas e de produtos agrícolas e consumia alimentos que lhe eram enviados, através da Itália, pelos países da Entente, e especialmente pelos Estados Unidos, a Hungria dispunha de grande abundância de alimentos, sendo dotada de uma economia agrícola baseada no cultivo extensivo de cereais. Além disso, enquanto na Áustria predominava a pequena propriedade camponesa (...), na Hungria havia, ao lado dos proprietários de pequenas fazendas, um grande número de camponeses assalariados que trabalhavam em grandes propriedades: de fato, enquanto na Áustria existia uma nítida divisão (que a social-democracia nunca conseguirá superar) entre conselhos operários e camponeses, na Hungria os camponeses assalariados não apenas estiveram disponíveis para uma aliança com os operários, mas até mesmo os anteciparam, provocando, com a ocupação das terras, a primeira faísca da revolução. Finalmente, enquanto a Áustria era vigiada pelas forças da Entente, a Hungria havia conseguido facilmente (pelo menos num primeiro momento) se desvincular das fracas tropas tchecas, sérvias e romenas, que a ocupavam”.

Aquelas diferenças econômicas e sociais existentes entre a Hungria e a Áustria haviam impregnado características diferentes em suas respectivas social-democracias. A tal propósito, mais uma vez demonstrando grande perícia, Marramao observa que: “Áustria e Hungria, que desde 1867 eram – mesmo dentro da moldura do Império – autônomas na política interior, tinham produzido mesmo antes da revolução regimes distintos: o primeiro, como é notório, mais flexível e aberto (a ponto de conceder, em 1907, o sufrágio universal que fez da

austromarxistas do partido (e especialmente Bauer) argumentaram, em substância, que “... o verdadeiro problema não consistia em tomar o poder, mas em conservá-lo; e que uma Áustria socialista isolada, boicotada pelos camponeses (submetidos à influência clerical-burguesa), estaria condenada à intervenção militar estrangeira e a uma vitória da contrarrevolução, bem como abandonada à fúria do terror branco; o proletariado austríaco, diziam, devia ser defendido desse destino”.<sup>8</sup> Naturalmente, o indiscutível valor daqueles argumentos não excluiu toda e qualquer dúvida a seu respeito,<sup>9</sup> como também não eliminou a legitimidade de se apontar o valor dos contra-argumentos apresentados na polêmica que a decisão tomada pelo SDAPÖ – de responder negativamente ao pedido comunista de apoiar a realização de uma república dos conselhos na Áustria – suscitou. Entretanto, não há dúvida de que a condição necessária para a explicação daquela decisão sempre foi a indicação, junto com as condições sociais especificamente austríacas, do conjunto de ideias que, em ampla medida, determinaram-na, moldando assim, ao mesmo tempo, também a atitude política do SDAPÖ.<sup>10</sup> Função decisiva foi desempenhada, nesse sentido, pela concepção de transição ao socialismo

---

social-democracia, com 87 deputados em 400 cadeiras, o maior partido no Parlamento); o outro, abertamente autoritário e repressivo. Devido ao sufrágio restrito, os operários húngaros não tinham direito de voto e propunham suas reivindicações através do sindicato, cujas seções coincidiam com aquelas do partido social-democrata. Explica-se, desta forma, por que, enquanto na Áustria a social-democracia pôde desenvolver uma visão política global e rica de articulações, atraindo à sua órbita os intelectuais, na Hungria ela teve um forte caráter operário, que a deixou exposta às influências do sindicalismo revolucionário (emblemático, neste sentido, o caso do ‘socialista de esquerda’ Ervin Szabó, o intelectual de maior destaque do movimento operário húngaro antes da revolução, que exerceu também uma forte influência sobre Lukács). Essas características explicam em boa parte por que a radicalização do movimento operário ocorreu na Hungria de forma totalmente distinta que na Áustria, resultando em um fortalecimento do Partido Comunista que, podendo contar com um líder do perfil de Béla Kun, exerceu uma função de hegemonia, fazendo converter ao modelo soviético a social-democracia (com a qual se juntou em um partido unitário)”. MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 41-42.

<sup>8</sup> MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. In: HOBSBAWM, E. J. **História do marxismo**, vol 5, (citado), p. 259.

<sup>9</sup> De fato, até mesmo um profundo conhecedor do austromarxismo, como Norbert Leser, formulou suas próprias dúvidas a respeito dos argumentos mobilizados então pela direção do SDAPÖ, nos termos seguintes: “Não era absolutamente certo que as tropas da Entente seriam efetivamente mobilizadas; e que, no caso de uma mobilização, uma parte delas não se recusasse a combater. E tampouco era de se excluir a possibilidade de que as Repúblicas dos Conselhos vizinhas conseguissem garantir os víveres indispensáveis. Mas a vontade de explorar uma possibilidade tão débil e de enfrentar situações tão incertas não podia estar presente; examinando-se bem, ela faltara também antes e faltaria depois, em situações muito menos arriscadas e quando a coerência com as próprias convicções não podia ser facilmente eludida”. *Apud* MEHRAV, P. **Social-democracia e austromarxismo**. In: HOBSBAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 260.

Gostaria de salientar desde já que dissento totalmente da leitura que apresenta Bauer como excessivamente fiel ao marxismo ortodoxo e prisioneiro do dogma da unidade de teoria e práxis, dando muitas vezes interpretação ideológica da realidade social contemporânea (leitura esta proposta por Leser). Ver a tal proposito: LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, pp. 196-200.

<sup>10</sup> Como destaca justamente Marramao, para explicar a decisão tomada pelo SDAPÖ, é inútil insistir na tese da “traição” e da “ocasião perdida”, como ainda hoje faz, por exemplo, uma “...tendência historiográfica de derivação trotskista, que se apoia nos estudos de Roman Rosdolski sobre a “situação revolucionária na Áustria””. MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBSBAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 284.

presente na direção do partido, que se precisou na passagem do Império para os primeiros anos de vida da República.<sup>11</sup> O aspecto mais relevante daquela concepção foi o aprofundamento da complexidade, da pluralidade e da multiformidade do processo de transformação revolucionária, que estava claramente presente na carta a Bela Kun supramencionada, onde Bauer explicou ao presidente da República húngara a razão da tática que apoiava dentro do SDAPÖ da seguinte forma: “Eu creio que nós nos encontramos na primeira ou na segunda fase da revolução mundial. Mas eu concebo essa revolução de modo muito menos linear e como algo muito mais difícil, complexo, multiforme e diferenciado, conforme a época e o lugar, do que o faz a maior parte dos amigos mais próximos do senhor: e aqui está a raiz de nossas divergências táticas”<sup>12</sup>.

### 3.2 A interpretação austromarxista da Revolução de Outubro

Durante aqueles mesmos anos, a acentuação da complexidade, do polimorfismo e da pluralidade dos caminhos para o socialismo foi a razão principal da diferenciação da concepção austromarxista de transição ao socialismo, não apenas com respeito àquela predominante entre os comunistas dentro e fora da Áustria, mas também com relação àquela então defendida por Kautsky e pela social-democracia alemã. O progressivo distanciamento entre a concepção de transição predominante no SDAPÖ e aquela existente no SPD – enraizado predominantemente na diferença entre a análise política baueriana e a linha de reflexão seguida por Kautsky – manifestou-se claramente na divergência de suas respectivas interpretações da Revolução de Outubro.<sup>13</sup> Fiel ao espírito que havia caracterizado a escola

---

<sup>11</sup> Já no ensaio *Democracia e Conselhos operários*, publicado em Viena em 1919, Max Adler, rejeitando nitidamente o viés terrorista que a ditadura do proletariado estava tomando na Rússia, apontava – na multiformidade do processo revolucionário, no caráter democrático-parlamentar que a ditadura do proletariado deveria ter assumido na Áustria devido a suas peculiares condições sociais, bem como no longo trabalho preparatório (concebido como um programa de ação política) necessário seja para elevar o nível de consciência de classe no interior da classe operária, seja para garantir a adesão e o indispensável apoio das demais frações de trabalhadores ao projeto revolucionário da classe operária – os traços fundamentais da concepção austromarxista de transição ao socialismo. Ver a tal propósito: ADLER, M. **Democrazia e Consigli operai** (1919), Bari: Di Donato, 1970, especialmente pp. 29-53.

<sup>12</sup> Carta de Bauer a Bela Kun, de 16 de junho de 1919. *Apud* MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. *In*: HOBSBAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 285.

<sup>13</sup> Inicialmente, Bauer e Kautsky haviam compartilhado uma substancial rejeição da tática política defendida pelos bolcheviques. Demonstrando sofrer ainda dos resquícios da visão tradicionalmente segundo internacionalista ao destacar a primazia da economia sobre a iniciativa dos agentes políticos, ainda em outubro de 1918 Bauer, no artigo *Karl Kautsky und der Bolschewismus*, publicado em **Der Kampf**, havia escrito que: “O bolchevismo vê apenas o problema do poder e não aquele econômico. Visto que a guerra abalou gravemente o

marxista de Viena no período de anteguerra,<sup>14</sup> Bauer enfrentou a análise da Revolução russa de forma científica e aberta, considerando-a, em primeiro lugar, objeto de pesquisa social. O enfoque de Kautsky, ao contrário, tinha evidentes limites doutrinários e aderiu rigidamente ao marxismo segundo internacionalista: desde 1918, em seu escrito “*Die Diktatur des Proletariats*”, ele havia declarado peremptoriamente que “não existe socialismo sem democracia”.<sup>15</sup> Partindo daquele pressuposto, que restringiu constantemente sua capacidade de compreender os limites e as possibilidades da Revolução soviética, chegou, em 1921, em “*Von Demokratie zur Staatsklaverei*”, “... a encerrar definitivamente seu raciocínio sobre a experiência bolchevique, caracterizando-a como uma irreformável ditadura antissocialista”.<sup>16</sup> A interpretação não ideológica da Revolução russa, ao contrário, permitiu a Bauer descobrir nela um significado histórico universal. Segundo ele, a revolução na Rússia constituía um momento decisivo para o desenvolvimento histórico mundial, e de seu sucesso ou fracasso teria dependido o destino da classe operária europeia.<sup>17</sup> Esse juízo, presente já nos escritos que precedem a Revolução de Outubro,<sup>18</sup> foi confirmado pelo autor depois da tomada do

---

aparelho de dominação capitalista, e o proletariado pode agora conquistar o poder com relativa facilidade, os bolcheviques acreditam que seja possível implementar imediatamente a socialização; o socialismo estaria perdido, segundo eles, se a ocasião favorável não fosse aproveitada, ou à guerra não se seguisse imediatamente a revolução social em escala mundial. Kautsky, ao contrário, não considera a socialização como uma mera questão de poder, mas sim, em primeiro lugar, como um problema econômico, e chega assim a conclusões completamente diferentes. (...). É, portanto, para nós (...) uma necessidade nos reconhecermos abertamente como alunos respeitosos do já idoso mestre, nosso guia e amigo”. Conforme veremos melhor abaixo, logo depois, a interpretação baueriana da Revolução de Outubro começou a se afastar daquela kautskiana, acompanhando a evolução de sua concepção da transição ao socialismo ocorrida naqueles anos. Tal interpretação se transformou, refletindo tanto o abandono definitivo, por parte de Bauer, da visão segundo internacionalista de um fracasso inevitável da Rússia soviética, quanto a crescente solidariedade do autor perante aquela experiência, decorrente, também, de sua convicção da impossibilidade de construir o socialismo na Europa sem um diálogo com os bolcheviques. O trecho do artigo *Karl Kautsky und der Bolschewismus* aqui reportado se encontra em: LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, pp. 152-153.

<sup>14</sup> Em sintonia com a visão teórica que havia caracterizado o grupo austromarxista desde o início do século, em 1907, no artigo *Die Geschichte eines Buches* (Das Kapital), Bauer havia declarado “...que o marxismo nunca pode ser uma ortodoxia fechada, mas uma visão científica aberta e complexa, suscetível de enriquecimento e de desenvolvimento ao longo do tempo”. MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 32.

<sup>15</sup> MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, citado, p. 287.

<sup>16</sup> *Ibid*, p. 287.

<sup>17</sup> No opúsculo *Die russische Revolution und das europäische Proletariat* – publicado em Viena, com o pseudônimo de Heirich Weber, poucas semanas antes da conquista do poder pelos bolcheviques – Bauer estabeleceu claramente o vínculo entre a vitória da Revolução russa e o futuro do proletariado europeu, escrevendo que: “A Revolução russa levanta as grandes questões sociais e políticas também na Europa Central. A democracia está vitoriosa na Rússia, e na Europa Central chega a hora da batalha decisiva contra o domínio do feudalismo industrial e do capitalismo agrário. A vitória da Revolução na Rússia assegura a vitória da democracia também na Alemanha e na Áustria-Hungria. É, portanto, interesse vital de todo o proletariado europeu sustentar a Revolução russa (...) o futuro do proletariado europeu depende totalmente da vitória da Revolução russa”. *Apud* LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, p. 153.

<sup>18</sup> Já na carta a Kautsky, de 28 de setembro de 1917 (supramencionada, no capítulo 2, a propósito do novo radicalismo político manifestado por Bauer ao regressar a Viena), por exemplo, Bauer havia escrito : “As

poder pelos bolcheviques,<sup>19</sup> tornando-se sucessivamente uma constante nas análises bauerianas<sup>20</sup>.

Levados por diferentes interpretações da Revolução na Rússia, Bauer abandonou seu juízo – inicialmente negativo – sobre a Revolução de Outubro, enquanto Kautsky persistiu em sua rejeição acrítica do caminho para o socialismo delineado pelos bolcheviques. Diante da revolução socialista na Rússia atrasada, que rompia as previsões contidas na plataforma teórica da Segunda Internacional, Kautsky etiquetou a Revolução de outubro como um “parto prematuro”<sup>21</sup> sem longas perspectivas de vida. Bauer, afastando-se deste tipo de interpretação, afirmou, no opúsculo “Bolchevismo ou Social-democracia?”<sup>22</sup>, que o partido de Lenin era um partido revolucionário e socialista, que atuava com uma estratégia absolutamente adequada às condições históricas específicas da Rússia. Segundo ele, o bolchevismo havia surgido das peculiares condições sociais de luta do proletariado industrial russo, que eram aquelas de um país predominantemente agrícola e culturalmente muito atrasado.<sup>23</sup> Para ele, na Rússia, a proposta bolchevique de transição ao socialismo era sem dúvida válida. Em outros países, condições econômicas, políticas, sociais e culturais diferentes daquelas vigentes na Rússia levavam o movimento operário a percorrer legitimamente caminhos alternativos àquele bolchevique. Portanto, apesar da Revolução de

---

conquistas sociais da revolução são enormes. Todo o futuro do socialismo depende da possibilidade que se consiga salvar a revolução. Dever-se-ia explicar sobretudo à democracia francesa e inglesa o que podem significar para a democratização da Europa a vitória ou a derrota da revolução russa”. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 33.

<sup>19</sup> Em julho de 1919, por exemplo, logo após ter pedido demissão do cargo de Ministro do Exterior, em um discurso em que, fazendo um balanço aos eleitores de suas atividades à frente do ministério, registrava o fracasso de sua política, Bauer declarou: “Eu nunca fui um cego adversário do grande processo histórico de revolução social que está se desenvolvendo no Oriente”. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 35.

<sup>20</sup> De fato, por exemplo, ainda em 1932, quando o futuro Primeiro Ministro Dollfuss acusa Bauer, no Parlamento, de bolchevismo e de falta de compromisso com a democracia, este lhe responderá: “Eu considero um miserável burguesinho quem utiliza a palavra bolchevique como uma injúria ou um insulto (...). A revolução russa é o acontecimento mais extraordinário de nossa época. O historiador que for contar daqui a cinquenta anos a História universal de nosso tempo dedicará à revolução russa vários volumes, enquanto dedicará apenas umas poucas linhas a tudo o que ocorreu em nossa Áustria após a guerra. Qualquer contemporâneo dotado de razão deve lidar com os extraordinários problemas do bolchevismo. Eu vejo a grandeza histórica universal daquilo que acontece na União Soviética. Há quinze anos procuro estudá-lo cientificamente”. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 35.

<sup>21</sup> K. Kautsky, *Demokratie oder Diktatur*, Berlim, 1918. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 36.

<sup>22</sup> O. Bauer, *Bolchevismo ou social-democracia?* (1920). *In*: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 143-230.

<sup>23</sup> A propósito das condições feudais em que o campesinato russo havia sido mantido pelo despotismo czarista ver: O. BAUER, **Bolchevismo ou social-democracia?**. Citado, pp. 145-166.

outubro ter significado universal, o bolchevismo não era o único método possível e apropriado de revolução proletária<sup>24</sup>.

Em contraste com o discurso kautskiano, que afirmava abstratamente o valor universal do caminho democrático para o socialismo, Bauer pensava que a virtude do modelo de transição ao socialismo dependia da situação social específica existente em cada país, ou seja, das condições efetivas da luta de classes. Demonstrando ter uma visão marcadamente endógena do processo revolucionário, Kautsky, durante aqueles anos, sustentou uma teoria da transição em que a República de Weimar era considerada como um instrumento adequado para a realização do socialismo e na qual a estratégia apropriada já não era constituída pela ditadura do proletariado, mas pelo governo de coalizão.<sup>25</sup> A argumentação bauieriana, ao contrário, partia de uma visão política marcadamente internacionalista, apoiada no reconhecimento do fato que a tecedura de uma estratégia internacional de transição ao socialismo válida para toda a Europa exigia uma postura de diálogo com os bolcheviques.<sup>26</sup> Assim, para Bauer, no contexto social russo, a ditadura de uma minoria, sob a forma específica de uma ditadura da classe operária, era uma “necessidade histórica”. Situação histórica análoga à da Rússia revolucionária, em seus traços gerais, já havia existido durante a Revolução Francesa de 1789, que – em contraposição àquela puramente política de 1848 – tivera um caráter social e dera lugar à ditadura de uma minoria, sob a forma específica de uma ditadura do povo da cidade, que abolira as relações feudais de produção e assim libertara as novas forças produtivas capitalistas. Como a Revolução Francesa de 1789, também a revolução na Rússia tinha dimensão social e resultava na ditadura de uma minoria, na ditadura do proletariado instaurada por Lenin, que deveria libertar as forças produtivas socialistas e assim levar adiante o processo de industrialização, cujo desenvolvimento havia sido retardado pela permanência das forças aristocráticas e feudais. O contexto social russo era muito diverso

---

<sup>24</sup> Escreve a tal propósito Bauer: “A constatação das diferenças fundamentais entre as condições em que ocorre a luta nos levará a deduzir a necessidade que também seus métodos sejam fundamentalmente distintos, ainda que a luta tenha em comum a mesma causa, a causa do proletariado, e o mesmo objetivo, o objetivo do socialismo”. O. Bauer, **Bolchevismo ou social-democracia?**. Citado, p. 144.

<sup>25</sup> A tal propósito ver: K. Kautsky, *Die Proletarische Revolution und ihr Programm*, Berlim, 1922 e também K. Kautsky, *Die Marxsche Staatsauffassung*, Jena, 1923 citados acima, no capítulo 1, p. 21.

<sup>26</sup> O reconhecimento dos bolcheviques e da Revolução de Outubro era, no entreguerras, a condição necessária para a definição de uma linha unitária para o proletariado a nível europeu. Compreendendo tal necessidade, já em 1920, em *Die Bolschewiki und wir*, publicado em Viena sob o pseudônimo de Heinrich Weber, Bauer manifestou sua solidariedade com os revolucionários russos – antecipando, desta maneira, aquela que seria característica constante de sua posição nos anos seguintes – com as seguintes palavras: “Contra a burguesia que combate os bolcheviques com as calúnias da imprensa e com as baionetas de seus soldados, nós temos que nos colocar do lado dos bolcheviques, aos quais somos e permanecemos ligados por meio da comunidade internacional dos interesses de classe do proletariado e do comum ideal do socialismo”. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 35.

daquele existente na Europa central e ocidental, onde as velhas estruturas feudais já haviam sido superadas, antes, pelas precedentes revoluções, e onde o campesinato já não era mais elemento social politicamente passivo, como no passado. A classe operária centro-europeia já não estava mais isolada em poucos enclaves industriais urbanas e excluída da base social rural predominante. A realização da alternativa política da classe operária – que já não podia mais ocorrer sob a forma de ditadura de um proletariado urbano capaz de liderar, como vanguarda, o campesinato atrasado e politicamente indiferente – exigia que o proletariado desenvolvesse suas próprias formas de vida, de coexistência social e de organização econômica, as quais, seguramente, ganhariam o apoio da maioria da população, constituída de trabalhadores. Na Europa central e ocidental, em suma, o modelo bolchevique de transição não era a tática adequada para o exercício do domínio de classe do proletariado<sup>27</sup>.

Distanciando-se da rígida interpretação kautskiana, para a qual o modelo bolchevique de transição não era senão alternativa tirânica à democracia, Bauer argumentou que a ditadura despótica era apenas uma fase transitória que teria levado a sociedade russa à democracia, uma vez que, com o decorrer do tempo, tornar-se-ia cada vez mais inútil até ser finalmente abolida.<sup>28</sup> Segundo Bauer, as tensões existentes entre a ditadura do proletariado urbano – cuja economia política previa a transferência da economia camponesa para o controle direto do Estado soviético – e os camponeses – que queriam a propriedade privada da terra – eram enormes.<sup>29</sup> Apesar daquelas divergências, durante a guerra civil, o campesinato russo (ainda politicamente passivo) apoiava a ditadura da cidade e do proletariado, que lhe havia entregado as terras antes pertencentes aos grandes latifundiários. Uma vez derrotados os “inimigos externos” da revolução proletária, o “conflito latente” que existia entre o campesinato e a classe operária urbana tornar-se-ia potencialmente explosivo. O poder soviético precisaria tirar do campesinato os recursos humanos e econômicos necessários para

---

<sup>27</sup> Ver O. Bauer, *Bolchevismo ou social-democracia?* In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 174-181.

<sup>28</sup> Vale a pena destacar aqui que, apesar de todos os esforços para manter aberto o diálogo com os revolucionários russos, Bauer jamais aderiu ao bolchevismo. O que separava a visão política baueriana do bolchevismo era não apenas uma avaliação tática, relativa ao fato de que, para ele, os métodos bolcheviques, tendo raízes na história e na estrutura social russa, não podiam ser transferidos *tout court* para a Europa central e ocidental, mas também o grande valor que o intelectual austromarxista atribuía à liberdade espiritual individual e à democracia como forma de organização capaz de salvaguardá-la. Para Bauer, como também para os outros intelectuais austromarxistas, a construção do socialismo deveria ser acompanhada pela ampliação das liberdades pessoais, que jamais deveriam ter sido sacrificadas em nome de um futuro ideal. Foi esse traço fundamental de sua personalidade que levou Bauer a procurar no processo revolucionário russo a possibilidade de sua democratização (política e econômica) futura, bem como, mais tarde, a considerar como condição necessária para a realização do socialismo na Rússia a democratização do sistema social soviético.

<sup>29</sup> A propósito dos conflitos entre cidade e campo que perpassavam a revolução russa, ver O. Bauer, *Bolchevismo ou social-democracia?* In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 166-174.

desenvolver a industrialização do país, viabilizando assim a realização da tarefa que a história lhe impunha<sup>30</sup>.

A racionalização da agricultura em busca do aumento de sua escassa produtividade, que teria ajudado a impulsionar a consolidação do poder soviético melhorando o nível econômico da população, teria exigido a imposição de medidas as quais de certo teriam entrado em conflito com a visão tradicional e religiosa ainda predominante entre os camponeses. Por outro lado, porém, a elevação do nível cultural do campesinato russo decorrente daquelas medidas – que se somava à destruição pelo poder soviético da estrutura das relações feudais que havia constituído a base do atraso cultural em que haviam vivido os camponeses sob o despotismo czarista – teria provocado o desenvolvimento de sua consciência política. À medida que adquirisse uma consciência política própria, o campesinato começaria a se organizar politicamente, para poder defender seus interesses perante a classe operária. Utilizando os direitos que o poder soviético lhes havia concedido, os camponeses teriam então transformado a Constituição soviética – que, sobre a base da inércia política camponesa, era a expressão jurídica da ditadura do proletariado – em um instrumento da vontade política da maioria. O desenvolvimento político da maioria camponesa teria significado, assim, a superação da ditadura do proletariado e a simultânea democratização da Constituição soviética. A ditadura do proletariado instaurada por Lenin, pois, não representava a supressão da democracia, mas sim “... uma fase de desenvolvimento no sentido da democracia”<sup>31,32</sup>.

A ênfase baueriana na possibilidade de democratizar o sistema de poder soviético se referia também, e em primeiro lugar, à sua reformabilidade enquanto sistema econômico centralmente planejado. No contexto do novo sistema social soviético, segundo Bauer, seria possível eliminar gradualmente as formas de estatismo e de “socialismo despótico”<sup>33</sup> desenvolvidas durante a fase de estabilização do processo de transformação. Para reverter

---

<sup>30</sup> Segundo Bauer, não havia outra maneira de industrializar o país, visto que os empréstimos externos provavelmente não teriam sido concedidos pelos capitalistas ocidentais, posto que os bolcheviques haviam cancelado as precedentes dívidas internacionais russas unilateralmente, e que os investimentos diretos na Rússia não teriam sido feitos porque as expropriações sem indenização haviam se tornado uma prática frequente da ditadura do proletariado.

<sup>31</sup> O. Bauer, *Bolchevismo ou social-democracia?* In: MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 179.

<sup>32</sup> Cabe aqui salientar que esta parte da análise baueriana, embora pertencendo ao campo das hipóteses plausíveis na conjuntura daqueles anos, foi amargamente desmentida pela história, uma vez que os bolcheviques conseguiram manter em vida o novo regime sem integrar nele o campesinato e sem promover sua democratização; ao contrário, acentuaram, progressivamente, o caráter despótico e terrorista da ditadura por eles instituída.

<sup>33</sup> O. Bauer, *Bolchevismo ou social-democracia?* In: MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 195.

aquela tendência involutiva do processo revolucionário, a Rússia soviética deveria democratizar sua economia, combinando o planejamento político centralizado com a gestão democrática, autônoma e descentralizada das unidades produtivas mais importantes. Iniciando a democratização de sua economia, a Rússia soviética teria alcançado “formas sociais mistas que a nossa ciência, resultante de um processo de abstração realizado com base nas experiências do passado, ainda não é capaz de classificar”.<sup>34</sup> O grau em que a economia soviética teria conseguido introduzir as novas formas de organização socialista ao lado das unidades produtivas capitalistas herdadas do passado era imprevisível, pois dependeria também do avanço do processo revolucionário fora da Rússia. O sucesso da democratização da economia russa, portanto, estava amarrado não apenas a fatores internos ao sistema de poder soviético, mas também à medida que o modo de produção capitalista teria sido superado por uma economia organizada segundo os princípios socialistas a nível mundial. Naquele momento – em que as dinâmicas internas à Rússia soviética em formação ainda se mostravam ricas, conflituosamente abertas e impregnadas de debates, antes de murchar diante da virada sectária que ocorreria no campo Comunista europeu nos anos da grande crise – tal solução, proposta por Bauer, constituía uma possibilidade real, embora, como sabemos, infelizmente não se tenha sucessivamente efetivada nem dentro e nem fora da União Soviética.

### 3.3 A proposta austromarxista de transição ao socialismo para a Áustria

Durante os anos de 1919 e 1920, Bauer defendeu uma concepção de transição própria,<sup>35</sup> que se colocava entre a visão acriticamente democrática, defendida por Kautsky, e a

---

<sup>34</sup> O. Bauer, Bolchevismo ou social-democracia? *In*: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 180.

<sup>35</sup> É preciso destacar aqui que, naqueles anos, a ideia de transição defendida por Max Adler era muito parecida com aquela baueriana, embora Adler tendesse a salientar muito mais fortemente que Bauer a importância dos conselhos operários no debate sobre a socialização. As concepções adleriana e baueriana de transição ao socialismo formavam o eixo da visão de transição predominante no SDAPÖ, que, por sua vez, quanto aos objetivos e aos modos da socialização, não diferia nem sequer das posições sustentadas por Renner. Segundo os intelectuais austromarxistas, o objetivo da luta de classes do movimento operário continuava sendo uma aproximação progressiva das formas de organização vigentes nas diversas fontes do poder social ao ideal de democracia. Tal aproximação implicava na construção progressiva de uma esfera de liberdades individuais invioláveis. No final do século XVIII, a luta pela democracia havia sido iniciada pela burguesia, que afirmara as liberdades individuais negativas contra o poder absoluto dos monarcas. Depois, ao longo do século XIX o movimento operário avançou na mesma direção, lutando com sucesso pela extensão das liberdades civis e políticas – inicialmente restritas às elites – para toda a sociedade. A aproximação ulterior ao ideal de democracia exigiria, no século XX, uma transformação social capaz de garantir a autonomia da pessoa também no

proposta leninista de ditadura do proletariado. Em polêmica não apenas com o campo comunista, que pretendia aplicar o esquema bolchevique a todos os outros países, mas também com a social-democracia alemã, que – teorizando abstratamente o governo de coalizão e a Constituição de Weimar como fase de transição ao socialismo – tendia a excluir *a priori* qualquer outra possibilidade de transformação social progressista, ele enfatizou a pluralidade e o polimorfismo do processo revolucionário. Prosseguindo naquela mesma trajetória teórica, ele destacou explicitamente, distanciando-se assim da posição defendida por Kautsky, que o alcance do modelo de transição por ele proposto era limitado aos países da Europa Central e Ocidental, onde as condições de luta da classe operária eram semelhantes, enquanto em países caracterizados por contextos sociais diferentes a transformação revolucionária deveria trilhar caminhos distintos.<sup>36</sup> E argumentou, afastando-se claramente das teses sustentadas pelos comunistas, que a revolução socialista na Áustria, para vencer, exigiria tanto uma compacta adesão da maioria do proletariado à transformação revolucionária, quanto à adesão global das demais frações de trabalhadores ao projeto revolucionário da classe operária. Em suma: tal revolução deveria assumir um caráter profundamente diferente do processo revolucionário que ocorria na Rússia<sup>37</sup>.

Na conjuntura do pós-guerra e dos primeiros anos 20, o eixo da visão terceiro internacionalista do processo revolucionário era a previsão de uma iminente precipitação da crise do capitalismo, o que significava que o movimento operário devia deixar de lutar por reivindicações parciais e se preparar para o choque final. Partindo de uma interpretação –

---

desempenho de suas funções econômicas. A realização da democracia em patamar mais alto tornava necessária a transição ao socialismo, concebido como a forma de organização econômica capaz de garantir ao mesmo tempo ordem e liberdade econômicas. O fim da luta de classes, portanto, deveria ser, naquele momento, a extensão da democracia também à esfera econômica, extensão que, possibilitando o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção por eles utilizados, viabilizaria a realização da autonomia da pessoa também em suas funções econômicas.

<sup>36</sup> A propósito da análise baueriana das condições sociais da revolução social na Áustria e nos demais países da Europa central e ocidental e das consequências políticas que o autor dela traz, cujos traços fundamentais apresento abaixo, ver: O. Bauer, *Bolchevismo ou social-democracia?* In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 181-230.

<sup>37</sup> No ensaio “*Der Weg zum Sozialismus*”, publicado em Viena em 1919, Bauer esclarece a tal propósito que: “Paz e trabalho são apenas as condições objetivas necessárias à nossa tarefa. A condição subjetiva é que o povo, as grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo, queiram esta transformação social. Alguns pensam que bastariam uns poucos milhares de elementos decididos para se apropriar do poder do Estado com um golpe. Este é um erro. Como poderia uma pequena minoria, que obrigasse com o terror a maioria da população a se submeter à sua vontade, gerir o enorme aparelho produtivo da sociedade? Certamente, tal minoria poderia expropriar os capitalistas com o terror e controlar o aparelho produtivo através de um órgão revolucionário central. Mas assim teríamos um socialismo burocrático, não democrático: o órgão central da revolução, de fato, não poderia dirigir as fábricas, as minas, as propriedades agrícolas senão criando um aparelho burocrático, cujas ordens forçariam à obediência ao exército dos trabalhadores. Nós, porém, não queremos um socialismo burocrático, que significa o domínio de uma pequena minoria sobre todo o povo. Nós queremos um socialismo democrático, ou seja, a autogestão econômica baseada na participação de toda a população”. LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 147.

oposta àquela da Internacional Comunista – segundo a qual uma nova fase do capitalismo estava se consolidando através de um processo acelerado de cartelização e “trustificação” da economia,<sup>38</sup> Bauer sustentou que as economias dos países da Europa central e ocidental, que a Primeira guerra mundial havia tornado altamente dependentes das trocas internacionais, tornavam inviável uma transição ao socialismo entendida como interrupção dos processos sociais. Segundo ele, naqueles países a revolução proletária deveria ocorrer dentro de um quadro geral de continuidade institucional. A revolução social só teria êxito se o movimento operário soubesse organizar a passagem para o socialismo sem barrar o funcionamento da máquina estatal e sem bloquear a atividade econômica. Como mostrava o trágico desfecho das repúblicas dos conselhos da Hungria e da Baviera, a revolução, feita sob a forma de uma ruptura violenta e total da organização social burguesa, resultaria em retrocessos de cunho reacionário.

Segundo Bauer, nos países capitalistas caracterizados por altos níveis de racionalização econômica, de complexidade social e de urbanização, a revolução proletária deveria ocorrer sob a forma de democratização gradual e seletiva da economia,<sup>39</sup> e não de sua brusca estatização geral.<sup>40</sup> A socialização deveria inicialmente afetar apenas grandes empresas

---

<sup>38</sup> Como destaca Giacomo Marramao, neste aspecto, a reflexão baueriana convergia com as conclusões às quais, naquele momento, chegava a pesquisa realizada por Hilferding sobre as características do “capitalismo organizado”, pesquisa que também se enraizava teoricamente na interpretação antimecanicista com a qual a escola marxiana de Viena havia enfrentado o problema da relação entre desenvolvimento capitalista e estratégia do movimento operário. Além dessa convergência, porém, os dois autores, como veremos mais adiante, se distanciavam substancialmente em seus respectivos juízos acerca da interação existente entre dinâmica social e esfera político-institucional. MARRAMAIO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBBSBAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 314.

<sup>39</sup> A tal propósito, em uma conferência sobre economia política em que reconhecia que nunca a construção do socialismo teria significado a completa socialização de todos os meios de produção, Bauer escreveu que: “O modelo ideal de sociedade socialista seria uma ordem social em que tudo é de propriedade coletiva, em que todos os meios de produção são socializados. Neste sentido, nunca existirá uma sociedade socialista, da mesma forma em que, no passado, nunca existiu o modelo ideal da sociedade feudal e, no presente, não existe aquele da sociedade capitalista (...). No futuro, o modelo ideal não será o da sociedade socialista, mas a forma socialista será predominante. Os órgãos de controle superior da economia, a indústria, as grandes empresas agrícolas, o comércio no atacado, o sistema bancário, todos estes setores da economia serão organizados democraticamente. Ao seu lado, continuarão existindo os artesãos e milhões de camponeses. Otto Bauer, *Einführung in die Volkswirtschaftslehre*. Apud LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 176.

Quanto às empresas de médio porte, nas quais os empresários ainda não são figuras totalmente supérfluas no processo de produção não sendo suas rendas, portanto, meros privilégios, Bauer, em *Der Weg zum Sozialismus*, complementa o argumento acima, sustentando que: “Enquanto são ainda os empresários e não os dirigentes a desempenhar pessoalmente as funções técnicas e comerciais na empresa, não é possível eliminar os empresários sem que o desaparecimento de uma direção qualificada acarrete prejuízo à produção. A maior parte dos setores da indústria não poderá, portanto, ser socializada imediatamente, mas deverá antes ser organizada para que possa ser preparada conscientemente a futura socialização”. LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 194.

<sup>40</sup> Quanto à estatização dos meios de produção, ou seja, à mera expropriação dos capitalistas e à transferência da propriedade das empresas das mãos dos acionistas para aquelas do Estado – que Bauer considerava apenas como condição necessária, mas não suficiente, da democracia industrial, a qual deveria ter

operantes nos setores chave da economia, cujos acionistas seriam expropriados e cujos funcionários assumiriam a responsabilidade e desempenhariam democraticamente a função de direção.<sup>41</sup> A socialização deveria ocorrer de acordo com as condições materiais já postas pelo desenvolvimento histórico, partindo, portanto, da nova configuração da economia capitalista, surgida das transformações ocorridas tanto a nível macroeconômico quanto no interior das unidades produtivas.<sup>42</sup> O modelo dos conselhos, que atribuía a gestão das empresas diretamente ao “controle operário”, seria impróprio.<sup>43</sup> Sua inadequação se relacionava ao fato de que o governo das unidades produtivas pelos conselhos operários, à medida que tornava impossível sua administração econômica, engendrava ao mesmo tempo profundas tensões interempresariais e ampla insubordinação interna, cuja superação exigiria a ação de um Estado “onipotente”, altamente coercitivo e autoritário. A democracia industrial, ao contrário, permitiria a realização plena, política e econômica, da liberdade social individual<sup>44</sup>.

---

reestabelecido, em qualquer escala da produção, o controle dos meios de produção pelos trabalhadores – em *Der Weg zum Sozialismus* ele escreveu: “Mas quem deverá gerir a indústria socializada? O governo? Absolutamente não! Se o governo controlasse todas as firmas, se tornaria poderoso demais com relação ao povo e aos representantes do povo, e isto representaria um perigo para a democracia. Além disso, o governo administraria mal a indústria socializada; não há ninguém que saiba administrar as indústrias pior que o Estado. Por isto nós, social-democratas, reivindicamos sempre que a indústria seja socializada, e não estatizada”. *Apud* LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 176.

<sup>41</sup> A propósito dos detalhes do projeto de socialização proposto por Bauer, cuja origem ele mesmo indica explicitamente ser o “*Guild Socialism*” britânico, ver também: O. Bauer, Bolchevismo ou social-democracia? *In*: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 198-209.

<sup>42</sup> A tal propósito, por exemplo, em uma conferência sobre economia política, Bauer sustentou que: “Tão logo o proletariado dispuser das capacidades intelectuais e dos conhecimentos técnicos necessários, e tiver asseguradas as competências especializadas pela integração dos técnicos e dos funcionários, se tornará possível excluir os capitalistas. Visto que o desenvolvimento do capitalismo subtrai aos capitalistas qualquer função e os torna supérfluos, cria-se uma situação na qual o fato que os meios de produção se concentram nas mãos de uns poucos capitalistas torna-se insuportável. Finalmente o povo afirma: se tiver que surgir uma direção centralizada da economia, não poderão ser duas ou três pessoas que tomam as decisões, mas deverá ser todo o povo. Chegou o momento de eliminar a propriedade capitalista dos meios de produção, e de transferi-los para a propriedade comum. Se o socialismo inicialmente era apenas o sonho de uma sociedade melhor, agora sabemos que na própria sociedade capitalista operam tendências que ultrapassam necessariamente os limites do desenvolvimento capitalista”. Otto Bauer, *Einführung in die Volkswirtschaftslehre*. *Apud* LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 193.

<sup>43</sup> Também quanto a esta questão, as reflexões de Bauer e Adler convergiam, formando assim a proposta de transição ao socialismo predominante no interior do SDAPÖ. Não diferentemente de Bauer, Max Adler rejeitava claramente para a Áustria a reivindicação comunista de transferir imediatamente todo o poder aos conselhos. Os conselhos eram para ele órgãos de representação da vontade dos trabalhadores nascidos na experiência revolucionária russa, e na Áustria deveriam ser orientados em um sentido socialista e desenvolvidos em uma estrutura de base local e de vértice nacional, para poderem se tornar finalmente órgãos da sociedade de transição. *Cfr.* a tal propósito: ADLER, M. **Democrazia e Consigli operai**. Citado, pp. 53-110.

<sup>44</sup> Como destaca Giacomo Marramao, o tema da transição ao socialismo, já presente em Bolchevismo ou social-democracia?, foi ulteriormente desenvolvido por Bauer no *Congresso di Linz*, de 1926, nos seguintes termos: “Estamos entrando em um longo período de transição, que durará por gerações, no qual as fábricas capitalistas e aquelas socialistas coexistirão umas ao lado das outras. Como se afirmará o socialismo neste período de transição? Vencerá somente se realizada uma condição: somente quando a própria experiência mostrar que as fábricas socializadas produzem melhor e a menor custo e conseguem, ao mesmo tempo, utilizar os operários e os trabalhadores de colarinho branco melhor que as fábricas capitalistas. Até o momento em que os homens não virem isso com os próprios olhos, não optarão de jeito nenhum pelo socialismo, pela socialização

A forma política adequada para o processo revolucionário de transformação social nos países ocidentais era a democracia. O proletariado deveria agir democraticamente, disputando eleições para alcançar a maioria parlamentar, que garantiria a legitimidade do processo de socialização. Uma vez alcançada a maioria no Parlamento, o proletariado poderia iniciar o processo de democratização da economia, que deveria ser levado adiante legalmente. O período de transição seria longo e necessariamente lento, até porque o aparelho do Estado burguês demoraria bastante tempo para se adaptar, e não sem atritos, às novas funções a ele impostas pela classe operária hegemônica. Mas, em compensação, o método democrático permitiria realizar uma transformação social “planejada e sistemática” que, nos países de capitalismo avançado, constituía a condição necessária para que o processo de transição não fracassasse.

O sucesso do processo de transição ao socialismo dependia, outrossim, da capacidade do proletariado de obter o apoio político das classes médias que, nos países da Europa central e ocidental, defendiam tenazmente a ordem social vigente. Naqueles países – onde, diferentemente dos Estados Unidos, a guerra mundial havia produzido no proletariado as condições psicológicas da revolução social – a luta de classes do proletariado ocorria numa sociedade com estratificação cada vez mais complexa, em que as novas classes médias – dos executivos, dos técnicos, dos trabalhadores de colarinho branco do setor público e privado, dos profissionais liberais e dos intelectuais – desempenhavam papel sempre mais decisivo no processo de reprodução social. Sem a colaboração duradoura das novas classes médias, o exercício do domínio de classe do proletariado, sob a forma de uma ditadura de minoria, fatalmente malograria. A cooperação política das classes médias exigia, naquela conjuntura, que seus direitos – inclusive, e em primeiro lugar, o direito de propriedade sobre os meios de produção utilizados por seus membros – fossem respeitados pela revolução proletária, bem como que lhes fosse garantida a possibilidade de influenciar o processo político, de influir na dinâmica do Estado. O domínio de classe do proletariado sobre toda a sociedade, pois, deveria ser exercido no terreno e com os meios da democracia política, na qual os trabalhadores da classe operária e das classes médias, aliando-se, teriam certamente formado a maioria.

A transição ao socialismo deveria ocorrer no contexto do Estado de Direito democrático também por uma razão histórica: embora o Estado continuasse sendo órgão do

---

(...); vence apenas aquela forma de produção na qual os operários e os técnicos desempenham melhor seu trabalho (...). Somente quando os operários e os técnicos tiverem a clara sensação de participar e de cogestir, de não serem mais como estranhos em fábrica, somente então se desenvolverá um espírito novo”. MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 66.

domínio de uma classe, a forma do domínio de classe teria mudado. Já durante a última geração antes da guerra, o domínio de classe da burguesia não se fundava mais na aberta exclusão do proletariado do poder político. A burguesia exercia seu domínio de classe concedendo à classe operária dominada a possibilidade de formar a opinião pública e de definir a vontade política do Estado. Para não provocar um retrocesso a patamar de desenvolvimento histórico mais primitivo, também o exercício do domínio de classe do proletariado deveria ser atuado nas formas da democracia.

Refletindo acerca dos modos pelos quais o proletariado poderia tomar o poder nas sociedades mais desenvolvidas, Bauer começou a enfrentar teoricamente a espinhosa questão da relação existente entre o poder político e as classes sociais.<sup>45</sup> Segundo ele, a democracia era aquela forma política na qual as funções do Estado eram determinadas exclusivamente por “fatores sociais de poder”. Os fatores sociais de poder de uma classe se relacionavam principalmente com a força numérica e organizativa da mesma, com seus instrumentos econômicos de poder (decorrentes da posição ocupada no processo econômico), bem como com sua capacidade de atração ideológica, não apenas dos membros da própria classe, mas também dos membros de outras classes sociais. No Estado de Direito democrático, a vontade política refletia os fatores sociais de poder, sem que o emprego dos “instrumentos materiais de poder de uma classe” – a saber, da organização armada de uma classe – alterasse a correlação existente entre o equilíbrio de poder das classes e as funções desempenhadas pelo Estado. Como qualquer outra forma política, também o Estado de Direito democrático utilizava sistematicamente a força organizada, embora seu uso não fosse destinado a modificar o conteúdo do Direito, mas sim a impor a lei às minorias eventualmente relutantes em aceitá-la. A democracia permanecia instrumento de dominação de classe, mas esse instrumento podia – dependendo dos fatores sociais de poder predominantes – mudar das mãos de uma classe para as de outra. Em todos os países industrializados, entretanto, o proletariado tinha alcançado, de por si só ou junto com os outros trabalhadores, a maioria numérica da população sem que o poder do Estado tivesse passado das mãos da burguesia para seu controle. A razão disso repousava no fato de que a luta pela conquista da alma dos proletários ainda era vencida, muitas vezes, pela burguesia. A tomada do poder, portanto, antes de tudo, exigia um grande

---

<sup>45</sup> A propósito da reflexão baueriana acerca dessa questão e da estratégia que o movimento operário deveria seguir para conquistar o poder no âmbito do Estado de Direito democrático ver: O. Bauer, *Bolchevismo ou social-democracia?* In: MARRAMAIO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, pp. 219-227.

esforço dos intelectuais social-democratas para fortalecer ulteriormente a organização política do proletariado e para subtraí-lo ainda mais à influência espiritual da burguesia<sup>46</sup>.

Nos países onde a democracia política já tivesse sido historicamente alcançada, a tomada do poder do proletariado mediante uma ação insurrecional e violenta seria ilegítima. Lá, o uso da violência na disputa pelo poder do Estado seria admissível apenas em dois casos. A primeira hipótese era aquela em que, mesmo com a conquista do poder político pelo proletariado por meios democráticos, a burguesia resistisse ao seu domínio, recusando-se a obedecer às leis promulgadas pelo Estado de Direito democrático proletário. O Parlamento daquele Estado deveria, então, utilizar meios ditatoriais de poder para quebrar a resistência passiva (e talvez até mesmo ativa) da burguesia. A adoção de meios ditatoriais seria, nessa hipótese, justa, pois não teria a finalidade de alterar o equilíbrio político espontâneo, decorrente dos fatores sociais de poder, mas sim de afirmar tal equilíbrio contra uma minoria que resistisse. A outra hipótese estaria configurada quando a luta pelo poder entre burguesia e proletariado mostrasse antagonismo de classe muito agudo, pois a exacerbação do conflito de classe aniquilaria a democracia. Nessa situação, a burguesia não mais seria forte o bastante para dominar o proletariado, enquanto esse ainda não seria suficientemente forte para dominar a burguesia, e a democracia – mesmo sob a forma de divisão do poder entre as classes mediante uma coalizão entre partidos das classes dominantes e representantes das classes dominadas – desintegrar-se-ia. No momento em que o aparelho democrático não pudesse mais funcionar, a burguesia ou o proletariado deveriam instaurar seu domínio de classe por meio da violência. Nesse caso, uma ditadura não democrática do proletariado seria legítima, pois seria o único meio de evitar um retrocesso político e histórico e a contrarrevolução da burguesia. Entretanto, após a instauração da ditadura não democrática do proletariado, o reestabelecimento da democracia política deveria ser seu objetivo mais urgente. Isso também porque, no ocidente, a revolução social poderia ser realizada com sucesso apenas por meio do

---

<sup>46</sup> No programa de ação política baueriano, o momento da conquista da alma dos membros da classe operária constituía o primeiro e mais importante passo no caminho para o socialismo. Para Bauer, as diferentes camadas e componentes da classe operária deveriam ser integradas numa grande força política unitária, que endereçaria o movimento operário ao socialismo. Tal integração resultaria da difusão, pelos intelectuais social-democratas, de uma forte identidade partidária socialista dentre os operários. A construção de uma identidade partidária socialista forte deveria se articular com a promoção, pela direção do partido, da formação de valores e de um estilo de vida alternativos àqueles da burguesia. Destarte, o movimento e o partido poderiam alcançar tal grau de força que lhes permitisse conquistar o apoio das outras frações de trabalhadores para o longo e difícil processo de transição ao socialismo. No novo equilíbrio das forças de classe que assim se instauraria, o próprio desenvolvimento das relações de força entre os partidos nos parlamentos resultaria numa maioria socialista, que poderia proceder tanto à socialização da economia quanto à transformação do Estado capitalista no sentido da democratização de seus aparelhos burocráticos e militares. Nem a insurreição violenta e o exercício da ditadura de minoria, e nem sequer as meras conquistas e sucessiva reorganização do Estado existente em benefício dos trabalhadores, ao contrário, levariam ao socialismo.

autogoverno político e profissional, e só com a colaboração e a participação de todas as camadas da população que desempenhassem função ativa na reprodução social. Nos países que historicamente já tivessem alcançado o patamar da democracia política, portanto, a ditadura seria admissível só e tão somente para garantir e defender a segurança da democracia contra perigos reacionários ou contra a oposição de minorias recalcitrantes<sup>47</sup>.

Após a alteração da correlação de forças que ocorreu nas eleições de 1920 – quando o Partido Cristão-social tornou-se majoritário, conquistando 82 cadeiras, contra as 66 dos social-democratas –, Bauer iniciou uma revisão ampla da sua reflexão política dos anos precedentes, cujos resultados havia apresentado no opúsculo “Bolchevismo ou social-democracia?”. Corrigiu principalmente a teoria das “formas sociais” e dos “instrumentos materiais” de poder, a qual havia sido desde logo “asperamente criticada por Lênin no II Congresso da Internacional Comunista”.<sup>48</sup> De fato, aquela teoria – válida enquanto parte de uma concepção que extrapolava os limites meramente jurídicos da democracia, colocando-a em relação com a dinâmica da luta de classes –, permanecia ainda incompleta, pois deixava oculto o aspecto político-institucional daquela dinâmica e, assim, absolutizava (na explicação da formação do equilíbrio do poder de classe, refletido pela vontade política do Estado) o fator consenso, que, por sua vez, relacionava-se quase exclusivamente com a ação dos intelectuais. O processo de profunda revisão a que Bauer submeteu sua reflexão política ocorreu no contexto do debate austromarxista dos anos 20 a propósito do significado da democracia em um sentido socialista. E aquele debate – que, longe de excluir a cultura da “grande Viena”, travou com ela um intenso diálogo – resultou em desenvolvimentos particularmente fecundos no campo da teoria política.

---

<sup>47</sup> Parece-me que a leitura da concepção baueriana de revolução proposta por Norbert Leser esteja profundamente equivocada, não apenas porque, conforme as razões acima mencionadas, erra ao interpretar a posição defendida por Bauer como sendo uma reproposição dogmática da teoria política marxista ortodoxa, na qual o uso da violência seria uma necessidade intrínseca ao processo de transição e não uma possibilidade eventual e uma *ultima ratio*, como efetivamente é, mas também porque se engana ao considerar que, para Marx e Engels, o choque violento era “não apenas uma probabilidade, mas a própria essência da revolução”. Confronta: LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, pp. 129-146.

<sup>48</sup> MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**. Citado, p. 315.

## Capítulo 4

### O austromarxismo entre teoria e práxis

#### 4.1 A iniciativa política austromarxista

Durante os primeiros dois anos de vida da nova República Austríaca, a concepção austromarxista de transição ao socialismo,<sup>1</sup> apresentada em seus traços gerais no capítulo anterior, desempenhou um papel crucial na orientação das escolhas mais importantes do SDAPÖ, moldando assim sua ação política. Se tal concepção – o por um lado – tinha em comum com a tradição austromarxista de anteguerra a valorização da manutenção da unidade organizativa do partido, a tendência à tolerância em face de opiniões diversas e de correntes opostas no interior do partido, o predomínio de uma perspectiva gradualista com relação às transformações sociais, a conjugação da via parlamentar com a ação militante das massas e, finalmente, a conservação da teoria e da terminologia marxistas quais pressupostos para qualquer ação revolucionária eficaz, ela – por outro lado – inovava a tradição ao salientar o caráter multiforme, plural e complexo do processo revolucionário. Sobre esta base teórica, a iniciativa política austromarxista fez do SDAPÖ um grande partido revolucionário, cuja ação resultou tanto em conquistas, até hoje indelévels na memória da sociedade austríaca, quanto em derrotas grávidas de consequências para o futuro.

---

<sup>1</sup> Os intelectuais austromarxistas inseriram sua original concepção de transição ao socialismo em uma perspectiva histórica de amplo alcance. Para eles, o processo histórico moderno de construção progressiva da autonomia individual começou como reivindicação de liberdades espirituais contra a velha ordem hierárquica medieval, no início da modernidade. Um primeiro passo adiante decisivo com respeito a este patamar inicial de desenvolvimento histórico foi dado em fins do século XVIII, quando reivindicações por liberdades individuais mais amplas se traduziram na formação do Estado liberal, que começou a garantir uma esfera de liberdades individuais contra o poder absoluto dos monarcas. Do Estado liberal, que garantia apenas propriedade e contrato e havia sido o resultado das lutas de classe da burguesia e era por ela dominado, se passou sucessivamente, sobretudo graças às lutas da classe operária, ao Estado social e intervencionista, que começou a garantir também a autodefesa dos trabalhadores. Nessa passagem, que se refletiu também na extensão do sufrágio limitado até o limite máximo do sufrágio universal, a dialética indivíduo e Estado (característica do Estado liberal) foi superada pela relação Estado e grupos de interesse compostos por indivíduos, que caracterizava cada vez mais o político na fase do Estado social. Nesta nova situação, a política econômica do Estado, sob a pressão sobretudo da classe operária organizada, começou a operar com novos instrumentos: impostos progressivos, taxaço da herança, limitação da jornada, serviços sociais, etc. As conquistas obtidas graças às novas funções desempenhadas pelo Estado e também o reconhecimento das organizações políticas e econômicas da classe operária pelo Estado eram resultados importantes da luta de classes, mas não bastavam. O objetivo final das lutas de classe do movimento operário organizado era a socialização da economia. O fim (ideal-normativo) da socialização era a realização da autonomia da pessoa também no desempenho de suas funções econômicas. A socialização, mediante a extensão da democracia da esfera política da sociedade também àquela econômica, teria acarretado a realização em um patamar mais alto da promessa moderna de autonomia individual.

A definitiva derrota militar do Império austro húngaro, em outubro de 1918, provocou a queda da monarquia dos Habsburgos e a concomitante desintegração – que já era temida pelos expoentes da Escola marxista de Viena – do Estado plurinacional em seus elementos nacionais constitutivos. Das cinzas do Império nasceu a Primeira República Austríaca que, desde o início, se encontrou em posição de evidente dependência econômica do mercado mundial. As estruturas industriais mais importantes do vasto Império habsbúrgico, que se tinham desenvolvido na atual República Tcheca, estavam agora em sua grande maioria fora do território da recém-nascida República Austríaca, enquanto boa parte dos suprimentos agrícolas precisava ser importada da Hungria. Além disso, havia um enorme setor terciário concentrado em Viena, desenvolvido na capital de um grande e complexo Estado centro-europeu que já não existia mais, e cuja descentralização e redução constituíam um problema de difícil solução. Buscando resolver as dificuldades econômicas da República, a nova direção do SDAPÖ colocou como ponto fundamental de seu programa político de governo o projeto de anexação da Áustria à Alemanha de Weimar. A ideia da anexação não era nova entre os teóricos austromarxistas. Ainda na época da monarquia, Bauer havia considerado a possibilidade de uma Grande Alemanha como alternativa eventual ao Estado plurinacional, acreditando que uma grande república democrática pangermânica – pensada historicamente como realização da Revolução de 1848 – poderia superar a divisão histórica da nação alemã entre Habsburgos e Hohenzollern.

Além de razões econômicas, também havia por trás do projeto de anexação da República austríaca à Alemanha, proposto pelo SDAPÖ, motivos políticos de cunho revolucionário. A realização daquele projeto teria não apenas aumentado consideravelmente a escala de atuação política do austromarxismo, mas também ensejado a possibilidade de formar um único, grande partido social-democrata, que teria permitido a fusão da grande força numérica da social-democracia alemã e da superioridade teórica austríaca numa única organização, de modo a incrementar consistentemente as chances de sucesso do processo de transição ao socialismo na Europa Central.

Durante o primeiro governo de coalizão, do qual Karl Renner foi Primeiro Ministro, Bauer, enquanto secretário de Estado das Relações Exteriores, perseguiu o objetivo da anexação utilizando todos os meios a seu alcance, sem lograr êxito, pois havia forte oposição das potências vencedoras da guerra, que compunham a Entente. Uma vez constatada a impossibilidade definitiva de realizar seu propósito político, visto que a República de Weimar estava firmando os Tratados de Versalhes, que proibiam formalmente a anexação da

Áustria à Alemanha, Bauer, em 26 de julho de 1919, pediu demissão da função de Secretário de Estado das relações exteriores e, com isso, o projeto de anexação perdeu imediatamente vigor. Mais tarde, o controle do Estado deixou de ser exercido pela social-democracia e passou para as mãos dos partidos das classes dominantes, o interesse do governo austríaco na política de anexação cessou por completo.<sup>2</sup> Apenas durante os primeiros anos 30, depois da violenta virada antidemocrática na Áustria e da conquista do poder dos nazistas na Alemanha, setores da extrema direita voltaram a propor a anexação da Áustria à Alemanha, desta vez, porém, com projeto autoritário e belicoso de um império da grande nação alemã<sup>3</sup>.

Desde o início da nova República austríaca, à quase completa interrupção das relações econômicas entre os países danubianos que haviam pertencido à monarquia dos Habsburgos provocada pela primeira guerra mundial, somou-se assim o fracasso na concretização do projeto de anexação à República de Weimar. O resultado político partidário da adição daqueles fatores foi que o SDAPÖ, apesar de ser “um grande partido”, foi obrigado a operar “num pequeno país”, com autonomia econômica reduzida.<sup>4</sup> Daí em diante, toda a reflexão austromarxista foi condicionada por aquele limite objetivo, que acentuou ulteriormente o caráter internacionalista de sua estratégia de transição.

Em decorrência do considerável peso político alcançado pelo movimento operário austríaco naquele período, a ação política do SDAPÖ, durante os primeiros dois anos de vida da República Austríaca, rendeu benefícios extremamente significativos para a classe operária austríaca. Através de intensas batalhas parlamentares, a social-democracia obteve a

---

<sup>2</sup> Uma vez fracassados os dois pontos cruciais do programa político do SDAPÖ (da maneira que apresentarei abaixo), acabou por prevalecer, na política austríaca, a proposta de cunho realista avançada por Joseph A. Schumpeter, que teve assento ao lado de Bauer, como Ministro das Finanças, no governo de coalizão presidido por Renner. Segundo tal proposta, a anomalia de Viena deveria ser superada através de uma progressiva descentralização do setor financeiro e terciário concentrado na capital, dirigida no sentido de eliminar gradualmente a desproporção com relação ao resto do país. Essa tarefa política era a única que deveria ser encarada seriamente. Diante dela, qualquer outra tarefa deveria passar inteiramente para segundo plano.

<sup>3</sup> A propósito do projeto político autoritário, agressivo e racial – de um império da grande nação alemã que orientou a ação política nazista ver: NEUMANN, F. **Behemoth: Struttura e pratica del nazional-socialismo**, (1942). Milão, Mondadori, 1999. Mais especificamente, no que diz respeito ao *Grossdeutsch Reich*, ver pp. 149-252.

<sup>4</sup> O fato que a Primeira Guerra Mundial e o fracasso da tentativa de anexação da Áustria à Alemanha tivessem reduzido a Primeira República austríaca a um pequeno país, caracterizado por uma independência político-militar e sobretudo econômica reduzida, foi reconhecido com a máxima clareza, alguns anos mais tarde, por Oskar Pollack, que foi durante muitos anos redator da **Arbeiter Zeitung**, ao escrever que: “Isso determinou aquela trágica contradição que é o destino da social-democracia austríaca no pós-guerra: a de ser um grande partido num pequeno país. Toda a força de sua exemplar organização (...) não pode eliminar essa contradição. Toda a força política contida no percentual de seus votos – 41,13% no país, 59,98% em Viena – não suprime essa impotência. E, se amanhã o Partido conquistasse influência no governo, tratar-se-ia do governo de um país sem nenhuma influência e independência real, degradado a objeto da política de países estrangeiros”. *Apud*, MEHRAV, P. **Social-democracia e austromarxismo**. In: HOBBSAWM, ERIC. **História do marxismo**, vol 5. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, p. 260.

promulgação da lei do seguro desemprego (de novembro de 1918), da lei que introduzia a jornada de trabalho e daquela que disciplinava o trabalho domiciliar e limitava aquele infantil (de dezembro de 1918), o reconhecimento do direito dos trabalhadores assalariados de gozar de férias remuneradas, a restrição legal ao trabalho noturno das mulheres e a fixação por lei da jornada em 8 horas (durante o ano de 1919) e, ainda, a legislação concernente às empregadas domésticas, aos portadores de deficiências e aos jornalistas, bem como a introdução do auxílio doenças (de 1920). Além dessas importantes conquistas em defesa dos trabalhadores, a iniciativa política do SDAPÖ levou também à instituição dos conselhos de fábrica – instituições para a representação dos interesses dos trabalhadores operários e de colarinho branco no interior da empresa capitalista – bem como da Câmara do Trabalho, que se somou às já existentes Câmara do Comércio e Câmara da Agricultura como expressão da equiparação dos assalariados às outras categorias de trabalhadores. Em seu conjunto, esse amplo e pioneiro programa de reformas produziu sem dúvida considerável melhora nas condições de vida dos trabalhadores. O sucesso político do SDAPÖ no terreno das reformas sociais, porém, não se repetiu na concretização do plano de socialização, que constituía o segundo ponto essencial de seu programa político (o primeiro era o projeto de anexação da Áustria à Alemanha). Assim, não obstante as vastas reformas sociais, as relações capitalistas de produção na Áustria não foram rompidas.

O SDAPÖ venceu as eleições de 16 de fevereiro de 1919, conquistando 72 assentos no Parlamento, contra 69 dos cristãos-sociais e 26 dos alemães-nacionais (Grossdeutsche). Surgiu assim o governo de coalizão, capitaneado pelo SDAPÖ, cujo programa de política econômica previa a socialização gradual e seletiva da economia. Para dar início ao processo de socialização, o novo governo criou imediatamente a Comissão Estatal para a Socialização, da qual Bauer foi presidente. O objeto principal das discussões que animaram os trabalhos daquela comissão foi o plano de socialização apresentado por Bauer no opúsculo “O caminho para o socialismo”, publicado no princípio de 1919. O opúsculo reunia uma série de artigos publicados nas páginas da *Arbeiter Zeitung*, nos quais Bauer havia precedentemente delineado a trajetória que a socialização deveria ter seguido na Áustria.

Segundo Bauer, a revolução proletária deveria proceder à socialização da economia de forma gradual e seletiva. A socialização deveria inicialmente transformar apenas aquelas grandes empresas, operantes nos setores chave da economia, nas quais as transformações organizacionais já tivessem tornado supérflua a função de direção

desempenhada pelos acionistas ou pelos patrões.<sup>5</sup> Portanto, especificamente no caso austríaco, deveriam ser objeto imediato da política de socialização as indústrias do carvão, da mineração e da metalurgia e as grandes propriedades florestais e agrícolas. A desapropriação regular das grandes empresas deveria ser indenizada aos acionistas com fundos advindos de impostos patrimoniais. Quanto às médias e pequenas empresas, nas quais o processo de transformação da organização produtiva ainda não havia resultado na marginalização do empresário individual e em sua transformação em *rentier*, a socialização inicialmente implicaria apenas a limitação da liberdade empresarial através do aumento do controle por grêmios obrigatórios, aos quais as empresas deveriam aderir para viabilizar uma coordenação mais eficaz, por parte do Estado, dos diferentes setores da produção social. No campo, a propriedade privada da terra deveria ser mantida, sendo – por razões de ordem social – impossível sua coletivização. Mas o Estado deveria exercer o controle sobre os preços dos produtos agrícolas, e estabelecer (a partir da definição da necessidade social global) os cultivos a serem incentivados e as inovações técnicas a serem introduzidas na produção. Finalmente, no que diz respeito ao setor financeiro, todos os bancos deveriam ser gradualmente socializados e reunidos em um Banco central que, podendo controlar o capital social total, deveria desempenhar a função de disponibilizá-lo para as diversas atividades econômicas e de vigiar o fluxo dos investimentos. O Banco central, pois, deveria se transformar em uma agência reguladora de toda a atividade econômica do país<sup>6</sup>.

À socialização gradual e seletiva da produção e distribuição deveria corresponder a progressiva extensão da democracia da esfera política àquela econômica.<sup>7</sup> Uma vez desapropriados os acionistas e os *rentiers* e transferida a propriedade jurídica das empresas ao Estado, a revolução proletária deveria prosseguir, democratizando a gestão descentralizada das grandes corporações – cuja responsabilidade seria transferida ao conjunto dos funcionários de cada unidade de produção – e articulando o planejamento burocrático centralizado da economia com os órgãos de defesa dos interesses dos produtores, dos consumidores e dos cidadãos. Assim, em nível macroeconômico, deveriam ser constituídas

---

<sup>5</sup> Em sintonia com os outros expoentes do austromarxismo, Bauer rejeitava a ideia de uma expropriação geral, que teria atingido em grandes proporções também a pequena e média propriedade.

<sup>6</sup> A propósito dessas teses apresentadas por Bauer no opúsculo *Der Weg zum Sozialismus* ver: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 53.

<sup>7</sup> Consoante com os outros expoentes do austromarxismo, Bauer sustentava que a mera transferência da propriedade dos meios de produção ao Estado não era suficiente, por si só, para realizar o socialismo. A simples transferência da propriedade jurídica das empresas para as mãos do Estado não significava, em si, a superação da relação de despotismo vigente na economia capitalista. Para alcançar a superação de tal relação, o controle dos meios de produção deveria estar nas mãos de quem trabalha. Para tanto, seria necessário que a economia fosse organizada democraticamente.

comissões mistas representativas de todos os interesses em jogo no processo econômico, nas quais os órgãos do Estado protegeriam os cidadãos como usuários de serviços públicos, os sindicatos exporiam as dificuldades dos trabalhadores pelo lado da oferta e, finalmente, as cooperativas de consumo mostrariam as necessidades dos consumidores<sup>8</sup>.

Por trás da luta que determinou o insucesso do plano de socialização austromarxista, operaram os profundos conflitos que separavam a sociedade austríaca em dois campos antagônicos: por um lado, a social-democracia, que na república via o símbolo da abolição dos velhos privilégios, da afirmação social da classe operária e das melhorias de suas condições materiais de existência e, do outro, as classes dirigentes tradicionalmente filocatólicas e saudosistas do glorioso Império habsbúrgico, que aceitavam a república democrática contra vontade. O maior obstáculo encontrado pelo SDAPÖ para realizar tal plano foi a resoluta oposição parlamentar do partido social-cristão, cujo maior expoente (e futuro Primeiro Ministro), Ignaz Seipel, era vice-presidente da Comissão estatal para a socialização, presidida por Bauer. Em 1919, a social-democracia reclamou a socialização da maior indústria austríaca, a Alpine-Montan-Gesellschaft, mas foi derrotada em decorrência da inflexível resistência dos cristãos-sociais e dos Grossdeutsche. Pela mesma razão, os projetos de lei social-democratas de socialização da indústria do carvão, das empresas do setor elétrico e das grandes propriedades agrícolas e florestais – que se apoiavam na lei de 30 de maio de 1919 sobre a desapropriação das empresas – nunca foram aprovados. De certo, houve também um excesso de timidez e uma marcada debilidade na tentativa social-democrata de realizar o plano de socialização.<sup>9</sup> A acentuada hesitação da ação política social-democrata – que se enraizava em alguns limites teóricos inerentes ao plano de socialização, como, por exemplo, “a ausência de indicações concernentes à questão dos financiamentos dos projetos de desapropriação da indústria e de municipalização da construção civil”<sup>10</sup> – também concorreu ao seu fracasso. Mas não resta dúvida de que todas as iniciativas social-democratas de socializar setores relevantes da economia privada fracassaram basicamente pela resistência

---

<sup>8</sup> É mister destacar aqui que a ideia do socialismo como realização plena da democracia caracterizava também a posição defendida, naqueles anos, por Max Adler, constituindo, portanto, mais um elemento da ampla convergência de ideias que existia então entre as reflexões baueriana e adleriana. A propósito da insistência de Adler na necessidade de um diálogo entre a “Assembleia nacional” e o “Conselho geral” e deste último órgão de representação da vontade dos trabalhadores com a base local constituída pelos “Conselhos operários” ver: ADLER, Max *Democrazia e consigli operai*. Citado, pp. 66-100.

<sup>9</sup> Como destaca Marramao, “O próprio Bauer, alguns anos depois, ao apresentar um balanço retrospectivo dessa experiência, irá admitir que até mesmo os especialistas burgueses da *Staatskommission für Sozialisierung*, como *Grünberg* e *Scwiedland*, “não raramente criticavam a social-democracia porque essa enfrentava os problemas de modo excessivamente hesitante”” MARRAMAIO, G. *Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo*. In: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, v. V, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985, p. 308.

<sup>10</sup> *Cfr.* MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, citado, p. 55.

oposta no Parlamento pelo Partido cristão-social que estava rapidamente se transformando, de partido representante de pequenos burgueses, animados por sentimentos anticapitalistas e românticos, em partido da alta burguesia e da grande finança.

As tentativas social-democratas de implementar o projeto de anexação e o plano de socialização refletiam a persistência, na direção austromarxista, de uma consciência marxista revolucionária, que afastava quaisquer ilusões reformistas e mantinha firme o objetivo final da socialização dos meios de produção. Ao mesmo tempo em que se mantinham no terreno do marxismo revolucionário, porém, coerentemente com sua convicção de que o marxismo nunca poderia ser uma ortodoxia fechada, e sim uma visão aberta e suscetível de desenvolvimento ao longo do tempo, os intelectuais austromarxistas se esforçavam em superar a mistificadora alternativa entre reformas e revolução. Dentre eles, Bauer, por exemplo, insistia em afirmar a importância do trabalho cotidiano, pequeno e miúdo,<sup>11</sup> sustentando que os microdeslocamentos e as transformações imperceptíveis tinham caráter revolucionário.<sup>12</sup> Sem abraçar uma opção de tipo evolucionista, os expoentes do austromarxismo começaram a defender que o caminho para o socialismo deveria ser percorrido a pequenos passos, e que o objetivo final do socialismo seria o momento culminante de um longo processo preparatório.

As iniciativas políticas social-democratas tendentes à realização do programa de socialização e do projeto de anexação manifestavam, outrossim, a profunda convicção austromarxista de que a conquista do poder devia seguir necessariamente o caminho parlamentar. Os expoentes da direção austromarxista descartavam completamente a alternativa insurrecional. Por sua vez, porém, recusavam igualmente a convicção – difundida na social-democracia alemã – de que a participação em governos de coalizão com partidos burgueses pudesse substituir uma maioria parlamentar absoluta da social-democracia, que eles julgavam ser a forma que melhor garantiria a realização dos objetivos revolucionários do

---

<sup>11</sup> Em sintonia com aquela perspectiva, alguns anos mais tarde, em um discurso feito, em 2 de março de 1924, à conferência anual da seção vienense da Federação da juventude operária socialista, Bauer sustentaria, por exemplo, que: “Ainda inúmeras Bastilhas nos cercam. Todas precisam ser atacadas e destruídas! Cada dia podemos destruir uma delas, se quisermos. Nem todos os dias podemos derrubar as grandes Bastilhas; mas entretanto podemos destruir inúmeras pequenas Bastilhas: da superstição, da exploração, da servidão. *Apud*, LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, p. 130.

<sup>12</sup> Ainda dentro da mesma perspectiva, alguns anos depois, no opúsculo intitulado *Revolutionäre Kleinarbeit* Bauer escreverá que: “Não foi a grande catástrofe geológica que mudou o aspecto da Terra; são as pequenas revoluções no interior dos átomos, imperceptíveis e invisíveis mesmo ao microscópio, que transformam o mundo e criam a energia que termina depois por se desencadear, dando lugar a uma catástrofe geológica. O pequeno, o imperceptível, o que nós definimos como trabalho miúdo: esse é o autêntico trabalho revolucionário”. *Apud* MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. Citado, p. 298.

movimento operário. Para os intelectuais austromarxistas que dirigiam o partido, o SDAPÖ só deveria participar da coalizão se pudesse imprimir à política estatal um viés socialista. Se não fosse possível formar um governo com hegemonia socialista, a coalizão deveria ser abandonada imediatamente<sup>13</sup>.

Após o fracasso quase simultâneo do plano de socialização e do projeto de anexação – os quais, vale a pena destacar mais uma vez, constituíam os dois pontos essenciais do programa político da social-democracia austríaca –, a direção do partido percebeu que a permanência na coalizão, nestas circunstâncias, provavelmente provocaria uma cisão no interior do SDAPÖ e a adesão das frações mais radicais de suas bases ao partido comunista (KPÖ). Sob a ameaça de um iminente enfraquecimento interno do partido e diante da alteração do equilíbrio político que se manifestou nas eleições de 1920 – nas quais o Partido cristão-social tornou-se majoritário, conquistando 82 cadeiras, contra as 66 dos social-democratas –, a direção do SDAPÖ optou logo, coerentemente com suas principais diretrizes teóricas, pelo abandono imediato da coalizão.

Uma vez tendo-se retirado do governo do Estado, a social-democracia austríaca concentrou seus esforços na tentativa de concretizar um vasto programa de reformas em municípios com maioria socialista. Com esse programa de reformas, que encontrou sua expressão mais grandiosa na “Viena Vermelha”, onde se concentrava um bloco operário que aderiu, em sua esmagadora maioria, ao partido e à sua política socialista e democrática, a social-democracia tentou realizar, em escala municipal, aquela nova qualidade do trabalho e das outras relações sociais que havia tentado implementar, sem sucesso, em nível nacional.

---

<sup>13</sup> Para compreender melhor a iniciativa política da social-democracia austríaca durante aqueles anos é preciso lembrar também a concepção que a direção tinha de partido operário. Uma constante no pensamento de Bauer era a ideia de que o SDAPÖ não devia ser simplesmente um partido como todos os outros, cuja essência se reduzia à mera representação de interesses particulares dentro do Estado. Para ele, o partido social-democratas devia sobretudo educar os trabalhadores assalariados para que tomassem consciência dos conflitos de classe, e favorecer a formação de um ambiente alternativo capaz de preservar os trabalhadores das mistificantes influências do ambiente burguês. E a função de integração da classe operária, naturalmente fragmentada em vários núcleos parciais, seria desempenhada melhor por um partido que, mesmo respeitando as opiniões diversas em seu interior, permanecesse fortemente unido e compacto. Analogamente, Max Adler condicionava a possibilidade da transição revolucionária à construção de uma vontade geral socialista da classe operária. Segundo ele, a aproximação ao socialismo pressupunha que todos os interesses imediatos da classe operária fossem deixados em segundo plano, mantidos recessivos com respeito à vontade de transformar a sociedade vigente. Enquanto a defesa no Estado dos interesses imediatos constituía o núcleo das lutas dos partidos burgueses, a função crucial de um partido autenticamente socialista devia ser a de transformar a sociedade vigente. Nesse sentido, o partido social-democratas devia ser a organização de todas as forças sociais inovadoras, contra a estagnação e o retrocesso sociais. Portanto, também para ele, a essência do partido operário era diferente com respeito àquela dos demais. Como Bauer, também Adler acreditava que, uma vez alcançada a democracia na esfera política, o principal objetivo do partido operário fosse a socialização progressiva da economia. E que se isso não fosse possível imediatamente, a participação ao governo do Estado não se justificava, sobretudo se ameaçasse dividir e enfraquecer o partido.

Graças ao trabalho construtivo realizado nos “municípios vermelhos” e especialmente ao exemplo da “Viena Vermelha”, a direção austromarxista imaginava poder conquistar o apoio dos poucos eleitores que ainda eram necessários para que a social-democracia pudesse alcançar, no Estado, a maioria absoluta.<sup>14</sup> Na realidade, essas expectativas eleitorais não se cumpriram, nem nas eleições subseqüentes nem nas que se realizaram mais tarde, o que demonstrou que o apoio da população urbana, por si só, não era capaz de assegurar os poucos votos que faltavam para alcançar a almejada maioria absoluta.

O âmago da tentativa austromarxista de basear a luta política pela conquista democrática do poder do Estado na concretização de um “magnífico conjunto de realizações”, em nível municipal, foi a iniciativa política levada adiante pela social-democracia na capital, que foi facilitada pelo alto grau de autonomia concedida a Viena pela Constituição de 1920, para cuja redação contribuiu de modo assaz relevante o famoso jurista Hans Kelsen. Tal iniciativa se apoiou sobre dois eixos principais: o ideal igualitário de justiça distributiva e a valorização de uma politização ampla da população em função de sua maciça participação. Partindo de tais pressupostos, o governo social-democrata da prefeitura de Viena realizou – durante a administração do prefeito Karl Seitz, que se tornou provavelmente o mais popular dentre os dirigentes social-democratas – um amplo e muito bem sucedido programa de reformas no campo da política fiscal, da previdência social, da construção civil popular, da instrução pública, da saúde e dos transportes.<sup>15</sup> Estreitamente ligada a essa ação governamental foi a tentativa, igualmente afortunada, de consolidar a adesão da classe operária ao partido social-democrata através de uma densa rede de ações culturais, esportivas, educacionais e pedagógicas. Tais ações, concentradas sobretudo nos clubes de trabalhadores,

---

<sup>14</sup> No artigo intitulado “Auf dem Weg zur Macht”, publicado em 1923, nas páginas da revista **Der Kampf**, Julius Braunthal, dirigente austromarxista, formulou o objetivo da iniciativa política social-democratas em nível municipal nos seguintes termos: “No curso dos próximos quatro anos, o exemplo de Viena mostrará à população como é poderosa a força criadora que se abriga na democracia e no socialismo. Esse magnífico conjunto de realizações, que brilha ainda mais contra o pano de fundo da obra de dismantelamento desejada pelo governo reacionário-capitalista, prenunciadora de obscura morte e de decadência cultural, conquistará irresistivelmente nas próximas eleições – se for unido ao trabalho organizado pela conquista do poder – os 250.000 eleitores que ainda são necessários para que a social-democracia alcance, no Estado, a maioria absoluta”. *Apud* MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. *In*: HOBBSAWM, ERIC. **História do marxismo**, vol V. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, p. 265.

<sup>15</sup> Como destaca justamente Siegfried Mattl, que é professor do Instituto de História da Universidade de Viena, o “vasto programa de bem-estar social municipal” implementado pelo governo social-democratas da prefeitura de Viena constituiu “um extraordinário experimento urbano socialista”. Suas realizações foram tão significativas para os trabalhadores e para a cidade que delas surgiu o mito “de Viena como a cidade do bem-estar social, da classe operária, como uma cidade igualitária”. Este mito “tornou-se parte de uma duradoura hegemonia social-democrata” no governo municipal, que perpassou várias décadas e que de certa forma permanece até hoje. Apesar desta força simbólica, ao longo do tempo “as ideias igualitárias originárias”, subjacentes aos “programas políticos da Viena Vermelha”, desapareceram quase por completo e deram lugar a uma política que “se confunde cada vez mais com uma mera boa administração”. *Cfr.* MATTL, S. O caso da Viena Vermelha. **Revista Lua Nova**, 2013, no. 89, pp. 191-192.

tinham a finalidade de ampliar o horizonte da classe operária e de imunizá-la contra as influências intelectuais da sociedade burguesa.<sup>16</sup> Graças ao conjunto dessas reformas e ações culturais, a iniciativa política austromarxista conseguiu modelar a sociedade vienense de tal maneira que, até a derrota social-democrata na guerra civil em defesa da República de 1934, na cidade a influência das camadas conservadoras ficou amplamente marginalizada, enquanto a função hegemônica foi desempenhada pelo movimento operário organizado.

A iniciativa política social-democrata em nível municipal resultou não apenas no deslocamento para esquerda do equilíbrio político da capital, mas também na consolidação da hegemonia social-democrata no interior da classe operária austríaca. Por outro lado, porém, seu sucesso teve também como efeito o aumento da distância que separava a capital do mundo rural onde, por sua vez, os cristãos-sociais tiveram enorme êxito em fomentar a hostilidade dos camponeses e dos pequenos burgueses contra a “Viena Vermelha”. Assim, os contrastes que separavam o movimento operário organizado e o campo conservador filocatólico e nostálgico do glorioso passado imperial que, com a saída da social-democracia do governo do Estado, havia retomado plenamente seu controle, acentuaram-se cada vez mais. Nessa situação, os conflitos entre o governo cristão-social do Estado e a “Viena Vermelha” social-democrata, que manifestavam uma crescente polarização política da sociedade austríaca, dificilmente poderiam continuar por muito tempo. A longo prazo, a exacerbada oposição política da sociedade austríaca deveria ser superada, ou através de uma interrupção da hegemonia socialista na Capital e da adequação de Viena à posição conservadora do governo do Estado, ou mediante a conquista social-democrata da maioria parlamentar e a sucessiva socialização da economia austríaca. Esse quadro, por si só já difícil, piorou ulteriormente ao longo da década de 1920, quando – refletindo a progressiva adesão da classe dominante ao

---

<sup>16</sup> A propósito das iniciativas culturais promovidas pela social-democracia no município de Viena e da valorização austromarxista da educação para o socialismo como elemento integrante da luta de classes política do movimento operário, Mattl lembra que: “a rede de clubes devia criar (...) “os novos homens”. “Os novos homens” também foi o título do livro do sociólogo Max Adler sobre os conceitos da educação socialista. Este livro tornou-se o que podemos chamar a bíblia dos experimentos culturais da Viena Vermelha. Nesse livro, Adler, referindo-se ao conceito marxista de alienação, negou qualquer desenvolvimento espontâneo da consciência de classe. Segundo Adler, o véu ideológico gerado pelo regime de exploração capitalista só poderia ser rasgado fora da vida cotidiana. Mas onde esse autêntico “fora” humano pode ser encontrado? A ideia genuína de Adler consistia na extensão da filosofia de Emmanuel Kant. Tomando o esquema kantiano do *a priori*, que definia os princípios dados da razão para perceber as leis naturais, Adler foi mais longe ao aplicar um princípio similar da razão para a área social. O que ele chamou de *a priori* social, ou a capacidade intelectual dada para conceber padrões solidários como estruturas formativas da vida humana, devia orientar os avanços no conhecimento das regras da sociedade. “Homens novos” nasciam da disseminação desse conhecimento, não da experiência cotidiana ou da luta de classes. O movimento socialista e a reforma social tinham de preservar a estrutura para que a razão se tornasse autorreflexiva, de modo que era importante a luta por segurança social e por mais tempo livre. Mas eles eram apenas meios para permitir aos intelectuais socialistas espalhar suas ideias dentro do movimento por meios educativos. Os clubes eram o terreno natural para este tipo de educação”. MATTTL, S. O caso da Viena Vermelha. **Revista Lua Nova**, 2013, no. 89, p. 208.

fascismo<sup>17</sup> – a própria república tornava-se cada vez mais o principal objeto da disputa política<sup>18</sup>.

Com o passar do tempo, a decisão tomada pela direção austromarxista de sair do governo de coalizão e de assumir a “Viena Vermelha” como plataforma de lançamento para a conquista da maioria parlamentar, além de não render os frutos eleitorais esperados, se demonstrou uma arma perniciosa. Em decorrência daquela decisão, a classe dominante passou a se beneficiar cada vez mais não apenas da ação do Partido cristão-social, mas também daquela dos aparelhos do Estado, para penetrar na sociedade e lá organizar o conformismo conservador do mundo pequeno burguês e o consenso católico do campesinato, em função antioperária. Por sua vez, a social-democracia continuou obtendo sucessos eleitorais notáveis,<sup>19</sup> capazes sim de confirmar o SDAPÖ como um grande partido operário revolucionário, mas sem lhe garantir a almejada maioria parlamentar. Tais sucessos eleitorais mantiveram, na direção austromarxista, forte otimismo acerca da possibilidade de vitória eleitoral que permitisse a formação de um governo com hegemonia socialista, o que alimentou sua vontade de persistir na mesma estratégia política. Contudo, os êxitos também encobriram a percepção de que o bloco operário – ao retirar-se das instituições centrais do Estado e constituir-se como poder operante apenas na sociedade civil e nos exemplos das “municipalidades vermelhas” – tinha perigosamente entregado o aparelho do Estado às mãos dos conservadores<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> A propósito da mudança na orientação política da classe dominante austríaca ao longo da década de 1920, Leser escreve que: “a burguesia austríaca, que nunca tinha aceitado a república e que tinha continuado a considerá-la uma vergonha, da posição de poder econômico que ocupava, depois que as várias tentativas de restauração monárquicas se demonstraram vãs, passou da democracia ao fascismo”. LESER, N. **Teoria e prassi dell’austromarxismo**. Citado, p. 16.

<sup>18</sup> A decisão da direção austromarxista de sair do governo de coalizão para se dedicar à administração municipal e à iniciativa socialista de educação e instrução – que foi criticada por Renner, pois, a seu ver, a social-democracia teria assim entregado o aparelho do Estado nas mãos da burguesia – concorreu à criação das condições políticas para que a “Viena Vermelha” se tornasse cada vez mais isolada do resto do país e fosse progressivamente cercada por uma ofensiva conservadora guiada por Ignaz Seipel, que viria a se apoiar nas camadas rurais e pequeno-burguesas austríacas e cuja evolução viria a tomar a forma de uma reação violenta contra a República democrática e as forças sobre as quais se apoiava.

<sup>19</sup> Nas eleições gerais de outubro de 1923, o SDAPÖ conseguiu 1.311.882 votos, contra 1.494.298 dos cristãos-sociais.

<sup>20</sup> A propósito da subestimação, por parte dos dirigentes social-democratas, e especialmente de Bauer, da possibilidade que sua estratégia abria para os adversários de conquistar as importantes posições de poder presentes nos aparelhos do Estado, Marramao escreve que: “Em contraste com a Alemanha, onde – com a responsabilidade de Ebert e Scheidemann – o exército tinha retornado à pátria “disciplinado” e tinha possibilitado o reestabelecimento de um aparelho de Estado conservador, na Áustria havia, em 1918, uma absoluta ausência de poder, na qual a classe operária podia facilmente se inserir, como única força organizada do país: após a dissolução do velho exército imperial, de fato, existia somente a ‘*Volkswehr*’, o exército popular que se havia constituído nos dias da revolução e que era composto em 90% por social-democratas. Em um primeiro momento, o SDAPÖ tinha conseguido consolidar esta posição de poder, graças, sobretudo, ao trabalho feito por Julius Deutsch, antes como subsecretário e, depois da vitória eleitoral de fevereiro de 1919, como Ministro das forças armadas.

A decisão de concentrar todos os esforços na tentativa de salvaguardar a autonomia extraparlamentar do movimento operário contra o bloco burguês derivava da correta percepção, pela direção austromarxista, do acentuado dualismo de poder presente na sociedade austríaca, que, de fato, tinha impedido o início da socialização durante o governo de coalizão dirigido pelo SDAPÖ. No entendimento dos dirigentes austromarxistas, diante da situação de forte polarização política, surgida da guerra e da derrota militar, o recurso à violência contra a classe operária e suas organizações, pela classe dirigente, estava se tornando cada vez mais uma possibilidade real. A social-democracia deveria se preparar para se proteger contra as intenções da burguesia e as intrigas de seus partidos, criando uma organização paramilitar dos operários. Coerentemente com esse diagnóstico, que poucos anos mais tarde se demonstraria dramaticamente correto,<sup>21</sup> em 1923, foi constituída a *‘Republikanischer Schutzbund’* (Liga de Defesa Republicana), cuja direção foi atribuída a Julius Deutsch<sup>22</sup>.

Apesar dos resultados eleitorais confirmarem o SDAPÖ como um grande partido, a influência social-democrata permanecia limitada quase só ao mundo urbano. Os dirigentes austromarxistas cedo compreenderam que, com influência limitada quase exclusivamente às

---

O contra-ataque burguês contra a «rote Volkwehr», porém, se havia intensificado enormemente no período do ‘putsch’ de Kapp. Bauer tinha explorado a situação de crise política e os efeitos psicológicos do fracasso do golpe de Estado reacionário (graças à compacta greve geral dos operários alemães) para conseguir a aprovação de uma nova legislação relativa ao exército, que conferia ao ministro social-democrata um controle efetivo sobre a escolha do corpo dos oficiais. Ele esperava, assim, poder salvaguardar, mesmo depois da ruptura da coalizão, a fidelidade do exército à constituição, embora o exército devesse – segundo quanto prescrevia o Tratado de Paz de Saint-Germain – ser formado por soldados profissionais. Apesar de ter destacado várias vezes, até mesmo publicamente, a importância crucial do exército e a necessidade de consolidar sua estrutura republicana – garantindo, mediante a organização dos soldados em um sindicato amarrado às ‘Freie Gewerkschaften’, seu contato constante com a classe operária – Bauer pensou que sua operação tivesse tido sucesso pleno pela simples razão de ter conseguido dar a Deutsch tempo suficiente para renovar o corpo dos oficiais.

Na realidade, Bauer tinha subestimado a possibilidade dos cristãos-sociais alterarem a estrutura do exército depois da saída da SDAPÖ da coalizão. Já em 1923, as pressões do ministro cristão-social das forças armadas, Carl Vaugoin (que, tendo sucedido Deutsch, permaneceu no cargo ininterruptamente de 1921 até 1933), sobre a organização do exército tinham levado Bauer a pronunciar um discurso contra ele em parlamento. Essas pressões e a concomitante intensificação do contra-ataque reacionário levaram então o partido social-democratas austríaco a optar pela fundação de uma organização extraparlamentar de defesa como a ‘Schutzbund’. MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 92-94.

<sup>21</sup> Refiro-me aqui especificamente aos célebres e trágicos acontecimentos de 15 de julho de 1927, sobre os quais retornarei mais adiante com maiores detalhes. Por ora, é suficiente lembrar que, em 30 de janeiro de 1927, em Schattendorf, dois fascistas haviam disparado contra uma passeata organizada pela social-democracia, matando dois militantes: um velho deficiente e uma criança. No processo, que ocorreu de 5 a 14 de julho, a justiça, reconhecendo várias atenuantes, absolveu os assassinos. Motivadas pela indignação em face daquele veredito, a população proletária vienense foi às ruas e incendiou o Palácio da Justiça. A repressão policial ao protesto popular contra a absolvição dos assassinos fascistas foi extremamente sangrenta, provocando 90 mortos e mais de 2000 feridos.

<sup>22</sup> Para compreender corretamente a importância dessa iniciativa austromarxista, vale a pena lembrar aqui que, já em 1924, faziam parte da Liga de defesa republicana cerca de 120.000 – 150.000 homens armados.

idades, a social-democracia permanecia condenada a uma permanente minoria parlamentar. Eles perceberam que, sem o apoio pelo menos de uma parte da população rural, dada a fisionomia do eleitorado austríaco, os 8% que faltavam para alcançar uma maioria parlamentar absoluta e instaurar um governo social-democrata, capaz de imprimir uma marca socialista à política estatal, dificilmente seriam alcançados. “Nessa situação, a social-democracia austríaca – a primeira a fazê-lo entre todos os partidos social-democratas depois da Primeira Guerra Mundial – publicou um detalhado programa agrário, minutado e desenvolvido por Otto Bauer, e aprovado pelo Congresso do Partido em 1925. Esse programa baseava-se numa brilhante análise marxista; levava em conta tanto os princípios socialistas quanto as necessidades concretas ligadas ao aumento da produtividade agrícola; e, finalmente, levava em consideração, de modo realista, a tradição e a mentalidade profundamente individualista da população rural”.<sup>23</sup> Todavia, apesar dos esforços refletidos no excelente programa agrário e na viva agitação socialista no campo que o acompanhou, os resultados dessa iniciativa austromarxista foram praticamente nulos. A tradicional votação de massa dos camponeses não se modificou, já que a esmagadora maioria deles “... estava sob a influência exclusiva – espiritual e política – dos partidos clerical-burgueses, cheia de desconfiança e de preconceitos em face de tudo o que provinha da cidade vermelha e sem Deus”.<sup>24</sup> E a adesão de massa à social-democracia permaneceu um fato quase exclusivamente urbano.

## 4.2 A política exterior

Para compreender adequadamente a iniciativa política austromarxista, é preciso ainda articular o contexto acima traçado com a simultânea trajetória da Internacional de Viena.<sup>25</sup> Devido ao fracasso quase simultâneo do plano de socialização e do projeto de anexação da Áustria à Alemanha – que, juntos, haviam constituído o núcleo do programa político do SDAPÖ na conjuntura dos anos 1919-1920 – os dirigentes austromarxistas foram impelidos a tentar uma ação política internacional. Ademais, o esforço da direção austromarxista para a formação da Internacional de Viena deveu-se à ênfase da pluralidade e

---

<sup>23</sup> MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. In: HOBBSAWM, ERIC. **História do marxismo**, vol V. Citado, p. 163.

<sup>24</sup> MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. In: HOBBSAWM, ERIC. **História do marxismo**, vol V. Citado, p. 263.

<sup>25</sup> A internacional de Viena é conhecida também como “Internacional dois e meio”, segundo a designação irônica que lhe foi conferida à época por Karl Radek.

do polimorfismo dos caminhos para o socialismo em seu discurso, o qual destacava a necessidade de integrar diferentes táticas nacionais como condição necessária para o sucesso do processo revolucionário em nível europeu. Sobre esta dúplice base, nasceu, em fevereiro de 1921, por iniciativa de Friedrich Adler, a União dos partidos socialistas para a ação internacional. Mais conhecida como Internacional de Viena, a União dos partidos socialistas para a ação internacional teve como seu principal objetivo a reconstrução da unidade do proletariado revolucionário, então dividido entre a recém-nascida Terceira Internacional e a ressurgida Segunda Internacional<sup>26</sup>.

A Internacional de Viena conseguiu reunir em Berlim, em abril de 1922, a Conferência das três Internacionais, da qual participaram representantes de todos os partidos do movimento operário. Apesar desse notável sucesso inicial, “Os resultados da Conferência de Berlim foram, como se sabe, assaz escassos, e a ‘Comissão dos nove’, que deveria ter organizado um grande congresso mundial dos trabalhadores, se dissolveu em decorrência da retirada dos representantes da IC” (Internacional Comunista).<sup>27</sup> A principal responsabilidade pelo fracasso da iniciativa política unitária dirigida por Friedrich Adler, porém, não foi dos comunistas. De fato, foram os três representantes da Segunda Internacional que, na “Comissão dos nove”, se declararam contra a convocação do congresso mundial dos trabalhadores, convocação que, segundo deliberação da Conferência de Berlim, deveria ocorrer o quanto antes e sem qualquer condição restritiva. Diante desse boicote, a Internacional de Viena perdeu sua capacidade de ação política e, já em 1923, no congresso de Hamburgo, acabou por confluir na Internacional Operária Socialista (IOS).

Em contraste certa indiferença manifestada nos primeiros anos 20 pela social-democracia alemã à tese da pluralidade e multiformidade do processo revolucionário, os comunistas e os austromarxistas convergiam na afirmação da necessidade de reunir todos os diferentes segmentos do proletariado revolucionário. A argumentação de Lenin – que, após

---

<sup>26</sup> Vale a pena lembrar aqui que a divisão do movimento operário, que caracterizou politicamente boa parte do século XX, iniciou-se durante a Primeira Guerra Mundial. Em contraste com as várias declarações de cunho pacifista e internacionalista feitas durante os congressos da Internacional Socialista antes de 1914, ao eclodir a Primeira guerra mundial os partidos social-democratas haviam optado por uma política de apoio à guerra e à atitude belicosa dos respectivos governos. Durante as Conferências de Zimmerwald e de Kienthal, respectivamente de setembro de 1915 e de abril-maio de 1916, havia-se desenvolvido no interior da social-democracia uma oposição de esquerda à política socialpatriota que então predominava na direção dos diferentes partidos. Embora permanecendo unida em torno de princípios pacifistas e internacionalistas, no seio da oposição de esquerda logo se havia separado uma tendência autônoma, formada principalmente por bolcheviques, que havia terminado por desempenhar um papel preponderante no interior do movimento de Zimmerwald. Surgindo daquela tendência, em março de 1919, em Moscou, nasceu a Terceira Internacional, conhecida também como Internacional Comunista. Os partidos social-democratas, ao contrário, no mesmo ano se reuniram em Berna e deliberaram continuar a Segunda Internacional.

<sup>27</sup> MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 59.

ter-se tornado predominante no interior da Internacional Comunista ao Terceiro Congresso (de junho-julho de 1921), resultou nas Teses sobre a Frente Única (de 18 dezembro de 1921) – manifestava a adesão do autor à mesma tática internacionalista então proposta pelos austromarxistas.<sup>28</sup> A tática relacionada com a posição de Lênin, que se apoiava na esperança da revolução mundial, definiu o programa da Internacional Comunista até o V Congresso de junho-julho de 1924. Daí em diante, a tática da unidade de ação de todos os partidos revolucionários foi abandonada completamente. A nova estratégia de conflito com os partidos socialistas, que se afirmou na Internacional Comunista – cujo pano de fundo era a vitória de Stalin no sistema de poder soviético e o abandono, em favor do desenvolvimento econômico da União Soviética, da luta revolucionária – alcançou seu clímax em 1929, com a célebre tese que definia a social-democracia como “social-fascismo”. Essa nova posição comunista foi abandonada somente em 1935, durante o VII Congresso da Internacional Comunista, quando a posição original foi parcialmente retomada, embora então num novo contexto, caracterizado pela ameaça dos inimigos comuns: nazista e fascista.

Apesar da convergência sobre a Frente Única e a unidade de ação, durante os primeiros anos 20, comunistas e austromarxistas se distanciavam quanto à análise da conjuntura e à sua abordagem teórica. Por trás da proposta da Frente Única, lançada pela Internacional Comunista, estava uma abordagem teórica excessivamente economicista da realidade social, compartilhada, entretanto, até mesmo por seus teóricos mais inteligentes, como Karl Radek.<sup>29</sup> Nas teses sobre a tática aprovadas pelo IV Congresso da IC, em 5 de dezembro de 1922, a política da Frente Única se relacionava com uma análise fundamentalmente errada,<sup>30</sup> que mostrava um iminente e marcado declínio do capitalismo. Segundo essa análise, o capitalismo não era mais capaz de assegurar nem sequer as mais elementares condições de vida à classe operária. Os conflitos de classe se teriam exacerbado a curto prazo, razão pela qual a classe operária devia abandonar logo a luta pelos interesses imediatos e se organizar para a luta contra o aparelho de coerção e de domínio da burguesia.

---

<sup>28</sup> A propósito da posição então defendida por Lenin confronta MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 61-62.

<sup>29</sup> Como destaca Marramao, o livro *Theorie und Praxis der 2 1/2 Internationale*, publicado por Radek em 1921, é um excelente exemplo do erro na análise da conjuntura feita pela Internacional Comunista. No livro, o autor sustentava a previsão, errada, de um rápido declínio do capitalismo. Segundo ele, os conflitos de classe teriam piorado a curto prazo. A classe operária devia abandonar a luta pelos interesses imediatos e se organizar para o choque final. Os dirigentes austromarxistas estavam errados, uma vez que sua opção não era aquela de uma propaganda centrada no conceito de inevitabilidade da luta revolucionária. A propósito dos detalhes da polêmica que Radek conduziu contra a Internacional de Viena, que não me parece essencial apresentar aqui, ver MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 63-65.

<sup>30</sup> Digo que a análise comunista estava fundamentalmente errada pois suas previsões quanto a um recrudescimento dos processos revolucionários, relacionado a um rápido declínio do capitalismo, foram amplamente desmentidas.

Assim, a fórmula da Frente Única, que considerava a possibilidade de formar governos com a participação de comunistas, de socialistas e de outros grupos de esquerda, era concebida apenas como solução provisória e passageira. A Frente Única deveria preparar o advento de um governo operário, composto unicamente por comunistas, que teria magicamente resolvido qualquer problema político futuro.

A análise austromarxista da conjuntura se baseava em um enfoque completamente diferente da comunista e chegava a conclusões distintas. Para os austromarxistas, a conjuntura se caracterizava pela forte expansão econômica, no contexto de uma sociedade capitalista globalmente estável e cada vez mais complexa. Tal expansão não era o resultado do desenvolvimento linear e mecânico do capitalismo, mas sim de uma reorganização política das classes dominantes, que estavam conseguindo retomar sua posição de poder, seriamente ameaçada durante o primeiro pós-guerra. As inovações teóricas austromarxistas, exatamente ao enfatizar a dimensão política dos processos sociais, colocavam suas análises em um plano qualitativamente superior àquelas fornecidas pelos comunistas.

A capacidade teórica austromarxista de compreender corretamente as tendências no capitalismo da época se traduziu, internacionalmente, em sua crescente influência no movimento operário europeu. Após o fracasso da Internacional de Viena (21 de maio de 1923) e sua sucessiva adesão à Internacional social-democrata, a direção austromarxista do SDAPÖ passou a exercer notável peso na Internacional operária Socialista. Dentre os dirigentes austromarxistas, a influência maior foi exercida por Bauer e por Friedrich Adler, “... o qual, após um breve *duunvirato* com o inglês Tom Shaw, tornou-se até mesmo seu secretário geral”<sup>31</sup>.

A intensa iniciativa política supramencionada<sup>32</sup> coincidiu com uma ampla reflexão dos austromarxistas sobre o problema da relação Estado-democracia, numa perspectiva revolucionária válida para os países da Europa central e ocidental. Essa reflexão – parte do debate austromarxista dos anos 20 – resultou em aquisições muito significativas para a teoria política. É principalmente para esse debate, pois, que orientarei minha atenção no próximo capítulo.

---

<sup>31</sup> MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 65.

<sup>32</sup> Os exemplos citados nesse capítulo para ilustrar as ações políticas empreendidas pela direção austromarxista parecem-me suficientes para demonstrar que um dos traços mais característicos do austromarxismo foi a tentativa de alcançar seus objetivos políticos através de iniciativas realizadas constantemente, inclusive em níveis distintos e em modalidades diferentes. Nesse ponto, portanto, não concordo com Mehrav, que considera como “...uma sua tendência constitutiva” (...) “o chamado “expectativismo”, que levava a adiar permanentemente as grandes decisões,” (...) “numa expectativa mistificadora de tempos melhores, de um afrouxamento da pressão reacionária internacional e de uma atenuação da absoluta dependência econômica em relação ao Ocidente capitalista”. *Cfr.* MEHRAV, P. **Social-democracia e austromarxismo**. *In*: HOBBSAWM, ERIC. **História do marxismo**, vol 5. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, p. 262.

## Capítulo 5

### O debate austromarxista dos anos 20

#### 5.1 De 1920 a 1923: a definição das posições

Durante a década de 1920, a reflexão teórica austromarxista alcançou seu nível mais elevado, confrontando-se em célebre debate com as posições sustentadas pelo famoso jurista Hans Kelsen. A fisionomia do debate austromarxista dos anos 20 definiu-se principalmente a partir de dois fatos que marcaram o contexto histórico-político da época: democratização do Estado e as transformações do político<sup>1</sup>.

A ação dos partidos proletários e as iniciativas de seus dirigentes haviam conquistado apoio crescente da população, profundamente marcada pelos sacrifícios, sofrimentos e horrores da guerra. O consistente crescimento político da classe operária havia resultado na participação direta de seus representantes no governo não apenas na Rússia, mas também na Áustria e na Alemanha. Como logo observou agudamente Kelsen, em seu livro *Socialismo e Estado*<sup>2</sup>, a conquista do poder abria novas e amplas possibilidades para a classe operária, que agora poderia utilizar o Estado para a realização de seus objetivos. Segundo ele, porém, ao assumir seu novo papel de classe governante, a classe operária deveria abandonar a teoria política marxista, que apontava para a extinção do Estado. Destarte, Kelsen colocou o primeiro tema central de sua polêmica com os teóricos austromarxistas: o da crise do marxismo.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> O significado que atribuo ao termo político se relaciona com uma conceitualização de cunho fortemente histórico-antropológico do mesmo. Não pretendo aqui expor o que entendo com o termo político, pois essa explanação resultaria em um desvio desnecessário do tema principal do capítulo. Limito-me a reenviar à leitura do livro de Christian Meier sobre o surgimento da categoria do político na Grécia, em que o autor aborda a questão da conceitualização do político e apresenta suas transformações também na modernidade, embora o foco central do livro seja o mundo grego antigo, em que surgiu a democracia. De fato, no que diz respeito a difícil e polêmica questão da conceitualização do político, me reconheço amplamente nas páginas que o autor alemão lhe dedica em seu trabalho. Confronta: MEIER, Christian **La nascita della categoria del politico in Grecia**. Bolonha: Il Mulino, 1988, especialmente 'Introdução' pp. 11 – 17 e o 'capítulo 1' (Dal “Politikós” al moderno concetto di politico), pp. 27 – 40.

<sup>2</sup> H. KELSEN, **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**, (“Sozialismus und Staat”, 1920). México, DF: Siglo Veintiuno, 1982.

<sup>3</sup> A crise do marxismo animou o debate dos anos 20 não apenas na Áustria e nos demais territórios de língua alemã, mas também em outros países europeus. Com uma argumentação que acompanhava a direção seguida por Kelsen em sua polêmica com os teóricos austromarxistas, ainda em 1929, na Itália, Carlo Rosselli insistia na oportunidade que a classe operária abandonasse a teoria política marxista. Segundo Rosselli, a teoria

O segundo fenômeno relevante daquele período foi a súbita aceleração do processo de transformação do político, marcado pela dúplici tendência à difusão da política na sociedade e à simultânea expansão das competências estatais. Foi desse processo – do qual o crescimento do poder político da classe operária foi sem dúvida um dos principais propulsores – que brotaram os outros temas cruciais do debate: o da essência e do valor da democracia, o da conceitualização do Estado e o dos problemas do parlamentarismo.<sup>4</sup> Longe de se enclausurarem no interior de um horizonte sectário, os intelectuais austromarxistas travaram com a cultura não marxista da época um intenso diálogo, cujos desenvolvimentos revelaram-se particularmente fecundos precisamente no campo da teoria política.

Em sua polêmica contra teoria política marxista, Kelsen utilizou instrumentos teóricos extremamente contundentes, que eram o resultado de um longo esforço de ajuste das categorias político-jurídicas de análise à evolução que ocorria principalmente nos campos da física, da psicanálise, da sociologia e da filosofia.<sup>5</sup> Por intensa relação com a cultura da época,

---

política marxista continuava prisioneira de uma visão excessivamente determinista e economicista, característica de uma fase histórica já ultrapassada. Tal teoria havia se tornado obsoleta e deveria ter sido abandonada pelas organizações operárias, que deveriam ter abraçado posições capazes de enfrentar os problemas colocados pela nova situação histórica, posições teóricas próximas a um liberalismo renovado e de esquerda. Confronta a tal propósito: CARLO ROSSELLI, **Socialismo liberale** (1929), Einaudi: Turim, 2009. Para uma excelente reconstrução do debate italiano dos anos 20 e 30 sugiro a leitura de: Walquíria D. LEÃO REGO. **Em busca do socialismo democrático**, Campinas: Editora da Unicamp, 2001, especialmente pp. 5-156.

<sup>4</sup> Vale a pena destacar aqui que em 1920, coincidentemente com a publicação de **Socialismo e Estado**, Kelsen publicou o ensaio *Essência e valor da democracia* (“Von Wesen und Wert der Demokratie”, 1920), que voltaria a publicar novamente em 1929 em uma forma mais ampliada, cuja tradução italiana se encontra em: H. KELSEN, **La democrazia**, Bolonha, Il Mulino, 1998, pp. 41-150; bem como **Os problemas mais importantes da teoria estatal do direito** (“Hauptprobleme der Staatsrechtslehre”, Tubinga, T.C.B. Mohr, 1920). Dois anos mais tarde, Kelsen publicou *O Conceito sociológico e jurídico de Estado* (“Der soziologische und der juristische Staatsbegriff”, Tubinga, J.C.B. Mohr, 1922) e sucessivamente o ensaio *Os problemas do parlamentarismo* (“Das Problem des Parlamentarismus”, 1925), hoje publicado em KELSEN, H. **La democrazia**, citado, pp. 153 – 185, além da primeira edição da famosa **Teoria pura do direito** (“Allgemeine Staatslehre”, 1925).

<sup>5</sup> A propósito do caminho teórico percorrido por Kelsen em sua tentativa de adequar a teoria jurídica aos desenvolvimentos das ciências modernas, referindo-se especialmente ao trabalho crítico realizado por Mach, Avenarius e Petzoldt Racinaro escreve que: “Para Kelsen, o problema não é o de por sua filosofia ‘positivista’ como base da ‘teoria pura do direito’, mas sim o de utilizar de maneira frutífera, dentro da ciência jurídica, sua crítica do conceito de ‘substância’ e a obra de ‘purificação’ por eles desenvolvida no campo da ciência natural. A crítica da ‘Verdoppelung’, em particular, permite criticar a concepção ‘metajurídica’ de Estado, que domina na jurisprudência tradicional. Da mesma maneira que a pré-machiana ciência da natureza supunha a existência de uma ‘substância’ distinta das qualidades das coisas e de suas relações, assim a jurisprudência tende a considerar o Estado como um ‘quid’ distinto do direito, como seu ‘Träger’: o resultado não é outra coisa a não ser uma ‘Verdoppelung’ do mundo do direito mesmo. “Quando a teoria do direito e do Estado – escreve Kelsen – tenta inserir o Estado no interior do âmbito amplo do direito, explica o Estado como criador do direito, como a força em si, que põe em funcionamento um ordenamento jurídico que carece de movimento, que muda o ordenamento jurídico graças à criação de novas normas, que aperfeiçoa o ordenamento jurídico. O Estado se converte no arquiteto transcendente do direito, ao invés de considerar o direito como um sistema unitário que se transforma de acordo com leis imanentes e que funciona automaticamente”. A teoria pura do direito readapta seus instrumentos conceituais precisamente contra essa interpretação ‘metajurídica’ do Estado, ordenando-os com respeito ao desenvolvimento das ciências modernas. (...). Se se toma a unidade do direito não como fim dado desde o início, e se, ao contrário, se pergunta como se constrói essa unidade, ou seja, se se pergunta qual é o

o célebre jurista absorvera as principais transformações epistemológicas e teórico-metodológicas colocadas pelo debate cultural europeu, entre o final do século XIX e o começo do XX. Partindo, assim, do ponto de vista normativo do dever ser e da teoria jurídica, que se distanciava tanto do campo das leis naturais relativas ao ser e do princípio de causalidade quanto do terreno da vontade individual e do psicologismo, Kelsen acusou a teoria política marxista de ser tendencialmente naturalista e impregnada de concepções que o saber moderno já havia criticado e ultrapassado. Desde 1904, em ‘Causalidade e teleologia no debate sobre a ciência’, Max Adler havia sustentado que, para superar a crise aberta pelo *Bernstein Debatte*, o marxismo deveria constituir-se principalmente como uma escola de pesquisa social com instrumentos analíticos próprios, além de manter constantemente aberta uma confrontação com todas as formas do saber existentes e com todas as correntes do pensamento contemporâneo. Profundamente influenciados por esse ensaio adleriano,<sup>6</sup> os

---

princípio que estabelece e garante a unidade, em uma palavra, se se passa de uma consideração estática “a uma dinâmica, em que precisa buscar a norma fundamental sobre cuja base só se estabelece a exigida unidade do material jurídico, então o conceito de Estado se converte em expressão dessa função fundamental que produz a unidade do material jurídico”.

Nesse sentido, o Estado se converte em um “esquema fundamental” (*Grundschema*), um “esquema interpretativo” (*Deutungsschema*), e entre o Estado e o direito se estabelece não já uma diferença metafísica, mas sim uma diferença meramente ‘lógica’: a diferença entre o princípio ordenador supremo e o conjunto ordenado por esse princípio. Se o Estado é uma simples criação conceitual (*gedankliche Schöpfung*), o conhecimento jurídico deverá se contentar “com o esboço de esquemas intelectuais universalmente válidos, em que as relações e as referências do direito sejam completamente representáveis”. A única alternativa a essa colocação é o retorno ao antigo dualismo e às velhas personificações, que só pode ser superado precisamente “enquanto a ‘coisa’ é reduzida às ‘relações’ e a substância é reduzida à função”. Este e não outro é o sentido da identificação entre Estado e ordenamento jurídico (enquanto sistema de princípios jurídicos concernentes a comportamentos humanos, que estão ligados de uma maneira específica na norma jurídica). “O conceito de Estado desempenha na ciência jurídica absolutamente o mesmo papel que o conceito de ‘força’ desempenha na física, o conceito de ‘alma’ na psicologia e, em geral, o conceito de substância na ciência da natureza (...). E se a física moderna eliminou de seu sistema cognitivo o conceito de ‘força’, da mesma maneira que a psicologia moderna não reconhece nenhuma ‘alma’ distinta dos atos psíquicos isolados, assim também a ciência jurídica não pode deixar de excluir de seu campo o Estado ‘enquanto natureza distinta do ordenamento jurídico’. Nesse sentido haverá, pois, uma teoria do Estado sem Estado...”. Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, pp. 25-27.

<sup>6</sup> A propósito do caráter peculiar do marxismo de Adler, cuja fisionomia se encontra já bem delineada em sua primeira obra importante, ‘Causalidade e teleologia no debate sobre a ciência’, de 1904, Racinaro esclarece que: “Aqui é suficiente insistir em que um ponto decisivo do marxismo adleriano é a crítica do ‘naturalismo’ que se manifesta em distintas formas, não apenas no marxismo da Segunda Internacional (de Kautsky a Plehanov), mas reaparece novamente também no interior da Terceira Internacional (Bukarin, por exemplo). O esforço de Adler, desde o início do século XX, sensível às temáticas gnoseológicas e epistemológicas, tende sempre a conservar uma relação fecunda com a grande cultura europeia burguesa, sem perder, ao mesmo tempo, a capacidade de decifrar a luta das hegemonias que está em jogo no debate cultural (...). É preciso lembrar tudo isso no momento em que se queira avaliar a validade da crítica de Kelsen à ‘sociologia’ de Adler, uma sociologia que nasce da crítica de todas as formas de naturalismo às quais nos referimos anteriormente. Enquanto para Kelsen a sociologia é a ciência causal por excelência (é o modelo de todo naturalismo), a sociologia adleriana é, desde o início, uma ciência ‘morfológica’ (em um sentido antipositivista), ou seja, é uma teoria das formas. Enquanto tal é o lugar destinado à fusão entre teoria e política, que Adler contrapõe sobre tudo a Weber – do qual leva em consideração sobre tudo os ensaios ‘metodológicos’ – mas que com um rigor muito maior pode afetar a teoria ‘pura’ do direito de Kelsen. O conceito de sociologia como ciência morfológica (teoria das formas) – no qual pensava Adler através dos reflexos que uma rara

membros do grupo austromarxista abraçaram uma nova visão do marxismo, diferente das interpretações de cunho naturalista e determinista em voga naquela época. Para os intelectuais austromarxistas, a pesquisa social deveria orientar-se para a compreensão do universo humano das relações sociais – articulado sempre com a dimensão espiritual humana e em constante transformação no processo histórico. Se Kelsen, por um lado, quase sempre acertou o alvo ao mirar a teoria política do marxismo contemporâneo, por outro ele se equivocou ao incluir em sua crítica também os austromarxistas, que puderam lhe responder com uma teoria marxista já em ampla sintonia com as novas exigências epistemológicas da época.

O caráter puro da análise foi o núcleo da resposta encontrada por Kelsen à exigência de elaborar uma teoria político-jurídica adequada às transformações do saber moderno. Segundo Kelsen, o caráter “puro” da teoria exigia que o Estado fosse concebido de forma anti-ideológica, ou seja, politicamente neutra. “No sentido da teoria geral do Estado – ele escrevia – não se discute a justiça de um conteúdo do ordenamento estatal: isso é a tarefa da ‘política’; para conservar sua pureza, a *'allgemeine Staatslehre'* deve entrincheirar-se seriamente contra qualquer possível intromissão de caráter especificamente político”.<sup>7</sup> Analisado do ponto de vista geral, o Estado aparecia essencialmente como um sistema de normas, destinado ao exercício da coerção. O exercício da coerção deveria ser considerado como atributo da norma jurídica, e não como um fato real. “O fato – escrevia ainda Kelsen – de que um homem domine outro, ou seja, que a vontade de um se converta no motivo da vontade do outro, não pode caracterizar o Estado. Mas sim, ao contrário, o fato de que exista um ordenamento sólido, de acordo com o qual um deve mandar e o outro obedecer”.<sup>8</sup> A legitimidade dos atos estatais, ou aquela das ações de cada um dos órgãos do Estado, se relacionava diretamente com a legalidade dos mesmos, ou seja, com sua correspondência ao sistema normativo.

Do ponto de vista da teoria “pura”, o Estado deveria ser reconhecido não apenas como um ordenamento jurídico destinado ao exercício da coerção, mas também como um

---

combinação entre Hegel e Kant projetada em sua interpretação de Marx – lhe permite precisamente conceber (coisa muito rara no marxismo daqueles anos) a identificação de política e ciência diante da qual fracassa o neokantismo”. Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In: KELSEN, H. Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo*. Citado, pp. 162-164.

<sup>7</sup> H. KELSEN, Lineamenti di una teoria generale dello stato ed altri scritti, aos cuidados de A. Volpicelli, Roma, A. R. E., 1932. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In: KELSEN, H. Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo*. Citado, pp. 43-44.

<sup>8</sup> H. KELSEN, O conceito sociológico e jurídico de Estado. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In: KELSEN, H. Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo*. Citado, p. 44.

‘meio de técnica social’ para a realização de qualquer conteúdo político que viesse a se impor historicamente, ou seja, como um instrumento funcional para a concretização de objetivos políticos distintos. Essa concepção geral de Estado, enquanto construção elaborada de forma consoante com o saber contemporâneo mais avançado, conseguia compreender corretamente as transformações históricas recentes. “Quanto mais profundamente – escrevia o jurista a propósito daquelas transformações – a organização estatal do domínio penetrou durante o último século no corpo da sociedade, quanto mais certas relações sociais, deixadas anteriormente ao livre arbítrio, se converteram em conteúdo do ordenamento coercitivo jurídico, tanto maior tornou-se também o contrapeso que se criou à oposição de classe, que se aprofundava desenfreadamente no livre jogo das forças econômicas. Com certeza, nem mesmo a legislação político-social das últimas décadas pôde derrotar radicalmente a oposição de classe e a exploração econômica. Mas ela demonstra que o meio político, isto é, o Estado, é capaz de atuar na direção da superação da oposição de classe, que depende unicamente do conteúdo do ordenamento coercitivo estatal e até que ponto a ordem econômica capitalista (...) pode ser removida e substituída por outra”.<sup>9</sup> Em contraste com a teoria “pura” e geral do Estado, segundo Kelsen, escapavam à teoria política marxista tanto a compreensão de tais mudanças, quanto as possibilidades que ela abria para a classe operária. Isso porque a teoria política do marxismo – partindo de uma abordagem parcial, unilateral e ideológica – continuava vendo no Estado apenas o instrumento mediante o qual a classe dominante assegurava a exploração do proletariado.

Para a teoria “pura”, a forma de organização do Estado adequada à fase histórica coeva – caracterizada pelo pluralismo político e pelo relativismo filosófico contemporâneos – era a democracia. A democracia era, em sua essência, um princípio de organização social, intrinsecamente alternativo à autocracia. O valor da democracia não era absoluto, mas dependia das condições socioculturais postas pelo desenvolvimento histórico.<sup>10</sup> Em outras palavras, as possibilidades e os limites de uma constituição democrática eram uma ‘*quaestio facti*’. O crescimento político da classe operária e as revoluções que a haviam colocada no poder na Rússia, Alemanha e Áustria tinham resultado na dissolução da homogeneidade dos

---

<sup>9</sup> H. KELSEN, Socialismo e Estado. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 45.

<sup>10</sup> A democracia – escrevia Kelsen a tal propósito – é “um princípio organizativo puramente formal, que de por si só não pode pretender nenhum valor universal e incondicionado para qualquer objetivo organizativo”. H. KELSEN, Socialismo e Estado. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 46.

valores e no fim da dominação política inconstatada da burguesia. Diante daqueles acontecimentos, na idade do pluralismo político e do politeísmo dos valores, a democracia havia se tornado a melhor forma de organização social possível<sup>11</sup>.

Em âmbito democrático, a formação da vontade geral do Estado deveria ocorrer segundo o princípio de maioria nas votações, no interior de um parlamento eleito pelo *demos* com base no sufrágio universal e igualitário. O respeito e a defesa das minorias resultariam da opinião, assaz difusa num mundo dominado pelo relativismo filosófico, de que, como a maioria não tem razão em sentido absoluto, assim também a minoria nunca pode estar completamente errada. As discussões parlamentares possibilitariam alcançar “compromissos” entre os diferentes grupos e interesses sociais em conflito, representados na assembleia legislativa pelos partidos políticos.<sup>12</sup> Os “compromissos” conseguidos através das discussões parlamentares constituiriam o conteúdo específico do Direito democrático, que seria assim a manifestação da vontade geral do Estado.<sup>13</sup> Para que a lei forjada no parlamento compusesse um bom Direito, seria necessária a existência de partidos políticos fortemente organizados, capazes de tecer a vontade política através da discussão interna e, ademais, hábil a captar as demandas da sociedade, as exigências de suas próprias bases. A boa lei exigiria também que o sistema eleitoral fosse proporcional, isto é, capaz de representar no parlamento todas as nuances da sociedade. Sob estas condições, a democracia permitiria a expressão de todos os conflitos sociais e sua sucessiva composição pacífica.

Do ponto de vista da atuação da lei, o Estado democrático deveria ser pensado como uma máquina administrativa caracterizada pela organização racional do trabalho. A organização do trabalho de tipo racional, para o cumprimento do número sempre crescente de tarefas, exigia que a máquina administrativa do Estado fosse composta por funcionários

---

<sup>11</sup> Esclarecendo o nexa existente entre politeísmo dos valores e democracia, Kelsen escrevia que: “A relatividade dos valores proclamados por uma determinada fé política, a impossibilidade de exigir, para um determinado programa político (...) um valor absoluto, obriga de maneira peremptória a rechaçar também o absolutismo político”. H. KELSEN, *Essência e valor da democracia*. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 46.

<sup>12</sup> A tal propósito, Kelsen escreve que: “Quanto mais insistente é a crítica e quanto mais consciente de seus próprios fins é a oposição da minoria, tanto mais adquirem o caráter de ‘compromissos’ as deliberações da maioria, e o compromisso é precisamente o que caracteriza a política da democracia”. H. Kelsen, *Essência e valor da democracia*. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 47.

<sup>13</sup> Para Kelsen, o pressuposto teórico era constituído pela liberdade individual, concebida como possibilidade de participar à gestão do poder do Estado. Partindo das decisões individuais, o processo democrático resultaria finalmente na elaboração de uma vontade coletiva autônoma (do Estado) que, manifestando-se na lei, retroagiria sobre os cidadãos comandando sua submissão incondicional a esta vontade geral. O conjunto dos indivíduos submetidos ao comando da lei constituiria o ‘povo’.

públicos dotados de conhecimento especializado. O desempenho das funções públicas por hierarquias de funcionários, com base no princípio da divisão do trabalho, colocava sério limite à democracia, visto que tais hierarquias tinham tendência a converter-se em poderes autônomos. Porém não havia alternativas viáveis à ‘burocracia’, uma vez que sem esta o Estado democrático correria o perigo de “... cair de novo em um primitivismo econômico técnico”<sup>14</sup>.

A primeira resposta significativa a essas teses – com as quais Kelsen, abandonando o liberalismo econômico, mas defendendo o valor da tradição liberal em política, fundava normativamente um dos pilares daquela teoria política liberal-democrática que se tornaria crucial na história da segunda metade do século XX – veio de Max Adler, que, em 1922, publicou *A concepção marxista do Estado*.<sup>15</sup> Segundo Adler, a compreensão kelseniana da democracia era restrita, pois permanecia formal e abstrata. A superação desse limite exigia a problematização do conceito de democracia à luz da crítica marxista. A crítica marxista aplicada ao conceito de democracia resultava na distinção entre “democracia política” e “democracia social”.<sup>16</sup> A democracia política era a forma social em que o Estado democrático era parte de uma sociedade de classe. Em seu âmbito, a vontade do Estado se formava em função dos interesses particulares da classe dominante, ao mesmo tempo em que se baseava no apoio da maioria da população. Consequentemente, a vontade do Estado se configurava, por sua relação com o conservadorismo ou a transformação social, como uma “ditadura”.<sup>17</sup> A “ditadura” seria superada só no contexto de uma sociedade organizada segundo o princípio da “democracia social”, isto é, quando o Estado democrático pertencesse a uma sociedade sem classes, pois, nesse caso, a vontade geral do Estado, formada a partir da discussão parlamentar e através da lei da maioria, poderia realmente refletir indistintamente o

---

<sup>14</sup> H. KELSEN, *Socialismo e Estado*. *Apud* Roberto RACINARO, *Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte*. In: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 47.

<sup>15</sup> M. ADLER, *La concezione dello stato nel marxismo: Confronto con le posizioni di Hans Kelsen* (“Die Staatsauffassung des Marxismus”, 1922). Bari: De Donato, 1979. Voltarei novamente mais adiante para alguns aspectos dessa crucial obra de Adler. Por hora, me limito em ressaltar seus traços mais importantes e sua colocação cronológica no debate, buscando assim mostrar a evolução de seu conteúdo passo a passo, na esperança de tornar sua compreensão mais clara.

<sup>16</sup> A propósito da distinção entre democracia política e democracia social confronta: ADLER, M. **La concezione dello stato nel marxismo: Confronto con le posizioni di Hans Kelsen**. Citado, pp. 98-111.

<sup>17</sup> Para Adler todo o domínio de classe era uma ditadura. A ditadura era a manifestação política do domínio social de classe. O caso em que o domínio fosse exercido por um partido ou por uma pequena elite, de forma despótica, como ocorria no Bolchevismo, devia ser descrito como uma ditadura terrorista. Em contraste com a ditadura terrorista, a ditadura do proletariado se configurava como o domínio de toda uma classe. Confronta a tal propósito: ADLER, M. **La concezione dello stato nel marxismo: Confronto con le posizioni di Hans Kelsen**. Citado, pp. 160-174.

interesse de todos os grupos sociais.<sup>18</sup> Assim como havia sido uma das formas em que de fato se exercera o domínio social da burguesia, a democracia política podia se tornar uma das formas do exercício do domínio social do proletariado. O domínio social do proletariado, portanto, não deveria necessariamente tomar a forma do bolchevismo, ou seja, a forma de uma ditadura aberta e terrorista, mas podia desenvolver-se também sob a forma da democracia política, sendo esta a estratégia de transição adequada aos países de desenvolvimento capitalista avançado, como a Áustria.

Do ponto de vista marxista, a transição ao socialismo exigia a ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado não remetia a qualquer forma institucional definida. Como a ditadura da burguesia, também a ditadura do proletariado poderia ocorrer no interior de diferentes formas políticas. A ditadura do proletariado deveria refletir a posição de hegemonia social alcançada pela classe operária. A tarefa política principal do marxismo era a de manter unido e fortalecer o movimento operário, organizando-o em torno de valores alternativos àqueles da burguesia e centrados na “solidariedade”. Durante o processo de construção da hegemonia da classe operária, sua liderança nunca deveria perder de vista a essência contraditória do Estado em uma sociedade de classe.<sup>19</sup> Numa sociedade dividida em classes, o Estado era intrinsecamente contraditório porque, de acordo com sua forma, era sempre direcionado para a universalidade da comunidade, mas, de acordo com seu conteúdo, representava sempre interesses parciais. O Estado remetia a uma vontade universal que ditava leis às quais todos os membros da sociedade deveriam obedecer. Contudo, apenas as classes dominantes da sociedade ditavam o conteúdo da vontade universal, razão pela qual as leis eram apenas “... a vontade particular dos dominantes protocolada sob a forma da vontade universal”<sup>20</sup>.

Adler chegava a essas conclusões confrontando-se diretamente com as teses de Kelsen e reafirmando o valor da teoria marxista da política. Segundo ele, essa teoria podia tranquilamente apropriar-se da ideia kelseniana de que em qualquer sociedade a presença de

---

<sup>18</sup> O núcleo da reflexão adleriana concernente à relação existente entre democracia e ditadura, já presente em 1922 em sua resposta a Kelsen, iria se precisar ainda mais durante os anos sucessivos. Essa linha de pesquisa resultaria na publicação de *Democracia política ou democracia social “Politische oder soziale Demokratie”* 1926, Tradução italiana: *Democrazia politica o democrazia sociale* (Roma, 1945); e também de *Socialismo de esquerda Linkssozialismus* (1933), em tradução italiana em apêndice a MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, cit., pp. 258-285.

<sup>19</sup> “O elemento peculiar da forma Estado – escrevia Adler – consiste no fato de que nele a socialização é pensada sempre sob o conceito de interesse geral, enquanto, na realidade, são sempre os interesses particulares das forças dominantes no interior da socialização que constituem o Estado e manifestam sua essência”. *Ibid*, p. 44.

<sup>20</sup> MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, cit., p 44.

uma estrutura jurídico-política para o exercício do poder coercitivo era imprescindível e, portanto, o Estado deveria existir também em uma sociedade socialista, o que demonstrava que o jurista estava enganado quando definia o marxismo como uma teoria basicamente anárquica. Porém, de um ponto de vista marxista, a definição abstrata e geral de Estado como estrutura político jurídica para o exercício do poder coercitivo proposta por Kelsen era deficiente e precisava ser qualificada, explicitando-se seu conteúdo de classe, pois apenas colocando a interpretação meramente jurídico-formal do Estado em relação com o contexto social seria possível superar seus limites teóricos.

Bauer interveio no debate com Kelsen em 1923, publicando o livro *A revolução austríaca*<sup>21</sup>. Em sintonia com Adler, ele também se manteve firme no campo da teoria política marxista, focando (em sua análise da conjuntura histórico-política daqueles anos) a relação existente entre o Estado e a dinâmica das classes sociais.<sup>22</sup> Segundo Bauer, a fase atravessada pela República austríaca entre 1919 e 1922 deveria ser explicada como um “período de equilíbrio das forças de classe”, em que o Estado havia deixado de ser exclusivamente um meio do domínio da burguesia sobre o proletariado.<sup>23</sup> O “período de equilíbrio das forças de classe” havia começado como um robusto crescimento político da classe operária que, favorecido pela guerra, havia quebrado a tradicional homogeneidade de classe do Estado austríaco, também levando a social-democracia a participar de governos de coalizão, mas se estava encerrando como um nítido e progressivo contra-ataque burguês às posições conquistadas pela classe operária durante o primeiro biênio de vida da República.<sup>24</sup> A dinâmica no interior do “período de equilíbrio das forças de classe”, portanto, havia sido desfavorável para o socialismo.

---

<sup>21</sup> BAUER, O. *Die österreichische Revolution*, (1923), Viena.

<sup>22</sup> Os resultados apresentados pelo autor nesse livro constituem não apenas uma significativa correção da teoria das “formas sociais” e dos “instrumentos materiais” de poder que havia defendido no opúsculo “Bolchevismo ou social-democracia?”, como também um substancial aperfeiçoamento de sua teoria política com respeito à posição defendida naquele opúsculo.

<sup>23</sup> O. BAUER, *Die österreichische Revolution*. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 68.

<sup>24</sup> Comentando a teoria da fase de equilíbrio das forças de classe elaborada por Bauer para descrever a situação atravessada pela república austríaca no período 1919-1922, Marramao escreve que: “Não seria difícil perceber os múltiplos traços, inclusive terminológicos, que ligam esses desenvolvimentos da reflexão teórica de Bauer às revisões contemporâneas empreendidas por outros intelectuais social-democratas. Também Kautsky, naqueles anos, funda sua tese da inevitabilidade do governo de coalizão mediante a chave de leitura do “estado de equilíbrio”. Mas, enquanto em Kautsky esse se configura como a denotação adequada da inteira fase histórica de transição ao “Estado do futuro” (Zukunftsstaat), ele caracteriza para Bauer, ao contrário, uma situação intrinsecamente não resolvida, de implantação lábil e provisória e, portanto, portadora de dramáticos desenvolvimentos”. G. MARRAMAO, *Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo*. Em: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, v. V. Citado, p. 318.

O marxismo já havia cogitado a situação caracterizada por um substancial “equilíbrio das forças de classe”, a ponto de nenhuma das classes em luta conseguir derrotar e dominar a outra. “Esta havia sido, segundo a exposição de Marx e Engels, a origem da monarquia absoluta nos séculos XVII e XVIII e do bonapartismo no século XIX”.<sup>25</sup> Engels havia utilizado o conceito de equilíbrio em sua *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, relacionando-o ao período histórico de nascimento da monarquia absoluta, no qual ocorrera um fundamental equilíbrio entre burguesia e classes dominantes feudais tradicionais. Também Marx tinha-se servido da noção de equilíbrio em suas obras políticas para indicar a situação explosiva da luta de classes, de onde surgira o bonapartismo. Entretanto, enquanto, nos casos destacados por Marx e Engels, o Estado havia aumentado sua autonomia, tornando-se um poder independente e que subordinava todas as classes, na situação específica de equilíbrio existente na República austríaca as classes tinham “de partilhar o poder estatal”<sup>26</sup>.

Durante o período de “equilíbrio das forças de classe”, a República austríaca havia se tornado uma república popular (*Volksrepublik*), na qual nenhuma das classes antagônicas havia conseguido utilizar as instituições do Estado austríaco de forma exclusiva, para a realização apenas de seus próprios interesses. A classe burguesa e a classe operária haviam compartilhado o poder do Estado, cujas funções, de fato, haviam se tornado marcadamente autônomas em relação a seus respectivos interesses de classe. Longe de ter sido a manifestação da supressão dos conflitos antagônicos e o lugar da realização de compromissos entre os interesses em conflito, o Estado austríaco não fora “nem um instrumento do domínio de classe da burguesia sobre o proletariado, nem um instrumento do domínio de classe do proletariado sobre a burguesia”, mas sim “o resultado do equilíbrio das forças de classe”<sup>27</sup>.

O “equilíbrio das forças de classe” que caracterizava aquela fase tornava possível a superação dos limites da “democracia meramente parlamentar”.<sup>28</sup> A superação da crise da

---

<sup>25</sup> O. BAUER, Die österreichische Revolution. *Apud* G. MARRAMAO, **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 68.

<sup>26</sup> O. BAUER, Die österreichische Revolution. *Apud* G. MARRAMAO, Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. *In*: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, v. V. Citado, p. 317.

<sup>27</sup> O. BAUER, Die österreichische Revolution. *Apud* G. MARRAMAO, **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 69.

<sup>28</sup> A esse respeito, Bauer observava que: “A democracia parlamentar busca assegurar o acordo entre governantes e governados mediante o voto. Ela crê que esse acordo seja garantido apenas pelo fato que a cada três ou quatro anos a nação é chamada a eleger o parlamento e que ela determina a composição do governo e controla sua atividade. A classe operária sabe por experiência direta que tal crença é uma ilusão”. O controle que a burguesia exerce sobre os principais órgãos da imprensa, sobre a instrução e sobre o sistema eleitoral limita fortemente a manifestação democrática das eleições; por essa razão “todo o movimento revolucionário provocado pela grande guerra é atravessado pela luta da classe operária contra a democracia puramente parlamentar”. A partir desta luta surgiram no movimento operário novas ideias de Estado, como aquela soviética

“democracia meramente parlamentar” resultaria da transição desta forma social em “democracia funcional”. A “democracia funcional” surgiria da combinação da “democracia política” e da “democracia industrial”. A “democracia política” consistia na organização democrática do Estado representativo e de suas articulações institucionais, e reconhecia nas pessoas o cidadão em geral. Por sua vez, a “democracia industrial” – que era constituída pela trama das grandes organizações sindicais e de consumo operárias, pelas associações profissionais dos empregados e dos técnicos e pelas cooperativas camponesas –, organizava os trabalhadores de acordo com sua situação e função no trabalho produtivo. A combinação de “democracia política” e “democracia industrial” não apenas era possível (à medida que ambas as formas de democracia já existiam no seio da sociedade capitalista), mas já havia sido tentada uma primeira vez na Áustria, durante o primeiro governo de coalizão. Naquela ocasião “a relação entre a população e o Estado havia mudado completamente”. Percebendo o peso político que exercera no Estado através de seus representantes e de suas organizações, a população havia enfrentado com um alto senso de responsabilidade e com uma grande capacidade de “autolimitação” o dramático arrocho econômico do após guerra<sup>29</sup>.

## **5.2 O debate continua: a resenha crítica de Kelsen à reflexão baueriana, a posição de Renner e a réplica baueriana**

A reflexão política baueriana apresentada no livro *A revolução austríaca* foi criticada por Kelsen, em 1924, no escrito *A teoria política de Otto Bauer*.<sup>30</sup> Segundo o célebre jurista, a tese do “equilíbrio das forças de classe”, que constituía o núcleo da reflexão baueriana, era substancialmente diversa da doutrina política marxista, ou seja, da “concepção marx-engelsiana da essência, do nascimento e do fim do Estado”. Na visão de Marx e Engels, o Estado era fundamentalmente “uma organização para a manutenção da relação de exploração”. Bauer, ao contrário, havia interpretado o Estado democrático austríaco dos anos 1919 - 1922 como um Estado “não classista”. Além disso, Bauer havia concebido a República

---

do leninismo e aquela guildista do socialismo britânico, as quais, embora profundamente distintas, tem em comum a exigência de “garantir o acordo entre governantes e governados de forma mais completa com relação a quanto ocorre na democracia puramente parlamentar”. O. BAUER, *Die österreichische Revolution*. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado pp. 78-79.

<sup>29</sup> O. BAUER, *Die österreichische Revolution*. *Apud* G. MARRAMAO, **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 79.

<sup>30</sup> KELSEN, H. ‘Otto Bauers politische Theorien’, (1924), **Der Kampf**. Gostaria de destacar aqui que nesse escrito o autor retomou, desenvolvendo-as, algumas das teses mais importantes por ele apresentadas quatro anos antes, em *Socialismo e Estado*.

austríaca daqueles anos como “República popular”. Mas a concepção de “república popular” não existia nas obras de Marx e Engels, os quais consideravam a unidade do povo como nada mais do que “uma ficção enganadora da burguesia”, que podia “ser realizada apenas na sociedade comunista sem Estado, na qual, sendo suprimidas as antíteses de classe, não teriam existido mais nem sequer conflitos de interesse”. A tese baueriana do “equilíbrio das forças de classe”, pois, continha importantes elementos de revisão da doutrina política marxista. Ao mesmo tempo em que abandonava aquela antiga doutrina política defendendo a tese do “equilíbrio das forças de classe, porém, Bauer apelava ainda à ideologia marxista revolucionária do objetivo final”. A reflexão política proposta por Bauer, portanto, permanecia profundamente incongruente.<sup>31</sup>

Assim, para Kelsen, embora Bauer estivesse certo ao descrever o período de 1919 a 1922 como uma fase caracterizada pelo “equilíbrio das forças de classes”, ele se enganava quando pensava que tal “equilíbrio” tivesse sido o resultado apenas da revolução austríaca, ocorrida em decorrência da derrota militar e do colapso do Império. O que Bauer havia definido como “situação de equilíbrio das forças de classe” teria sido “... o resultado de um longo processo, iniciado – bem antes da guerra – com o fortalecimento do proletariado”.<sup>32</sup> Ao contrário do que sustentava o marxismo, portanto, não seria possível defender que, antes da revolução, todo o poder estava do lado da burguesia e o proletariado era completamente impotente, que uma classe dominava incondicionalmente a outra e que, com a revolução, tinha-se instalado uma situação de equilíbrio. Kelsen entendia que, na realidade, o proletariado, com sua crescente organização, libertara-se gradualmente do domínio da burguesia e constituía, muito antes da revolução e do advento da República, um poder que a obrigara a limitar fortemente seu domínio. Mesmo antes da guerra, a relação entre as duas classes não teria sido uma relação entre dominantes e dominados, mas sim entre duas forças complementares e ativamente contrapostas. Assim, já antes do colapso do Império e da proclamação da república as classes, o poder político teria sido compartilhado, pois nenhuma classe havia sido forte o bastante para se impor totalmente à outra.

Na ideia de Kelsen, a passagem do Estado anterior à revolução austríaca ao “Estado pós-revolucionário” não se configurava como uma mudança “qualitativa”, já que a classe operária teria começado um deslocamento das relações de força e de poder antes de

---

<sup>31</sup> H. KELSEN, ‘Otto Bauers politische Theorien’. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado pp. 69-70.

<sup>32</sup> H. KELSEN, ‘Otto Bauers politische Theorien’. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 70.

1918, conquistando não apenas o sufrágio universal, mas também o reconhecimento de uma série de preciosos direitos políticos e sociais.<sup>33</sup> Analogamente, “só uma diferença de grau”, ou seja, só uma “diferença quantitativa” distinguiria o “Estado pós-revolucionário” existente na república popular da “forma social (*soziales Gebilde*) futura”, correspondente ao ideal socialista: uma “diferença de grau” que poderia ser preenchida através de “uma reforma decidida”, sem precisar necessariamente emanar da “ruptura qualitativa de uma revolução”.<sup>34</sup> O método marxista de análise – que via “antíteses de princípio qualitativas” nas transformações sociais em que existiam somente “diferenças quantitativas”, e em que operava o princípio determinista de necessidade histórica – não conseguiria, portanto, explicar corretamente as mudanças históricas recentes, caracterizando-se assim também como um instrumento falho para o futuro. Por conseguinte, Bauer deveria abandoná-lo de uma vez por todas. De fato, se, por um lado, ele havia superado a doutrina política marxista ao interpretar corretamente a República austríaca dos anos 1919 - 1923 não mais como um Estado de classe, mas como uma “*Volksrepublik*”,<sup>35</sup> por outro lado, a perspectiva marxista revolucionária de um “Estado do futuro” inteiramente hegemônico e dirigido pela classe operária havia permanecido inalterada na reflexão baueriana. Por esta razão, sua contribuição teórica seria essencialmente contraditória. Para superar sua incongruência, Bauer deveria repudiar os elementos de marxismo revolucionário ainda presentes em sua reflexão, abraçando completamente uma abordagem teórica fundada no princípio do desenvolvimento social como possibilidade histórica, que era uma abordagem mais dinâmica do processo social e, por isso, mais aberta a uma ação reformadora consciente e progressiva.

A doutrina política marxista não apenas seria incapaz de compreender corretamente as transformações sociais recentes, mas também seria uma concepção

---

<sup>33</sup> A propósito das importantes conquistas obtidas pela classe operária ainda no contexto do Império dos Habsburgos e de suas consequências teóricas, Kelsen escrevia que: “O indubitável aumento de poder que a revolução de 1918 significou para o proletariado não é tão essencial a ponto de caracterizar a relação entre o Estado existente antes de 1918 e aquele sucessivo como contraposição entre um Estado de classe explorador e uma república popular. O crescente padrão de vida dos trabalhadores nas últimas décadas que precederam à guerra, o sufrágio universal e a legislação política e social (cuja radical efetivação foi impedida apenas pela guerra) valem infinitamente mais que todas as reformas que o pós-guerra trouxe para os trabalhadores, sobretudo se se leva em conta a miséria econômica causada pela guerra, que põe limites naturais a qualquer reforma”. H. Kelsen, ‘Otto Bauers politische Theorien’. *Apud* MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado pp. 70-71.

<sup>34</sup> H. KELSEN, ‘Otto Bauers politische Theorien’. *Apud* MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado pp. 71-72.

<sup>35</sup> Referindo-se especificamente a Bauer, Kelsen escrevia que: “Quem não vê mais na República austríaca de 1919 – 1923 um Estado de classe, não pode mais definir como Estado de classe nem sequer o Estado moderno em geral, qual se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX. Mas quem afirma isso, também já superou o método marxista...”. H. KELSEN, ‘Otto Bauers politische Theorien’. *Apud* MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 72.

essencialmente “anárquica”. Tal concepção seria “anárquica” porque nascida em uma fase histórica em que o movimento operário, ainda sem influência alguma sobre a direção do Estado, havia travado a própria luta como uma luta contra o Estado.<sup>36</sup> Na nova fase histórica democrática, em que também o movimento operário havia se transformado (superando a primeira etapa sectária de sua existência, ultrapassando sua postura de mera oposição corporativa ao Estado e tendo estabelecido com o mesmo uma nova e positiva relação), o marxismo teria se tornado um método de análise obsoleto. Por conseguinte, como dirigente e teórico do movimento operário, Bauer deveria agora rejeitar definitivamente aqueles aspectos do marxismo, que ainda persistiam em sua reflexão política como elementos residuais, “imputáveis à elementar exigência prático-ideológica de não cortar o cordão umbilical com a tradição”.<sup>37</sup>

Apesar das incongruências relacionadas com a persistência de certos elementos de marxismo revolucionário em sua obra, a nova linha da reflexão política baueriana configurava “uma virada de Marx a Lassalle”. Entre o final do século XIX e o começo do século XX, a burguesia havia abandonado sua primeira ideologia liberal, hostil ao Estado, para se converter a uma nova concepção política estatista, que via no Estado um meio para a realização de seus objetivos políticos. Da mesma forma, agora que o proletariado não se reduzia mais a uma mera oposição restrita, corporativa e excluída do poder, agora que seu partido poderia ter que dirigir o Estado a qualquer momento, seus dirigentes deveriam abandonar completamente a doutrina política marxista que, de arma extremamente eficaz – qual havia sido na fase da luta pelo poder – tornara-se obstáculo ao exercício do mesmo. Os dirigentes do proletariado deveriam deixar de conceber o Estado como meio de conservação do capitalismo e começar a vê-lo como instrumento para a realização do socialismo. Assim, para Kelsen, a ideologia política do movimento operário socialista operaria uma “virada de Marx a Lassalle”. Um “sintoma assaz significativo” dessa virada seria, não obstante suas contradições internas, “a obra de Otto Bauer”.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> “A teoria política do marxismo – escrevia Kelsen a tal propósito – é a teoria de uma oposição ainda restrita que, não tendo influência nenhuma na direção do Estado, conduz ideologicamente a própria luta como luta contra o Estado em geral: ela é, fundamentalmente, uma teoria anárquica”. H. KELSEN, ‘Otto Bauers politische Theorien’. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 72.

<sup>37</sup> G. MARRAMAO, Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. *In*: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, v. V. Citado, p. 319.

<sup>38</sup> H. Kelsen, ‘Otto Bauers politische Theorien’. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 72.

Com sua crítica contundente da reflexão política baueriana, Kelsen pretendia alcançar duplo objetivo político. Seu primeiro objetivo era o de separar claramente a teoria política de Bauer daquilo que, segundo ele, era o radicalismo teórico “filo-leninista” de Max Adler. Seu segundo objetivo era o de relacionar a linha política baueriana com a posição de Karl Renner que, segundo o próprio Kelsen, tivera o mérito, mais do que qualquer outro, de “reconhecer no Estado um meio indispensável para a técnica social”.<sup>39</sup>

Renner era, entre todos os teóricos austromarxistas, o mais inclinado a aceitar a linha argumentativa kelseniana. Já em 1917, num contexto de progressiva fragmentação da homogeneidade política do grupo austromarxista, Renner, no livro *Marxismo, guerra e Internacional*, traçara uma concepção de Estado e de transição ao socialismo divergente daquela sustentada por Bauer e Adler, concepção que desenvolveria com uma coerência exemplar no curso dos anos 20. Naquele livro, Renner havia concebido o Estado como uma organização destinada, por sua essência intrínseca, à realização do interesse geral. Em sua opinião, o fato de o Estado representar o interesse parcial da classe dominante decorria do uso “privado” e “restrito” que dele faziam os grandes capitalistas e os monopólios. A primeira tarefa da classe operária era aquela de tomar o poder político, pois isso lhe teria permitido libertar o poder estatal do domínio do capital.<sup>40</sup> Uma vez libertado dos condicionamentos “externos” do interesse privado, o Estado teria realizado a transição ao socialismo. Se o proletariado era o portador da transformação social, o verdadeiro sujeito do processo de transição era o Estado.

Essa trajetória da reflexão renneriana convergia amplamente com a linha teórica que Eduard Bernstein vinha desenvolvendo desde o fim do século XIX. Partindo da desassociação entre a teoria marxista e a política do movimento operário, Bernstein havia afirmado a importância crucial da política para a realização do socialismo, insistindo particularmente no valor tático do “compromisso”,<sup>41</sup> bem como no fato de que a “rejeição

---

<sup>39</sup> H. KELSEN, Socialismo e Estado. *Apud* G. MARRAMAIO, “Técnica Social”, Estado e transição entre social-democracia weimariana e austro-marxismo. Em: **O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos 20 e 30**. Belo Horizonte: Oficina do livro, 1990, p. 186.

<sup>40</sup> “A conquista do poder político pelo proletariado – exclamava Renner a esse propósito – coincide, portanto, com a libertação do poder estatal do domínio do capital”. K. RENNER, *Marxismo, guerra e Internazionale*. *Apud* MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 77.

<sup>41</sup> E. Bernstein, “Klassenkampf und Kompromiss”, *Die Neue Zeit*, 1896-1897. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 145.

absoluta” não podia mais continuar a caracterizar a posição da social-democracia.<sup>42</sup> Segundo ele, a social-democracia deveria abandonar a tradicional ambiguidade que caracterizava sua relação com o Estado, e passar a uma atitude de “aprovação condicionada”.<sup>43</sup> O movimento operário, comportando-se “como um Estado dentro do Estado”, agiria como uma força que protegeria o Estado e o apoiaria “a partir do seu interior contra os interesses particulares de grupos econômicos influentes ou de outras coalizões sociais exploradoras”.<sup>44</sup>

No pós-guerra, Bernstein retomava sua teoria da transição ao socialismo como herança do liberalismo, ressaltando a obra de Lassalle, em cuja tese dos direitos adquiridos reconhecia uma “teoria jurídica da expropriação revolucionária”.<sup>45</sup> Ele também sustentava que o Estado não era mais um instrumento das classes e dos estratos superiores. O Estado havia se tornado “um Estado popular” (*Volksstaat*), cujo caráter era determinado pela grande maioria do povo, através do sufrágio universal.<sup>46</sup> O Estado popular era um resultado histórico definitivamente conquistado, e não uma construção instável e possivelmente transitória.<sup>47</sup>

---

<sup>42</sup> E. BERNSTEIN, *Parlamentarismus und Sozialdemokratie*, Berlim, 1906. *Apud* Roberto RACINARO. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 145.

<sup>43</sup> E. BERNSTEIN, "Prefácio" a J. Ramsay MacDonald, *Sozialismus und Regierung*, Jena, Eugen Diederich, 1912. *Apud* Roberto RACINARO. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 146.

<sup>44</sup> EDUARD BERNSTEIN, *Die Arbeiterbewegung* (Frankfurt, 1910). *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 78.

<sup>45</sup> E. BERNSTEIN, *Was ist Sozialismus?*, Berlim, Verlag für Sozialwissenschaft, 1922. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 146.

<sup>46</sup> A tal propósito, Bernstein escrevia que: “O Estado não é só um órgão de opressão, e nem é apenas o guardião dos negócios dos proprietários. Mostrá-lo como tal é o refúgio de todos aqueles que elaboram sistemas anarquistas (...). É uma forma de convivência e um órgão do governo que muda seu caráter político-social junto com seu conteúdo social. Identificá-lo abstratamente com uma condição de domínio significa ignorar a possibilidade de metamorfose que pode sofrer. Por isso, na classe operária social-democrata se é formada outra avaliação do Estado, segundo a qual o Estado já não é um instrumento das classes dominantes, mas é um '*Volksstaat*', que recebe seu caráter do direito eleitoral igual e universal da grande maioria do povo”. E. BERNSTEIN, *Der Sozialismus einst und jetzt*, Stuttgart, J. H. W. Dietz Nachf., 1923. *Apud* Roberto RACINARO. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, pp. 146-147.

<sup>47</sup> Em sintonia com a teoria de transição ao socialismo defendida por Bernstein, nos mesmos anos Kautsky considerava a república democrática não já como uma conquista lábil, mas como um resultado histórico irreversível, como a forma adequada da inteira fase histórica de transição ao socialismo. De fato, como escreve Racinaro, “Desta época data (...) o que, como diz o título de um famoso ensaio de Lukács, se poderia definir como ‘o triunfo de Bernstein’. Quando Kautsky afirma, em 1922, (...), que a ‘comunidade socialista se unirá, durante sua constituição, à forma de Estado herdado’, ou seja, ao Estado burguês, esta imagem de transição ao socialismo está, para ele, estreitamente unida à afirmação de que ‘A república democrática é a forma estatal para o domínio do proletariado, a república democrática é a forma estatal para a realização do socialismo’.”. *Cfr.* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, pp. 144-145.

Nesse momento, portanto, as conclusões teóricas bernsteinianas convergiam decididamente com a visão estatista defendida por Kelsen.

À resenha crítica do livro *A revolução austríaca*, por Kelsen intitulada “A teoria política de Otto Bauer”, Bauer respondeu publicando o ensaio “O equilíbrio das forças de classe”.<sup>48</sup> Em sua resenha, Kelsen claramente dera aos dirigentes do movimento operário uma alternativa política drástica: eles podiam se manter fiéis a uma doutrina política marxista que se opunha ao Estado e, assim, renunciar ao exercício do poder e aos benefícios que isso acarretaria à classe operária, ou podiam abraçar o Estado democrático existente e abandonar o marxismo anárquico e obsoleto. Ao replicar a Kelsen, Bauer repudiou aquela alternativa, escapando assim da tentativa kelseniana de arrastar para dentro de sua abordagem teórica estatista a operação de atualização de sua teoria política que o intelectual austromarxista estava realizando naqueles anos. Simultaneamente, ele apresentou outra posição teórica, alternativa àquela kelseniana, na qual, se, por um lado, reconhecia que na nova fase de desenvolvimento do capitalismo o movimento operário precisava estabelecer uma relação nova e positiva com as instituições democráticas, por outro reafirmava que o juízo sobre o Estado deveria sempre partir, em primeiro lugar, da análise, de cunho marxista, do equilíbrio das forças de classe. Coerentemente com esta posição, confirmou e explicitou sua teoria do Estado democrático austríaco como expressão de uma fase de equilíbrio da relação de força entre as classes precisamente para combater a visão estatista kelseniana, que Renner defendia dentro do partido.

Essa resposta de Bauer à resenha kelseniana foi construída em torno de dois eixos principais. De um lado, a argumentação baueriana partiu da compreensão de que o conjunto da construção teórica kelseniana era uma tentativa de “desrevolucionar” o movimento operário,<sup>49</sup> introduzindo em seu seio – em lugar do marxismo revolucionário e transformador – uma visão política evolucionista e reformista, pela qual a transição ao socialismo se reduzia a uma série de melhorias a serem introduzidas na forma social existente. Como toda a argumentação kelseniana havia sido construída a partir do pressuposto de que a teoria baueriana do “equilíbrio das forças de classe” seria um abandono da teoria política marxista, ele reagiu à tentativa kelseniana de “desrevolucionar” o movimento operário reivindicando a permanência de sua interpretação do Estado democrático austríaco pós-revolucionário no

---

<sup>48</sup> BAUER, O. Das Gleichgewicht der Klassenkräfte. **Der Kampf**, Jg. XVII, 1924.

<sup>49</sup> Otto BAUER, “Max Adler. Ein Beitrag zur Geschichte des ‘Austro-marxismus’”. **Der Kampf** (Praga, 1936) IV. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 74.

terreno da análise marxiana e engelsiana do Estado. Destarte, ele deixou claro que a direção do SDAPÖ continuaria a se manter no campo do marxismo. Por outro lado, o fulcro das teses bauerianas foi a percepção de que, por trás da tentativa kelseniana de “desrevolucionar” o movimento operário, existia um problema real de inadequação do marxismo à nova fase histórica, que era caracterizada por uma conjuntura política em que a classe operária – em decorrência de seu súbito fortalecimento na sociedade e da democratização do Estado – precisava redefinir teoricamente sua relação com a política. A solução que Bauer encontrou para este problema foi a renovação do marxismo, compreendida basicamente como superação do “marxismo vulgar”.

Partindo, sobretudo da análise das obras marxianas *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e *A luta de classes na França*, Bauer sustentou que a concepção marxista da natureza do Estado moderno tinha um caráter dinâmico, e não podia absolutamente ser reduzida apenas à proposição do Estado como instrumento da ditadura de classe. “Segundo a autêntica análise marxiana (...) – ele escrevia – o desenvolvimento do Estado na época histórica da ascensão da burguesia se apresenta no modo seguinte: no início desta época o Estado era uma mera organização do domínio da classe dos feudatários, no final uma mera organização do domínio da burguesia. Entre o Estado feudal e aquele burguês há um período de equilíbrio das forças de classes, durante o qual ou foram ambas as classes submetidas a um domínio estatal autonomizado, ou então tiveram que compartilhar o poder. Podemos, portanto, pensar o desenvolvimento do Estado na época da ascensão do proletariado por analogia com seu desenvolvimento na época da ascensão da burguesia? E não podemos então admitir que entre o Estado de classe capitalista e o Estado que será futuramente uma organização do domínio do proletariado haverá um período de transição caracterizado por um equilíbrio das forças de classes, em que as duas classes, burguesia e proletariado, deverão ou cair sob o domínio de um Estado autônomo em relação a ambas, ou compartilhar o domínio?”.<sup>50</sup>

Uma vez fixado o viés dinâmico da autêntica análise marxiana do Estado, Bauer estabeleceu uma relação entre sua interpretação da revolução austríaca e a dupla análise marxiana da revolução francesa de 1848 e do “cesarismo” de 1851, deduzindo assim a existência de uma analogia entre as duas. “Kelsen –escrevia Bauer a esse respeito – acredita que meu reconhecimento de que a República austríaca, até o outono de 1922, não era nem um

---

<sup>50</sup> O. BAUER, *L'equilibrio delle forze di classe*. In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 74.

Estado de classe da burguesia e nem um Estado de classe do proletariado, contradiz a concepção marxiana do Estado, segundo a qual o Estado não podia ser nada mais que um instrumento do domínio de classe. Na realidade, foi exatamente Marx que chamou a atenção para isso já em 1850, em sua análise da revolução francesa de 1848. Desde então, ele mostrou que o avanço da revolução produziu temporariamente um equilíbrio das forças de classe e, já em 1852, compreendeu que de seu súbito fortalecimento na sociedade tal relação social de equilíbrio encontrava sua expressão política em duas distintas formas de Estado: ou na provisória partilha do poder entre burguesia e proletariado (como na França durante março e abril de 1848), ou na subordinação de ambas as classes operada pelo cesarismo (como, sempre na França, em dezembro de 1851). Minha exposição, longe de contradizer Marx, confirma sua análise sobre as bases de uma experiência histórica nova”.<sup>51</sup>

Para Bauer, portanto, sua análise do Estado democrático austríaco pós-revolucionário encontrava-se plenamente no campo da teoria política marxista. Kelsen havia interpretado erroneamente sua teoria do “equilíbrio das forças de classe” como um abandono do marxismo porque baseava sua crítica apenas no “marxismo vulgar”, que consistia numa redução de todo o conjunto marxiano de categorias analíticas aos “axiomas gerais”, os quais, “retirados de seu contexto histórico-sistemático”, eram “amontoados” e “dogmatizados”. Um desses axiomas era precisamente o do Estado como instrumento da ditadura de classe, identificado pelos críticos burgueses (como Kelsen) como a única proposição que o marxismo havia sido capaz de emitir sobre a natureza dinâmica do Estado moderno.<sup>52</sup> Na realidade, tal axioma havia sido difundido pela vulgata, que se havia afirmado no interior do movimento operário a partir da exigência de transmitir às massas em luta o arcabouço das teorias marx-engelsianas.

Ao mesmo tempo em que considerava fundamentalmente errada a crítica kelseniana de sua teoria do “equilíbrio das forças de classe”, Bauer descobria, por trás dela, a existência de um problema real de desajuste do marxismo, que surgia da novidade das transformações sociais em curso. Diante do caráter inédito dos processos históricos que

---

<sup>51</sup> O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado pp. 74-75.

<sup>52</sup> “A crítica comum a Marx – escrevia Bauer – só conhece este marxismo vulgar e este é, portanto, o único que constitui o objeto de sua crítica. O procedimento de Kelsen é um exemplo típico disto. Kelsen sabe de Marx precisamente o que sabe o marxismo vulgar: que Marx representou o Estado como uma organização do domínio da burguesia. Kelsen nada sabe das múltiplas modificações deste axioma geral, das ulteriores aproximações dos fatos, a que o próprio Marx chegou em suas investigações particulares, ou pelo menos não as leva em conta. E tão pronto depara, como em nosso caso, com uma destas modificações, a considera como um abandono de Marx, como algo inconciliável com Marx”. O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 75-76.

estavam se dando, o marxismo precisava atualizar-se. Para tanto, o movimento operário precisava abandonar o marxismo dominante na Segunda Internacional, o qual, baseando-se no pressuposto determinista de um desenvolvimento histórico inevitável e necessário ao fim do qual se encontrava o socialismo, prescrevia aquela postura politicamente passiva e ideologicamente otimista que, de fato, o movimento operário assumira durante o período pré-bélico. Paralelamente, o movimento operário devia desenvolver o marxismo, integrando o plano de suas leis sociais e o plano histórico de existência efetiva daquelas leis. O movimento operário não podia mais ter como referência teórica apenas aqueles axiomas gerais que constituíam o denominador comum do “marxismo vulgar” e da “crítica acadêmica de Marx”, mas deveria continuar aquele processo de articulação dos fatos históricos e da teoria geral que Marx somente havia começado, oferecendo assim uma explicação da nova fase do capitalismo à luz do marxismo crítico. Preencher – através de pesquisa social baseada num “método de aproximação”<sup>53</sup> – o “campo de tensão” (situado entre os “axiomas gerais” e os “fatos” histórico-sociais) era o único modo de revitalizar o marxismo, devolvendo-lhe a capacidade explicativa da “situação específica”.<sup>54</sup>

Coerentemente com essa posição epistemológico-metodológica, Bauer sustentava que a própria situação de “equilíbrio das forças de classe” dos anos 1919 - 1923 não deveria ser interpretada somente no plano da teoria geral, mediante o uso do conceito de “estado de equilíbrio”, mas precisava também ser explicada em sua dimensão histórica, evidenciando os aspectos particulares que assumia na fase atual.

---

<sup>53</sup> Como destaca corretamente Marramao, “A parte teoricamente mais significativa da resposta de Bauer a Kelsen a relativa à crítica do “marxismo vulgar” (*Vulgärmarxismus*) tem como pano de fundo de referência cultural a epistemologia de Ernst Mach e sua substituição dos conceitos de causa e substância pelo conceito de relação funcional. (...). A eficácia do marxismo crítico em face do “marxismo vulgar” reside na capacidade de relativizar os axiomas em função da realidade através da *Annäherungsverfahren*, ou seja, daquele “método de aproximação” ou “procedimento de abordagem” que Bauer assimila diretamente da epistemologia machiana, cujas teses ele tende a transferir para o terreno da “ciência político-social”. (...). A adesão de Bauer ao machianismo ocorrera – após um breve período de adesão ao neokantismo (atestado pelo artigo de 1906 sobre *Marxismus und Ethik*) – durante os anos da guerra, talvez sob a influência de Friedrich Adler (que, num livro de 1918, tentara uma fusão das teorias de Mach com o marxismo, retomando a polêmica de 1910 com Mehring), mas provavelmente também em decorrência de contatos com o ambiente cultural menchevique, realizados durante os anos de prisão na Rússia; de resto, é a esse período que remonta a primeira redação de *Das Weltbild des Kapitalismus*, um escrito que se ressentia fortemente do influxo das teorias de Mach. As possibilidades de utilização, em chave teórico-política, do machianismo em função crítica contra uma ideia mecanicista do material histórico, entendido como fábrica de leis universais, já haviam sido indicadas por Gustav Eckstein (outro intelectual destacado do grupo austromarxista, que morrera na guerra), em *Der Marxismus in der Praxis*.”. MARRAMAIO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. Citado pp. 326-327.

<sup>54</sup> O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. *Apud* MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 77.

Naquele momento, (prossegue Bauer) o “estado de equilíbrio” se manifestava na crise da democracia formal, ou seja, na “crise geral do parlamentarismo tradicional”.<sup>55</sup> Nos diferentes países, essa crise geral havia sido enfrentada com soluções politicamente diversas. Em alguns casos – como, por exemplo, na Áustria e na Alemanha, onde haviam surgido governos de coalizão entre partidos representantes a classe operária e partidos representantes a burguesia – a situação de equilíbrio traduzira-se em forte controle recíproco das classes e, por conseguinte, em esvaziamento do legislativo e do executivo. Em outros termos, naqueles países, a partilha do poder acarretara o desaparecimento da capacidade de decisão da democracia, que havia continuado mesmo depois da ruptura da coalizão governamental. Em outros casos, o poder havia sido conquistado violentamente por partidos armados, e o equilíbrio havia resultado na autonomização do aparelho de Estado em relação às classes sociais. A resposta à crise geral do parlamentarismo tradicional havia sido o surgimento do Estado fascista (na Itália) e do Estado bolchevique (na Rússia). Esses Estados, não obstante fossem formas políticas opostas quanto a seu conteúdo de classe, exerciam igualmente uma ditadura sobre todas as classes. De fato, na Itália, a burguesia tivera que, no início dos anos 20, entregar o poder nas mãos do partido fascista, em troca da salvaguarda de sua posição de domínio social e de seus privilégios diante da ameaça proletária.<sup>56</sup> E, do mesmo modo que na Itália, na Rússia, o Estado da NEP tivera que submeter todas as classes à sua ditadura, equilibrando entre eles os interesses dos operários, dos camponeses e da “nova burguesia”.<sup>57</sup>

Bauer sustentava que a causa principal da “crise geral do parlamentarismo tradicional” teria sido o súbito fortalecimento da classe operária, provocado pela guerra, e que resultara no equilíbrio das forças de classe dos anos 1919 - 1923. Na Áustria, e na Europa central e ocidental, a crise geral do parlamentarismo tradicional deveria ser superada por meio da “democracia funcional”, compreendida como forma social que combinaria a “democracia

---

<sup>55</sup> Segundo Bauer, o atual equilíbrio das forças de classe, responsável pela crise geral do parlamentarismo tradicional, não surgia necessariamente quando se formava um governo de coalizão, mas era independente de sua “forma de expressão política”. “Uma verdadeira repartição do poder de Estado entre as classes – escrevia ele a esse respeito – pode subsistir sob um governo de coalizão (como na Áustria, do outono de 1919 ao outono de 1920), mas também sob governos burgueses (como na Áustria, sob os governos Mayr e Schober), ou sob governos socialistas (como na Suécia, com Branting, ou talvez proximamente na Inglaterra, sob um governo operário). Por outro lado, vimos também governos de coalizão que não eram expressão de um real equilíbrio das forças de classe, como, por exemplo, o segundo Governo Stressmann na Alemanha ou o atual governo de coalizão na Tchecoslováquia”. O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. *Apud* MARRAMAO G. **Entre bolchevismo e social-democracia**, pp. 326-327.

<sup>56</sup> “O fascismo – esclarecia Bauer agudamente – não é uma ditadura da burguesia, da mesma forma como não o foi o bonapartismo”. O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 78.

<sup>57</sup> *Cfr.* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado pp. 77-78.

política” e a “democracia industrial”. A “democracia funcional” seria a expressão do exercício do poder social pela classe operária: não do fim dos antagonismos de classe. A “democracia funcional” seria uma manifestação da luta de classes, e não o resultado de sua supressão. Kelsen, portanto, se enganara completamente quando considerara que a “teoria da democracia funcional” era “... o resultado de uma concepção organicista do Estado, inconciliável com a doutrina da luta de classes!”.<sup>58</sup>

Sempre em sua réplica, Bauer sublinhou que, durante os primeiros dois anos de vida da República austríaca, quando o governo de coalizão capitaneado pela social-democracia havia tencionado implementar uma democracia funcional, o Estado se havia transformado qualitativamente.<sup>59</sup> A crítica de Kelsen, entretanto, negava “a diferença essencial entre o Estado pré-revolucionário e o pós-revolucionário”. Ele não queria “reconhecer esta mudança substancial em relação ao passado”, porque pretendia “abalar a confiança numa futura transformação substancial do Estado”. Ele reduzira a “revolucionarização do modo global de atuar e de comportar-se do Estado na Áustria” a um mero dado de incremento evolutivo porque queria que a social-democracia abandonasse definitivamente o marxismo revolucionário e abraçasse sua abordagem política estatista e reformista. Ao ver no Estado austríaco pós-revolucionário uma conquista histórica irreversível, fruto da superação dos antagonismos de classe, a abordagem kelseniana era ilusória. A história dos anos precedentes demonstrava claramente como o equilíbrio das forças de classe era dinâmico e como o caráter democrático do Estado era provisório. Embora desde meados de 1918 até meados de 1920 a classe operária houvesse predominado no Estado republicano, a partir dos últimos meses de 1922, tendia a prevalecer uma “oligarquia funcional” que – refletindo no campo político os esforços bem-sucedidos da burguesia para retomada de sua posição de domínio, ameaçada durante o primeiro período de vida da República – estava desmantelando as construções democráticas realizadas pelo proletariado.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> O. BAUER, L'equilibrio dele forze di classe. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 81.

<sup>59</sup> A tal propósito, Bauer lembrava que: “Na realidade, a revolucionarização do modo global de atuar e de comportar-se do Estado na Áustria foi assim completa, mesmo porque não se tratou de um simples deslocamento das relações de poder para a esfera de um Estado já existente, mas da verdadeira fundação de uma organização estatal completamente nova (...)”. O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 81.

<sup>60</sup> O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado p. 82.

### 5.3 As novas contribuições kelsenianas ao debate e a resposta dada por Max Adler

A crítica baueriana apresentava muitos pontos de contato com os desenvolvimentos da reflexão adleriana daqueles anos. Apesar dos notáveis avanços que havia produzido no campo da teoria política marxista, a análise de Bauer não estava livre de incertezas, que, segundo assinalaria o próprio Adler um pouco mais adiante, em sua nova contribuição ao debate austromarxista, haviam ensejado a possibilidade de alguns mal-entendidos.<sup>61</sup> Aproveitando tais imprecisões, Kelsen, no ensaio *Marx ou Lassalle*<sup>62</sup>, renovou o convite, endereçado ao movimento operário, de abandonar o marxismo revolucionário, pedindo, ao mesmo tempo, que adotasse a concepção lassalleana do Estado como alavanca do socialismo. Destarte, ele buscou novamente não apenas separar politicamente Bauer de Adler, cuja obra<sup>63</sup> tachava de radicalismo “filo-leninista”, mas também assimilar Bauer a Renner, que estava levando adiante uma revisão da doutrina marxista do direito e do Estado.

No ensaio *Marx ou Lassalle*, Kelsen retomou, por vezes até mesmo literalmente, os traços fundamentais da polêmica com Bauer, bem como as linhas gerais da posição que havia defendido quatro anos antes, em *Socialismo e Estado*. Para o autor, o marxismo era uma doutrina essencialmente contraditória, dividida entre uma teoria política anárquica e uma teoria econômica estatista, baseada na ideia de planejamento. Para sair dessa contradição fundamental, o movimento operário deveria abraçar, por um lado, o relativismo filosófico, que era a base teórica da democracia, e, por outro, a concepção de que o Estado deveria ser visto apenas um meio de técnica social, politicamente neutro, para a realização de objetivos políticos alternativos. Se o movimento operário tivesse adotado esta nova visão político-filosófica, o Estado, quanto ao processo de formação de sua vontade, teria deixado de ser

---

<sup>61</sup> Como destaca justamente Racinaro, a análise baueriana daqueles anos não estava totalmente isenta de ‘incertezas’, que facilitaram a “operação kelseniana dirigida a subsumir e a organizar sob seu estudo teórico da transformação do Estado burguês a readaptação das categorias analíticas que vinha realizando Bauer (...). Estas ‘incertezas’, que um pouco mais adiante Adler teria colocado em evidência, constituíram uma parte não pequena do dissenso (existente entre Bauer e Adler) sobre o qual se deteve o debate do congresso de Linz”. Cfr. Roberto RACINARO. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, pp. 143-144.

<sup>62</sup> H. KELSEN, *Marx oder Lassalle: Wandlungen in der politische Theorie des Marxismus*, Leipzig, 1924. Este ensaio se encontra em: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, Apéndice, pp. 366-399.

<sup>63</sup> Era à obra de Adler que Kelsen atribuía o filo-leninismo.

organizado autocraticamente, tornando-se um Estado democrático.<sup>64</sup> Os dirigentes do movimento operário que ainda estivessem no campo da teoria política marxista, pois, não podiam deixar de migrar de Marx a Lassalle. Na realidade, setores nada marginais da social-democracia europeia já estavam percorrendo este retorno teórico.<sup>65</sup>

Na análise de Kelsen, a virada de Marx a Lassalle tornara-se imprescindível após as revoluções na Rússia, na Alemanha e na Áustria, acarretadas pela guerra mundial. Aquelas revoluções haviam mudado radicalmente a relação entre classe operária e Estado, já que os partidos proletários haviam tomado a direção do Estado, governando sozinhos ou participando de governos de coalizão com os partidos burgueses. Nesse novo contexto histórico-político, a teoria política marxista – que via no Estado apenas um meio com o qual a classe dominante se assegurava a exploração do proletariado – deixava de ser um instrumento teoricamente válido.<sup>66</sup> O Estado encabeçado pelos social-democratas não poderia mais ser definido como uma “comissão executiva da classe capitalista”, como fazia o marxismo. A teoria política marxista do Estado, que estava ligada a uma posição de exclusão do poder já superada pelo movimento operário, teria se tornado obsoleta. Também a classe operária, portanto, deveria

---

<sup>64</sup> A esse respeito, Kelsen esclarecia que: “A organização estatal não se desenvolve sobre um único plano e, portanto, não se pode definir de uma maneira unilateral ‘a partir do ponto de vista de seu conteúdo’. Da mesma maneira, é falso caracterizar um Estado como democracia ou autocracia, pois uma legislação democrática pode estar ao lado de um executivo autocrático, e as diversas funções do Estado podem estar sujeitas a diferentes princípios organizativos, do mesmo modo que uma constituição democrática significa a possibilidade de que, nos distintos níveis do Estado, possam chegar ao poder diversos partidos e, por conseguinte, diferentes classes”. H. KELSEN, Marx ou Lassalle. *Apud* Roberto RACINARO. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 139.

<sup>65</sup> Kelsen identificava, nas teses sustentadas por Hilferding no ensaio programático “*Probleme der Zeit*”, também publicado em 1924, um exemplo importante da “virada” teórica em curso na social-democracia “do anarquismo para um enérgico estatismo”. A propósito das motivações históricas dessa passagem de direção teórica, Kelsen escrevia que: “Nesse ensaio, Hilferding declara que a posição do movimento operário e do socialismo diante do Estado tornou-se diversa. Não é mais o caso de negar o Estado, mas de utilizar o poder do Estado em favor da classe operária. É muito interessante – e, no essencial, exato – o que Hilferding aduz como explicação dessa virada. Ele relaciona a atitude negadora do Estado pelo marxismo antes da revolução a duas circunstâncias: à atitude de recusa do Estado, que excluía o proletariado de qualquer participação na formação, decisiva do ponto de vista político, da vontade; e à teoria da classe dominante, que identificava o Estado historicamente concreto com o Estado *tout court*. O marxismo tomava ao pé da letra essa teoria quando travava a sua luta contra um Estado historicamente determinado como uma luta contra o Estado em geral”. H. KELSEN. Marx ou Lassalle. *Apud* MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. Citado p. 320.

<sup>66</sup> Pretendendo evidenciar a ineficácia teórico-explicativa da teoria política marxista na nova fase histórica, Kelsen perguntava: “Quando, como na Áustria, o território federal maior e mais importante do ponto de vista econômico, Viena, com seu parlamento, cuja maioria de dois terços social-democrata está sob um governo meramente proletário, leva adiante conscientemente e com êxito uma política financeira e de previdência social socialista, enquanto o governo federal, puramente burguês e baseado numa maioria burguesa, é obstaculizado a cada passo no Conselho nacional pelo poder dos sindicatos e pelo exército orientado em um sentido absolutamente social-democrata, seu Estado pode caracterizar-se como uma comissão executiva da classe capitalista?” H. KELSEN, Marx ou Lassalle. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 140.

“levar a cabo a mesma virada 'que a teoria política da classe burguesa' havia empreendido em sua época, quando se convertera do liberalismo ao Estatismo do *Kathedersozialismus*”<sup>67</sup>.

Partindo de uma perspectiva teórica que colocava os fenômenos sociais em plano meramente normativo<sup>68</sup>, Kelsen negava a importância que Bauer havia atribuído à revolução austríaca. Segundo Kelsen, o que Bauer havia definido como situação de “equilíbrio das forças de classe” e como resultado de uma revolução não havia sido, “de fato, um produto direto da derrota militar, mas, ao contrário, o resultado de um amplo processo, que havia começado muito tempo antes da guerra, com o fortalecimento do proletariado”.<sup>69</sup> Ao contrário do que sustentava Bauer, as diferenças entre o Estado austríaco anterior a 1918 e aquele posterior não seriam “qualitativas”, mas apenas “quantitativas”. E a passagem de um ao outro teria sido o resultado de uma série de reformas, e não de uma revolução.

Uma vez estabelecido este fato importante, Kelsen podia avançar rumo ao objetivo final de sua argumentação: a “desrevolucionarização” do movimento operário. Segundo ele, sustentar a existência de um “equilíbrio das forças de classe” num Estado

---

<sup>67</sup> Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. Em: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 140.

<sup>68</sup> Na abordagem jurídico-política kelseniana, crucial era a distinção entre “oposição” dialética, que se baseava no princípio de implicação, e “contradição” lógica, baseada no princípio de exclusão. A relação entre Estado e sociedade, precisamente porque se fundava em uma oposição dialética, obedecia ao princípio de implicação, e não de exclusão. A “contradição” pertencia a uma esfera distinta com respeito àquela ocupada pelo Estado e pela sociedade. O Estado não era uma “realidade” em si, num sentido naturalista, que existiria mesmo sem a sociedade. O Estado era, desde o início, um fenômeno social. Todavia, o Estado não se identificava com a sociedade, uma vez que uma parte do comportamento social só podia ser explicada mediante a utilização da ideia de Estado. Entre o Estado e a sociedade, pois, não existia nem identidade e nem “contradição”, mas sim “oposição” Dialética, no sentido que eles, apesar de distintos, se implicavam um ao outro.

Também os conflitos sociais da esfera econômica não eram concebíveis como antagonismos, mas sim como manifestações de uma ação conjunta. Tais conflitos pertenciam ao mundo ideológico, ou seja, a sociedade. No mundo ideológico, não existiam “contradições”, ou seja, relações exclusivas. Na sociedade havia apenas “oposições” no sentido de ações conjuntas, ou seja, somente oposições dialéticas, nas quais os polos não eram antagônicos. Portanto era preciso recolocar no mundo ideológico não apenas o Estado, o Direito e a política, mas também a estrutura econômica da sociedade.

Todos os fenômenos sociais tinham caráter ideológico. Eles pertenciam ao nível da “superestrutura”. A “estrutura real” daqueles fenômenos era a natureza. Apenas na natureza operavam conflitos antagônicos e exclusão mútua. Os marxistas, portanto, estavam errados quando pensavam a estrutura econômica como base real da sociedade.

A construção teórica kelseniana, portanto, se desenvolvia em torno de três eixos fundamentais. Em primeiro lugar, o Estado era visto como um meio de técnica social. O segundo eixo se baseava na constatação de que, ao contrário do que supunha tradicionalmente o marxismo, na estrutura econômica da sociedade não operava qualquer antagonismo decisivo. Finalmente, em quanto nas diferentes esferas da sociedade operava apenas uma “oposição” de cunho relativista, a “contradição” real agia apenas nos processos da natureza, que devia ser considerada como a base estrutural dos fenômenos sociais. Confronta: RACINARO, Roberto, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. Em: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. pp. 134-138.

<sup>69</sup> H. KELSEN, Marx ou Lassalle. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 143.

governado por um governo de coalizão, como fazia Bauer quando falava do Estado austríaco surgido das cinzas da guerra, significava “superestimar as formas políticas exteriores às custas dos dados econômicos reais”.<sup>70</sup> Até o momento em que a “ordem econômica capitalista” e a “relação de exploração” continuassem existindo – apesar de substancialmente mitigadas – em sua estrutura fundamental, de um ponto de vista marxista a própria possibilidade de um Estado como fruto de uma situação de “equilíbrio das forças de classe” deveria ser questionada. Mas se uma compatibilidade entre a ordem econômica capitalista e o governo de coalizão fosse admitida, como fazia Bauer, então não seria mais possível definir como Estado de classe nem sequer o Estado moderno em geral. A teoria política marxista, que via antagonismos onde existiam apenas oposições dialéticas, teria fracassado. A classe operária, portanto, deveria abraçar outra teoria do Estado, uma teoria que interpretasse o Estado como meio de técnica social e como instrumento ‘neutro’.<sup>71</sup>

Contudo, não era apenas a posição política do movimento operário que preocupava Kelsen. Em 1925, no ensaio *Os problemas do parlamentarismo*,<sup>72</sup> ele retomou e desenvolveu as ideias mais importantes apresentadas cinco anos antes no ensaio sobre *A essência e valor da democracia* e também no livro *Socialismo e Estado*. Segundo o jurista, a democracia era a forma política que devia corresponder ao politeísmo dos valores e ao pluralismo político, que se haviam afirmado ao longo dos últimos sessenta anos e que caracterizavam a nova fase iniciada com o fim da guerra mundial. O pluralismo político e o politeísmo dos valores, porém, não estavam se traduzindo numa aceitação completa e incondicionada da democracia. Ideias políticas opostas, que atacavam a democracia não apenas pela esquerda, mas também pela direita, em nome, respectivamente, da ditadura do proletariado e do retorno a uma ordem corporativa, estavam se fortalecendo. Na realidade, o objeto principal dos ataques políticos de ambos os lados não era diretamente a democracia, mas o ‘parlamentarismo’, que constituía seu complemento necessário na época moderna. Sem dúvida, porém, sua condenação do princípio do parlamentarismo era “ao mesmo tempo a condenação da democracia”.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> H. KELSEN, Marx ou Lassalle. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 143.

<sup>71</sup> Confronta Roberto RACINARO. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 143.

<sup>72</sup> H. KELSEN, **Das Problem des Parlamentarismus**, Viena-Leipzig, 1925.

<sup>73</sup> H. Kelsen, Os problemas do parlamentarismo. *Apud* Roberto RACCINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 60.

Nessa linha kelseniana, a hipótese de uma ordem social corporativa, baseada na representação profissional, deveria ser rejeitada. No passado, a ordem corporativa sempre havia sido “a tentativa de um ou de vários grupos de dominar aos demais”. Agora não era diferente. Por trás das reivindicações de uma ordem corporativa estava “a sede de predomínio de algumas coalizões de interesses”, ou seja, o desejo dos grupos dominantes tradicionais de ver confirmado para si o uso exclusivo do poder. Nas fileiras da burguesia, começara a se invocar em voz alta “o enquadramento corporativo”, precisamente no momento em que se abria a possibilidade do proletariado, até então minoritário, tornar-se maioria, ou seja, precisamente no momento em que o parlamentarismo democrático ameaçava voltar-se contra a classe à qual, até então, havia garantido o predomínio político.<sup>74</sup>

Para ele, o parlamentarismo permitia uma participação real do povo ao exercício do poder político. Em seu âmbito, o legislativo era eleito pelo *demos*, segundo o princípio do sufrágio universal e igualitário. No legislativo, as decisões públicas eram tomadas segundo a lei da maioria nas votações. Naquela esfera, a discussão pública possibilitava estabelecer ‘compromissos’ entre os partidos, que representavam os interesses divergentes dos diferentes grupos sociais. Numa sociedade organizada segundo o princípio do parlamentarismo, portanto, o que caracterizava a política era o ‘compromisso’, compreendido como síntese ou compensação das antíteses políticas.<sup>75</sup>

O parlamentarismo seria, assim, o princípio de organização social que permitiria a máxima “aproximação ao conceito original de liberdade”. O parlamentarismo propiciava a conciliação de dois valores relativos muito importantes: a divisão do trabalho e a liberdade.<sup>76</sup> O parlamentarismo possibilitava a realização da quantidade de liberdade política

---

<sup>74</sup> Cfr. H. KELSEN, Os problemas do parlamentarismo. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 60.

<sup>75</sup> “Compromisso – escrevia Kelsen – significa: posposição daquilo que divide aqueles que devem associar-se, em benefício do que os une. (...). Compromisso significa ‘tolerância recíproca’. E, em última análise, toda integração social se torna possível unicamente em virtude de um compromisso. (...). Na esfera do sistema parlamentar, o princípio de maioria se apresenta como um princípio de compromisso, de compensação das antíteses políticas. Todo o procedimento parlamentar visa conseguir um caminho intermédio entre os interesses opostos, a solução das forças sociais antagônicas. (...). A partir da contraposição de teses e antíteses dos interesses políticos surge, de certo modo, uma ‘síntese’ – que nesse caso não pode ser mais que um compromisso”. H. KELSEN, Os problemas do parlamentarismo. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 60.

<sup>76</sup> Segundo Kelsen, o parlamentarismo era “um compromisso indispensável entre a ideia absoluta de liberdade política e o princípio da divisão diferencial do trabalho”. H. KELSEN, Os problemas do parlamentarismo. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 62.

(compreendida como autodeterminação e, pois, como democracia) que era compatível com as exigências da divisão do trabalho. O parlamentarismo, portanto, não era apenas um dado de fato, mas um valor que precisava ser afirmado e defendido contra os ataques da direita corporativa e da esquerda marxista, que representavam posições inadequadas no mundo pluralista e politeísta de então.

A resposta austromarxista a essas teses kelsenianas veio desta vez das mãos de Max Adler que, em 1926, publicou o ensaio *Democracia política ou democracia social*.<sup>77</sup> Nesse ensaio, o autor iniciava observando que o notável fortalecimento político do proletariado, provocado pela guerra mundial, gerara uma discussão acerca do valor da teoria política marxista. Para ele, situavam-se naquela discussão, de um lado, contribuições como a de Kelsen, que consideravam a concepção marxista do Estado como “sobrevivência” de uma teoria adequada a uma época anterior, em que o movimento operário tivera atitude diferente, de oposição com respeito ao Estado. Na nova fase histórica, a teoria política marxista ter-se-ia tornado obsoleta, razão pela qual precisaria ser abandonada pelo movimento operário, que deveria abraçar uma visão mais adequada à nova situação, caracterizada pelo politeísmo dos valores e pelo pluralismo social. Por outro lado, pertencia àquela discussão a teoria baueriana do “equilíbrio das forças de classe”, que demonstrava a vitalidade do marxismo. Apesar do indubitável valor daquela teoria, as incertezas que a caracterizavam haviam contribuído a criar certos equívocos, que urgia se depurar para que ela pudesse ser entendida corretamente.<sup>78</sup> A análise das incertezas da reflexão baueriana constituiu o núcleo central da nova contribuição de Adler ao debate austromarxista.<sup>79</sup>

Dentre os equívocos que caracterizavam as páginas da exposição de Bauer, o primeiro que precisava ser superado era o de que “o equilíbrio das forças de classe” continha “um *nivelamento* das oposições de classe”. Na realidade, o “equilíbrio das forças de classe” não significava a “cessação da luta de classes e nem sequer uma atenuação da mesma”, mas, ao contrário, “a mais forte continuidade da luta de classes”. Durante a “fase de equilíbrio das forças de classe”, a luta de classes não estava “latente”, mas existia mais intensamente que antes. Segundo Adler, para descrever aquela fase, talvez tivesse sido melhor utilizar, no lugar

---

<sup>77</sup> M. ADLER, *Politische oder soziale Demokratie*, Berlim, Laub'sche Verlagsbuchhandlung, 1926.

<sup>78</sup> Cfr. M. ADLER, *Democracia política ou democracia social*. Apud Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H., *Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo*. Citado p. 156.

<sup>79</sup> O destaque adleriano das incertezas presentes na teoria do “equilíbrio das forças de classe” sustentada por Bauer resultou em um desacordo entre Bauer e Adler, que animou as discussões ao Congresso de Linz.

da expressão “equilíbrio das forças de classe”, a ideia de “igual tensão das forças de classe”.<sup>80</sup> Durante o período de equilíbrio, portanto, as forças de classe da burguesia e do proletariado, cuja contraposição era real, tinham a mesma intensidade.

O segundo equívoco que precisava ser eliminado era o de que a “fase do equilíbrio das forças de classe” era uma situação estática e “duradoura”. De fato, a relação de força entre as classes era modificada constantemente pelo processo econômico. Depois do período caracterizado pela igual intensidade das forças de classe, viria uma fase em que, ou a burguesia voltaria a estabelecer seu domínio, ou o proletariado conquistaria o poder. Durante a fase de equilíbrio, portanto, o proletariado deveria rejeitar a proposta de uma política “responsável com respeito ao Estado” que, se aceita, significaria a renúncia à transformação revolucionária do mesmo. A política do movimento operário deveria se manter no campo da luta revolucionária porque, durante o período de equilíbrio, o Estado não havia deixado de ser um Estado de classe: embora seu poder tivesse sido compartilhado pelas classes sociais, o Estado dos anos 1918 - 1923 continuava a ser o Estado de uma sociedade de classe. Além disso, durante esse período, o controle da economia havia continuado firme nas mãos da burguesia: “o equilíbrio das forças de classe” tinha surgido precisamente do fato que o poder econômico daquela classe havia permanecido “intacto”.<sup>81</sup> O Estado teria perdido seu caráter de classe somente depois que o proletariado obtivesse força suficiente para tirar das mãos da burguesia o controle do poder econômico.

O terceiro equívoco que deveria ser esclarecido concernia à definição da República austríaca como *Volksrepublik*, como república “popular”. Essa definição não remetia à existência de um povo homogêneo, mas significava apenas que, durante a república “popular”, todas as classes estavam presentes no interior do Estado. O destino da República “popular” dependia, em grande medida, da existência, entre as “camadas populares”, de um amplo sentimento de pertencimento à “luta inconciliável da classe proletária”, e não “do espírito de uma totalidade do povo”, que ainda não existia. Quanto à relação entre o Estado e a classe operária, essa última teria desempenhado tanto melhor sua função progressista quanto

---

<sup>80</sup> Cfr. M. ADLER, Democracia política ou democracia social. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 156.

<sup>81</sup> Cfr. M. ADLER, Democracia política ou democracia social. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, pp. 156-157.

mais se tivesse mantido politicamente como “parte” autônoma.<sup>82</sup> A tarefa principal da direção do movimento operário era a de mantê-lo ligado a uma posição política revolucionária, de oposição à burguesia, e sobre esta base construir sua hegemonia.

Adler precisou as incertezas contidas na teoria do “equilíbrio das forças de classe” de Bauer (que então ocupava a direção do SDAPÖ) visando colocá-la de forma mais segura no terreno da teoria política marxista. Sua resenha crítica da teoria baueriana do “equilíbrio das forças de classe” foi uma resposta à tentativa kelseniana de arrastar para seu campo teórico a reflexão de Otto Bauer, “desrevolucionando” assim o movimento operário. Uma das teses mais importantes defendidas por Kelsen, sobre a qual ele fundava boa parte de sua polêmica com os intelectuais austromarxistas, era a de que, no Estado democrático, não havia domínio político de uma classe sobre a outra, pois o que caracterizava a política era o “compromisso”. Se o partido que ganhasse a maioria nas eleições possibilitasse a exploração através do conteúdo do ordenamento jurídico, o domínio de classe econômico poderia, ao contrário, existir. Na perspectiva teórica kelseniana, portanto, o Estado baseado no princípio do parlamentarismo e a economia capitalista não formavam um contexto unitário. A relação entre economia e política seria substancialmente extrínseca, como um campo de interferências e tensões recíprocas entre esferas autônomas.

Mantendo firme o pressuposto da existência de um mecanismo social único, o desenvolvimento da reflexão adleriana – de acordo com o espírito do grupo austromarxista – desde o início do século buscava atualizar e vivificar o marxismo para que o movimento operário pudesse continuar a ter uma estratégia de cunho revolucionário, evitando assim a redução de sua luta à mera defesa dos seus interesses na sociedade vigente. No trabalho adleriano, no novo contexto emerso ao fim da guerra mundial, dois temas haviam ocupado posições de destaque: o da distinção entre partido e classe, e o da relação entre democracia e ditadura.

Quanto ao primeiro desses dois temas, Adler havia sustentado que, numa democracia política, os partidos da classe dominante sempre ostentavam um rótulo demonstrativo dos diversos interesses específico – políticos, nacionais, confessionais, culturais, etc. – que se propunham a representar e defender no parlamento: por exemplo, partidos liberal, monárquico, republicano, conservador, católico, democrático, etc. Tais

---

<sup>82</sup> M. ADLER, Democracia política ou democracia social. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 158.

partidos nunca se apresentavam diretamente como partidos da classe interessada. Com relação ao interesse econômico que representavam e defendiam, aqueles partidos formavam uma “coalizão”, cujo denominador comum era a luta contra aqueles que ameaçavam a propriedade privada dos meios de produção.<sup>83</sup> E, por sua vez, esta “coalizão de partidos” dos proprietários privados, que existia de fato em qualquer democracia política, formava no legislativo a maioria que mantinha a ordem jurídica burguesa.<sup>84</sup>

A “coalizão de partidos dos proprietários privados” era um grupo heterogêneo, composto por partidos que, além da luta contra aqueles que ameaçavam a ordem social vigente, pouco tinham em comum. A hostilidade entre os partidos componentes da coalizão decorria das diferenças de interesses (nacionais, políticos, confessionais, raciais, etc.) que cada um deles representava e defendia, mas era superada pela necessidade comum de representar e defender coesamente o interesse daqueles que dominavam o processo econômico. Na realidade, portanto, os partidos que formavam a “coalizão” operavam em torno de dois eixos distintos: o termo “partido”, de fato, podia ser usado para indicar “os defensores de um determinado ordenamento social”, ou “o conjunto dos representantes de um determinado interesse particular dentro de um ordenamento social”.<sup>85</sup>

A “luta dos partidos” não devia ser confundida com a “luta de classes” pois, do ponto de vista sociológico, classes e partidos pertenciam a esferas totalmente diferentes. A essência de qualquer partido consistia na representação de interesses particulares no Estado. A classe, ao contrário, se definia em função do progressismo ou conservadorismo sociais. “O interesse particular do proletariado” – mesmo nas situações em que externamente se apresentava apenas como um partido político de cunho não socialista<sup>86</sup> – coincidia com “o

---

<sup>83</sup> A tal propósito, Adler esclarecia que: “Todos os diversos grupos que se convertem em um partido único somente graças à comunidade de sua situação econômica (...): podem ser um ‘partido’ porque desde antes são uma classe, a classe dos proprietários contra a dos proletários”. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, p. 93.

<sup>84</sup> A tal propósito, Adler observava que: “A democracia política não apenas mantém as condições de existência da burguesia de fato, mas as põe sob a tutela do direito. Ela não pode não manter a exploração econômica, sem a qual não há valorização do capital e renda fundiária, e ela faz isto mantendo a propriedade privada dos meios de produção e toda a regulamentação jurídica exigida por esse princípio jurídico, estabelecendo-o, aliás, como um direito fundamental”. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, p. 91.

<sup>85</sup> ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, p. 94.

<sup>86</sup> A propósito da relação entre partido político e mudança social, alguns anos antes, Adler havia escrito que: “É preciso dizer, desde logo, que mesmo que o socialismo não fosse nada além de um partido político, a consolidação de seu poder no Estado por meio de leis não contradiria em nada a essência de um partido político. Na pior das hipóteses, reconhecer-se-ia assim aberta e francamente que ele se comporta como qualquer partido no poder, isto é, tentando afirmar-se mediante as leis. Afinal, o objetivo da política socialista é instaurar a hegemonia do proletariado socialista, e essa hegemonia não pode ser assegurada de outra maneira senão concedendo a quem a detém o direito de exercer o poder e a autoridade suprema no interior do Estado. Mas o essencial é que essa relação de hegemonia e de assunção do poder, no socialismo, tem um caráter

interesse geral em uma nova sociedade, sem classes”, ou seja, coincidia com “o interesse de transformar o ordenamento econômico e jurídico vigente”. Por sua vez, “o interesse particular de todos os grupos burgueses” coincidia “com a manutenção desse ordenamento”. O primeiro era “revolucionário e favorável ao desenvolvimento”. O segundo, ao contrário, era “necessariamente conservador, e hostil ao desenvolvimento”.<sup>87</sup>

A tese kelseniana, segundo a qual um domínio de classe não podia se manifestar politicamente na democracia porque todos, trabalhadores e empresários, tinham iguais direitos políticos, era ilusória.<sup>88</sup> Ao contrário do que sustentava o jurista, a maioria parlamentar, numa democracia política, manifestava um ponto de vista também classista, relativo ao interesse de classe burguês ou ao interesse de classe dos trabalhadores. Dizer, como fazia Kelsen, que numa democracia não podia existir o domínio político de classe significava, portanto, “tratar a democracia num espaço vazio, no mero céu dos conceitos do pensamento jurídico formal”.<sup>89</sup>

Em toda forma social organizada segundo o princípio da democracia política, inclusive na democracia do período de equilíbrio das forças, operavam os antagonismos de

---

completamente diferente daquele de qualquer outra disputa política, visto que o socialismo não é um simples partido político, mas em primeiro lugar a representação de toda a sociedade, embora de uma sociedade ainda em potencial. A essência característica de qualquer partido político consiste simplesmente em sua capacidade de representar os interesses particulares no Estado e na sociedade. De fato, os partidos representam os interesses dos pequenos e dos grandes proprietários do capital ou da pequena poupança, da indústria ou do artesanato, da nobreza ou da burguesia, ou do campesinato, e qualquer um deles busca se apropriar do poder do Estado não para superá-lo, mas para dominá-lo, para fazê-lo servir a seus próprios objetivos. Esses partidos descuidam completamente do problema da organização social do Estado e da sociedade, e nesse sentido, mesmo se apresentando às vezes com tumultuosas reivindicações, eles são todos substancialmente conservadores, ou até mesmo contrarrevolucionários. Os partidos não querem uma sociedade diferente daquela que existe atualmente: querem apenas utilizá-la para seus próprios fins. Se, portanto, o caráter específico de um partido for esse, resulta então imediatamente claro que, nesse sentido, o socialismo não é um partido político. Sem dúvida, ele também representa interesses particulares (os interesses da classe operária), mas – e nisso repousa o caráter revolucionário do socialismo – não como interesses dos operários, mas como interesses revolucionários comuns. Até o momento em que no socialismo se enxergará apenas a defesa dos interesses da condição operária, até o momento em que será interpretado exclusivamente como a luta para melhorar a sorte da classe operária no Estado e na sociedade, será desconhecida sua específica essência. De fato, se sua função se reduzisse a isso, tratar-se-ia de um simples movimento sindical, ainda distante do socialismo, ou seja, da revolução social. O socialismo se faz revolucionário, ou seja, historicamente progressivo, somente (...) quando se consegue entender que o proletariado, que se encontra no nível mais baixo da sociedade, não pode ascender sem derrubar todo o edifício social da ordem capitalista apoiado sobre ele, como não pode se tornar livre sem se libertar do Estado de classe. Tão logo a busca pelo poder das forças socialistas assume esse significado, a defesa dos interesses particulares da classe operária se transforma, como já observou Lassalle com extrema clareza, na defesa de uma nova comunidade de interesse. E aquilo que se apresentava apenas como um partido político, porque na luta pelo poder parecia se colocar no mesmo terreno dos outros partidos, resulta ser, na realidade, a organização de todas as forças sociais inovadoras contra a estagnação, e também contra o regresso social. Sob o nome de partido se escondem, portanto, duas substâncias completamente diversas”. ADLER, MAX, **Democracia e conselhos operários**, citado, pp. 92-93.

<sup>87</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado p. 97.

<sup>88</sup> Vale a pena lembrar que, para Kelsen, na democracia todos os cidadãos, diretamente ou indiretamente, podiam participar, graças ao geral e igual direito de formar o poder legislativo, da formação da vontade do Estado e do exercício do domínio político.

<sup>89</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, p. 97.

classe, que eram contraposições reais.<sup>90</sup> Na democracia política, a democracia plena era impossível,<sup>91</sup> pois, ainda que o direito de voto fosse assegurado para todos, não havia “um povo solidário”.<sup>92</sup> A democracia e a ditadura eram “apenas dois lados de uma mesma realidade”.<sup>93</sup> Ditadura e democracia se confundiam, pois a formação da vontade universal do Estado, que ditava leis às quais todos os membros da sociedade deveriam obedecer, ocorria em função da vontade da classe dominante, que definia o conteúdo da vontade universal. A confusão entre ditadura e democracia só seria superada numa sociedade sem classes, organizada segundo o princípio da democracia social. Numa democracia social, de fato, a democracia plena se tornaria possível e a ditadura deixaria de existir, pois a vontade geral do Estado, formada a partir da discussão parlamentar e através da lei da maioria, poderia realmente refletir o interesse de um povo homogêneo.

O termo ditadura, sempre na crítica adleriana, deveria ser pensado a partir de duas perspectivas distintas e complementares, que surgiam de sua relação com a democracia política e com o terrorismo. No que se referia à primeira perspectiva, a ditadura e o terrorismo eram conceitos distintos. A ditadura remetia a uma situação social em que existia o domínio de uma classe, da burguesia ou do proletariado. O terrorismo, ao contrário, descrevia uma situação em que o poder era exercido por uma minoria, por uma pequena elite. Na vertente da ditadura do proletariado, Adler citava o exemplo, então recente, do terrorismo bolchevique russo. Na Rússia bolchevique, de fato, não era a maioria do proletariado, mas apenas uma sua parte (aliás, no fundo, apenas um grupo diminuto de revolucionários decididos e que perseguiam em teoria o interesse do proletariado), que exercia “uma ditadura sobre toda a sociedade, isto é, também sobre o proletariado”.<sup>94</sup> Mas o bolchevismo não deveria absolutamente ser visto como a única forma política da ditadura do proletariado, que podia ocorrer também numa democracia política.<sup>95</sup> Entre ditadura e democracia política, ao

---

<sup>90</sup> Com esta afirmação Adler pôde evitar derrapar teoricamente rumo ao plano meramente normativo de interpretação dos fenômenos sociais, no qual Kelsen podia reduzir os antagonismos de classe a meras oposições relativas, transferir totalmente os conflitos sociais dentro do campo político da oposição dos partidos e, finalmente, convidar o movimento operário a abandonar a teoria política marxista e abraçar a teoria do Estado como meio de técnica social.

<sup>91</sup> Para Adler, portanto, uma democracia plena não era “possível nem no Estado burguês, nem no Estado proletário”. *Cfr.* ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, p. 98

<sup>92</sup> *Cfr.* ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, pp. 167-168.

<sup>93</sup> *Cfr.* ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, p. 168.

<sup>94</sup> *Cfr.* ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**. Citado, p. 167.

<sup>95</sup> Para Adler, o domínio político de classe do proletariado – como também aquele da burguesia – podia ocorrer no interior de formas institucionais distintas. No passado, a democracia política havia sido uma das formas políticas nas quais a burguesia havia exercido sua ditadura, mas não a única. Do mesmo modo, no futuro a democracia política podia ser uma das formas políticas do exercício da ditadura do proletariado, mas não necessariamente a única possível. A ditadura do proletariado, portanto, não devia necessariamente tomar a forma da ditadura aberta e terrorista do bolchevismo, mas podia ocorrer nas formas da democracia política.

contrário, não havia contradição. De fato, por sua função social, a democracia política era uma ditadura. Nem sempre o domínio de classe “se manifestava como ditadura” aberta, podendo ocorrer também sob a forma do parlamentarismo, mas “se manifestava imediatamente como ditadura quando se via ameaçado”.<sup>96</sup>

O desenvolvimento da reflexão teórica adleriana, que culminou na polêmica tese da não contraditoriedade de democracia política e ditadura<sup>97</sup>, permitiu ao intelectual austromarxista pensar a nova tensão que se estava afirmando na democracia política desde o pós-guerra. Graças às ferramentas teóricas por ele desenvolvidas para renovar e vivificar o marxismo, Adler conseguiu perceber o desenvolvimento dos partidos e da burocracia estatal como corpos ‘solidamente organizados’. Tal processo despertava a atenção também de ilustres intelectuais não marxistas. Segundo o próprio Adler, um dos problemas mais importantes relacionados com a transformação da democracia daquele tempo fora apontado por Robert Michels, que sustentava existir uma “inflexível lei de oligarquia”. Tratava-se do problema democrático da ‘organização’, que, como destacava Michels, era “a mãe do domínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes”.<sup>98</sup>

A democracia, em decorrência de exigências de sua “organização prática”, não podia deixar de se desenvolver de forma contraditória. Ela não podia prescindir de alguma forma de representação, assim que superada a primitiva fase da democracia direta (e lembrando-se que, mesmo nessa fase, emergiam chefes ao qual a democracia se sujeitava). Além disso, todas as formas organizativas criadas pela democracia para alcançar seus fins se consolidavam em um mecanismo autônomo. Os órgãos da democracia se transformavam em

---

<sup>96</sup> Protocolo do Congresso de Linz do SDAPÖ (*Protokoll des Linzer Parteitag der Sozialdemokratischen Arbeiterpartei Österreichs* - 1926). Apud Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 161.

<sup>97</sup> A tese da não contraditoriedade de democracia política e ditadura sustentada por Adler foi criticada abertamente por Bauer ao Congresso de Linz. Segundo Bauer, a ditadura era violência pura, terrorismo, e não podia ser confundida com a democracia. O terreno natural da classe operária continuava sendo, como sempre havia sido no passado, o da democracia. A classe operária só teria abandonado a democracia se tivesse sido obrigada a fazê-lo pela burguesia, que, ao ver ameaçada sua posição de domínio, podia estabelecer uma ditadura fascista. Se a burguesia tivesse destruído a democracia, o proletariado se viria obrigado a reagir tentando conquistar o poder estatal mediante uma guerra civil. O poder estatal conquistado com uma guerra civil não podia ser exercido senão com uma ditadura, ou seja, mediante o uso da violência. No caso em que o proletariado tivesse conseguido tomar o poder político pacificamente, teria governado democraticamente, manifestando assim seu domínio de classe. Ao contrário do que sustentava Adler, ditadura e domínio de classe não coincidiam, e precisavam ser mantidos teoricamente distintos. Protocolo do Congresso de Linz do SDAPÖ. Apud Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 161.

<sup>98</sup> ROBERT MICHELS, A sociologia do partido nas democracias modernas. Apud ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, p. 143.

uma “burocracia”, em uma camada social com interesses de estamento e de domínio próprios, que introduziam um elemento de conflito na democracia.<sup>99</sup> Max Weber havia apontado esse aspecto problemático do desenvolvimento da democracia, demonstrando que a “burocracia” não era só um produto do Estado ou da administração pública, ocorrendo também nos partidos políticos, que ele considerava ser a forma essencial da democracia moderna. A maior parte da influência e das atividades dos partidos já era exercida por seu aparato burocrático, que parecia ser tanto mais indispensável quanto maiores eram as massas que o partido abrangia.<sup>100</sup> Diante da força extraordinária da tendência à burocratização e ao domínio oligárquico, a questão fundamental que se impunha era a de saber como era ainda possível realizar uma democracia.

Segundo Adler, na nova fase da democracia ‘organizada’, a tendência à constituição de oligarquias (assinalada por Michels) e a tendência à burocratização (apontada por Weber) constituíam um fenômeno geral. O processo pelo qual a autodeterminação democrática definhava na oligarquia e atolava na burocracia afetava também os partidos da classe operária, e isso explicava a extraordinária força de atração exercitada pelo sindicalismo da *action directe*, pelos conselhos operários da revolução russa e pelo socialismo britânico das *Guildas*.<sup>101</sup> O mesmo processo ocorria também na Rússia, onde o partido operário havia conquistado o poder. Kelsen tivera razão quando, em sua polêmica contra o bolchevismo, criticara a concepção de Lenin segundo a qual as tarefas organizativas da democracia social se simplificariam tanto que poderiam ser desempenhadas por todos como trabalho secundário, embora Lenin tivesse abandonado muito cedo essa opinião equivocada, defendida por ele exclusivamente no início do processo revolucionário. Longe de ter sido uma opinião exclusiva dos bolcheviques, a subestimação da necessidade, também na sociedade socialista, de uma camada de funcionários especializados havia sido uma característica geral da literatura socialista, que não havia prestado suficiente atenção ao fato de que a luta contra a burocracia não deveria ser dirigida contra a formação de especialistas, mas sim contra sua segregação em um grupo específico, com interesses próprios, ou seja, a luta deveria ser contra sua dimensão autoritária. A maior proximidade do proletariado com o Estado e seu contato mais profundo com as tarefas da direção – fenômenos então recentes – haviam permitido aos intelectuais

---

<sup>99</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, pp. 143-144.

<sup>100</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, p. 144.

<sup>101</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, citado pp. 145-146.

socialistas descobrir a importância de uma camada de profissionais administrativos que não poderiam deixar de existir nem sequer numa sociedade socialista.<sup>102</sup>

A superação completa da dupla tendência da democracia (à formação de oligarquias e à burocratização de suas organizações), parecia impossível a Michels. Para ele, o problema do desenvolvimento contraditório da democracia poderia ser resolvido só parcialmente, mediante a paralisação, através da “pedagogia social”, daquelas tendências nocivas. A posição defendida por Weber era mais otimista. Em sua opinião, havia solução possível para tal problema, desde que “os políticos” constituíssem “o contrapeso do domínio dos funcionários”. Para que isso viesse a ocorrer, a sociedade deveria formar “dirigentes com personalidade enérgica, mas responsáveis perante as massas”. Em outros termos, seria necessário “desenvolver um sentimento político, ou seja, uma faculdade de decidir de modo autônomo e com senso de responsabilidade social nas questões da administração pública e do governo”.<sup>103</sup>

A “formação de uma camada de dirigentes politicamente maduros”, sustentada por Weber, era *necessária* para evitar que a democracia se transformasse, de forma de autodeterminação da massa, em submissão da mesma ao domínio de seus chefes, mas não era *suficiente* para evitar por completo tal transformação. Por sua vez, a “pedagogia social”, proposta por Michels, não obstante fosse um instrumento extremamente útil para combater as tendências danosas em curso na democracia, por si só não seria capaz de algo mais que atrasar o processo de transformação. Além das medidas propostas por Weber e Michels, a superação dos problemas da democracia contemporânea exigia a reconstrução da “organização social a partir de baixo”, sobre a base de massas populares que fossem politicamente “ativas” e que se governassem em “organizações locais”.<sup>104</sup> Tal superação exigia, portanto, a transição para uma “democracia social”, cuja constituição priorizasse a “descentralização” e a “democratização” do poder social, e não a rígida “centralização” e o “domínio” oligárquico e burocrático que caracterizavam a “democracia política”.

A “centralização política e econômica” ocorrida na “democracia política”, no Estado e nos cartéis, não era apenas um meio de domínio, mas também uma questão de poder, não redutível a exigência meramente técnica, segundo Adler. No conflito entre “centralização” e “descentralização”, não se manifestava apenas uma simples oposição entre

---

<sup>102</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, citado pp. 148-149.

<sup>103</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, citado p. 147.

<sup>104</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, citado pp. 146-147.

princípios organizativos distintos, mas o antagonismo entre diversos grupos de poder na esfera estatal ou econômica. A “centralização” remetia à vontade da burguesia, que gozava de posição de proeminência e que impunha seu domínio aos demais.<sup>105</sup> O interesse do proletariado, ao contrário, apontava para a necessidade de instituir uma “democracia social”, que teria garantido seu domínio de classe privilegiando a participação política e os momentos de autogoverno.<sup>106</sup>

O desenvolvimento das contradições da democracia, que havia chamado a atenção de Adler, constituía uma parte importante do processo de transformação acelerada do político, iniciado depois do fim da guerra mundial. Outra faceta daquele processo havia sido observada, no austromarxismo, também por Bauer. Em sua resposta a Kelsen, Bauer havia constatado, para o período 1918 - 1923, a existência de uma “crise geral do parlamentarismo tradicional”, que era “a manifestação do equilíbrio das forças de classe” naquela conjuntura.<sup>107</sup> Para ele, a crise geral do parlamentarismo tradicional deveria ser superada combinando democracia política e democracia industrial, numa sociedade plenamente democrática, organizada segundo o princípio da democracia funcional. Teóricos não marxistas importantes, como Carl Schmitt, Max Scheler e Oswald Spengler, tinham constatado, cada qual a seu modo, que as decisões políticas eram tomadas cada vez mais em sedes extraparlamentares: sindicatos, corporações privadas, cortes supremas, burocracias de partido e de Estado, etc. Ao registrar aquele fenômeno, suas análises das transformações do político estavam corretas. As diferentes soluções por eles propostas para a superação da crise do parlamentarismo democrático tendiam a esvaziá-lo ulteriormente ou até mesmo a aboli-lo por completo,<sup>108</sup> o que os colocava na vertente reacionária da intelectualidade alemã.<sup>109</sup>

---

<sup>105</sup> Cfr. ADLER, MAX, **A concepção marxista do Estado**, citado, p. 153.

<sup>106</sup> Gostaria de destacar aqui que a ideia de socialismo democrático sustentada por Adler contrastava com as posições, de cunho estatista e centralizador, que predominavam no marxismo da época.

<sup>107</sup> O. BAUER, O equilíbrio das forças de classe. *Apud* Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, p. 155.

<sup>108</sup> A propósito das análises das transformações em curso no político desenvolvidas por Scheler, Spengler e Schmitt e de suas propostas respectivamente político-elitistas, político-tecnocratas e político-decisionistas de superação do problema da crise do parlamentarismo ver: Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, pp. 69-88, 89-98 e 111-138.

<sup>109</sup> Além desta vertente reacionária da cultura alemã, o fim da guerra, a derrota militar e as transformações políticas e culturais delas decorrentes resultaram também em outra corrente da cultura burguesa, a saber, a cultura moderada liberal democrática da República de Weimar. Em contraste com a vertente reacionária, seus expoentes – de Weber a Mann, a Rathenau e a Troeltsch – tinham aceitado a nova república como o resultado da história, afirmando sua lealdade à nova democracia e trabalhando para mediar a passagem da “Kultur” do velho império para a “Zivilisation” da nova conjuntura política alemã. A propósito da posição da intelectualidade liberal democrática moderada alemã durante a República de Weimar ver: Roberto RACINARO,

Em contraste com as análises levadas adiante por Adler e Bauer, no campo austromarxista, e também por Schmitt, Scheler e Spengler, na vertente reacionária da intelectualidade alemã, a reflexão kelseniana não se deteve no estudo das mudanças que, naqueles anos, estavam transformando o político, continuando, ao contrário, a oferecer, até mesmo durante os anos 1931 - 1933, uma leitura da sociedade contemporânea como sendo uma democracia liberal clássica que, sob muitos aspectos, já não existia mais.<sup>110</sup> A rígida separação entre política e sociedade, de fato, estava sendo superada em decorrência de um processo de transformação do Estado e da sociedade. Naquele processo, o Estado estava perdendo o monopólio do político, os grupos sociais estavam se politizando e a sociedade estava se pluralizando. Grupos e classes sociais estavam se tornando sujeitos políticos, que se organizando conseguiam, até certo ponto, influenciar a formação da vontade do Estado. A trama das relações recíprocas – de solidariedade ou de rivalidade – dentre os grupos e as classes sociais passava assim a constituir o terreno do político, junto com o Estado. O Estado continuava sendo a componente fundamental do terreno político, embora uma parte de seu poder estivesse se deslocando para a sociedade. No Estado, ainda se concentrava o poder legítimo, utilizado para manter coesa a sociedade e para defendê-la de inimigos externos. O poder legislativo ainda tomava formalmente as decisões coletivas, que vinculavam a todos.

---

Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado, pp. 49-60.

<sup>110</sup> Como destaca Racinaro, “...novamente em 1926, no quinto congresso dos sociólogos alemães, celebrado precisamente em Viena, na sessão plenária dedicada ao tema da democracia, Kelsen volta a colocar o conceito de parlamentarismo “como compromisso entre a tendência democrática à liberdade e o princípio da divisão do trabalho, que condiciona todo progresso técnico-social”. O mesmo conceito se apresenta, ademais, com considerações não muito distintas, na segunda edição de seu ensaio sobre a democracia (1929), no qual, ainda que em esfera muito restrita, Kelsen parece reconhecer certa transformação da democracia, que complica sem dúvida a relação entre autocracia (ditadura) e democracia, ao escrever que “a democracia, do mesmo modo que a autocracia, e em parte pelas mesmas razões, cria necessariamente uma burocracia para a função executiva” e isso “conduz a certa aproximação na estrutura real dos Estados modernos”. Apesar desse reconhecimento parcial, não se pode esquecer que, em 1933, ou seja, no momento em que ocorre uma mudança dramática na história alemã (e não apenas na história alemã), Kelsen retoma a relação entre democracia e autocracia (ditadura) em termos de contraposição entre racionalismo e irracionalismo. O racionalismo se manifesta claramente na tendência a instituir o ordenamento estatal como sistema de normas gerais, escritas e construídas, dentro dos limites do possível, em situação consciente do fim (...). A democracia tem tendência imanente a deslocar o centro de gravidade das funções estatais à legislação, a converter-se em Estado legislativo. A ideia da legalidade desempenha aqui papel decisivo e, em consequência, também a imagem de que os atos individuais do Estado podem justificar-se, através de sua conformidade com a lei, de uma maneira racional. A autocracia, ao contrário, despreza esse tipo de racionalidade. Nela, o ato estatal concreto “não se apresenta como a execução, calculável antecipadamente (...) de uma lei, mas, ao contrário, como criação livre, intuitiva, do dominador ou de seus órgãos”. A partir do ponto de vista autocrático, não é possível expressar a justiça de uma forma racional, com leis válidas em geral, pois ela se apresenta em cada caso só através da adaptação mais completa ao particular”. A luta entre democracia e autocracia é uma competição entre “racionalismo” e “irracionalismo”: “a luta em que a democracia vence a autocracia é, em grande parte, uma luta que se leva a cabo apelando à razão crítica como instância suprema contra os ideólogos que apelam às forças irracionais da alma humana”. Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. Citado pp. 113-115.

Mas, com as recentes politização dos grupos sociais e pluralização da sociedade, a velha neutralidade do Estado e sua não intervenção haviam se tornado lembranças remotas. O novo Estado intervencionista, cujas competências estavam crescendo rapidamente, passara a penetrar vários âmbitos da vida social. Ao mesmo tempo em que os aparelhos estatais cresciam para poder desempenhar as novas funções que lhes eram demandadas, o novo Estado intervencionista se parcelava. À medida que a organização sólida dos partidos políticos permitia à pluralidade dos interesses sociais penetrar na formação da vontade do Estado, o parlamento deixava de ser o lugar da discussão e do compromisso e se tornava a cena da representação da divisão pluralista de forças sociais cada vez mais antagônicas. As tendências rumo ao Estado intervencionista e ao pluralismo político, portanto, se fundiam num único processo de transformação do político, cujo resultado era uma interpenetração – inédita na sociedade burguesa – entre Estado e sociedade.

O desenvolvimento da reflexão kelseniana, certamente válido do ponto de vista normativo, não ajudava, portanto, a compreender as transformações contemporâneas do político. Apesar disso, durante os anos 20 e 30, a maior parte das vertentes da teoria social-democrata europeia, e dentre elas especialmente aquela alemã, se aproximaram fortemente da teoria do Estado como técnica social e da visão estatista da ação política da classe operária, as quais Kelsen havia exposto em *Socialismo e Estado* (1920) e em *Valor e essência da democracia* (1920). Esse desenvolvimento da reflexão social-democrata produziu nessa vertente do movimento operário uma dificuldade muito grande de entender corretamente mudanças importantes da época como, por exemplo, a transformação que ocorreu imediatamente depois de 1929 na Alemanha, onde a unificação da burguesia alemã como classe no parlamento e a imediata modificação de sua relação com o partido social-democrata resultaram na transformação imediata da democracia do compromisso em democracia dos campos antagônicos. Consequentemente, a confiança social-democrata na reconciliação política dos interesses divergentes, sua fé no compromisso como meio para chegar, através da estipulação de acordos entre as partes, à superação dos conflitos de classe, quando a realidade marchava em sentido contrário (de forte acentuação da politização das relações de classe), resultaram em acentuada relutância do movimento operário, diante do avanço dos regimes reacionários de massa, de organizar uma ação decidida em defesa da democracia.

## Capítulo 6

### Do Congresso de Linz à derrota de 1934

#### 6.1 O cauto otimismo do Congresso de Linz e as divergências com as posições de Hilferding e da SPD

O debate austromarxista, reconstruído em seus traços fundamentais no capítulo anterior, definiu o contexto teórico do qual nasceu a famosa tese da “violência defensiva”, que caracterizou a plataforma programática da social-democracia austríaca que prevaleceu ao Congresso de Linz, de 1926.<sup>1</sup> As deliberações do Congresso de Linz revisaram completamente as linhas programáticas adotadas pelo SDAPÖ em 1889 no Congresso de Hainfeld, e corrigidas em 1901 no Congresso de Viena.<sup>2</sup> Ao mesmo tempo, tais deliberações sancionaram oficialmente a liderança da tendência austromarxista de Otto Bauer e Max Adler, tendência que amadurecera nos anos da guerra ao distanciar-se das posições segundo internacionalistas defendidas por Victor Adler, e que predominara desde 1918 na práxis política do SDAPÖ. De fato, o novo programa político incluiu seja a teoria baueriana do equilíbrio das forças de classe, seja a distinção adleriana entre democracia política e

---

<sup>1</sup> A cláusula mais célebre do Programa de Linz foi a da “violência defensiva”. Tal cláusula contemplava a possibilidade de responder a qualquer tentativa burguesa de derrubar a república e de instaurar uma ditadura mediante o uso da violência. A passagem correspondente do Programa é a seguinte:

"A burguesia não renunciará espontaneamente à sua posição de poder. Se aceita a República democrática que lhe é imposta pela classe operária, enquanto pode dominar sob a República, será tentada a derrubar a República democrática – instaurando uma ditadura monárquica ou fascista – tão logo o sufrágio universal ameaçar a entrega do poder político à classe operária, ou quando já o tiver entregado (...). O partido proletário social-democrata exercerá o poder político na forma da democracia e com todas as garantias democráticas (...). Mas, se a burguesia pretender se opor à revolução social – que a classe operária tem a tarefa de realizar –, através de uma sabotagem sistemática da vida econômica do país, de uma revolta violenta, conspirando com forças contrarrevolucionárias estrangeiras, então a classe proletária, nesse caso, seria obrigada a vencer a resistência da burguesia com os meios da ditadura". As atas do Congresso de Linz. *Apud* MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. *In*: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, p. 270.

<sup>2</sup> A propósito da formação e do desenvolvimento da social-democracia austríaca, o editorial (publicado por ocasião da abertura do Congresso de Linz pela Arbeiter Zeitung) dizia, referindo-se às três fases cruciais de sua trajetória, que:

"A primeira é a do despertar e da união do proletariado, que conquista a consciência de classe: foi o Programa de Hainfeld. A segunda é a fase da construção dos partidos social-democratas, que travaram uma luta organizada pelos direitos dos trabalhadores, pelo sufrágio universal, pela jornada de oito horas: isso significou o Programa de Viena. A terceira é a fase do assalto decisivo contra a hegemonia burguesa, da luta pelo poder: é o Programa de Linz o programa da conquista do poder". *Cfr.* Editorial da Arbeiter Zeitung, de 31 de outubro de 1926. *Apud* MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. *In*: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5. Citado, pp. 253-255, pp. 267-268.

democracia social. A consequência dessa inclusão foi dúplice. Por um lado, o Programa de Linz ratificou a rejeição da contraposição entre democracia e ditadura do proletariado sustentada pelos bolcheviques, confirmando simultaneamente que a via parlamentar e a ação militante das massas definiam o terreno próprio da luta pelo poder da classe operária austríaca. E, por outro, proclamou a cláusula da “violência defensiva”, que ensejava a possibilidade (por parte do SDAPÖ) de recorrer legitimamente ao uso da violência, no caso de uma eventual ação contrarrevolucionária (por parte da burguesia) que ameaçasse o ordenamento constitucional da república.<sup>3</sup>

No Congresso de Linz, as reflexões particulares anteriormente desenvolvidas por Bauer e Adler – acerca de temas como a reforma e a revolução, a harmonia e o antagonismo dos interesses de classe, a manutenção da unidade do partido e da discussão polêmica interna, a participação e a oposição em governos de coalizão, o internacionalismo unívoco e o pluralismo das vias ao socialismo, etc. – foram unificadas e organizadas sistematicamente. Além desses temas, foi incluído no Programa de Linz outro ponto relevante: a reflexão – já antes apresentada por Bauer no opúsculo *A luta pelo poder*,<sup>4</sup> de 1924 – sobre a questão da conquista da maioria parlamentar na nova fase histórica, focando especialmente o problema do apoio das classes médias.

Para Bauer, o problema do apoio político das classes médias devia ser considerado como qualitativamente novo, um problema político característico da nova fase do desenvolvimento capitalista. Uma vez superado o antigo absolutismo político, que havia sido reestabelecido em 1848, a velha luta entre nobreza feudal e grande burguesia, que tinha

---

<sup>3</sup> A tese mais contestada durante as discussões congressuais que precederam à aprovação do Programa de Linz foi a da “violência defensiva”. “A definitiva aprovação dessa passagem pelo Congresso – escreve Mehrav – fora antecedida por viva discussão. A ala direita, agrupada em torno de Karl Renner, refutou a tese dos contrastes de classe inconciliáveis, a previsão de uma inevitável utilização da violência bem como a ameaça de um eventual emprego socialista da violência e da ditadura; viu nessas teses um abandono dos princípios do socialismo democrático, e assinalou o iminente perigo de que tais formulações fossem exploradas demagogicamente pela burguesia para isolar a social-democracia das camadas médias e, em particular, dos camponeses. A ala esquerda, agrupada em torno de Max Adler, afirmou e sublinhou que – se o conceito marxiano de ‘ditadura do proletariado’ fora deformado pelos comunistas, no sentido da instauração da hegemonia burocrática de uma minoria sobre as massas do proletariado e dos camponeses – isso não constituía um motivo suficiente para abandonar tal postulado marxista. Ao contrário: uma ‘ditadura do proletariado’ autenticamente marxista, no sentido de uma democracia social (e não apenas política), uma ditadura da esmagadora maioria da população, da população ativa, era indispensável para a realização da passagem do capitalismo ao socialismo. No texto final, a exigência de Adler – de acolher no programa o conceito de ‘ditadura do proletariado’ no sentido de um sistema estatal de transição – foi rechaçada; mas a expressão ‘ditadura dos trabalhadores’ foi inserida no Programa, no sentido de um período de transição eventualmente inevitável no caso de uma guerra civil ‘imposta à classe proletária’”. MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. *In*: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5. Citado, pp. 270-271.

<sup>4</sup> O. Bauer, *Der Kampf um die Macht*, (1924). Trad. It. *In*: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, pp. 231-255.

caracterizado o período de 1860 a 1890, dera lugar (após um breve período, na virada do século, caracterizado pela ascensão e pelo protagonismo político das camadas médias) ao antagonismo entre grande burguesia e classe operária. Tal como no primeiro período da monarquia constitucional (1860/1890), a pequena burguesia e o campesinato precisavam escolher quem apoiar, depois da derrota na guerra e do fim do Império. A observação da evolução da dinâmica política na nova fase, inaugurada com a revolução e a proclamação da República, mostrava claramente que o objeto principal da luta de classes era novamente a conquista da adesão das classes médias. Apesar da aparente continuidade, a questão do apoio das classes médias devia ser vista como problema político próprio daquela nova fase histórica, à medida que o desenvolvimento do capitalismo, provocando a expansão das camadas médias e um incremento sem precedentes de sua complexidade, introduzia um elemento qualitativamente novo na luta de classes.<sup>5</sup>

A análise do desenvolvimento do equilíbrio das forças de classe daquele mostrava claramente a Bauer que a “grande burguesia” tinha começado uma ação destinada à criação de um bloco burguês unitário, “penetrando” nos partidos pequeno-burgueses e camponeses dos *Grossdeutsche* e dos cristãos-sociais, que já não representavam mais os interesses das classes médias, e cuja política era formulada em função da “grande burguesia”. Apoiando a iniciativa do chanceler Ignaz Seipel de estreitar as relações entre os partidos burgueses, a “grande burguesia” almejava aumentar sua influência no campesinato e na pequena burguesia. As classes médias estavam assim se reaproximando rapidamente da “grande burguesia”, da qual se haviam emancipado politicamente no final do século XIX, fundando partidos autônomos. A classe operária precisava reagir contra aquela tendência para poder manter e aumentar a influência que, já antes da guerra, começara a exercer sobre as camadas urbanas de trabalhadores de colarinho branco, de técnicos e de funcionários, bem como sobre os trabalhadores rurais assalariados. Para não perder a luta de classes, a social-democracia precisaria se aproximar novamente daquela parte do campesinato e da pequena burguesia, cujos interesses não se opunham àqueles da classe operária. Esta parte das classes médias precisava ser integrada à social-democracia, para se tornar uma aliada da classe operária.<sup>6</sup>

Em resposta à ação política da “grande burguesia”, a classe operária austríaca deveria desenvolver uma iniciativa de “unificação do povo trabalhador” sob sua direção. Para

---

<sup>5</sup> Cfr. O. Bauer, A luta pelo poder. MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, pp. 232-239.

<sup>6</sup> MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, pp. 239-244.

tanto, era preciso difundir o espírito revolucionário da classe operária nos pequenos artesãos e comerciantes, nos trabalhadores de colarinho branco, nos funcionários públicos e nos profissionais liberais. Seria preciso, outrossim, “atrair para a esfera de influência intelectual do partido social-democrata” também e sobretudo “as massas camponesas”.<sup>7</sup> Nas condições austríacas, sem o apoio duradouro de pelo menos uma parte do campesinato e da pequena burguesia, a conquista da maioria parlamentar seria impossível. A assunção do poder estatal pela social-democracia, portanto, exigia análise das divisões e cisões que o desenvolvimento capitalista estava produzindo no campesinato, da pequena burguesia e da camada dos intelectuais.<sup>8</sup> Exigiria, concomitantemente, que o SDAPÖ desenvolvesse sua política de alianças, tendo em mira principalmente a quebra da “homogeneidade” de classe das camadas médias, em vista da construção da “hegemonia da classe operária”.<sup>9</sup>

A reflexão sobre o problema da adesão das classes médias para obter a conquista da maioria parlamentar, desenvolvida por Bauer no opúsculo *A luta pelo poder*, confluiu naquela visão política centrada no dualismo de poder de classe que, elaborada por ele e por Adler, resultou no Programa de Linz do SDAPÖ.<sup>10</sup> As discussões congressuais que antecederam o Programa de Linz, cujo tema principal foi a conquista do poder pela classe operária austríaca, manifestaram certa confiança nas possibilidades imediatas do socialismo austríaco. Por um instante, durante aquelas discussões, prevaleceu na direção do partido um cauto otimismo, enquanto sua consciência do limite objetivo em que a social-democracia austríaca operava e da impotência que disso lhe derivava permaneceu recessiva. Assim, no Programa de Linz, por um momento, a autoconfiança preponderou sobre a consciência de que a República austríaca era um pequeno país com independência política, militar e econômica limitadas. Visto o considerável poder político (resultado de sua exemplar auto-organização e

---

<sup>7</sup> A esse propósito, vale a pena lembrar aqui que no Programa de Linz foi incorporado também o Programa agrário, formulado em 1925 por Bauer. Em relação a seu conteúdo, Marramao lembra que: “Afastando-se das teses predominantes na tradição marxista da social-democracia e da Segunda Internacional – que previam o fim da pequena empresa como uma ‘necessidade natural’ do desenvolvimento do capitalismo (Cfr. K. Kautsky, *La questione agraria*, introduzione di Giuliano Procacci, Milão 1959) – o Programa agrário da SDAPÖ contemplava a permanência em uma sociedade socialista de propriedades camponesas privadas de tamanhos diferentes”. MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, p. 86.

<sup>8</sup> Segundo Bauer, a função desempenhada pelos intelectuais era uma condição necessária para a edificação de uma forma social nova, capaz de garantir pelo menos os níveis mais altos já alcançados pelo capitalismo. “Nós devemos ganhar, ele escrevia, os intelectuais à nossa causa; porque não podemos construir a sociedade do futuro sem a cooperação dos médicos, dos engenheiros, dos homens de cultura, dos artistas, e sobretudo sem a colaboração dos docentes”. *Ibid*, p. 249.

<sup>9</sup> Cfr. O. Bauer, *A luta pelo poder*. MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, pp. 244-250.

<sup>10</sup> Tal visão política priorizava a salvaguarda da autonomia social do movimento operário contra o bloco burguês, em vista da construção da hegemonia do proletariado, como estratégia de transição ao socialismo.

dos notáveis resultados obtidos nas precedentes eleições), o precavido otimismo da social-democracia austríaca não era ilegítimo.

No Congresso de Linz, o problema da conquista do poder pela social-democracia foi discutido em termos concretos, com base numa cuidadosa análise de cunho marxista, que visava explicar quer as contradições e a correlação de forças que existiam entre as classes, quer a forma política vigente na Áustria dos anos 20. Tal análise foi mais sofisticada e prudente que a coeva visão política, própria da social-democracia weimariana, que foi proclamada oficialmente no Congresso de Kiel, de 1927. As deliberações de Kiel sancionaram a concepção política sustentada naqueles anos por Rudolf Hilferding, a qual se tornou, assim, o núcleo da plataforma política do SPD.

A concepção política hilferdinguiana, que tinha carácter marcadamente neoevolucionista, fundava-se na teoria do “capitalismo organizado”. Para Hilferding, as premissas do socialismo já se encontravam nos elementos de organização presentes no “capitalismo organizado”, como resultado de seu desenvolvimento anterior. O “capitalismo organizado” havia sido o resultado da “... substituição do princípio capitalista da livre concorrência com o princípio socialista da produção planificada”.<sup>11</sup> O socialismo não seria mais do que o capitalismo organizado levado ao seu extremo cumprimento. Para alcançar a forma social socialista era preciso apenas desenvolver as tendências já em curso no novo ordenamento “organizado” do capitalismo dos anos 20. O desenvolvimento daquelas tendências não teria ocorrido de forma necessária, como havia sustentado o velho marxismo segundo internacionalista, antes da guerra. A transição, ao contrário, dependia do ativismo político da classe que desejava o socialismo.<sup>12</sup>

Já no passado, antes da guerra, o movimento operário tinha desempenhado um papel crucial na modificação da trajetória linear do desenvolvimento do sistema capitalista. O ingresso na cena histórica de grandes massas de trabalhadores organizados havia introduzido, na lógica do desenvolvimento social, um elemento qualitativamente novo. Ao contrário do decurso catastrófico, culminante com a ruptura revolucionária, previsto pelo marxismo segundo internacionalista, o surgimento do proletariado organizado havia produzido uma

---

<sup>11</sup> R. Hilferding, *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik*, (1927). *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, p. 87.

<sup>12</sup> Como destaca Marramao: “...Hilferding compartilha com o austromarxismo a crítica às interpretações deterministas, ao ponto de advertir, no começo de seu discurso congressual, que “o marxismo nunca foi fatalismo, mas ao contrário sumo ativismo””. R. Hilferding, *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik* (1927). *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 87.

adaptação dos mecanismos do sistema social capitalista, cujo resultado havia sido uma melhora qualitativa do capitalismo. A ação ativa do movimento operário tinha impedido que o capitalismo seguisse a tendência ao empobrecimento absoluto, levando a classe operária a significativas conquistas no campo salarial e legislativo.

Para Hilferding, o próprio desenvolvimento do capitalismo tinha produzido, mais tarde, não uma intensificação, mas sim um progressivo afrouxamento em suas contradições intrínsecas. Os cartéis e a intervenção estatal na relação capital e trabalho haviam introduzido no sistema elementos de planificação e de racionalidade, que ensejavam a possibilidade de uma ‘passagem evolutiva’, sem crise, ao socialismo. Além disso, a ação consciente do movimento operário não limitava seus efeitos à transformação interna da dinâmica capitalista: ela os produzia também no campo político-institucional. Na república, o proletariado organizado, através de seu partido, conseguia de fato exercer sua influência sobre o Estado democrático. Sua velha exclusão política havia sido superada.

Graças às mudanças ocorridas no sistema social capitalista, a implementação do socialismo havia se tornado algo *possível*, e não mais um processo infalível garantido pela ‘necessidade histórica’. A transformação socialista da sociedade exigiria ação política da classe operária, que deveria apenas apoiar as tendências à organização racional da economia, já presentes no desenvolvimento atual. O campo institucional em que a intervenção consciente da classe operária deveria se desenvolver precisava estar fora da autorregulação econômica, ser-lhe exógeno. Aquele campo era o do Estado, que era o sujeito que levaria a termo a passagem sem rupturas da “economia organizada e dirigida pelos capitalistas” à “economia dirigida pelo Estado democrático”.<sup>13</sup>

O Estado era uma organização exógena à autorregulação do sistema econômico. As leis objetivas da economia definiam uma esfera econômica autônoma, cuja dinâmica interna era também influenciada pelo conflito de classe entre burguesia e proletariado. O Estado, como esfera do poder, seria o artífice do processo de transição ao socialismo precisamente porque era independente da esfera econômica autônoma, que não precisava de sua intervenção para se reproduzir.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> A tal propósito, Hilferding esclarece que: “Isto significa somente que à nossa geração se impõe a tarefa de transformar, com auxílio do Estado, ou seja, com o auxílio de uma regulamentação social consciente, esta economia organizada e dirigida pelos capitalistas, numa economia dirigida pelo Estado democrático”. R. Hilferding, *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik* (1927). *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 88.

<sup>14</sup> Como para Kelsen, também na perspectiva teórica hilferdingiana o Estado democrático e a economia capitalista não formavam um contexto unitário. A política era uma esfera autônoma, com legalidade

Do ponto de vista do poder, o Estado democrático aparecia em Hilferding como um sistema de garantias jurídicas universais que, porquanto totalmente independente da autorregulação econômica, seria o sujeito da transição ao socialismo. Ao mesmo tempo, do ponto de vista funcional, o Estado estava se tornando mero dispositivo técnico-administrativo, dotado de princípio de organização próprio, de cunho racional. A organização crescentemente racional do Estado manifestava a racionalização da produção e a regulamentação da esfera da circulação, ocorridas no período pós-bélico. Desde o fim da guerra, o próprio desenvolvimento econômico capitalista havia também colocado as premissas econômicas da socialização. Esse desenvolvimento, ainda em curso, retirava progressivamente do capitalista seu papel diretivo, substituindo-o por uma nova figura técnica da produção: o *manager*. Além de, deste modo, racionalizar a grande empresa, a propensão organizativa do capital produzia uma tendência à regulamentação global do mercado, cuja manifestação principal era o desenvolvimento dos carteis.<sup>15</sup> Entretanto, a ação do capital criava somente as premissas econômicas, não podendo produzir por si só a realização plena da racionalização (da produção e da circulação), ou seja, a transição ao socialismo. A transição ao socialismo exigia uma ação política do movimento operário endereçada à progressiva “libertação” do Estado dos condicionamentos “externos” dos monopólios. Em decorrência dessa ação, o Estado poderia exercer – de acordo com seu próprio estatuto de universalidade – a função de “máquina administrativa” capaz de realizar a racionalização da economia.<sup>16</sup>

Tanto os partidos quanto as organizações sindicais da classe operária haviam se tornado partes constitutivas do Estado democrático do capitalismo organizado, que os havia compreendido em si.<sup>17</sup> Partidos e sindicatos eram a expressão da luta de classes, que continuava existindo também no capitalismo organizado. Como os partidos e os sindicatos

---

própria, independente da autorregulação que determinava o desenvolvimento capitalista. Nesse aspecto crucial, pois, Hilferding se havia afastado do pressuposto marxista da existência de um mecanismo social capitalista único, caracterizado pelo domínio da burguesia sobre as classes subalternas, cuja reprodução admitia no máximo uma autonomia relativa das esferas econômica, política e ideológica.

<sup>15</sup> Em contraste com a posição defendida por Hilferding durante os anos 20, que se fundava numa atenta análise das transformações produzidas pelo desenvolvimento capitalista, a linha sustentada na mesma época por Kautsky, conforme destaquei anteriormente, seguia uma trajetória predominantemente doutrinária, tornando-se assim incapaz de compreender corretamente os problemas reais postos pela conjuntura.

<sup>16</sup> R. Hilferding, “Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik”. *Apud* MARRAMAO, G. “Técnica Social”, Estado e transição entre social-democracia weimariana e austro-marxismo. *In: O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos 20 e 30*. Belo Horizonte: Oficina do livro, 1990, p. 166.

<sup>17</sup> “Os partidos – afirmava Hilferding em Kiel – são partes constitutivas do Estado, do mesmo modo exatamente como o governo e a administração”. R. Hilferding, “Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik”. *Apud* MARRAMAO, G. “Técnica Social”, Estado e transição entre social-democracia weimariana e austro-marxismo. *In: O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos 20 e 30*. Citado, p. 167.

havia sido absorvidos pelo Estado democrático, a luta de classes ocorria dentro de suas instituições, traduzida na dialética própria da democracia política. A principal tarefa da social-democracia nas instituições estatais consistia em atuar uma política de superação do limite imposto ao poder político pelo interesse dos monopólios, que teria acentuado o caráter comunitário do Estado democrático, convertendo-o em fator de transição ao socialismo.<sup>18</sup>

Os traços gerais mais significativos dessa concepção política hilferdinguiana se encontravam também na tendência austromarxista de Renner, minoritária ao Congresso de Linz. Na realidade, as teses apresentadas em seu livro *A economia como processo global e a socialização* (1924),<sup>19</sup> haviam antecipado, em muitos aspectos, a posição defendida por Hilferding no Congresso de Kiel. Tal como os pontos mais altos da reflexão hilferdinguiana, “também as teses de Renner eram, em sua lógica aparentemente rigorosa, nada ‘ingênuas’, e, longe de reproduzirem os ‘topoi’ da escolástica reformista da Segunda Internacional, apresentavam um assíduo trato com as problemáticas de Max Weber e de Kelsen”.<sup>20</sup>

Assim como Hilferding, Renner também interpretava o desenvolvimento capitalista pós-bélico como sendo uma atenuação progressiva das contradições do sistema. Para ele, os pressupostos econômicos da socialização eram produzidos pela “ação automática do capital”.<sup>21</sup> Essa “ação automática” retirava progressivamente a função diretiva das mãos do capitalista, atribuindo-a aos executivos. O automatismo organizativo do capital não se limitava à racionalização da grande empresa, mas produzia uma tendência para a regulamentação global da própria esfera da circulação, isto é, do mercado. A “ação automática do capital” criava, assim, as premissas econômicas da transição ao socialismo.

Partindo das premissas econômicas já postas pelos avanços do capitalismo, a socialização deveria realizar o processo de destituição dos proprietários de todas as funções diretivas e de sua gradual expropriação. O sujeito daquele processo era o Estado democrático, enquanto o proletariado era somente seu “portador” (Träger), seu suporte.<sup>22</sup> A socialização, da

---

<sup>18</sup> É preciso salientar desde já que, em contraste com a análise levada adiante naqueles anos por Bauer e Adler, o problema da transição ao socialismo foi estudado por Hilferding em termos relativamente abstratos, deixando de focar o desenvolvimento das contradições e da correlação de forças que existiam entre as classes na República de Weimar. Destarte, Hilferding não percebeu que, devido à evolução do equilíbrio das forças de classe, o Estado democrático deixava rapidamente de ser somente um campo dentro do qual tinham lugar os conflitos de classe, para se tornar o objeto do conflito e da disputa política de classe. Essa mudança se revelaria crucial nos avanços posteriores da república de Weimar, bem como em seu trágico fim.

<sup>19</sup> RENNER, K. *Die Wirtschaft als Gesamtprozess und die Sozialisierung*, Berlim 1924.

<sup>20</sup> MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, p. 89.

<sup>21</sup> K. Renner. *A economia como processo global e a socialização*. *Apud* MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, p. 89.

<sup>22</sup> Na fase atual do desenvolvimento capitalista, escrevia Renner, O antagonismo principal que reduz a um denominador comum todas as distintas contradições é formado pela antítese entre a economia privada

qual o Estado administrador era o verdadeiro protagonista, exigia também uma transformação das relações de troca. “O autêntico problema da socialização – escrevia Renner – está no processo gradual de substituição, por parte do Estado, do ‘antigo sistema de circulação’ por uma ‘nova organização da distribuição’”.<sup>23</sup>

A concepção renneriana de transição ao socialismo era o resultado do desenvolvimento coerente de uma trajetória teórica que tinha aparecido já em 1917, no livro *Marxismo, Guerra e Internacional*. Já naquele livro Renner, de modo parecido com o de Hilferding, havia concebido a relação entre política e economia como substancialmente extrínseca. Para ele, enquanto a economia continuava a servir os interesses “particulares”, “privados”, da classe capitalista, o Estado – ao cumprir cada vez mais tarefas de “administração social” – servia “predominantemente ao proletariado”.<sup>24</sup> Por sua essência, o Estado era organizado para a realização do interesse coletivo. A realização prática do interesse geral pelo Estado era limitada pelo uso instrumental que dele faziam os capitalistas e os grandes monopólios, em benefício de seu interesse “privado”, “restrito”. A transição ao socialismo exigia que o Estado fosse libertado pela classe operária das restrições externas que lhe eram impostas pelo interesse privado e pela “avidez corporativa”. O primeiro passo naquela direção era a conquista democrática do poder político pelo proletariado. Tal conquista acarretaria duas conseqüências: o proletariado restituiria ao Estado seu papel de sujeito da transformação social, que lhe era próprio, e asseguraria a continuidade do mecanismo econômico, que era o “imperativo categórico da socialização”.<sup>25</sup>

Em Renner, como também em Hilferding, a concepção política se caracterizava, portanto, por uma interpretação do Estado como fator autônomo e exógeno com respeito ao sistema social, a qual se articulava com uma visão tecnicista e instrumental do mesmo. A bem ver, aquela concepção convergia com a linha política estatista, centrada na ideia de Estado como meio de técnica social, que Kelsen sustentara desde o começo dos anos 20.

Confrontada com a linha política, de cunho acentuadamente estatista, seguida por Renner e Hilferding, a original visão política da tendência austromarxista de Bauer e Adler –

incontrolada (capitalismo) e a economia social consciente (socialismo) [...]. Nessa luta, o proletariado é o portador do que chamamos socialização, entendendo-a como sistema de providências sucessivas. K. Renner. A economia como processo global e a socialização. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 89-90.

<sup>23</sup> K. Renner. A economia como processo global e a socialização. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 90.

<sup>24</sup> K. Renner, *Marxismus, Krieg und Internationale*. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 90.

<sup>25</sup> K. Renner. A economia como processo global e a socialização. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 90.

baseada no dualismo de poder social e destinada em primeiro lugar à salvaguarda da autonomia extraparlamentar da classe operária contra a burguesia – era mais complexa e prudente. Exatamente porque fundada principalmente no estudo da evolução do equilíbrio das forças de classe e da forma social da democracia, tal visão contemplava a possibilidade de o Estado democrático deixar de ser somente um campo dentro do qual tinham lugar os conflitos de classe, para se tornar subitamente o objeto do conflito e da disputa política de classe, a favor ou contra a democracia. O resultado prático mais significativo dessa visão política foi a aprovação, no Congresso de Linz, da cláusula da “violência defensiva”, cujo objetivo era o de preparar a classe operária para uma eventual guinada antidemocrática da burguesia. A sanção do uso legítimo da violência no caso de um ataque burguês contra o ordenamento constitucional da república “... despertou não pouco alvoroço e escândalo nos meios do SPD”,<sup>26</sup> cuja linha política, de fato, divergia daquela do SDAPÖ, apesar de ambos os partidos compartilharem o objetivo do socialismo e a luta no terreno democrático como meio para alcançá-lo.

## 6.2 A crítica austromarxista à teoria do “capitalismo organizado”

A plataforma política da SPD foi criticada abertamente no artigo Kiel e Linz<sup>27</sup>, publicado por Otto Leichter<sup>28</sup> em 1927. Para Leichter, as deliberações do Congresso de Kiel haviam reconhecido na tendência organizativa do desenvolvimento capitalista recente algo positivo para o movimento operário.<sup>29</sup> Além disso, haviam contido a política do SPD dentro

---

<sup>26</sup> MARRAMAIO, G. “Técnica Social”, Estado e transição entre social-democracia weimariana e austro-marxismo. In: **O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos 20 e 30**. Citado, p. 174.

<sup>27</sup> O. Leichter, “Kiel und Linz”, **Der Kampf**, n. XX (1927).

<sup>28</sup> Otto Leichter foi um expoente austromarxista e colaborador de Otto Bauer que, mais tarde, quando o austromarxismo já não existia mais, escreveu também sua biografia.

<sup>29</sup> Nesse ponto, a crítica de Leichter atacava o otimismo exagerado que caracterizava a análise hilferdinguiana do desenvolvimento do “capitalismo organizado”, que havia constituído o embasamento teórico das deliberações do Congresso de Kiel. Como destaca com muita propriedade Marramaio, aquele otimismo “...assentava-se (...) num duplo erro: o de considerar o capitalismo financeiro como um fator de organização e de mitigação da anarquia capitalista, e o de considerar como um dado conquistado definitivamente e irreversível, a “função-guia da grande indústria química”, que era a *sozialstaatliche Komponente*, a ala avançada do empresariado weimariano, favorável a um pacto social com a social-democracia e disposta a colaborar com os sindicatos. O erro de Hilferding não foi, pois, somente – como afirma Franz Neumann, o de não se dar conta da clara tendência ao predomínio do capital industrial sobre o capital financeiro, que estava emergindo na Alemanha dos anos 20 (os grandes *Konzerne* racionalizados eram, de fato, capazes de se autofinanciar ou de recorrerem a empréstimos estrangeiros: razão pela qual os bancos acabaram por desenvolver em Weimar a função de instituições de transferência do capital estrangeiro); a limitação do teórico social-democrata estava também em que subavaliou a relevância das contradições “internas” entre os diversos setores industriais, e, em

dos limites de um programa de reformas parciais, consideradas como etapas graduais de uma aproximação ao socialismo. E, finalmente, haviam absolutizado o objetivo da participação do partido nos governos de coalizão, enquanto a consideração da própria democracia política como um fenômeno possivelmente transitório, que eventualmente poderia se tornar o próprio objeto da luta política, havia ficado latente. O Programa de Kiel, portanto, havia definido uma estratégia fundamentalmente equivocada, incapaz de oferecer uma perspectiva ao mesmo tempo realista e de longo prazo.<sup>30</sup>

Os erros da estratégia aprovada pelo Congresso de Kiel surgiam da interpretação do capitalismo pós-bélico proporcionada por Hilferding, a qual tinha um caráter acrítico. Um primeiro limite da análise hilferdinguiana consistia em reduzir a um incremento linear de “organização” da economia autorregulada o que, na realidade, era um processo de “politização das relações de produção capitalistas”. A nova fase do capitalismo não devia ser descrita como “capitalismo organizado”, mas, ao contrário, como “capitalismo politizado”, em que a interdependência entre capital e Estado tendia a se tornar mais estreita. Um segundo limite repousava na leitura reconciliadora da forma democrática utilizada por Hilferding, que refletia sua ilusão ideológica de uma “democracia sem qualidade”. A superação desse limite exigia o uso da distinção entre “democracia política” e “democracia social”, então havia pouco introduzida por Max Adler, bem como da perspectiva dinâmica do “equilíbrio das forças de classe”, utilizada por Bauer. À luz da análise baueriana e adleriana da conjuntura, mais realista, a democracia política se apresentava como um campo invadido pelo antagonismo de classe, cuja existência, imposta pelo ativismo político da classe operária, não era um dado definitivo, mas uma conquista histórica lábil, que precisava ser constantemente defendida.<sup>31</sup>

Por trás da brilhante crítica desenvolvida por Leichter à visão política aprovada no Congresso de Kiel, estava, claramente, a linha política contida no Programa de Linz. Em seu artigo, a polêmica contra o neoevolucionismo da SPD era pertinente, e sua conclusão – segundo a qual a social-democracia austríaca tinha demonstrado, no Congresso de Linz, saber

---

particular, o papel da indústria pesada do Ruhr, da qual partirá, nos anos da crise, o contra-ataque que levará à dissolução da primeira república”. MARRAMAO, G. “Técnica Social”, Estado e transição entre social-democracia weimariana e austro-marxismo. *In: O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos 20 e 30*. Citado, pp. 170.

<sup>30</sup> Cfr. O. Leichter, Kiel e Linz. *Apud* MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, p. 91.

<sup>31</sup> Cfr. O. Leichter, Kiel e Linz. *Apud* MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, pp. 91-92.

aproveitar melhor do que o SPD as “experiências históricas dos últimos anos”<sup>32</sup> – era fundamentalmente justa. Porém, Leichter falhara ao não apontar, no artigo, as lacunas existentes na estratégia traçada no Congresso de Linz, as quais viriam a ser dramaticamente evidenciadas pelas vicissitudes dos anos sucessivos.

### 6.3 Os pontos fracos da estratégia política aprovada no Congresso de Linz e a derrota da social-democracia austríaca

O Programa de Linz foi o mais brilhante resultado teórico obtido pelo movimento operário europeu no período de entre guerras, refletindo-se nele o ápice cultural e organizativo alcançado pelo austromarxismo em meados dos anos 20. Apesar de seu valor teórico e programático inquestionável, houve na plataforma programática aprovada no Congresso de Linz duas lacunas importantes que, em parte, influenciaram o desenvolvimento futuro do movimento operário austríaco e da democracia austríaca. Claro, o elemento decisivo da supressão violenta da Primeira República austríaca e da derrota do austromarxismo de 1934 foi o contexto social no qual o austromarxismo se inseriu.<sup>33</sup> No plano das circunstâncias políticas internas, um forte dualismo e um exacerbado antagonismo de classe dominaram a conjuntura política austríaca daqueles anos, e nela “a burguesia austríaca, que nunca se havia resignado em aceitar a república e tinha continuado a considerá-la uma vergonha, da posição de poder econômico que ocupava, depois que as várias tentativas de restauração monárquica se demonstraram vãs, passou da democracia ao fascismo”.<sup>34</sup> Quanto ao pano de fundo internacional, o período que se abriu com a crise econômica de 1929 foi extremamente desfavorável para as instituições e os valores da democracia política em nível global, bem como para as forças que a apoiavam.<sup>35</sup> Aquele período se encerrou com a Segunda Guerra Mundial, que recolocou a locomotiva da sociedade mundial nos trilhos da modernidade. Naquela ocasião, porém, a preciosa tradição austromarxista já havia sido sepultada pela barbárie fascista e nazista.

---

<sup>32</sup> Cfr. O. Leichter, *Kiel e Linz*. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 92.

<sup>33</sup> Indubitavelmente, também o austromarxismo foi um (dentre os vários) fatores constitutivos daquele contexto, tornando-se assim parte do mesmo. As iniciativas políticas que empreendeu e as discussões teóricas que animou foram influenciadas em ampla medida pelo próprio caráter austromarxista. Assim, seus valores, sua linguagem, sua abordagem, sua mentalidade, seus conflitos internos e também seus limites formaram, em parte, a realidade histórica em que operou, enfrentando os problemas contemporâneos.

<sup>34</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, p. 17.

<sup>35</sup> Cfr. HOBSBAWM, E. J. **Il secolo breve**, Rizzoli: Milão, 2010, pp. 135-173.

O primeiro limite teórico do Programa de Linz do SDAPÖ foi a subestimação da importância da participação do partido no governo de coalizão, em uma conjuntura em que não apenas os partidos das classes médias,<sup>36</sup> mas também os aparelhos do Estado federal intervinham no social, organizando quer o consenso católico do campesinato, quer o conformismo conservador do mundo pequeno burguês, em função antioperária. Quanto à questão da integração da base governista, a direção do SDAPÖ devia necessariamente levar em conta também os sentimentos e as expectativas existentes na base do partido. A permanência nos governos de coalizão sem a obtenção de avanços concretos no programa de socialização muito provavelmente teria provocado uma cisão no partido, levando parte significativa de seus integrantes a migrar para a causa comunista. Aquele limite, portanto, refletia a persistência do postulado da manutenção incondicional da unidade do partido, que a nova direção de Bauer e Adler havia herdado da tradição austromarxista de anteguerra.

O reflexo prático desse limite foi a confirmação, no Congresso de Linz, da recusa de acolher novos governos de coalizão, depois do naufrágio da primeira experiência deste tipo, ou seja, do governo capitaneado pelo SDAPÖ. Do ponto de vista estratégico, todas as esperanças foram postas na vitória nas urnas, que era vista como o meio que deveria solucionar o dualismo político existente na Áustria. Enquanto a conquista da maioria absoluta não se concretizasse, a classe operária se manteria afastada do Estado, constituindo-se como poder exclusivamente extraparlamentar, operante apenas na sociedade e nos municípios socialistas, sobretudo na “Viena Vermelha”. À medida que implicou o repúdio da possibilidade de participar em governos de coalizão dirigidos pelo Partido cristão-social para manter o partido unido e revolucionário, a estratégia aprovada a Linz deixou os governos conservadores totalmente à vontade para que pudessem indicar homens de confiança para os altos cargos do aparelho do Estado.<sup>37</sup>

O segundo limite teórico fundamental do Programa de Linz foi o deslocamento da eventual necessidade do uso da “violência defensiva” para uma situação histórica indefinida, enquanto o próprio programa confirmava a responsabilidade da classe operária pela defesa da república e da Constituição. A observação da evolução (tendencialmente fascista) de pelo menos uma parte da burguesia austríaca engendrava na direção austromarxista justificados temores acerca do futuro das instituições democráticas. Por outro lado, os expoentes da

---

<sup>36</sup> Sobretudo o Partido social cristão, que havia surgido no começo do século como uma organização integrada por pequenos burgueses animados por sentimentos anticapitalistas, havia se tornado um partido da grande burguesia e da alta finança.

<sup>37</sup> Cfr. MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, pp. 92-93.

direção austromarxista eram animados pela esperança de que uma conjuntura de crise que exigisse a insurreição armada em defesa das instituições republicanas nunca se tornaria realidade. Assim, no Congresso de Linz, as circunstâncias exatas nas quais a Liga de Defesa Republicana (*Republikanischer Schutzbund*) deveria ter entrado em ação não foram precisadas, não obstante sua existência como força armada proletária tenha sido confirmada.

A consequência política desse segundo limite foi que, não obstante a aprovação no Congresso de Linz da cláusula da “violência defensiva”, o partido nunca se empenhou a fundo na preparação prática da eventual guerra civil. Nos momentos decisivos do embate político, a social-democracia limitou-se a ameaçar o uso da violência, enquanto a decisão de utilizar efetivamente a Liga de defesa republicana foi adiada permanentemente. A iniciativa política efetiva, relativa ao uso da força organizada como instrumento de luta, portanto, foi deixada à burguesia, às suas considerações, avaliações e aos seus planos estratégicos.<sup>38</sup>

Inicialmente, a iniciativa política da burguesia austríaca foi levada adiante pelo Partido cristão-social de Ignaz Seipel. O governo capitaneado pelo Partido cristão-social, apoiado amplamente pelos aparelhos do Estado, conseguiu implementar com sucesso sua estratégia política, baseada na combinação de ações institucionais e ativismo extraparlamentar. No plano das ações institucionais, o governo dos cristãos-sociais atuou visando principalmente afetar a dimensão democrática das estruturas do Estado – por exemplo, expulsando gradualmente do exército todos os oficiais e suboficiais social-democratas – bem como enfraquecer a Liga de defesa republicana – por exemplo, confiscando seus depósitos de armamento. Quanto ao segundo aspecto da estratégia dos cristãos-sociais, seus instrumentos fundamentais foram a organização de extrema direita Combatentes do Fronte (*Frontkämpfer*) e a formação paramilitar de inspiração fascista Defesa da Pátria (*Heimwehr*), que “se havia constituído como «braço armado do Partido cristão-social no campo», em contraposição à milícia operária do ‘*Schutzbund*’, «braço armado da social-democracia nas cidades»”.<sup>39</sup>

A primeira evidente manifestação do sucesso da iniciativa política burguesa foram os célebres e trágicos acontecimentos de 15 de julho de 1927, que mostraram claramente que o governo cristão-social podia enfim dispor plenamente do aparelho de repressão do Estado. Em 30 de janeiro de 1927, em Schattendorf, que era um pequeno núcleo urbano provinciano,

---

<sup>38</sup> Cfr. MEHRAN, P. Social-democracia e austromarxismo. In: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5. Citado, pp. 272-273.

<sup>39</sup> MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, pp. 95-96.

dois fascistas haviam disparado contra uma passeata, organizada pela Liga de defesa republicana em resposta a uma iniciativa local dos *Frontkämpfer*, matando dois militantes: um velho deficiente e uma criança. No processo, que ocorreu de 5 a 14 de julho, a justiça, reconhecendo várias atenuantes, absolveu os assassinos, manifestando assim abertamente sua parcialidade de classe. Motivadas pela indignação em face daquele veredito, a população proletária vienense foi às ruas e incendiou o Palácio da Justiça. A repressão policial ao protesto popular contra a absolvição dos assassinos fascistas foi violenta e sangrenta: provocou 90 mortos e mais de 2000 feridos.<sup>40</sup>

Naquele momento, sob forte pressão da base do partido, Julius Deutsch, que então comandava a Liga de defesa republicana, pediu autorização para mobilizar a milícia operária e distribuir as armas, para contra-atacar. A resposta dada pelo comitê central do SDAPÖ foi negativa: na opinião da direção, a luta armada devia ser evitada enquanto fosse possível, especialmente naquele momento em que as forças armadas haviam demonstrado sua fidelidade completa ao governo dos cristãos-sociais.<sup>41</sup> A reação do SDAPÖ se limitou a um

---

<sup>40</sup> A propósito dos acontecimentos públicos que arrebataram o proletariado vienense em 15 de julho de 1927 e de suas trágicas consequências, Elias Canetti escreveu: “Na manhã de 15 de julho de 1927 eu não estava no instituto de química Währingerstrasse, como de costume; encontrava-me em casa. Li o jornal da manhã no café de Ober-St. Veit. Ainda sinto a indignação de que foi acometido quando tomei na mão o Reichspost. Lá estava a manchete em letras garrafais: “Uma sentença justa”. Em Burgenland, houvera um tiroteio; operários haviam sido mortos. A corte inocentara os assassinos. Essa absolvição foi designada, aliás, propalada como “sentença justa” no órgão do partido do governo. Foi esse escárnio a todo sentimento de justiça, mais do que a própria absolvição, o que provocou uma enorme agitação entre os trabalhadores de Viena. Os trabalhadores marcharam em formação cerrada, de todos os distritos de Viena para o Palácio da Justiça, cujo mero nome para eles representava a injustiça. Foi uma reação totalmente espontânea. Senti em mim próprio essa espontaneidade. Apressei-me a ir à cidade em minha bicicleta, e me juntei a um dos cortejos.

O operariado, que costumava ser disciplinado, que tinha confiança em seus líderes social-democratas, e convencido de que a Municipalidade de Viena era por eles administrada de forma exemplar, nesse dia agiu *sem* seus líderes. Quando os trabalhadores quiseram atear fogo ao Palácio da Justiça, o prefeito Seitz, no alto de um carro de bombeiros, com a mão direita erguida, tentou impedir. Seu gesto foi inútil. O Palácio da Justiça *ardeu em chamas*. A polícia recebeu ordens de atirar. Houve 90 mortos.

Isso foi há 53 anos, e ainda hoje sinto nos ossos a excitação daquele dia. Foi o mais próximo de uma revolução que experimentei pessoalmente. Desde então sei perfeitamente, sem precisar ter lido uma linha a respeito, como ocorreu o assalto à Bastilha. Tornei-me parte da massa, dissolvi-me completamente nela, sem sentir a mais leve resistência àquilo que ela empreendia. Admiro-me que, naquelas condições, eu tivesse a capacidade de apreender todas as cenas individuais concretas que se desenrolaram diante dos meus olhos. Quero mencionar uma delas.

Numa rua lateral, não longe do Palácio da Justiça em chamas, logo ao lado, destacando-se nitidamente da massa, estava um homem de braços erguidos, que juntava as mãos por cima da cabeça em desespero, e bradava em tom lamentoso uma vez após a outra: os arquivos estão queimando, todos os arquivos. Antes os arquivos do que as pessoas, disse eu, mas isso não o interessou. Só tinha os arquivos na cabeça. Ocorreu-me que ele próprio talvez tivesse a ver com aqueles altos, fosse funcionário do arquivo, pois estava inconsolável, e, apesar daquela situação, o achei um tanto cômico. Mas também fiquei irritado. “Acabaram de matar gente a tiros!” disse eu zangado, e o senhor fica aí, falando dos arquivos. Ele olhou para mim como se eu não estivesse presente, e repetiu aflito: “os arquivos estão queimando! todos os arquivos!” (...). (Elias CANETTI, **Uma luz em meu ouvido**. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p 244).

<sup>41</sup> A proposta, avançada por Julius Deutsch, de mobilizar a *Republikanischer Schutzbund* dividiu a direção do SDAPÖ. Na escolha de não utilizar a força, decisiva foi a posição defendida por Bauer, que, referindo-se à situação de turbulência revolucionária existente na Áustria em 1919, para justificar sua decisão,

artigo publicado nas páginas da «Arbeiter Zeitung» por Friedrich Austerlitz e a um discurso de protesto proferido por Bauer no parlamento, em 26 de julho.<sup>42</sup> Aquela reação, expressão coerente do Programa de Linz, demonstrou-se não apenas inadequada diante da articulada e decidida ofensiva burguesa, mas também profundamente prejudicial ao futuro do movimento operário austríaco, significando o abalo do mito da Liga de defesa republicana como fator de autodefesa da classe operária, sobre o qual se havia fundado a estratégia social-democrata.<sup>43</sup>

Com a crise econômica iniciada em 1929, cujos efeitos foram agravados na Áustria pela brusca retirada dos capitais estrangeiros que sustentavam sua frágil economia, a iniciativa política burguesa se deslocou decididamente para direita.<sup>44</sup> A política do Partido social cristão, agora dirigido por Engelbert Dollfuss, tomou o rumo de uma transformação em sentido autoritário do Estado.<sup>45</sup> Dollfuss se tornou chanceler em maio de 1932, começando logo uma aproximação política com a Itália fascista. Em março de 1933, aproveitando da demissão dos três presidentes do Parlamento, Dollfuss dissolveu o legislativo. Daí em diante,

---

explicitou: "O que não pudemos ousar num período de agudas tensões revolucionárias, sem correr o risco de um provável suicídio, ousá-lo agora, que a reação na Europa é muito mais forte, teria sido seguramente um suicídio". O. Bauer, A condição política e econômica austríaca (Die politische und wirtschaftliche Lage Osterreichs), Viena, 1927. *Apud* MEHRAV, P. Social-democracia e austromarxismo. In: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5. Citado, p. 263.

As profundas dúvidas e perplexidade que essa resposta suscitou numa parte da direção do SDAPÖ foram manifestadas, anos mais tarde, por Otto Leichter, nas seguintes palavras: "Teria sido mesmo um suicídio se os trabalhadores tivessem oposto resistência aos seiscentos policiais prontos para disparar, e tivessem assim acabado com o pesadelo dessas fuzilarias? É verdade que, em 1927, não havia na Europa uma situação revolucionária. Mas teria sido suicídio empreender a luta naquele momento, quando o movimento operário austríaco alcançara seu apogeu, enquanto mais tarde, em 1934, espremido entre uma Itália solidamente fascista e a Alemanha hitleriana, depois de quatro anos de desemprego generalizado, o partido teve de ousar sua luta última e decisiva?" O. Leichter, Riquezas e misérias da Primeira República. (Glanz und Elend der Ersten Republik). Viena, 1964. *Apud Ibid*, p. 263.

<sup>42</sup> Quanto à greve geral proclamada na ocasião pelo sindicato, sua eficácia foi fortemente reduzida pela ação das 'Heimwehren', que, fazendo funcionar os trens, demonstraram de terem assimilado perfeitamente a técnica de sabotagem das greves dos fascistas italianos.

<sup>43</sup> *Cfr.* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milão, La Pietra, 1977, p. 96.

<sup>44</sup> Apesar disso, a SDAPÖ recusou, em 19 de junho de 1931, a última oferta de coalizão feita por Seipel, confirmando assim mais uma vez a linha política aprovada a Linz. A estratégia da SPD de participar a qualquer custo da coalizão, baseada na ilusória hipótese avançada por Hilferding de que a dinâmica social modificada pela racionalização econômica dos anos 20 poderia ser totalmente integrada na luta parlamentar, não obstante fosse praticamente oposta àquela seguida pela social-democracia austríaca, levou às mesmas consequências trágicas. Apesar da fatal subavaliação por parte de Hilferding e da social-democracia alemã do perigo nacional socialista durante os anos da crise econômica (como recorda Franz Neumann no livro Behemoth), sem dúvida a maior responsável pelo processo que resultou na instituição da ditadura de Hitler, na completa subordinação da classe operária alemã e finalmente na Segunda guerra mundial e em todos os horrores inauditos que dela surgiram foi a burguesia alemã, enquanto parte constitutiva do difícil contexto histórico da época. Desse ponto de vista, como mostrarei melhor abaixo, na medida em que a responsabilidade principal pelo fim da democracia austríaca, pela guerra civil e pela derrota da classe operária austríaca foi da burguesia austríaca, as vicissitudes da República de Weimar e da primeira república austríaca não diferiram. NEUMANN, F. **Behemoth: Struttura e pratica del nazional-socialismo**, (1942). Milão, Mondadori, 1999, pp. 39-40.

<sup>45</sup> Já em 1930, por exemplo, o chefe da 'Heimwehr', Starhenberg, passou a integrar o ministério do interior (Casa Civil).

baseando-se em dois decretos de 1914, anteriores, portanto, à Constituição republicana, começou a governar por decreto.<sup>46</sup> A bem ver, a sincronia com a qual foram desferidos os primeiros golpes mortais à ordem democrática e ao movimento operário organizado na Áustria e na Alemanha impressiona.

Passo após passo, inexoravelmente, Dollfuss, apoiado por Mussolini, suprimiu a democracia e instituiu uma ditadura clerical fascista.<sup>47</sup> Paralelamente, no decorrer de um ano, desmantelou todos os instrumentos de contrapoder da classe operária: em 31 de março de 1933, o *Republikanischer Schutzbund* foi dissolvido; em 26 de maio do mesmo ano, o KPÖ foi declarado ilegal e foram instituídos campos de concentração para presos políticos; em 1 de janeiro de 1934, as direções eleitas pelas câmaras sindicais foram destituídas e, finalmente, em 23 de janeiro, as vendas do *Arbeiter Zeitung* foram proibidas. Contra essa virada autoritária de Dollfuss e os assaltos cada vez mais frequentes das formações paramilitares de extrema direita às organizações operárias, em fevereiro de 1934, desencadearam-se violentos protestos em Viena. A greve geral então declarada pelo SDAPÖ logo se transformou em uma verdadeira guerra civil, que se concluiu com a derrota dos trabalhadores, cujo sistema organizado de defesa já havia sido completamente desmantelado. Depois da sangrenta vitória militar das forças armadas do Estado austríaco, Dollfuss dissolveu todos os partidos políticos, com exceção do seu próprio, a *Vaterländischefront*, que havia fundado em 1932, e convocou um parlamento que votou a constituição que instituiu um Estado corporativo inspirado no catolicismo e no fascismo romanos, completando, desta forma, o processo de abolição da democracia iniciado no ano anterior.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Em 15 de março, quando Dollfuss impediu mediante a utilização das forças armadas a reunião do Parlamento, que havia sido convocado pelo vice presidente Straffner, a SDAPÖ optou novamente para não aplicar a cláusula da “violência defensiva”. A passividade da social-democracia em todos os momentos cruciais do embate político, que se manifestou mais uma vez nessa ocasião, foi claramente, em parte, responsável pelo trágico epílogo da democracia austríaca. Não obstante em um escrito publicado logo depois da derrota Bauer definiu essa escolha “o mais fatal de nossos erros”, na realidade ela foi apenas o resultado dos limites presentes no Programa de Linz, e mais uma manifestação de seus efeitos práticos. O. Bauer, *A rebelião dos trabalhadores austríacos (Der Aufstand der österreichischen Arbeiter)*. Praga, 1934. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 98.

<sup>47</sup> “A tal propósito, – salienta justamente Marramao – é preciso lembrar aqui a diferença fundamental que existe entre o “fascismo” austríaco e o fascismo italiano e alemão: o “fascismo” austríaco consistia, como o mesmo Bauer destacou em 1936, em uma combinação de ideologia fascista e clericalismo católico; não era portanto “o resultado natural de elementares movimentos de massa e de lutas de classe”, mas um produto artificial “imposto pelo Estado às massas populares”: não por acaso, o movimento contra revolucionário austríaco continha em si o germe da discórdia entre os fautores da anexação à Alemanha e aqueles orientados em sentido austríaco-patriótico, ou seja, entre o nacionalismo fascista financiado pela indústria pesada (controlada pelo capital alemão) e a reação amarelo e preta guiada pela grande propriedade fundiária”. *Cfr.* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 96.

<sup>48</sup> Uma vez submetida a classe operária e destruída a democracia, a divisão existente na corrente reacionária da política austríaca entre nazistas e fascistas clericais, até então latente, se impôs. Os nazistas fizeram uma primeira tentativa de golpe já em julho de 1934, na qual Dollfuss foi assassinado. Naquela ocasião,

Sem dúvida, amplos setores da burguesia austríaca, como partes constitutivas do contexto social da época, foram os maiores responsáveis pelo processo político que resultou na instituição da ditadura de Dollfuss, na guerra civil e na derrota da classe operária. Vale a pena lembrar, por exemplo, que, naquele processo, o Partido cristão-social operou tenazmente com o intuito de excluir completamente a classe operária do ativismo político, mediante a eliminação progressiva de todos seus instrumentos de poder. Do ponto de vista democrático, a resoluta iniciativa política dos dirigentes cristãos-sociais foi claramente ilegítima, “... pois, pelo menos desde 15 de julho, sabiam perfeitamente que a direção social-democrata não agia seriamente quando proferia suas ameaças e, ao contrário, todas as vezes, fazia o possível para acalmar seus militantes e manifestava sua contrariedade ao uso da força, graças a seu alto senso de responsabilidade, mas também devido à efetiva falta de qualidades revolucionárias”.<sup>49</sup> Por outro lado, “ainda em 15 de março de 1933, quando a entrada no Parlamento dos representantes regularmente eleitos foi barrada e a violação da Constituição por Dollfuss tornou-se evidente a todos, o grupo dirigente social-democrata não ousou proclamar uma greve geral ou iniciar uma insurreição armada, perdendo a última ocasião em que poderia ter agido com sucesso”.<sup>50</sup> Não obstante a estratégia decidida a Linz e rigorosamente seguida nos anos sucessivos pelo SDAPÖ possa ter, de alguma forma, facilitado a ação política reacionária,<sup>51</sup> posto que a iniciativa política efetiva ficou exclusivamente nas mãos da burguesia, a classe operária austríaca foi apenas fator recessivo do processo político que resultou no trágico epílogo da Primeira república austríaca.

Com o fim da democracia, a preciosa atividade política austromarxista foi bruscamente interrompida. Enquanto durou, aquela atividade foi extremamente valiosa para as classes subalternas austríacas,<sup>52</sup> e isso independentemente de sua derrota de 1934,

---

forças armadas fiéis à República amarelo e preta, guiadas pelo ministro da justiça Schuschnigg, conseguiram dominar os rebeldes, que foram presos. Schuschnigg sucedeu então a Dollfuss, continuando a governar com o apoio de Mussolini. Não obstante a rápida reaproximação da Itália fascista à Alemanha nazista a partir de 1935, quando, em decorrência da Guerra na Etiópia, as relações da Itália com a França e a Inglaterra haviam piorado significativamente, em 1936, o ano do início da Guerra de Espanha, um acordo entre a Alemanha nazista e a Áustria fascista reconheceu a autonomia política desta última, obrigando-a, porém, ao mesmo tempo, a se alinhar à política exterior alemã. Os nazistas eliminaram definitivamente o fascismo amarelo e preto em 1938, quando Hitler invadiu, com a tácita aprovação italiana, a Áustria, impondo sua anexação (Anschluss). Apenas a Segunda guerra mundial daria novamente à Áustria sua autonomia política.

<sup>49</sup> LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Citado, p. 21.

<sup>50</sup> *Ibid*, p 21.

<sup>51</sup> Vale a pena lembrar aqui que, com toda probabilidade, a viva agitação socialista e a terminologia radical utilizada na propaganda, fomentadas pela direção do SDAPÖ, acentuaram uma evolução de importantes setores da burguesia austríaca em sentido reacionário e fascista.

<sup>52</sup> As reformas que o austromarxismo promoveu, de 1918 a 1920, durante o governo capitaneado pelo SDAPÖ, produziram inquestionável melhoria da situação material das classes subalternas austríacas em geral. Além disso, o proletariado vienense foi fortemente beneficiado pelas realizações da “Viena Vermelha”, que

imputável sobretudo ao difícil contexto da época. Evidentemente, a tentação de interpretar como fundamentalmente erradas, do ponto de vista da classe operária, algumas decisões tomadas pela direção austromarxista – mesmo quando apoiadas, como no caso aqui estudado, sobre um diagnóstico quase sempre correto da realidade contemporânea – ronda os estudiosos que, como nós, conhecem os fatos que ocorreram depois, ou seja, a ascensão do fascismo, a guerra civil e a derrota do movimento operário austríaco. Apesar disso, ao julgar a ação política de seus expoentes, nunca se deveria esquecer que, na realidade, como direção de um movimento político que operou numa conjuntura extremamente difícil, o austromarxismo muitas vezes se defrontou com verdadeiros dilemas, e foi obrigado a tomar decisões penosas, cujas soluções seriam de qualquer modo fatais para os interesses que representava. Nesse sentido, no momento em que foram feitas, as escolhas austromarxistas não foram erradas. Muito provavelmente, qualquer outra escolha possível teria produzido resultados semelhantes.<sup>53</sup>

#### 6.4 As últimas contribuições teóricas

Em seu apogeu, durante o período situado entre as duas guerras mundiais, enquanto corrente independente, tipicamente austríaca e distinta de outras correntes marxistas contemporâneas, o austromarxismo se constituiu como tentativa de traçar um terceiro caminho entre a ditadura revolucionária do leninismo e a democracia reformista da social-democracia alemã. Em setembro de 1933, Max Adler publicou o opúsculo *Socialismo de esquerda*,<sup>54</sup> em que confirmava mais uma vez esse modo de ser e de proceder caracteristicamente austromarxista. A estratégia alternativa por ele proposta no opúsculo – a

---

produziram uma súbita e duradoura melhora de suas condições de existência e um rápido aumento de seu nível cultural e de consciência social, oferecendo-lhe uma demonstração das potencialidades emancipatórias de uma eventual sociedade socialista e democrática.

<sup>53</sup> As principais teorias e estratégias do movimento operário contemporâneo, com as quais os dirigentes austromarxistas se confrontaram e que acompanhei nesse trabalho, a saber, o socialismo revolucionário leninista e o socialismo reformista democrático weimariano, desembocaram em resultados igualmente trágicos. Na Alemanha, a tática seguida pela social-democracia levou a classe operária a consequências parecidas às sofridas pela classe operária austríaca: seu fracasso, manifestado na vitória total de Hitler, foi ainda mais evidente e completo, pois não conheceu nem sequer o ato heroico da insurreição de fevereiro de 1934, que foi o último e desesperado gesto do austromarxismo em defesa da república. Na União Soviética, a sobrevivência da ditadura terrorista, que jamais conseguiu produzir, em termos de emancipação humana, algo parecido com a Viena Vermelha foi obtida às custas de sacrifícios gigantescos e de horrores absolutamente inaceitáveis, cometidos, como se sabe, mesmo antes da Segunda guerra mundial.

<sup>54</sup> Max ADLER, Linksozialismus. Viena, setembro 1933. Trad. It.: Max ADLER, **O socialismo de esquerda**. (Necessárias observações a propósito do reformismo e do socialismo revolucionário). In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 258-286.

qual refletia o aprofundamento austromarxista da pluralidade e do polimorfismo do processo revolucionário – era aquela da ditadura do proletariado dentro da democracia política. Apesar de repropor os maiores resultados da reflexão austromarxista dos anos 20 em uma síntese estilisticamente assaz elegante e de grande eficácia polêmica, o opúsculo adleriano carecia de adequada análise das principais transformações econômicas, políticas e sociais contemporâneas. A superação austromarxista desse limite ocorreu em 1936, quando Bauer publicou, durante seu exílio na Tchecoslováquia, o livro *Entre duas guerras mundiais?*<sup>55</sup>, em que se dedicou com sucesso à compreensão dos “problemas do socialismo internacional”. Nesse grande livro, a redefinição baueriana da estratégia do movimento operário internacional, que visava adequá-la à nova fase do capitalismo dos anos 30, fundou-se em uma atenta e brilhante análise do desenvolvimento recente da economia mundial, da política e da luta de classes. O resultado por ele encontrado foi o “socialismo integral”, compreendido como simultânea superação do “doutrinarismo comunista” e do “doutrinarismo social-democrata”, cuja contraposição travava a iniciativa política das forças socialistas, facilitando, dessa forma, a afirmação do fascismo e a aniquilação da democracia.

O opúsculo *Socialismo de Esquerda* reproduzia uma conferência proferida por Adler em janeiro de 1933, em congresso da Comunidade vienense de estudos marxistas (*Wiener Marxistischen Studien Gemeinschaft*).<sup>56</sup> Para Adler, depois de a crise econômica mundial ter provocado uma forte piora da situação econômica dos trabalhadores, a vitória do fascismo na Áustria e na Alemanha significava a perda das preciosas conquistas políticas da classe operária. Esses fatos, que tornavam absolutamente atual o socialismo revolucionário de esquerda, impunham a necessidade de uma mudança radical na velha práxis do movimento

---

<sup>55</sup> Otto Bauer, *Zwischen zwei Weltkriegen?* (Bratislávia, 1936. Trad. It: Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Turim: Einaudi, 1979.

<sup>56</sup> O opúsculo adleriano *Socialismo de Esquerda* foi, provavelmente, a maior tentativa de dar à corrente política do *Linksozialismus* um robusto embasamento teórico. A corrente do *Linksozialismus* havia surgido durante a segunda metade dos anos 20, com a fundação da revista **Der Klassenkampf** (coordenada por Paul Levi e Max Adler). Essa revista havia constituído um canal para a expressão do amplo descontentamento presente no movimento operário alemão em decorrência da débil política perseguida pela SPD no interior da coalizão durante os anos 1928 - 1930, e sucessivamente da política social-democrata de tolerância do governo Brüning de 1930 - 1932. O difuso descontentamento que perpassava o movimento operário alemão havia provocado a saída da SPD da oposição de esquerda e revolucionária, e a sucessiva fundação do Partido operário social-democrata alemão (SAPD), em outubro de 1931. As teses desenvolvidas pelo grupo de socialistas de esquerda que integravam a direção do SAPD durante os primeiros anos 30 constituíram o fundamento teórico da Plataforma pela frente única de 1934, que foi redigida em resposta ao Manifesto de Praga da SPD. A Plataforma pela frente única foi o maior resultado do *Linksozialismus*: nos anos seguintes, a dissidência socialista de esquerda da social-democracia alemã foi reabsorvida pelo SPD. A propósito do conteúdo teórico-programático, dos valores e dos limites do ‘Prager Manifest’, publicado em 1934 pela Revista para o socialismo (*Zeitschrift für Sozialismus*), que era o órgão da social-democracia alemã em exílio, bem como da ‘Plattform’ dos socialistas revolucionários alemães, cuja sede também havia sido fixada na Tchecoslováquia, de onde coordenavam a ação de vários grupos de oposição ao regime hitleriano que operavam em Paris, Amsterdã, Londres e na Suíça, ver: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 99-103.

operário. Para que essa mudança pudesse ocorrer, era necessário apontar os equívocos teóricos e estratégicos que ocorriam tanto no socialismo reformista quanto no bolchevismo revolucionário, e que tinham sido responsáveis, na visão de Adler, pela passividade política do movimento operário internacional.

Segundo Adler, o bolchevismo era apenas uma forma histórico-específica do movimento operário revolucionário, e não, como sustentavam os comunistas, a única forma. Tal forma histórica se enraizava nas específicas condições russas da luta de classes, e era válida apenas na Rússia. Como as vias ao socialismo eram várias – refletindo diversas táticas, cada uma delas adequada às diferentes condições de luta da classe operária dos diversos países – o *Comintern* errava ao querer impor sua tática a todos os socialistas revolucionários.

A tática do *Comintern* teria facilitado a ascensão política do fascismo na Europa central. Os bolcheviques não estariam mais interessados em promover a revolução mundial. Agora, sua política destinava-se exclusivamente a proteger a construção do poder soviético na Rússia. Todas as decisões do *Comintern* eram tomadas com esse fim, e vinculavam a ele os partidos comunistas ocidentais. Por sua vez, estes últimos não agiam autonomamente, e preferiam depender de ordens que vinham de Moscou. O resultado seria, nas conclusões de Adler, a passividade política dos comunistas ocidentais, que ficavam alheios à luta de classes que estava definindo o destino de seus países.

A derrota da classe operária na Europa central exigiria que o pertencimento político-partidário fosse deixado em segundo plano, enquanto o interesse revolucionário deveria ter tomado a dianteira. O objetivo comum era a criação de uma “frente única” do proletariado revolucionário de cunho pluralista. Os comunistas, entretanto, não estavam dispostos a isso. Para eles, o que importava não era a unificação do proletariado, mas a hegemonia de suas organizações dentro do movimento operário-revolucionário: a frente única por eles concebida era necessariamente comunista, e não pluralista, o que enfraqueceria fatalmente a iniciativa do movimento operário, pois exigiria dos demais movimentos o abandono de suas posições. A superação da divisão do movimento operário, portanto, somente se viabilizaria se houvesse uma mudança radical das atitudes dos comunistas, que deveriam aceitar a aliança com movimentos e partidos que operassem com táticas distintas das suas.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Cfr. Max ADLER, O socialismo de esquerda. (Necessárias observações a propósito do reformismo e do socialismo revolucionário). In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 269 – 273.

Ainda segundo Adler, a retomada da iniciativa política do movimento operário internacional exigia também cuidadoso exame crítico das teorias do socialismo reformista, que haviam sido levadas adiante nos últimos anos principalmente por Hilferding e Renner. O reformismo havia surgido da revisão das principais teses de Marx: do irreduzível antagonismo de classe, do Estado como domínio de classe e da ditadura do proletariado como meio necessário para a transição ao socialismo. Assim, seus expoentes sustentavam que a democracia, com o tempo, teria corroído o antagonismo de classe, e instituído uma relação de antítese entre elas. Eles afirmavam ademais que, no estado democrático, o parlamento permitiria alcançar persistentemente um compromisso entre as forças em luta, e que, portanto, não havia domínio político de classe. E, finalmente, destacavam que o governo de coalizão com os partidos burgueses permitiria uma transição pacífica e evolutiva ao socialismo. A própria realidade havia mostrado a falha dessa concepção: a crise econômica mundial e o advento do fascismo “fizeram miseravelmente estourar as enganadoras bolhas de sabão do neorrevisionismo”.<sup>58</sup>

A trágica derrota do movimento operário, refletida na vitória do fascismo na Europa central, demonstrava claramente a fragilidade das “ilusões democráticas” do reformismo, que tinham sido fundadas numa avaliação excessivamente otimista da democracia política como fator de progressiva “civilização” da luta de classes. Ao fascismo, surgido no seio da sociedade burguesa, o movimento operário revolucionário deveria responder com uma “mudança de função histórica da democracia”. O fascismo conseguia vencer porque a classe dominante se dispunha a abandonar a democracia: no momento em que já a maioria da população tinha sentimentos anticapitalistas, a burguesia se tornava antidemocrática para salvar o capitalismo. Como as massas seguiam o fascismo porque lhes prometia derrubar a democracia política, que as havia desiludido, a estratégia do movimento operário, que sempre havia lutado pela democracia, não podia mais se reduzir a um mero apelo aos valores da liberal-democracia. Como resposta ao fascismo, o movimento operário devia propor uma nova forma democrática de sociedade, que, mediante a progressiva introdução de elementos de “democracia social”, superasse gradativamente, graças ao

---

<sup>58</sup> Max ADLER, O socialismo de esquerda. (Necessárias observações a propósito do reformismo e do socialismo revolucionário). *In*: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 276.

exercício democrático da ditadura do proletariado, os limites do mero parlamentarismo, e se constituísse finalmente como “democracia proletária”.<sup>59</sup>

Na opinião de Adler, nem sequer Otto Bauer havia permanecido totalmente isento das “ilusões democráticas” do reformismo, tendo às vezes demonstrado certa inclinação ao abandono da defesa da ditadura do proletariado e à assunção de uma estratégia de compromisso. Na realidade – como já destaquei acima – nos anos anteriores, Bauer havia levado repetidas vezes o SDAPÖ a recusar o convite de participar de governos de coalizão em condição de minoria: de fato, sua posição teórica não havia sido e nem era substancialmente diferente daquela adleriana. Como Adler, também ele criticava duramente o parlamentarismo kelseniano,<sup>60</sup> e rejeitava decididamente a opinião segundo a qual a democracia era um terreno capaz de esgotar totalmente a luta de classes. Em contraste com ele, porém, Bauer afirmava que, na luta contra o fascismo, seria pouco proveitoso insistir na proposta da “ditadura do proletariado”, embora isso fosse correto do ponto de vista filológico, uma vez que, com exceção de uns poucos “doutos marxistas”, aquela expressão indicava a todos o modelo de Estado adotado na Rússia pelos bolcheviques.<sup>61</sup> E defendia, conseqüentemente, a necessidade de insistir pragmaticamente no caráter democrático da estratégia do movimento operário, mais propício à unificação das heterogêneas forças antifascistas em uma frente única.

Embora o opúsculo *Linksozialismus* encontrasse sua força na afirmação da necessidade de urgente mudança nas práticas políticas do movimento operário internacional – e, ao mesmo tempo, na indicação da frente única e da mudança de função da democracia como sendo os eixos de sua nova estratégia de luta – era visível seu limite ao analisar equivocadamente a crise econômica mundial e interpretar de modo unilateralmente classista as transformações sociais subjacentes ao fascismo.

Segundo Adler, o aspecto crucial das transformações sociais daqueles anos havia sido a “proletarização das camadas médias”. As camadas médias proletarizadas tinham aderido ao fascismo, que lhes havia prometido derrubar a democracia meramente política. Mas o fascismo enganava as camadas médias utilizando uma falsa retórica socialista,

---

<sup>59</sup> Cfr. Max ADLER, O socialismo de esquerda. (Necessárias observações a propósito do reformismo e do socialismo revolucionário). In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 281 e seguintes.

<sup>60</sup> No capítulo dedicado ao debate austromarxista, tentei mostrar como a evolução da posição baueriana levasse a conclusões divergentes com respeito à trajetória revisionista, protagonizada por Bernstein, Kelsen, Renner e finalmente também Hilferding.

<sup>61</sup> Cfr. O. Bauer, O fascismo alemão e a Internacional (Der deutsche Faschismus und die Internationale), «Der Kampf», Jg. XXVI, 1933. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, p. 105.

aproveitando, desta forma, o justo anseio dessas classes por derrubar o capitalismo. Uma vez desvendado o engano fascista, as camadas médias teriam certamente se aliado ao proletariado, com o qual tinham em comum a inclinação anticapitalista. E a aliança de camadas médias e proletariado teria possibilitado a mudança de função histórica da democracia.<sup>62</sup> Se – por um lado – intrinsecamente, no que se refere apenas ao aspecto classista das multifacetadas transformações sociais da época, a interpretação adleriana era, sob muitos aspectos, certa, por outro ficava nela latente a percepção da novidade dos elementos que operavam decisivamente na conjuntura dos anos 30 e, especialmente, o caráter de movimento de massa do fascismo.

No que se refere à análise da crise econômica mundial, alguns anos antes da publicação do opúsculo *Linksozialismus*, em debate sobre o socialismo de esquerda na Alemanha, Adler havia abraçado a tese da crise geral do capitalismo, cuja decadência seria irreversível. Em sua contribuição à coletânea *A crise do capitalismo e as tarefas da classe operária* (*Die Krise des Kapitalismus und die Aufgaben der Arbeiterklasse*) – que inaugurava em 1931 a série dos «Rote Bücher», editada pelo grupo de «Klassenkampf» –, Adler tinha sido o único a perceber na crise de 1929 uma situação sem saída para o capitalismo: “Torna-se cada vez mais evidente – tinha escrito – que o capitalismo entrou em uma estrada sem saída, uma vez que não pode eliminar com seus próprios meios essa contradição do sistema (...) e que essa crise mundial representa a fase final do sistema capitalista. O desenvolvimento capitalista levou a sociedade para uma situação (...) da qual não é mais possível sair com métodos capitalistas”.<sup>63</sup> Essa tese adleriana – que surgia de uma interpretação rigidamente economicista, de cunho subconsumista, segundo a qual a capacidade produtiva social havia irremediavelmente superado a capacidade de consumo social – mostrou-se, entretanto, equivocada. A sociedade capitalista soube se transformar profundamente e, assim, encontrou os meios econômicos, políticos, culturais e sociais para voltar a florescer, embora sem nunca superar suas contradições intrínsecas.

Esses limites da análise adleriana foram superados por Bauer no livro *Entre duas guerras mundiais?*, significativamente dedicado pelo autor “aos socialistas revolucionários austríacos”. Nessa obra, Bauer tentou solucionar as dificuldades táticas em que se encontrava o movimento operário – apontadas alguns anos antes pelo socialismo de esquerda – mediante

---

<sup>62</sup> Cfr. Max ADLER, O socialismo de esquerda. (Necessárias observações a propósito do reformismo e do socialismo revolucionário). In: MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, pp. 283.

<sup>63</sup> MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, p. 106.

a definição de uma estratégia fundada na atenta análise da “crise da economia mundial”, da “crise da democracia” e da “crise do socialismo”, que em seu conjunto definiam a fisionomia dos anos 30. Tal análise foi o resultado de uma longa pesquisa dedicada ao estudo das transformações políticas e econômicas da Rússia soviética e do capitalismo no período pós-bélico, iniciada por Bauer logo após o desencadeamento da crise econômica de 1929.<sup>64</sup> Aquela pesquisa permitiu a Bauer compreender que profundas mudanças sociais – cujos principais sintomas foram a consolidação da União Soviética e a vitória do fascismo na Europa Central – estavam transformando profundamente o quadro histórico da época.<sup>65</sup> Também lhe permitiu concluir que a nova situação mundial dos anos 30 exigia uma “política unificada” do movimento operário, que viabilizasse a superação da “cisão do proletariado mundial” (provocada pela “guerra mundial e suas repercussões”) a partir da “concepção do socialismo integral”.<sup>66</sup>

O primeiro tema importante do livro *Entre duas guerras mundiais?* é a análise crítica do desenvolvimento da União Soviética, sobre a qual o autor fundava a exigência de uma mudança teórica e estratégica para o movimento operário revolucionário. Segundo Bauer, em meados dos anos 30, a base econômica da União Soviética tinha caráter predominantemente socialista, e não mais capitalista. A grande transformação da economia soviética tinha começado com o “primeiro plano quinquenal, no ano econômico 1928 – 1929”. Em poucos anos, a União Soviética, impondo à sua população “sacrifícios indizíveis”, tinha conseguido construir uma poderosa indústria nacionalizada e coletivizar a agricultura. O sucesso do “grande processo de industrialização e de coletivização” era considerável: a União Soviética havia se tornado “independente da importação de meios de produção do exterior”, havia fornecido “à Armada Vermelha a necessária base industrial” e estava começando a desenvolver “as indústrias de bens de consumo”. Graças à construção de uma economia de

---

<sup>64</sup> A pesquisa concernente ao desenvolvimento do capitalismo e do socialismo depois da guerra mundial, sobre a qual Bauer se havia debruçado desde 1929, havia resultado inicialmente na publicação, na primavera de 1931, do primeiro volume de uma obra que deveria ter sido completada sucessivamente. (OTTO BAUER, *Kapitalismus und Sozialismus nach dem Weltkrieg*, vol. I: *Rationalisierung und Fehlrationalisierung*, Wien 1931). A vitória do fascismo impediu a Bauer de terminar o segundo volume dessa obra, e assim completá-la segundo a estrutura originalmente projetada. O manuscrito, cuja elaboração já se encontrava num estágio avançado, foi sequestrado em 1934 pela polícia austríaca, que nunca o devolveu ao autor. Mesmo assim, em seu exílio na Tchecoslováquia, Bauer decidiu expor em forma mais restrita, em um só volume, os aspectos mais importantes da obra projetada inicialmente: o resultado desse trabalho foi a publicação, em 1936, do livro *Entre duas guerras mundiais?*

<sup>65</sup> A tal propósito, já no início do livro, Bauer destacava que: “A construção do socialismo na União Soviética foi mais completa com respeito àquilo que havia previsto em 1931. Na Europa central, a democracia foi suplantada pelo fascismo. Seríamos mesmo cegos perante aos fatos históricos, se esses dois grandes eventos não influenciassem nossa concepção da via ao socialismo. Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Turim: Einaudi, 1979, p. 5.

<sup>66</sup> Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, p. 292.

cunho socialista, em poucos anos a União Soviética tinha conseguido elevar consideravelmente o nível de civilização de sua população.<sup>67</sup>

A União Soviética (segue a análise de Bauer) era uma sociedade socialista em construção. Lá, uma parte considerável do processo de transformação da “sociedade capitalista” em “sociedade socialista” já havia sido realizada. “A propriedade privada dos meios de produção e de circulação não existia mais. Na cidade e no campo, os meios de circulação e de produção eram agora propriedade social. A burguesia não existia mais, e as condições sociais de existência dos operários e dos camponeses tinha se aproximado sensivelmente. A anarquia do modo capitalista de produção havia sido superada, e suas leis não operavam mais. Em seu lugar se sucedera a consciente estruturação da produção, da distribuição e do uso do produto do trabalho segundo um plano social. Em suma, a União Soviética já havia desenvolvido “os fundamentos econômicos de uma sociedade socialista” e continuava a desenvolvê-los “com um ritmo febril”. Apesar disso, a “transição ao socialismo” permanecia incompleta. Ainda era preciso “adequar a superestrutura social à estrutura econômica transformada” e em constante metamorfose.<sup>68</sup>

A grande transformação da economia soviética havia sido realizada pela ditadura terrorista e burocrática de Stalin. Aquela ditadura havia sido o instrumento historicamente necessário para a realização da economia socialista. Em regime democrático – sem a suspensão das liberdades individuais, da luta dos partidos para a conquista do eleitorado e das eleições periódicas – não teria sido possível subtrair à burguesia o poder e a liberdade, obrigar o campesinato a aceitar a coletivização das terras e nem impor aos operários os pesados sacrifícios exigidos pelo processo de transformação. Sem a ditadura terrorista e burocrática, “o grandioso processo de transformação social” que se via na União Soviética não teria sequer começado. Contudo, “no estágio de desenvolvimento” que a União Soviética estava rapidamente alcançando, a ditadura “teria se tornado um obstáculo à plenitude de tal desenvolvimento”. Em outros termos: a extrema concentração de poder político que, na primeira etapa, havia sido necessária para dar o primeiro passo rumo ao socialismo, num segundo momento teria produzido a estagnação do desenvolvimento da União Soviética. Essa dificuldade poderia e deveria ser superada pela democratização do exercício do poder político

---

<sup>67</sup> Cfr. Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, pp. 142-147.

<sup>68</sup> *Ibid.* Citado, pp. 151-152.

e econômico do “sistema soviético”, atingível com a “democratização tanto da Constituição estatal da União Soviética quanto da constituição empresarial de suas unidades produtivas”.<sup>69</sup>

O processo de transição ao socialismo na União Soviética teria sido levado a cabo só se a “ditadura”, que o havia iniciado e mantido em marcha, tivesse sido liquidada e substituída por uma “democracia socialista”, que, “sobre a base da garantia dos direitos individuais, da plena liberdade espiritual, da direta e coletiva autodeterminação, tivesse feito das massas populares as protagonistas desse processo no campo do trabalho, da vida e da cultura”. O sucesso do processo de transição, que seria inevitavelmente gradual, teria encorajado os movimentos socialistas e fortalecido a confiança no socialismo em nível mundial. “Mas, exatamente porque na concepção histórica de um socialismo integral de nosso tempo o desenvolvimento vitorioso da União Soviética deve assumir uma função tão importante; exatamente porque estamos convencidos que a perspectiva das lutas da classe operária de todo o mundo não pode receber um impulso mais eficaz se não de seu desenvolvimento interno, nós não devemos somente orientar a classe operária internacional em defesa da União Soviética, mas temos também que tentar influenciar essa evolução” democrática de seu sistema social.<sup>70</sup>

A realização plena do socialismo na União Soviética não dependia apenas de fatores internos, inerentes, sobretudo, à dificuldade de elevar o nível material e cultural das massas populares e assim imbuir nelas o desejo de decidir autonomamente seu destino. Tal realização dependia também da capacidade do movimento operário internacional de vencer o fascismo do mundo capitalista, que estava preparando uma nova guerra mundial. Uma eventual derrota da União Soviética na guerra teria provocado certamente o fim imediato da construção do socialismo naquele país, bem como a entrega de seu vasto território nas mãos das forças reacionárias e contrarrevolucionárias. O movimento operário internacional, portanto, deveria superar imediatamente as divisões e contraposições doutrinárias do passado, e se reunir numa “frente única” de cunho pluralista contra o fascismo e a guerra iminente.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> *Cfr.* Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, pp. 152-155.

<sup>70</sup> *Ibid.* Citado, p. 304.

<sup>71</sup> A propósito da urgência de uma Frente única de cunho pluralista, Bauer escrevia que: “Há países nos quais existe a possibilidade de uma luta vitoriosa no interior da ordem social capitalista, e portanto se afirmam novamente e se fortalecem todas as ideologias reformistas. Há, ao contrário, outros nos quais a impossibilidade econômica e política de conduzir com sucesso as lutas no âmbito da sociedade capitalista leva a classe operária à revolução contra a ordem estatal e social dominante. O conflito entre o movimento operário reformista e o socialismo revolucionário, por conseguinte, perdura, e perdurará ainda. Mas a necessidade de unificar as forças da classe operária para a luta contra o fascismo e contra a guerra, (...), impõe a todas as forças válidas da classe operária, não obstante todas as diferenças existentes em suas condições de luta, (...), de se aceitar reciprocamente e de se aliar. (Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, p. 296).

Mas se, mesmo assim, a guerra tivesse eclodido, as tarefas convergentes do socialismo revolucionário internacional seriam “Na União Soviética, apoio absoluto e incondicionado à defesa do Estado revolucionário! Na Alemanha hitleriana e em todos os Estados aliados a ela, em todos os Estados que combatem contra a União Soviética, revolução contra a guerra! Nos países que lutam contra a Alemanha hitleriana, nos países aliados com a União Soviética, apoio à condução da guerra até o momento em que isso for necessário para defender a União Soviética e para derrotar a Alemanha hitleriana, mas não apoio ao serviço da burguesia. Será preciso, ao contrário, aproveitar com decisão e força de vontade as vicissitudes bélicas para subtrair à burguesia a condução da guerra enquanto a mesma durar, para conquistar o poder para o proletariado, para impor à guerra os objetivos do proletariado!”<sup>72</sup>

Além do estudo crítico das transformações econômicas e políticas em curso na União Soviética, outro tema relevante que perpassa o livro de Bauer é a análise crítica do capitalismo dos anos 30, que se articulava não apenas com a denúncia dos limites da teoria e das práticas políticas do movimento operário reformista, que haviam contribuído à vitória do fascismo, mas também com a definição de um horizonte de renovação estratégica da social-democracia. A reconstrução histórica do desenvolvimento do capitalismo dos anos 30, feita pelo autor a partir da ideia de que “... as oscilações da conjuntura econômica dominam o desenvolvimento social e político”,<sup>73</sup> iniciava-se pelo cuidadoso estudo da crise econômica mundial de 1929 - 1932. Segundo Bauer, a crise econômica mundial não era apenas uma “crise cíclica e periódica” provocada pelas “contradições internas do modo de produção capitalista”, como sustentavam os teóricos do socialismo reformista, como Hilferding. Não obstante marcasse o início de um período de prolongada depressão econômica, a crise econômica de 1929 – 1931 também não era a crise final do capitalismo mundial, como defendiam os economistas da Internacional Comunista (por exemplo, Varga) e os expoentes do *Linksozialismus*.<sup>74</sup> Na realidade, a crise econômica mundial havia desencadeado uma grande transformação social do capitalismo, iniciando a “passagem do liberalismo ao neomercantilismo de nosso tempo”.<sup>75</sup>

Do ponto de vista sociológico-econômico, o processo de transformação social, desencadeado pela crise econômica de 1929, havia significado o fim do “capitalismo liberal da livre concorrência” e o começo do “capitalismo monopolístico burocraticamente dirigido”,

---

<sup>72</sup> Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, p. 310.

<sup>73</sup> *Ibid.* Citado, p. 15.

<sup>74</sup> *Ibid.* Citado, p. 16.

<sup>75</sup> *Ibid.* Citado, p. 72.

que era uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo. A nova forma de organização do capitalismo, que o autor definia como “economia dirigida”, se caracterizava pela “regulamentação burocrática da economia”. A nova “economia dirigida” não eliminava a propriedade privada dos meios de produção concentrada nas mãos dos capitalistas, mas servia, ao contrário, a seus interesses. O Estado continuava deixando que os “carteis” regulassem a produção industrial: Roosevelt removeu obstáculos legais à sua formação, e, indo além, passou a impor a entrada neles dos *outsiders* (empresas que não pertenciam aos carteis) quando estes lhe opunham resistência (*Codes* de Roosevelt); idêntico fenômeno ocorreu em alguns Estados europeus, com as leis de cartelização obrigatória. O setor agrícola, ao contrário, tinha capacidade auto-organizativa menor que a da indústria: nele, portanto, o Estado intervinha maciçamente “e, com suas prescrições”, desempenhava diretamente a função regulatória. O Estado subordinava “o comércio exterior ao seu controle”, e substituíva o mercado na “regulamentação dos preços” e na “fixação dos salários”. Ao mesmo tempo, o Estado tinha começado a utilizar diretamente a “força de trabalho inativa das massas desempregadas”, e a “dispor do capital deixado inutilizado pela crise”. Não obstante esses traços da mudança fossem gerais, o novo modelo de “dirigismo burocrático da economia” não se desenvolvia uniformemente nos diferentes países. Em contraste com a transformação social dos países democráticos, nas sociedades fascistas o “dirigismo burocrático da economia” se estava transformando rapidamente “em economia de guerra”.<sup>76</sup>

No terreno político, a crise econômica mundial, provocando a explosão das graves tensões sociais engendradas pela guerra – que tinham permanecido temporariamente latentes durante o período de prosperidade resultante do processo de racionalização dos anos 1923 – 1929 – havia feito “vacilar a democracia política”. Durante a crise, a “pequena burguesia e o campesinato”, empobrecidos e desesperados, haviam se afastado de seus partidos de massa, graças aos quais a classe dominante tinha, até então, exercido seu poder. Nas “massas operárias”, precipitadas na miséria em decorrência do desemprego prolongado, haviam se reacendido os sentimentos revolucionários, em detrimento daqueles reformistas. Ademais, “a classe capitalista”, afetada pelo súbito desabamento dos preços e dos lucros, havia abandonado a estratégia – de realizar compromissos e de fazer concessões – que, sob o regime democrático, havia lhe permitido manter a tradicional posição de domínio. E, onde não

---

<sup>76</sup> *Cfr.* Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, pp. 61-72.

consequira reestabelecer seus lucros com os meios da democracia, havia passado ao fascismo.<sup>77</sup>

Num contexto político de crise geral da democracia política, o fascismo, onde havia vencido, havia sido a consequência da luta de classes, e não o resultado necessário da crise econômica mundial.<sup>78</sup> O fascismo se impunha, no quadro das transformações socioeconômicas desencadeadas pela crise econômica mundial, nos países em que a classe capitalista, por um lado, não conseguia mais conservar seu domínio através dos “sistemas ideológicos” e, por outro, conseguia conservar seu domínio e realizar seus interesses somente empregando uma “espantosa violência” que, uma vez tendo tomado o poder, se tornava independente da “vontade popular”. O fascismo substituía a democracia nos países em que a classe capitalista não conseguia mais dominar através de “concessões econômicas” às classes subalternas, mas apenas “eliminando todos os direitos e as liberdades individuais”, arrancando da população seu direito à autodeterminação e subtraindo das classes populares a própria possibilidade de defender seus interesses. Em suma: a democracia era derrotada pelo fascismo nos países em que a classe capitalista não era mais capaz de “dominar através da vontade do povo”, e impunha seu domínio instituindo um “sistema de ilimitada violência sobre o povo”.<sup>79</sup> A nova fase de desenvolvimento do capitalismo, portanto, não levava necessariamente à vitória do fascismo e à derrota da democracia – como, aliás, se demonstrava pela sobrevivência da democracia política nos países de capitalismo avançado e de mais longa tradição democrática.

Nos países onde derrotara a democracia, a “ditadura fascista” havia surgido de um “específico equilíbrio das forças de classe”, caracterizado pela “debilidade de ambas as classes”. Durante o período de equilíbrio, a “burguesia” tinha dominado não apenas os meios de produção, mas também o poder estatal. Todavia, as instituições democráticas tinham impedido à burguesia o uso ilimitado dos meios necessários para o reestabelecimento de seus lucros, que a crise econômica havia corroído. Não obstante tivesse sido fraca demais para

---

<sup>77</sup> Cfr. Otto BAUER, *Tra due guerre mondiali?* Citado, p. 104.

<sup>78</sup> A propósito da análise baueriana do fascismo, Marramao destaca com muita propriedade que: “Partindo de sua concepção do Estado como paralelogramo da relação de força entre as classes, ele pervém a um diagnóstico do fenômeno fascista que, centrado na relação do fascismo com a fase de desenvolvimento da formação social capitalista, evita os riscos de economicismo (ou de sociologismo) próprios das interpretações rigidamente “classistas”, acentuando a peculiaridade e novidade de sua forma política. Deste ponto de vista, a abordagem baueriana se destaca claramente do nível das interpretações do fascismo até então correntes no movimento operário internacional, seja no campo socialdemocrático seja no âmbito da IC, e encontra uma correspondência adequada apenas nas análises desenvolvidas naqueles mesmos anos por Gramsci nos ‘Quaderni del carcere’ e por Togliatti nas ‘Lezioni sul fascismo’.” (MARRAMAO, G. *Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre*. Citado, pp. 111-112).

<sup>79</sup> Cfr. Otto BAUER, *Tra due guerre mondiali?* Citado, p. 105.

derrotar o proletariado com meios legais, através da utilização do aparelho do Estado, a burguesia havia sido forte o bastante para “armar e utilizar, contra a classe operária, um exército privado ilegal e antilegal”. Do outro lado, havia agido “uma classe operária guiada pelo socialismo reformista”. Graças à considerável força de suas organizações, operando “no terreno da democracia política vigente”, o socialismo reformista havia conseguido se opor com eficácia à compressão salarial e ao aumento da taxa de exploração, tornando-se um “obstáculo à deflação”. Entretanto, o socialismo reformista – tendo optado pela democracia como seu terreno de luta e participado da democracia política – era visto pelas massas pequeno-burguesas, camponesas e operárias como um “partido do sistema”, incapaz, portanto, de protegê-las do empobrecimento e da miséria. Nisso residia a debilidade do socialismo reformista. O resultado desse “equilíbrio das forças” ou, melhor, da “debilidade de ambas as classes” havia sido a “vitória do fascismo”.<sup>80</sup>

A vitória do fascismo havia significado um aumento da autonomia relativa do poder político em relação às classes sociais. Visando superar o impasse da situação de equilíbrio em que “nem a burguesia tinha conseguido impor ao proletariado sua vontade servindo-se dos tradicionais meios legais, nem o proletariado tinha conseguido se libertar do domínio da burguesia”<sup>81</sup>, a classe capitalista utilizara as milícias fascistas para quebrar a resistência da classe operária. Os bandos fascistas, graças à ajuda financeira da burguesia e ao apoio do poder estatal para o fornecimento de armamento e a garantia da impunidade, tinham conseguido encurrular com sucesso a classe operária, obtendo, dessa maneira, a adesão das massas pequeno-burguesas e camponesas, desiludidas com a democracia política. Tendo desse modo adquirido força própria e acumulado poder demais para continuarem a ser um simples instrumentos da burguesia, os bandos fascistas haviam decidido conquistar o poder do Estado. Diante dessa decisão, a burguesia tivera apenas duas opções: poderia destruir o exército privado fascista (que tinha financiado e armado), dando ao proletariado derrotado a possibilidade de se reorganizar, ou entregar às milícias fascistas o poder estatal. A burguesia preferiu, nesse quadro, sacrificar seus partidos e suas organizações políticas, entregar o poder do Estado e se submeter ao “absolutismo” fascista. Assim, os bandos fascistas, após terem esmagado o proletariado, expulsaram do parlamento e do governo os representantes da burguesia, destruíram também os partidos burgueses e conseguiram “impor a todas as classes do povo seu domínio violento”.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> *Cfr.* Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, pp. 120-121.

<sup>81</sup> *Ibid.* Citado, p. 121.

<sup>82</sup> *Ibid.* Citado, pp. 105-115.

Sem dúvida, em um primeiro momento, a ditadura fascista era mais autônoma que os governos democráticos em relação aos capitalistas, e o “terror fascista” ameaçava igualmente estes últimos. Mesmo dominando também sobre a classe capitalista, desde o início a ditadura fascista operou como instrumento para a realização de seus interesses e de sua vontade. Com o estabelecimento da ditadura fascista, porém, “os contrapesos”, constituídos pelos partidos de massa e pelos interesses por eles representados, que, na democracia política, haviam limitado o poder de classe da grande burguesia, “tinham caído”. Assim, sob a ditadura fascista, se, por um lado, grandes capitalistas e grandes proprietários fundiários, mediante seu inalterado poder sobre a economia nacional, tinham continuado a influenciar os ditadores, tal como tinham influenciado os governos eleitos dos regimes democráticos, por outro “as massas pequeno burguesas e camponesas”, silenciadas em decorrência da destruição de suas organizações e da supressão da liberdade de imprensa, não haviam mais conseguido “defender seus interesses”. Em suma: se em regime de democracia política toda a burguesia detivera o poder, ainda que sob a hegemonia do grande capital, sob a ditadura fascista o exercício do poder havia se restringido progressivamente ao grande capital e à grande propriedade fundiária, enquanto “a massa da pequena burguesia e do campesinato” havia se tornado “cada vez mais impotente”.<sup>83</sup>

O advento ao poder da ditadura fascista havia significado a ruptura do equilíbrio das forças de classe, que havia sido o terreno do qual brotara a rebelião fascista. A democracia política tinha garantido a todos os cidadãos o direito de eleger o poder legislativo, e com isso, exercer controle sobre a burocracia estatal. Sem dúvida, porém, na democracia política o poder social permanecera nas mãos da burguesia, porém limitado pelas organizações do proletariado. Suprimindo as eleições livres e destruindo as organizações proletárias, a ditadura fascista havia excluído completamente a classe operária do exercício do poder político. No lugar do domínio de classe de toda a burguesia, limitado pelas instituições democráticas, instaurara-se, com a vitória da “contrarrevolução fascista”, a “ditadura ilimitada dos grandes capitalistas e dos grandes proprietários fundiários”.<sup>84</sup>

Embora tenha se apoiado, durante a conquista do poder, sobre as massas pequeno-burguesas e camponesas (inspiradas por sentimentos anticapitalistas), o movimento fascista, uma vez estabelecido no poder, aproximou-se progressivamente do grande capital. Assim, depois de uma primeira fase de forte autonomia, o “fascismo” tinha cada vez mais caído sob a

---

<sup>83</sup> *Cfr.* Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, pp. 122-123.

<sup>84</sup> *Ibid.* Citado, p. 124.

“influência” da grande burguesia, precisando assim se libertar do “utópico radicalismo de seus próprios militantes”. A transformação interna do fascismo havia ocorrido na Itália, entre 1923 e 1925, quando, em decorrência de “violentas lutas”, a “livre discussão”, a “livre eleição dos dirigentes” e a formação de “livre vontade autônoma” haviam sido excluídas do partido. Na Alemanha, o mesmo processo havia ocorrido em 30 de junho de 1934, com o “massacre” das SA.<sup>85</sup>

A democracia política não surgira da iniciativa da grande burguesia, mas fora o resultado das lutas de classe dos operários, dos pequenos burgueses e dos camponeses contra os grandes capitalistas. Apesar disso, uma vez estabelecida, a democracia política tornara-se instrumento de poder da classe capitalista. As lutas ocorridas no terreno da democracia política tinham elevado o capitalismo a um superior nível técnico, social e cultural, tinham transformado os partidos pequeno burgueses – que se haviam consolidado, na luta contra a grande burguesia, em instrumentos de dominação dos capitalistas – e tinham eliminado os sentimentos revolucionários das massas operárias, tornando-as predominantemente reformistas. Do mesmo modo, também a ditadura fascista, no começo, não fora desejada pela classe dos grandes capitalistas. Um movimento plebeu e rebelde, inspirado por sentimentos anticapitalistas, tinha conseguido, em decorrência dos terremotos econômicos e sociais do pós-guerra, obter o apoio das massas pequeno-burguesas e camponesas, empobrecidas e permeadas por sentimentos anticapitalistas. Inicialmente, a grande burguesia tinha utilizado aquele movimento político em função antioperária, embora não tivesse qualquer intenção de lhe entregar o poder. Depois, porém, lhe havia permitido, não sem resistências e preocupações, tomar o poder estatal. A rebelião pequeno-burguesa, guiada pelos bandos fascistas, tinha então destruído a democracia e privado do poder as massas populares, enquanto o poder econômico e também a influência ideológica e política do grande capital e da grande propriedade fundiária haviam permanecido intactos. O resultado final da rebelião plebeia e anticapitalista das massas pequeno-burguesas e camponesas foi a “ditadura absoluta do grande capital e da grande propriedade fundiária”.<sup>86</sup>

Não obstante o grande capital exercesse seu domínio através da ditadura fascista, a “classe dominante”, tal como antes, não se identificava com a “casta governante”. À época do Estado liberal, em muitos países, a classe capitalista dominante havia confiado o cuidado das vicissitudes políticas aos grupos parlamentares liberais da nobreza fundiária devotada à

---

<sup>85</sup> Cfr. Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, pp. 123-124.

<sup>86</sup> *Ibid.* Citado, pp. 124-125.

carreira administrativa. Sob a democracia política, a classe capitalista havia dominado através da classe governante dos políticos de profissão, pertencentes aos partidos burgueses de massa. No regime fascista, “o grande capital e a grande propriedade fundiária” exerciam “sua ditadura” utilizando a “casta governante fascista”. Como no Estado liberal e naquele democrático, também no âmbito do Estado fascista se verificavam, por vezes, “tensões” e “conflitos” entre a classe dominante e a classe governante. Não obstante tivessem sido mais exacerbados durante o início da ditadura fascista e, sucessivamente, tivessem sido mitigados à medida que o fascismo derrotava o utópico radicalismo pequeno-burguês existente em suas fileiras, tais “conflitos” e “tensões” ressurgiam continuamente. A “economia dirigida”, surgida da crise econômica e ulteriormente desenvolvida pelo fascismo, obrigava a ditadura fascista a tomar decisões econômicas lesivas aos interesses desse ou daquele setor da classe capitalista dominante, criando assim um “conflito permanente entre a casta fascista no governo e determinados grupos da classe capitalista dominante”.<sup>87</sup>

A “base social da ditadura fascista” se restringia então, vagarosamente, mas inexoravelmente, após a primeira fase, em que havia conseguido não apenas “reunir ao seu redor a classe capitalista como um todo”, mas também obter o consenso de “amplas massas populares”, organizando-as com uma eficácia desconhecida à democracia política. A “ditadura fascista”, por essência “nacionalista” e “militarista”, perdia progressivamente sua “base social” porque utilizava intensivamente a “economia dirigida” para preparar a “guerra”. Na implementação de sua política exterior “agressiva”, a ditadura fascista, além de impor grandes sacrifícios às “massas populares”, entrava em “conflito com poderosos interesses capitalistas”. Assim, “amplos setores da classe capitalista dominante” passavam a integrar a “oposição” contra a ditadura da casta fascista ao governo. E a “ditadura do capital”, exercida pela casta dominante, se reduzia à “ditadura da fração militarista da classe capitalista”.<sup>88</sup>

A “grande onda do fascismo”, que havia atingido a Europa em decorrência da crise econômica mundial, tinha alcançado seu clímax durante os anos 1933 - 1934. A “experiência do fascismo” não apenas destruíra definitivamente “a ilusão do socialismo reformista”, mas também provocara uma crise irreversível da democracia política.<sup>89</sup> Em sua luta contra o fascismo, portanto, o movimento operário devia seguir uma estratégia de tipo

---

<sup>87</sup> Cfr. Otto BAUER, *Tra due guerre mondiali?* Citado, pp. 125-126.

<sup>88</sup> *Ibid.* Citado, pp. 126-128.

<sup>89</sup> *Ibid.* Citado, pp. 132-133.

novo, funcional à transição gradual ao socialismo democrático.<sup>90</sup> A renovação estratégica exigia, do movimento operário, a capacidade de superar os dois “doutrinarismos” que tinham dividido a classe operária internacional desde a guerra, provocando a “crise do socialismo”. Distanciando-se dos “doutrinários do socialismo democrático”, o movimento operário deveria compreender que era errado contrapor democracia e ditadura do proletariado como antíteses “inconciliáveis entre si”.<sup>91</sup> Afastando-se igualmente do “doutrinarismo comunista”, o movimento operário deveria negar o valor da tese segundo a qual o domínio político da classe operária e a sua direção do processo social precisavam assumir a forma da ditadura soviética, ou seja, ocorrer sempre segundo um único modelo institucional. O movimento operário teria deixado para trás o “doutrinarismo comunista” e o “doutrinarismo social-democrata”, cuja contraposição estorvava a iniciativa política das forças socialistas, assumindo a estratégia do “socialismo integral”. Na perspectiva do socialismo integral, a “transformação” gradual da sociedade capitalista em sociedade socialista exigiria a conquista do poder estatal pela classe operária, ou seja, a “ditadura do proletariado”. As “formas” da ditadura do proletariado refletiriam as “circunstâncias históricas” nas quais a classe operária conquistaria o poder estatal. Nos países capitalistas avançados, a ditadura do proletariado podia e devia tomar a forma de uma “democracia em uma situação revolucionária”, ou seja, de uma “democracia” caracterizada por forte e constante “pressão de massas populares revolucionárias”.<sup>92</sup> Nos países onde o fascismo havia vencido, pois, a “luta pela democracia” era a tarefa mais urgente que o movimento operário devia enfrentar.<sup>93</sup>

A característica mais importante de *Entre duas guerras mundiais?* ainda era a crítica ao doutrinarismo marxista. Contra o doutrinarismo que mantinha rigidamente contrapostos o socialismo revolucionário e o movimento operário reformista, Bauer propunha o “socialismo integral”, no qual se manifestava uma concepção assaz complexa de transição ao socialismo. Na perspectiva do socialismo integral, a vitória do socialismo – em uma década de grandes transformações, que marchava firme em direção a uma nova guerra

---

<sup>90</sup> Refletindo acerca da estratégia de luta do proletariado adequada à nova fase histórica, Bauer, em forte polémica com a concepção defendida pelo socialismo reformista e democrático, destacava significativamente, referindo-se aos anos 20, que: “Karl Kautsky, que antes da guerra fora o mais ilustre expoente do socialismo revolucionário, havia contraposto agora à tese marxista, segundo a qual entre a sociedade capitalista e aquela socialista teria existido um período de transição durante o qual o Estado não poderia ter sido outra coisa se não a ditadura do proletariado, a tese segundo a qual entre a sociedade capitalista e aquela socialista teria existido um período de transição no qual o governo, via de regra, teria sido um governo de coalizão entre partidos burgueses e proletários”. (Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, p. 239).

<sup>91</sup> Cfr. Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, p. 193.

<sup>92</sup> A tal propósito, Bauer lembra justamente que: “foi exatamente desse modo que Marx e Engels conceberam a ditadura do proletariado. (Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, p. 193).

<sup>93</sup> Cfr. Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Citado, pp. 193-195.

mundial – dependia da capacidade da classe operária internacional de combinar, de um lado, socialização e democracia, e, do outro, reformismo e revolução. Nesse sentido, o último livro de Bauer não apenas se inseria perfeitamente na nova fase histórica dos anos 30, mas também expressava uma evidente continuidade com aquela visão complexa e antideterminista da política do movimento operário que sempre tinha animado seus trabalhos.

Essa última grande obra de Bauer seguia ao pé da letra a inspiração originária do austromarxismo. A proposta baueriana de superação da “crise do socialismo” dos anos 30 remetia diretamente à resposta que, no começo do século, o grupo austromarxista havia dado à crise do marxismo desencadeada pelo revisionismo bernsteiniano. Desde o início, os expoentes do austromarxismo haviam decidido trabalhar para uma refundação antidogmática do materialismo histórico, visando possibilitar a elaboração de uma política da classe operária de cunho científico. Percorrendo mais uma vez esse mesmo caminho, Bauer, guiando-se por cuidadosa análise crítica da teoria e da práxis até então seguidas pelo movimento operário europeu, indicava no socialismo integral o meio para a superação do “doutrinarismo social-democrata” e do “doutrinarismo comunista”, cuja contraposição impedia a unificação das forças socialistas, em detrimento da democracia e do desenvolvimento social.

Como, ainda hoje, a contraposição entre o doutrinarismo comunista e aquele social-democrata frequentemente trava não apenas o debate estratégico dentro das forças progressistas – fomentando nelas, a todo o momento, contraposições sectárias – mas também (e conseqüentemente) o avanço do desenvolvimento ocidental rumo a uma sociedade mais justa e livre, o austromarxismo, constituindo um terceiro caminho entre o socialismo revolucionário e o movimento reformista, deveria ser fonte de inspiração teórica e prática para aqueles que se interessam pela compreensão da origem dos problemas de nosso tempo e buscam soluções modernas para eles. Nesse sentido, o austromarxismo nos deixou um precioso legado: abordagem, mentalidade e conjunto de instrumentos conceituais próprios que me parecem muito úteis tanto para a adequada compreensão da forma atual da sociedade e da luta de classes quanto para a superação da atual crise da democracia política, através da intensificação da dimensão democrática das fontes do poder social.

## Capítulo 7

### **Além do austromarxismo: a contribuição de Karl Polanyi**

O austromarxismo – tendo-se desenvolvido como tentativa de traçado de um terceiro caminho entre o modelo soviético do leninismo e a democracia reformista weimariana – foi, no período situado entre as duas guerras mundiais, a vertente austríaca e o núcleo mais importante de uma ampla corrente de pensamento democrático-socialista, à qual pertenceram intelectuais europeus de diferentes países. Dentre eles, o mais célebre foi Karl Polanyi, que, a partir dos anos 20, compartilhou, com a tendência austromarxista de Bauer e Adler, a ideia de que a superação do capitalismo deveria conduzir à liberdade plena dos indivíduos em sociedade. Assim como para os austromarxistas, para ele o problema da organização social da economia deveria ter sido posto como problema político. Uma vez subtraída ao domínio capitalista e à racionalidade de mercado, a atividade econômica deveria ser constantemente organizada por indivíduos livres e responsáveis, em instituições democráticas.

Como afirma Kari Polanyi-Levitt, tendo sido Karl Polanyi um acadêmico não convencional, passional em sua vocação, o conhecimento de sua vida mostra-se imprescindível para a melhor compreensão de sua obra.<sup>1</sup>

Polanyi chegou a Viena em meados de 1919 para se submeter a uma cirurgia, após participar da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1917, como oficial da cavalaria do exército austro-húngaro. Decidiu demorar-se mais que o previsto na capital da recém-nascida república austríaca quando, em agosto do mesmo ano (após rápida sucessão de uma revolução democrática e outra comunista, no arco de poucos meses), a nobreza feudal e a elite financeira reassumiram o poder político e econômico na Hungria.<sup>2</sup> Durante esse período de turbulência revolucionária, Polanyi havia apoiado abertamente o governo de coalizão presidido por Mihály Károlyi, e tinha sucessivamente tentado colaborar com a república dos conselhos de Béla Kun, embora desaprovasse frontalmente sua trajetória centralizadora, que contradizia

---

<sup>1</sup> POLANYI-Levitt, Kari. Introduction in **The Life and Work of Karl Polanyi: a Celebration**, Montréal: Ed. Black Rose Books, 1990.

<sup>2</sup> *Cfr.* CANGIANI, Michele. Introduzione. In: Karl POLANYI. **Cronache della grande trasformazione**. Turim: Einaudi, 1993, p. IX.

claramente a originária inspiração soviética. A sucessiva vitória das classes reacionárias, guiadas por Miklós Horthy, levou-o finalmente a se estabelecer em Viena.

Não obstante tenha nascido em Viena, em 1886, Polanyi transcorreu os anos de sua formação em Budapeste, para onde sua família já se havia transferido antes de 1890. Após terminar o *Gymnasium*<sup>3</sup>, começou a estudar Direito na Universidade de Budapeste<sup>4</sup>. Gyula Pikler, professor de Polanyi, de ideias progressistas, fora à época alvo de duros ataques de um grupo conservador da instituição. Embora os ataques não tenham conseguido destituir o eminente professor de direito romano, provocaram a expulsão de alunos alinhados com suas ideias, consideradas excessivamente liberais, entre os quais Polanyi que, em consequência, teve que terminar seus estudos na provinciana cidade de Koloszar (hoje Cluj).<sup>5</sup>

Após trabalhar por algum tempo no escritório de advocacia do tio, Polanyi logo renunciou à profissão de advogado, por achá-la completamente inadequada à sua personalidade. Durante aqueles anos, preferiu dedicar-se ao estudo dos problemas sociais de seu tempo, e engajar-se na difusão do conhecimento científico deles através do ensino. Em sintonia com essa vocação, desde 1908, participou das atividades do Círculo Galilei (*Galilei Kör*)<sup>6</sup>, e desde 1911, do periódico *Pensamento Livre* (*Szabádgondolat*)<sup>7</sup>. Por vontade expressa de seus fundadores, dentre os quais o próprio Polanyi, o Círculo Galilei – voltado principalmente aos muitos milhares de estudantes que viviam na pobreza – mantinha-se afastado das influências da política partidária, dedicando-se ao melhoramento qualitativo do

---

<sup>3</sup> Enquanto estudava no colegial, aos 16 anos, Polanyi aderiu a uma organização estudantil socialista fundada pelo irmão Adolf e pelo primo Odon Por (junto à Universidade de Budapeste), em 1902. Naquele contexto, foi “iniciado” ao marxismo (segundo internacionalista) e ao partido social-democrata, ao qual a organização estudantil se filiava. Incapaz de se estabelecer, essa organização se extinguiu alguns anos mais tarde. Polanyi, desiludido seja pelo marxismo seja pela política do Partido social-democrata, se afastou da organização em 1907. LEVITT-POLANYI, Kari. *Introduzione*. In: Karl POLANYI. **La libertà in una società complessa**. Turim: Bollati Boringhieri, 1987, p. XXIX.

<sup>4</sup> “In the autumn of 1904, Karl Polanyi entered the faculty of law and political science, and he did well. Apart from the obligatory courses, he attended lectures in history and the social sciences. In June 1908 he sat for his doctor of law exams at the University of Kolozvár (today Cluj), and a year later, under Bódog Somló, was granted degree.” MÚCSI, Ferenc. *The Start of Karl Polanyi’s Career*. In: *The Life and Work of Karl Polanyi: a Celebration*. *Ob. cit.* p. 27.

<sup>5</sup> *Cfr.* LEVITT-POLANYI, Kari. *Introduzione*. In: Karl POLANYI. **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.* p. XXIX.

<sup>6</sup> “Polanyi’s role in the Circle (beyond initiating and organizing it) lay in the direction in which he led the group: he focused the organization on preparing progressive intellectuals for the creation of a new Hungary, partly through a programme of education – lectures, discussions, and study groups led by outstanding Hungarian and foreign scholars – and partly through projects that would have a life-long influence on the young participants”. MÚCSI, Ferenc. *The Start of Karl Polanyi’s Career*. In: *The Life and Work of Karl Polanyi: a Celebration*. *Ob. cit.* p. 28.

<sup>7</sup> “Formally, the Galilei Circle was a subsidiary of the Hungarian Association of Free Thinkers. When in 1911 the Association published its magazine, *Szabádgondolat* (Free Thought), the leaders of the Circle – Polanyi included – participated in the editing. Polanyi published several articles the first year. In 1913, when he joined its editorial board, his publishing activities intensified.” MÚCSI. *Ob. cit.* p. 28.

conhecimento e à elevação do nível geral de consciência social. O Círculo Galilei visava à renovação científica e à ruptura dos padrões consolidados do conhecimento: à época, Polanyi, aprofundou o estudo da obra de Ernst Mach. Os trabalhos do Círculo Galilei sempre almejavam também a formação intelectual e a emancipação cultural, não apenas de seus membros, mas de um vasto público: ao longo do tempo, seus integrantes ensinaram a ler e a escrever a dezenas de milhares de trabalhadores analfabetos. Aos numerosos cursos e debates organizados junto ao Círculo Galilei tomaram parte, como convidados, expoentes ilustres da cultura húngara, como os sociólogos György Lukács, Karl Mannheim e Oszkar Jászi, o músico Bela Bartók e o psicanalista Sandor Firenczi, além de famosos intelectuais estrangeiros, como Werner Sombart, Max Adler e Eduard Bernstein.<sup>8</sup>

No período que antecedeu a guerra mundial, Polanyi sustentou a necessidade de uma transformação social da Hungria para o estabelecimento de instituições de cunho radicalmente democrático. Importante havia sido então a amizade com Oszkar Jászi, diretor (de 1900 a 1919) da revista de ciências sociais *Vigésimo Século* (*Huszadik Század*), principal dirigente do partido radical<sup>9</sup>, ministro no governo democrático de Mihály Károlyi durante a primeira república, exilado (como Polanyi) em Viena, em 1919, e em seguida, nos Estados Unidos. Como Jászi, Polanyi defendia uma visão antideterminista do progresso histórico, afastando-se, desta maneira, do marxismo segundo internacionalista.<sup>10</sup> Junto com Jászi, durante os anos 20, em Viena, ele levou adiante a tentativa de delinear a fisionomia de um socialismo democrático.

Polanyi residiu em Viena de 1919 a 1933, quando, devido à sua posição filossocialista e abertamente antifascista, emigrou para Londres, também para não prejudicar a publicação de *Der Österreichische Volkswirt*, o semanário econômico e político para o qual estava trabalhando desde 1924, como redator de assuntos internacionais.<sup>11</sup> Em março de 1933, como se sabe, o chanceler Dollfuss tinha abolido os direitos civis e políticos, começando o

---

<sup>8</sup> *Cfr.* CANGIANI, Michele. Karl Polanyi: idee per il nostro tempo. Rivista Inchiesta, n. 117-118, julho-dezembro de 1997, p. 8.

<sup>9</sup> Durante um breve período, Polanyi foi secretário geral do Partido radical dos cidadãos de Oszkár Jászi. LEVITT-POLANYI, Kari. Introduzione. *In: La libertà in una società complessa. Ob. cit.* p. XXV.

<sup>10</sup> “As a socialist student, Polanyi acquainted himself with the basic tenets of Marxism and with the materialist concept of history, but he did not join the Social Democratic Party. He once remarked that he had not been ‘interested in Marxism since the age of 22’; but by this he meant that he had rejected common, vulgar, determinist conceptions of Marxism. In his view of history and his conception of society, several Marxist elements were retained. Marxism continued to influence his work by providing a frame of reference.” MÚCSI. *Ob. cit.*, p. 27.

<sup>11</sup> “In 1933, following the accession of Hitler to power in Germany, Polanyi’s socialist view became an embarrassment to the publisher of the ‘Österreichische Volkswirt’, and he left Vienna for England.” POLANYI-LEVITT, Kari, Introduction. *In: The Life and Work of Karl Polanyi: a Celebration. Ob. cit.*, p. 5.

processo de supressão da democracia e de exclusão da classe operária do exercício do poder político que terminaria o ano seguinte, com a instituição da ditadura clerical-fascista.

Durante os anos 20, Viena continuava a ser um dos mais importantes centros mundiais no campo das ciências e das artes. Na capital da nova República austríaca, Polanyi então conheceu de perto as ideias dos intelectuais austromarxistas e a obra dos economistas da “escola austríaca”.<sup>12</sup> Aqueles contatos contribuíram de forma decisiva para a definição de sua posição teórico-política, que se precisou em contraste quer com o formalismo jurídico de Kelsen, quer com os métodos revolucionários do bolchevismo.<sup>13</sup>

O resultado mais importante do amadurecimento intelectual vienense de Polanyi foi sua concepção do socialismo como realização plena da liberdade individual. Em sintonia com as teses então sustentadas pelos expoentes do austromarxismo, especialmente por Bauer e Adler, para Polanyi a democracia política, conquistada principalmente graças às lutas da classe operária, poderia e deveria ser estendida a todas as esferas da sociedade, começando por aquela econômica. As decisões públicas poderiam, assim, ser tomadas democraticamente e de forma descentralizada, no âmbito de organizações concernentes aos diversos aspectos e às diferentes funções da existência social das pessoas, tais como empresas, sindicatos, partidos políticos, esferas estatais, cooperativas, associações culturais, etc. Na nova sociedade democrática e funcional, a informação poderia circular de forma muito mais ampla do que na sociedade de classe, razão pela qual as escolhas públicas passariam a refletir realmente a “vontade geral” do povo.<sup>14</sup>

Em polêmica com Ludwig Von Mises – expoente da escola austríaca de economia e defensor, como seu aluno Hayek, do mercado livre –, Polanyi sustentou, nos primeiros anos 20, a possibilidade de uma economia socialista eficiente, delineando ao mesmo tempo os

---

<sup>12</sup> Polanyi iniciou suas pesquisas vienenses relendo, além de **O Capital** de Marx, a obra dos economistas marginalistas austríacos – Menger, Wieser, Böhm-Bawerk e Schumpeter. *Cfr.* Kary Polanyi-Levitt, *Introduzione*. In: Polanyi, K., **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, p. XXXIV.

<sup>13</sup> É mister destacar aqui que, nos primeiros anos 20, a adesão de Polanyi ao socialismo democrático foi influenciada profundamente não apenas pelo contato com os austromarxistas, Otto Bauer e Max Adler em primeiro lugar, mas também pelas ideias dos socialistas britânicos e, mais especificamente, as de G. D. H. Cole concernentes ao Guild Socialism. Além de teórico do Guild Socialism, Cole foi também um fino historiador do movimento operário. (*Cfr.*, por exemplo, COLE. G. D. H. *La grande agitazione. Il partito laburista e i suoi capi. Sindacalismo e socialismo delle gilde*. In: COLE. G. D. H. *Storia del pensiero socialista*. Vol. Primo, Bari, Laterza, 1972, pp. 267-298). Em dois artigos publicados no jornal húngaro de Viena *Bécsi Magyar Ujság*, em língua majara, a afinidade da posição polanyiana com as propostas de Cole transparece claramente. *Cfr.* Polanyi, K., O “guild socialism” (homens e ideias), (*A gildszocializmus (Eszméek ées emberek, 1922)*). Em: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. 3-6; e Polanyi, K., “Guild” e Estado, (*Gild és állam, 1923*). Em: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. 7-9.

<sup>14</sup> *Cfr.* Polanyi, K., *Novas considerações sobre nossa teoria e práxis (Neue Erwägungen zur unserer Theorie und Praxis*, publicado originariamente na revista **Der Kampf**, em janeiro de 1925). In: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. 52-61.

traços gerais de sua forma social.<sup>15</sup> Enquanto Mises sustentava que somente o livre mercado podia garantir a racionalidade econômica, Polanyi defendia não apenas que o rendimento do mercado livre era limitado, mas também que a racionalidade econômica sequer estava ao alcance de uma economia socialista organizada burocrática e centralmente, e que a otimização do uso dos recursos naturais e sociais disponíveis apenas poderia ser alcançada por uma economia socialista organizada democrática e funcionalmente.<sup>16</sup> Ele retomou as principais teses defendidas no debate com Mises em 1924, quando coordenou, nos estabelecimentos da organização estudantil social-democrata, um seminário sobre o *Guild Socialism*, que considerava algo próximo à concepção austromarxista de socialismo.<sup>17</sup> Naquele seminário, Polanyi reafirmou sua aversão tanto à economia de mercado quanto a uma economia socialista organizada central e burocraticamente, salientando que se tratava, em ambos os casos, de formas de liberdade reduzida. E voltou novamente a defender que o exercício da responsabilidade social pelos cidadãos – uma vez abolidos a propriedade privada dos meios

---

<sup>15</sup> Cfr. Polanyi, K., A contabilidade socialista (Sozialistische Rechnungslegung, publicado na importante revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1922) in: **La libertà em una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. 10-41; e também Polanyi, K., A teoria funcional da sociedade e o problema da contabilidade socialista (Die funktionelle Theorie der Gesellschaft und das Problem der sozialistischen Rechnungslegung, também publicado na *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* 1924). In: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. 42-51.

<sup>16</sup> Na primeira metade dos anos 20, Polanyi sustentou com os liberais austríacos e mais especificamente com Ludwig Von Mises, que era então eminente professor de economia junto à Universidade de Viena, um famoso debate concernente à forma de organização da economia capaz de garantir a melhor utilização possível dos recursos disponíveis. O primeiro passo no debate havia sido dado por Mises, que em 1920 havia publicado o ensaio A contabilidade econômica em uma sociedade socialista. (Mises, Ludwig von, 1920, Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen, in **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, XLVII). Em 1922, Polanyi confutou as teses defendidas por Mises publicando o ensaio A contabilidade socialista, em que se manifesta claramente sua tentativa de traçar um terceiro caminho entre as formas de organização do mercado e do planejamento burocrático e centralizado. (Polanyi, K., Sozialistische Rechnungslegung, **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, 49 (1922), n. 2, pp. 377-420). De 1923 foram a contribuição ao debate de J. Marschak (Marschak, J., Wirtschaftrechnung und Gemeinwirtschaft. Zur Miseschen These vor der Unmöglichkeit sozialistischer Wirtschaftrechnung, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Vol. 51, n. 2, dezembro 1923, pp. 501-520.) e o escrito Neue Beiträge zum Problem der sozialistischen Wirtschaftsrechnung (Mises, Ludwig von, *ibidem*, Vol. 51, n. 2, dezembro 1923, pp. 488-500), através do qual Von Mises, reafirmando suas teses favoráveis ao mercado livre, replicou ao ensaio polanyiano do ano anterior. Em 1924, por fim, também F. Weil entrou no debate (Weil, F., Gildensozialistische Rechnungslegung. Kritische Bemerkungen zu Karl Polanyi: «Sozialistische Rechnungslegung», *ibidem*, Vol. 52, 1924, pp. 196-217) e Polanyi respondeu a este último e ao artigo de Von Mises do ano anterior com a publicação do escrito A teoria funcional da sociedade e o problema da contabilidade socialista. (Die funktionelle Theorie der Gesellschaft und das Problem der sozialistischen Rechnungslegung (Eine Erwiderung an Prof. Mises und Dr. Felix Weil), *ibidem*, Vol. 52, n.1, junho 1924, pp. 218-28).

<sup>17</sup> Segundo Felix Schafer, então aluno de economia da Universidade de Viena, durante o seminário concernente ao Guild socialism, “Polanyi se referiu várias vezes à célebre formulação de Max Adler acerca do homem em sociedade”. Kary Polanyi-Levitt, *Introduzione*, em: Polanyi, K., **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, p. XXXVI.

de produção e o antagonismo de classe – apenas seria possível no âmbito de uma economia socialista organizada democrática e funcionalmente.<sup>18</sup>

Além de cultivar as ideias utópicas, Polanyi também se dedicou intensamente, durante aqueles anos, à compreensão e à transformação da realidade contemporânea. Em Viena, participou do movimento em prol da educação dos adultos, continuando, assim, uma atividade já iniciada na Hungria no Círculo Galilei, e proferia regularmente conferências no Colégio do Povo.<sup>19</sup> Ao mesmo tempo, atento às mudanças mais importantes de seu tempo, observou a formação e o desenvolvimento do fascismo, de suas variantes católica (na Áustria) e nacional-socialista na Alemanha. Entendeu imediatamente que o fascismo era, em sua essência, um movimento político radicalmente antidemocrático, baseado numa filosofia caracterizada pela rejeição do “individualismo” moderno e de suas remotas raízes cristãs; e que o fascismo, objetivando conservar o capitalismo e aniquilar a democracia, constituía a grande alternativa da época ao socialismo.<sup>20</sup>

Polanyi trabalhou ininterruptamente para a revista *Der Österreichische Volkswirt* de 1924 a 1938, ano em que sua publicação foi interrompida após a anexação da Áustria à Alemanha nazista.<sup>21</sup> Em suas páginas, ele publicou ao todo mais de duzentos e cinquenta artigos e várias notas breves não assinadas. O tema mais importante foi a interpretação política e econômica da evolução da situação mundial, que o autor enfrentou principalmente mediante a observação do desenvolvimento interno de alguns países: sobretudo da Grã Bretanha, dos Estados Unidos e da União Soviética.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> Ver a tal propósito: Kary Polanyi-Levitt, *Introduzione*, em: Polanyi, K., **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. XXXIV-XXXV.

<sup>19</sup> A propósito da importância que Polanyi atribuía à educação e de seu constante empenho como educador ver: Mendell M., “Karl Polanyi and Socialist Education”, em: McRobbie K., *Humanity, Society and Commitment*, Montréal-New York: Black Rose Books, 1994.

<sup>20</sup> *Cfr.* Polanyi, K., *Das Wesen des Faschismus*, publicado inicialmente em **Menschheits Kampf**, jornal de um pequeno grupo de socialistas religiosos austríacos, e sucessivamente reeditado na Inglaterra com o título *The Essence of the Fascism* no livro **Christianity and Social Revolution**, editado por J. Lewis. K. Polanyi e D.K. Kitchin. Londres: Gollancz, 1935, p. 359-394. Disponível também atualmente em tradução italiana: *L'essenza del fascismo*. In: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. 90-117.

<sup>21</sup> *Der Österreichische Volkswirt* foi apresentado, numa inserção em **The Economist** de 26 de maio de 1934, como “o mais importante e influente semanal econômico e financeiro da Europa Central. Diretor, Walter Federn. Diretor no exterior, Karl Polanyi”. *Cfr.* (CANGIANI, Michele. **Introduzione a Cronache della grande trasformazione**. *Ob. cit.*, p. VII)

<sup>22</sup> Gostaria de destacar que, após 1933, não há artigos de Polanyi para o *Der Österreichische Volkswirt* concernentes ao fascismo e ao nazismo. A total ausência de artigos sobre este tema se deve a autocensura da revista, imputável ao momento político delicado, considerando a restrição das garantias individuais operadas pelo governo Dollfuss e a tomada de poder de Hitler na Alemanha. Corroborando esta assertiva, saliento que no mesmo espaço de tempo em que silenciou sobre o fascismo no *Der Österreichische Volkswirt*, Polanyi escrevia sobre o assunto em outras revistas e em inglês, e sobre ele fazia várias conferências.

De acordo com o método empírico-criticista que havia lapidado durante sua formação na Hungria<sup>23</sup>, Polanyi, inicialmente, escreveu numerosos artigos para o hebdomadário *Der Osterreichische Volkswirt* sobre as vicissitudes da luta política e econômica nos anos 20. Para ele, a conquista dos direitos políticos, obtida com décadas de lutas, tinha acarretado a crise da democracia tradicional. No novo contexto político caracterizado pela crise da democracia política, a transição democrática ao socialismo seria difícil. Como mostrava a vitória do fascismo na Itália, onde os direitos e as liberdades individuais haviam sido abolidas, a classe dominante estava disposta a utilizar meios não democráticos e até mesmo a sacrificar a democracia para se manter no poder.<sup>24</sup>

Em seu conjunto, os artigos que Polanyi escreveu para o periódico *Der Osterreichische Volkswirt* formam uma cuidadosa crônica do desenvolvimento social contemporâneo: dos anos 20, caracterizados pela tentativa de revigorar as instituições políticas e econômicas do sistema liberal, salvaguardar a precária paz entre as potências e frear as ambições do movimento operário; e dos anos 30, nos quais o desencadeamento da crise econômica de 1929 impôs a ‘grande transformação’ da sociedade de mercado e capitalista – em formas diferentes nos diversos países.<sup>25</sup> Escrevendo essa crônica, Polanyi realizou uma importante aprendizagem para sua obra madura, cujo núcleo central resultou da colocação de sua aguda reflexão sobre os acontecimentos contemporâneos em uma perspectiva histórica mais ampla.

Polanyi residiu na Inglaterra de 1933 a 1947, ano em que uma nomeação a *Visiting Professor* da *Columbia University* o levou a emigrar pela terceira vez. A partir de 1950, ele se estabeleceu nas proximidades de Toronto, em Pickering (Ontário), no Canadá,

---

<sup>23</sup> Cfr. SALSANO, Alfredo, Introduzione. In: POLANYI, Karl. *La grande trasformazione*. Turim, Einaudi, 1974 p. IX.

<sup>24</sup> Cfr. a primeira parte da coletânea de artigos que o autor escreveu para a *Der Osterreichische Volkswirt*: POLANYI, K., **Cronache della grande trasformazione**, (aos cuidados de Michele Cangiani). Turim, Einaudi, 1993, pp. 05-70.

<sup>25</sup> Do decisivo ano de 1933, por exemplo, são os artigos concernentes à crise econômica mundial (POLANYI, K. Il meccanismo della crisi economica mondiale. In: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.* pp. 74-89), à conquista do poder por Hitler e às suas consequências previsíveis (POLANYI, K. Hitler e l'economia. In: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.* pp. 70-73), as mudanças que a vitória de Roosevelt provocava nos Estados Unidos e no plano internacional (POLANYI, K. Roosevelt manda in fumo la Conferenza. In: **Cronache della grande trasformazione**. *Ob. cit.* pp. 115-120), e finalmente ao Plano quinquenal em curso na União Soviética (POLANYI, K. Un colpo di freni al secondo Piano quinquennale. In: **Cronache della grande trasformazione**. *Ob. cit.* pp. 227-234).

visto que as autoridades norte-americanas não tinham permitido a sua esposa Ilona a entrada nos Estados Unidos, em virtude de sua militância comunista anterior.<sup>26</sup>

Graças também à ajuda de intelectuais socialistas britânicos como G. D. H. Cole<sup>27</sup> e R. H. Tawney<sup>28</sup>, na Inglaterra Polanyi conseguiu um emprego junto às *Extra-Mural-Delegacies* das Universidades de Oxford e de Londres e à *Workers' Educational Association*. Tratava-se da educação dos adultos de numerosas pequenas vilas das províncias do Kent e do Sassex. Seus cursos concerniam às relações internacionais e à história econômica e social da Inglaterra, assunto sobre o qual, até então, sabia pouco.<sup>29</sup> A exigência de preparar as aulas o levou a mergulhar no estudo da história econômica e social britânica. Adquiriu desta forma a vasta perspectiva histórica na qual pôde inserir o profundo conhecimento de seu tempo, acumulado trabalhando como jornalista para a *Der Osterreichische Volkswirt*.<sup>30</sup>

A interrupção da publicação da *Der Osterreichische Volkswirt*, em 1938, privou subitamente Polanyi do trabalho de jornalista.<sup>31</sup> Ele intensificou então sua atividade de instrução dos adultos. Trabalhando na *Workers' Educational Association*, aprofundou o conhecimento das ideias do célebre historiador Richard Tawney, que presidia a associação. Da convivência com Tawney, surgiu uma das ideias mais importantes do pensamento de Polanyi, a saber, a da excepcionalidade histórica da sociedade de mercado e capitalista,

---

<sup>26</sup> Durante os anos transcorridos no Canadá, Ilona e Karl Polanyi traduziram e organizaram uma antologia da literatura húngara que publicaram em 1963 com o título **The Plough and the Pen**. *Writings from Hungary, 1930-1956*, edited by Ilona Duczynska and Karl Polanyi. London: P. Owen, 1963.

<sup>27</sup> Desde o começo da década de 1920, Polanyi se havia interessado pela obra de Cole, especialmente pelo seu livro *Guild Socialism Reformulado*, de 1920, que havia citado expressamente no artigo A teoria funcional da sociedade e o problema da contabilidade socialista, publicado no contexto do debate com Mises. (Cole G. D. H. *Guild Socialism Re-Stated*. London: Parsons, 1920. A propósito dessa obra, Cangiani escreve que: “Nela é repensada, de forma sistemática, a hipótese de uma democracia socialista, baseada no autogoverno da produção, na democracia industrial, mas também em instituições políticas democráticas, capazes de enfrentar os problemas e coordenar as exigências dos diferentes setores produtivos e de e dos diversos âmbitos da vida social, de compor os conflitos, de tornar o indivíduo partícipe e responsável pelo bem comum”. CANGIANI, Michele. Karl Polanyi: idee per il nostro tempo. *Rivista Inchiesta*. Citado, p. 18.

<sup>28</sup> Richard H. Tawney, além de famoso historiador, foi professor de História econômica junto à London School of Economics de 1931 a 1949, bem como professor e sucessivamente presidente da *Workers Educational Association*, às cujas atividades Polanyi participou durante sua permanência na Inglaterra.

<sup>29</sup> *Cfr.* POLANYI-LEVITT, Kari, *Introduzione a La libertà in una società complessa*. *Ob. cit.*, p. XLI.

<sup>30</sup> Em 1937, Polanyi publicou um formidável ensaio concernente à história europeia do período que vai da guerra mundial até a guerra civil na Espanha, no qual demonstrou, como destaca Cole no prefácio ao mesmo, uma extraordinária capacidade de compreender e explicar os eventos contemporâneos. *Cfr.* POLANYI K., *Europe To-day*, *Workers' Educational Trade Union Committee*, London, 1937. Trad. It: POLANYI K., *Europa 1937*. *Guerre esterne e guerre civili*, Roma, Donzelli Editore, 1995.

<sup>31</sup> Polanyi trabalhou para o periódico austríaco, como especialista de assuntos internacionais, tanto em Viena – de 1924 a 1933 – quanto, sucessivamente, na Inglaterra – de 1933 a 1938. Em 1933, com efeito, ele deixou a capital austríaca e emigrou para Inglaterra, visto que a suspensão dos direitos civis e políticos fundamentais operada pelo governo austríaco de Dollfuss – que receava possíveis golpes dos nazistas, principalmente após Hitler ter tomado o poder na Alemanha – poderia ter criado para ele, que era judeu e o mais esquerdista dos membros da redação do semanal, sérios problemas.

decorrente da posição peculiar ocupada nela pela economia, não mais “*embedded*” (incorporada) no sistema social, mas organizada separadamente, em um sistema autônomo e dominante.<sup>32</sup> Foi assim que a sua obra central tomou corpo. Como bolsista da fundação Rockefeller nos Estados Unidos, no *Bellington College* (Vermont), entre 1941 e 1943, escreveu *A grande transformação*, que publicou em Nova Iorque no ano sucessivo<sup>33</sup>.

Na Inglaterra, ainda, Polanyi retomou e deu continuidade à análise do fascismo, já iniciada em Viena na década anterior. Sobre o fascismo, ele escreveu importantes trabalhos e fez conferências para o *Royal Institute of International Affairs*, a *Workers' Educational Association* e muitas assembleias e reuniões de grupos de esquerda do movimento estudantil cristão.<sup>34</sup>

Para Polanyi, o fascismo era o inimigo comum do socialismo, da democracia e do cristianismo. A filosofia fascista, equiparando-os, rejeitava tanto o individualismo cristão quanto a democracia e o socialismo – que considerava, com acerto, como sendo respectivamente o fruto institucional óbvio da ideia cristã do ser humano como indivíduo e o resultado da extensão dos valores subjacentes à democracia para a sociedade como um todo. O fascismo constituía, assim, uma das duas soluções possíveis do problema da incompatibilidade entre democracia e capitalismo, que resultava do fato que a política democrática tornara-se o instrumento da influência da classe operária enquanto a economia capitalista continuava sendo o campo dominado pela autoridade dos detentores da propriedade. A outra solução (que não a fascista) do problema do antagonismo entre democracia e capitalismo consistia na extensão dos princípios subjacentes à democracia para a economia, o que implicaria o fim da propriedade privada dos meios de produção. Nessa

---

<sup>32</sup> Em *The Acquisitive Society*, já em 1920 Tawney havia sustentado que o surgimento da “sociedade aquisitiva”, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, havia significado uma mudança progressiva na ordem das funções sociais: A partir do século XIX, a economia se tornara finalmente autônoma e dominante, em detrimento da política e da cultura. *Cfr.* Tawney R.H., *The Acquisitive Society*, New York: Harcourt, Brace & Co., 1920. Trad. it: TAWNEY, R. H. *La società acquisitive*. In: TAWNEY, Richard Henry. *Opere*. A cura di Franco Ferrarotti. Turim: UTET, 1975.

<sup>33</sup> *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*. New York, Toronto: Farrar & Rinehart, 1944. Trad. It. POLANYI K., *La grande trasformazione*. Turim, Einaudi, 1974.

<sup>34</sup> *Cfr.* POLANYI, K. *L’Austria corporativa: una società funzionale?*, POLANYI K, Othmar Spann, filósofo del fascismo e POLANYI K, *L’utopia fascista* di Spann, publicados originalmente em *New Britain* em 1934 e hodiernamente publicados na coletânea **Cronache della grande trasformazione**, editado por Michele Cangiani, Turim, Einaudi, 1993. p. 247-265; e também: POLANYI, K. *Fascism and Marxian Terminology*. *New Britain*, Vol. 3 (1934) n. 57, p. 128-129; e *Marxism Re-Stated*, *New Britain*, vol. 3, (1934) N. 58 pp. 159-160, POLANYI K, *The essence of fascism*, in: *Christianity and the social revolution*, edited by John Lewis, Karl Polanyi, Donald K. Kitchin. London: Gollancz, 1935, pp. 359-394 e POLANYI K, *Marx on Corporativism*, escrito antes inédito, mas provavelmente posterior à publicação de *The Essence of the Fascism* e hoje publicados em **La libertà in una società complessa**, *ob. cit.*, respectivamente com os títulos de *Fascismo e marxismo*, *L’essenza del fascismo e Marx sul corporativismo*, pp. 118-127, 90-117, 128-133.

solução socialista, a esfera político-democrática impregnaria toda a sociedade. A solução fascista repousava, ao contrário, na abolição da democracia da esfera política, com a conservação da propriedade privada dos meios de produção. Destruindo as organizações e as instituições democráticas, o fascismo impedia à grande maioria das pessoas a própria possibilidade da ação política, reduzindo assim sua vida a uma existência meramente econômica. Com a vitória do fascismo, os seres humanos eram reduzidos a “meros produtores”, ao mesmo tempo em que o capitalismo se estendia a “toda a sociedade”.<sup>35</sup>

A “sociologia pseudomarxista”, que via na democracia a “superestrutura” política adequada ao capitalismo, constituía um grave obstáculo à compreensão correta do fascismo. Na realidade, no pós-guerra, a relação entre política e economia havia se tornado conflituosa, pois a classe operária, graças ao “sufrágio universal” e às “instituições representativas” nele baseadas, conseguira se proteger da ação destruidora das forças do mercado. A “revolução” fascista, surgida como reação àquele processo, solucionava a incompatibilidade entre economia e política de forma radical, abolindo a democracia e deixando “intacto” o capitalismo, embora, por sua própria natureza, o fascismo não excluísse uma “reforma” do mesmo. Havia obviamente outra possibilidade. Consistia na manutenção da democracia e na concomitante abolição do capitalismo, realizáveis pelo socialismo democrático.<sup>36</sup>

Na segunda metade da década de 1930, Polanyi participou das atividades de um pequeno grupo de intelectuais socialistas ligado ao vasto movimento britânico da *Christian Left*.<sup>37</sup> O grupo não se limitava à pesquisa social, mas também organizava conferências públicas relativas a temas atuais, tais como a situação política internacional e a crise econômica mundial. A chegada em solo britânico dos Manuscritos econômico-filosóficos, escritos por Marx em 1844 e publicados por S. Landshut e J. R. Meyer em 1932 na Alemanha, suscitou forte interesse em seus membros. Sob a direção de Polanyi, eles empreenderam o estudo de Marx, também traduzindo seus escritos juvenis para o inglês.

---

<sup>35</sup> Cfr. POLANYI K., L'essenza del fascismo. In: **La libertà in una società complessa**. Ob. cit. pp. 115-116.

<sup>36</sup> Cfr. POLANYI K., Fascismo e marxismo. In: *Ibid.* Ob. cit. pp. 118-122.

<sup>37</sup> “O grupo – escreve Kary Levitt – compunha-se de intelectuais, muitos dos quais militantes dos partidos trabalhista ou comunista. Pelo menos um serviu na brigada internacional na Espanha. Muitos membros do grupo, inclusive Polanyi, eram de fé cristã, mas não filiados a qualquer igreja ou grupo religioso. Todos eram ativamente engajados na luta para o socialismo. Polanyi animava grupos de estudo, preparava materiais educativos, contribuía à formulação dos objetivos e às posições políticas do grupo”. POLANYI-LEVITT, Kari, *Introduzione a La libertà in una società complessa*. Ob. cit., pp. XXXVII-XXXVIII).

Destarte, Polanyi retornou ao estudo da obra de Marx<sup>38</sup>, já iniciado na Hungria e depois retomado em Viena.<sup>39</sup>

No mesmo período, Polanyi também sustentou a importância crucial da educação pública para a defesa dos interesses sociais das classes subalternas. Em artigo de 1937, onde também examinou as diferenças entre os ideais britânico e Europeu-continental de democracia, ele apresentou uma crítica muito radical do sistema educacional britânico e do papel fundamental por ele desempenhado na reprodução da sociedade de classe. Enquanto na Inglaterra, segundo ele, os grupos sociais eram “separados” pela sua educação, nos países do continente a instrução tendia, pelo contrário, a “unir” os grupos sociais. Em contraste com o continente, onde há muito tempo o ensino fundamental tinha se tornado um direito universal, na Inglaterra a rigidez da hierarquia educacional erguia barreiras praticamente insuperáveis e um “abismo cultural” separava as classes sociais. O sistema educacional excludente que existia na Inglaterra, onde a escola pública era frequentada apenas pelas classes dominantes, devia ser urgentemente superado mediante uma política pedagógica eficaz, propícia a instituir a igualdade de acesso à instrução.<sup>40</sup>

Naqueles mesmos anos, Polanyi continuou e aprofundou a análise das rápidas e profundas mudanças em curso no sistema das relações internacionais.<sup>41</sup> Em 1935, em um

---

<sup>38</sup> Como destaca justamente Marguerite Mendell, o fato de Polanyi retornar repetidamente ao estudo de Marx é sintomático da orientação empírico-crítico-criticista de seu pensamento. A recusa de Polanyi, em nome de uma metodologia experimental, de qualquer filosofia ou paradigma que se fundasse no pensamento *a priori* precisara-se já durante sua participação ao Círculo Galilei (que, ao passo com as tendências intelectuais então dominantes na Europa Central, tinha abraçado com entusiasmo o crescente interesse pela ciência positiva e pelos escritos de Richard Evenarius e Ernst Mach) e desde então se tornara uma constante em seu pensamento. Coerente com esta orientação de seu pensamento, o método de análise de Polanyi consistiu sempre na compreensão da realidade social mediante a observação histórica e a avaliação crítica sistemática dos acontecimentos, tendo em consideração seu ambiente institucional. Neste sentido, Polanyi deu incessante crédito à obra de estudiosos que – como Marx – objetivavam explicar da melhor forma possível a realidade social mediante a observação empírica dos fatos. (ver a tal propósito: MENDELL, M., *Polanyi su Marx e il marxismo* in **Rivista Inchiesta**, nº 117-118, Bari: Edizioni Dedalo, julho-dezembro 1997, p. 92).

<sup>39</sup> Na Hungria, Polanyi tinha lido pela primeira vez Marx rejeitando impetuosamente, porém, o determinismo econômico, por ser ele inconciliável com sua crença na liberdade do ser humano de construir seu presente e seu futuro e, portanto, na responsabilidade de cada pessoa para com suas ações, para com o poder político e econômico que delas decorre. Em Viena, tinha relido Marx ao tentar delinear os traços gerais de uma forma social que pudesse não apenas garantir o patamar de democracia já alcançado pela luta social, mas também sua intensificação e extensão do campo político àquele econômico.

<sup>40</sup> *Cfr.* POLANYI K., *Conflicting philosophies in Europe. Outline of a lecture delivered at the short course on "The citizen in the modern world"*. Oxford: Board of Education, 1937, pp. 1-4. Trad. It.: POLANYI K., *Filosofie in conflitto in Europa*. In: **La libertà in una società complessa**. *Ob. cit.*, pp. 134-138.

<sup>41</sup> Trabalhando como jornalista, em Viena Polanyi observara que as esperanças de paz que haviam predominado no plano internacional de 1919 a 1933 tinham rapidamente deixado o lugar à falência sistemática da busca internacional de condições favoráveis à paz e ao aumento das tensões políticas e econômicas entre as potências. Ver a tal propósito, por exemplo, os artigos: POLANYI K., *Filosofie in conflitto in Europa*. In: **La libertà in una società complessa**, *ob. cit.*, pp. 5-9; POLANYI, K. *La nuova Internazionale* (1925). In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 16-22; POLANYI, K. *Inflazionismo mondiale* (1933). In:

artigo publicado na *Der Osterreichische Volkswirt*, observou prontamente que a agressão militar da Itália fascista contra a Etiópia deixava claro que a situação mundial havia mudado.<sup>42</sup> Para ele, a transformação social, desencadeada pela crise econômica de 1929, tinha afetado também as relações entre as potências, modificando os velhos equilíbrios e determinando novas tensões e alianças. O mundo, que durante os anos 20 havia buscado garantir a paz, estava agora caminhando decididamente para uma nova guerra mundial.

Em 1937, no importante ensaio *Europe Today*, Polanyi salientou que, com a conquista do poder por Hitler na Alemanha em 1933, o mundo havia definitivamente entrado em uma nova fase da política internacional. Para ele, o período caracterizado pela contraposição entre vencedores e derrotados na Primeira guerra mundial, entre países que visavam a segurança coletiva, garantida pelos tratados de paz de 1919, e países que buscavam a revisão destes tratados, tinha ficado para trás. A fisionomia da nova época, na qual a política exterior dos Estados era determinada pelos distintos e alternativos sistemas sociais adotados para enfrentar a crise final do sistema liberal, já era claramente visível. Na Guerra civil espanhola, as duas potências fascistas, superadas as antigas rivalidades, estavam atuando juntas, apresentando ao mundo “...uma amostra da nova política de intervencionismo social”. O “conflito entre fascismo e democracia” explodia “no plano internacional”, tornando-se o fator predominante da dinâmica da política mundial contemporânea.<sup>43</sup>

O antagonismo entre forças democráticas e forças fascistas, típico da nova conjuntura internacional, era, todavia, complicado e parcialmente modificado pela postura ostensivamente agressiva da Alemanha nazista com relação à União Soviética.<sup>44</sup> Em decorrência daquela postura, as democracias ocidentais não apenas toleravam o rearmamento e a expansão da Alemanha nazista, mas também mantinham uma atitude substancialmente hostil à União Soviética.<sup>45,46</sup> O mundo marchava, pois, decididamente em direção a um novo

---

**Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, p. 90-98; POLANYI, K. Da Losana a Washington(1933). *In: Cronache della grande trasformazione*, *ob. cit.*, p. 99-106; e finalmente POLANYI, K. Vince il Brain Trust (1933). *In: Cronache della grande trasformazione*, *ob. cit.*, pp. 107-114.

<sup>42</sup> POLANYI, K. La pietra miliare 1935, datado de 21 de dezembro de 1935, atualmente publicado em

**Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 179-184.

<sup>43</sup> POLANYI K., *Europa 1937. Guerre esterne e guerre civili*, Roma, Donzelli Editore, 1995, pp. 74-75.

<sup>44</sup> A tal propósito Polanyi escreve que: “O fascismo alemão organizou-se para destruir o socialismo na Rússia. Toda sua política exterior está baseada nesta ideia. (...) Ela (a Alemanha) proclama-se o ponto de convergência de todos os inimigos do socialismo. Ter escolhido esta missão constitui uma sensível vantagem para a sua política exterior. Ela continua fazendo disso uma grande força; e portanto evita ser ambígua no que diz respeito a isso. A irreduzível hostilidade da Alemanha com relação à União Soviética é um elemento essencial da política europeia. (*In: POLANYI, K. Europa 1937, ob. cit. p. 55*).

<sup>45</sup> Nos anos imediatamente anteriores à Segunda guerra mundial, Polanyi criticou abertamente a hostilidade das democracias ocidentais à União Soviética. De acordo com o grupo da *Christian left*, ele

conflito mundial, no qual “o destino das nações se relacionava com seu papel na transformação institucional”<sup>47</sup> do capitalismo liberal.<sup>48</sup>

Trabalhando como jornalista, Polanyi observou a crise global das instituições fundamentais do sistema liberal e a posterior passagem para uma nova fase, corporativa, da sociedade de mercado e capitalista. Sobretudo através da análise do caso inglês, notou prontamente que, em contraste com a versão fascista do capitalismo corporativo que, se desenvolvia em alguns países do continente europeu, a sociedade britânica conservava tanto a forma democrática das instituições políticas, quanto o caráter pluralista da velha sociedade liberal. Entendeu assim que a transformação do capitalismo de mercado ocorria em distintas maneiras nos diferentes países, dando lugar à formação de novas e diversas formas do mesmo tipo de organização social. Destarte, construiu mais um alicerce para sua obra principal, *A grande transformação*.

---

acreditava que a União Soviética poderia desempenhar um papel crucial na defesa da paz e na luta contra o fascismo. Observando o desenvolvimento político e econômico do mundo, havia constatado não apenas o definitivo abandono por parte da União Soviética do fomento da revolução mundial e a orientação pacifista de sua política exterior, cujo principal sintoma havia sido seu ingresso na Sociedade das nações em 18 de dezembro de 1934, mas também o rápido, ainda que problemático, desenvolvimento de uma indústria poderosa, e os primeiros e contraditórios sinais de uma reforma democrática de suas instituições políticas. A propósito da atenção dedicada pelo autor ao desenvolvimento político e econômico interno da URSS ver os seguintes artigos, por ele escritos para a *Der Österreichische Volkswirt*: POLANYI, K. Un colpo di freni al secondo Piano quinquennale (de fevereiro de 1933), POLANYI K., Dove si blocca l’Unione Sovietica? (de setembro de 1934, e POLANYI K., La riforma costituzionale in Russia, (de 20 de junho de 1936), que se encontram in **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 227-234, 235-242 e 242-244.

<sup>46</sup> A crítica polanyiana à hostilidade que caracterizava a política das democracias ocidentais com relação à URSS se entrelaçava com sua interpretação da revolução russa, que convergia amplamente com aquela proposta pela tendência austromarxista de Bauer e Adler. Essa convergência aparece claramente no seguinte passo, em que Polanyi destaca a excepcionalidade da revolução soviética: “Propondo-se de salvaguardar a recém conquistada democracia da ameaça imediata de uma contra-revolução czarista, a classe operária estabeleceu o domínio que, sobre a base das condições atrasadas do país, levou a uma revolução socialista com características únicas. A revolução bolchevista foi provavelmente o único meio para prever o retorno do czarismo e as indizíveis crueldades com as quais o terror branco triunfante costuma vingar-se sobre as forças da revolução. Quando se trata de dar um julgamento sobre as formas que o socialismo de Estado soviético tem assumido, é preciso considerar que na Rússia faltavam três coisas que os países da Europa Ocidental possuíam: uma população instruída, um sistema industrial e tradições democráticas. (POLANYI, K. **Europa 1937**, *ob. cit.* pp. 50-51)

<sup>47</sup> POLANYI K., **La grande trasformazione**. Turim: Einaudi, 1974, p. 36.

<sup>48</sup> Em um artigo de 1943, Polanyi observou que o fascismo não havia sido adequadamente contrastado pelas democracias ocidentais até a Alemanha nazista lhes declarar guerra. Só depois da deflagração da guerra pela Alemanha nazista, as potências ocidentais tinham estipulado uma aliança com a União Soviética. A aliança que unia a União Soviética às potências ocidentais contra os fascistas era contingente e precária, pois resultava da iniciativa militar de Hitler. Tal aliança, portanto, teria provavelmente cessado de existir tão logo as potências fascistas tivessem sido derrotadas militarmente. Já em 1943 – tornando patente seu propósito de constituir um Pacto Atlântico – as democracias ocidentais manifestavam sua intenção de romper, uma vez terminado o conflito mundial, sua aliança com a União Soviética e de retomar a postura de hostilidade a este país, tão evidente na política britânica anterior à guerra. O maior resultado deste tipo de política externa do governo inglês – o pacto das quatro potências de Chamberlain, subscrito (em 1933) por Inglaterra e França, com a Alemanha e a Itália – tinha sido um erro monumental, pois havia significado um passo adiante decisivo na política de pacificação com as potências fascistas. *Cfr.* POLANYI K. Why make Russia run amok? **Harper’s Magazine**, março 1943, número 186, pp. 404-410.

Em dois artigos do começo de 1928<sup>49</sup>, ainda em Viena, Polanyi analisara as reformas sociais propostas pela ala progressista do partido liberal inglês no *Britain's Industrial Future*<sup>50</sup>. Para ele, naquele relatório, havia sido destacada a necessidade de uma reorganização muito ampla da economia inglesa em direção a “certo planejamento no emprego das forças produtivas nacionais como um todo”<sup>51</sup>, qual solução para o problema da persistente crise econômica inglesa. Nessa perspectiva, havia sido admitida a intervenção estatal na economia não apenas para sua regulamentação, mas também para a gestão direta daquelas atividades que eram organizadas pela iniciativa privada em regime de monopólio e também para aqueles setores que, embora úteis do ponto de vista social, não interessavam ao capital privado. No *Britain's Industrial Future* tinha sido salientada, outrossim, a necessidade de uma maior integração da classe operária no sistema da acumulação do capital, alcançável mediante uma política social que oferecesse concessões e garantias em troca da paz social. Uma política aberta à colaboração com as organizações dos trabalhadores teria permitido rápida superação da crise econômica britânica. Já antes da crise econômica de 1929, portanto, os reformadores sociais liberais haviam contemplado a possibilidade da superação da autorregulação do mercado e da autonomia absoluta da esfera econômica da sociedade.<sup>52</sup>

Não obstante houvesse propostas de reforma social não lesivas dos interesses dos detentores do poder econômico e, portanto, consideradas viáveis pela classe dominante antes da crise econômica de 1929, foi só depois da crise final do sistema liberal que se iniciou, de fato, a grande transformação institucional da sociedade de mercado e capitalista. No início dos anos 30 – anos “revolucionários”, em comparação com os “conservadores” anos 20 – a depressão econômica prolongada tornava urgente o abandono da autorregulação do mercado. As instituições econômicas fundamentais do sistema liberal, o mercado livre e o padrão ouro (*gold flu standard*) não funcionavam mais. Por sua vez, também as instituições do Estado liberal precisavam ser reformadas, pois sua democratização – que havia significado o fim do exercício exclusivo do poder político pela classe dominante – as havia mergulhado numa crise prolongada. A persistência e o predomínio, na elite política britânica – inclusive nos

---

<sup>49</sup> Ver: POLANYI, K. *Riforme economiche liberali e POLANYI K., I riformatori sociali liberali in: Cronache della grande trasformazione*, *ob. cit.* pp. 50-54 e 55-64.

<sup>50</sup> O *Britain's Industrial Future* foi um relatório, apresentado no começo de 1928, pelo comitê executivo da Liberal Industrial Inquiry, constituída no verão de 1925 por iniciativa do Liberal Summer School Committee e patrocinada por Lloyd George, de que faziam parte muitos expoentes do pensamento liberal de esquerda, entre os quais John M. Keynes.

<sup>51</sup> POLANYI, K. *Riforme economiche liberali in: Cronache della grande trasformazione*, *ob. cit.*, p. 54.

<sup>52</sup> Gostaria de destacar aqui que a autoregulação do mercado e a autonomia absoluta da economia constituirão, alguns anos mais tarde, em *A grande transformação*, o eixo central da interpretação polanyiana do horizonte normativo do sistema liberal do século XIX, com o qual todavia a prática nem sempre se identificara.

dirigentes trabalhistas –, de políticas e pontos de vista liberais dificultavam, porém, a iniciativa reformadora dos governos de esquerda ou de coalizão. Em 25 de agosto de 1931, o governo trabalhista caiu, porque o primeiro ministro, MacDonald, e seu chanceler, Snowden, que era “teoria econômica clássica da cabeça aos pés”, na vã tentativa de manter a libra esterlina vinculada ao sistema do padrão ouro, tinham optado pela implementação de políticas econômicas ortodoxas, perdendo o apoio do partido trabalhista.<sup>53</sup> Depois da queda do governo trabalhista e da formação do “governo nacional”, em 21 de setembro de 1931, sob a pressão de uma crise econômica que parecia agravar-se cada vez mais, caía também o vínculo monetário liberal.<sup>54</sup> O advento do “governo nacional”, cuja principal característica era a suspensão da tradicional dialética democrática britânica, acarretava a garantia de que a necessária reestruturação institucional não teria sido feita na perspectiva do socialismo, mas, ao contrário, por iniciativa e no interesse da classe dominante. Agora, finalmente, os projetos de mudança social elaborados há tempo pelos reformadores sociais liberais podiam ser retomados e sua implementação podia começar.

Em numerosos artigos, escritos em sua maioria em 1934, Polanyi acompanhou de perto a evolução da reestruturação social em curso naqueles anos na Grã Bretanha<sup>55</sup>, enfocando não apenas a reorganização corporativa das indústrias têxtil<sup>56</sup> e siderúrgica<sup>57</sup>, mas

---

<sup>53</sup> *Cfr.* POLANYI K., *Democrazia e moneta in Inghilterra in: Cronache della grande trasformazione, ob. cit.*, pp. 73-81.

<sup>54</sup> Segundo Polanyi, a Libra esterlina tinha-se desvalorizado porque tinha sido fixada, com o Gold Standard Act de 1925, a um nível alto demais para a capacidade efetiva da economia real. Com a revalorização progressiva da Libra esterlina com ápice em 1925, a dívida interna que o governo tinha contraído com os *rentiers* nos anos 1918 e 1919, em moeda depreciada, tinha crescido exageradamente. Para pagar em moeda revalorizada estes empréstimos internos, tinha-se criado uma taxação excessiva que acabou prejudicando fortemente o crescimento econômico. Além disso, a revalorização da Libra esterlina tinha provocado, em consequência também da rigidez do sistema salarial vigente, um aumento dos salários que acarretou grandes problemas para as exportações. Todas as tentativas de manter a cotação a que se tinha chegado em 1925, portanto, teriam sido vãs. Assim, a crise política que colocou o partido trabalhista fora do governo e que levou à formação do governo nacional foi perfeitamente inútil. Ver a tal propósito: POLANYI, K. *L’Inghilterra sul piatto della bilancia in: Cronache della grande trasformazione. Ob. cit.*, pp. 82-89.

<sup>55</sup> Sintomático, segundo Polanyi, de quais forças políticas tivessem tomado a iniciativa na transformação do capitalismo de mercado na Grã-Bretanha e, portanto, também da direção em que esta estava procedendo, foi o fato de o programa de reforma urbanística não ter sido apresentado por um ministro do partido trabalhista, mas sim pelo ministro conservador (da saúde) Sir H. Young. A propósito do problema dos slums e da proposta de reforma urbanística que objetivava sua eliminação total no arco de cinco anos apresentada por Sir Young em março de 1934 ver: Polanyi, K. *Fine degli slums. In: Cronache della grande trasformazione, ob. cit.*, pp. 125 -126.

<sup>56</sup> Para Polanyi, no caso da indústria têxtil, que era um importante setor da economia britânica, a transformação do capitalismo de mercado encaminhava-se decididamente em direção de uma autoadministração corporativa da produção capitalista, não afetando em nada a autonomia da economia, típica desta forma geral de organização social. *Cfr.*: POLANYI, K. *Il Lancashire in purgatorio, in Cronache della grande trasformazione, ob. cit.*, p. 140-145. E também: POLANYI, K. *Il Lancashire come questione mondiale, in: Cronache della grande trasformazione, ob. cit.*, pp. 146-158.

<sup>57</sup> Num artigo escrito em 28 de abril de 1934, Polanyi ocupou-se das propostas de reestruturação apresentadas pelos empresários da indústria siderúrgica no “Plano de organização das indústrias do ferro e do

também a nova política agrícola planificadora e protecionista do ministro conservador Sir Walter Eliot, que visava à autarquia<sup>58</sup>. Para Polanyi, o progresso da transformação social na Grã-Bretanha era mais lento que em outros países, visto que o capitalismo liberal havia lhe garantido hegemonia mundial, nela tinha se originado e dela tinha-se irradiado para as demais nações. Não obstante procedesse vagarosamente, o processo de reorganização social teria seguramente conduzido a uma nova fase, corporativa, de desenvolvimento do capitalismo, pois naquela direção apontavam todos os projetos aventados pelas mais importantes forças políticas britânicas: pelos conservadores<sup>59</sup>, pelos liberais<sup>60</sup> e também pelos trabalhistas<sup>61</sup>. Havia apenas uma voz dissonante, aquela da minoria de esquerda constituída pela *Socialist League*<sup>62</sup>: em sua opinião, reportada e compartilhada por Polanyi, o modelo de capitalismo corporativo que se estava realizando na Grã Bretanha era alternativo não apenas ao fascismo, mas também a possibilidade de uma superação socialista da crise final do sistema liberal.

---

ação no Império Britânico”. Na opinião do autor, com a apresentação deste plano, aprovado pelos empresários em meados de abril, garantia-se a manutenção, pelo ministério do tesouro, do imposto de importação de 33,3% sobre o valor do aço importado. O plano previa a criação de cartéis para limitar a concorrência – fixando preços e cotas de produção. Previa, outrossim, a união de todas as associações do setor na British Iron and Steel Manufactures, uma federação que deveria ter supervisionado a importação e a distribuição dos produtos metalúrgicos estrangeiros e favorecido e regulado as exportações, etc. Entretanto, o texto do plano não previa nenhum projeto concernente à reestruturação dos processos de produção do ponto de vista da racionalização técnica. Em geral, portanto, as propostas contidas no plano delineavam uma reestruturação do setor siderúrgico tendente a criar um sistema de autoadministração corporativa da produção e distribuição e destinada a um fortalecimento de seus fundamentos burgueses. (Ver a tal propósito: POLANYI, K. Lo statuto dell’industria siderurgica in *Cronache della grande trasformazione*, *ob. cit.*, pp. 127-128).

<sup>58</sup> Cfr. POLANYI, K. Elliot o L’impero? In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 132-134.

<sup>59</sup> Cfr. POLANYI, K. L’economia pianificata secondo i Tories in: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, p. 169-171.

<sup>60</sup> Cfr. POLANYI, K. Il programma economico dei liberali di Samuel, in: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, p. 123-124.

<sup>61</sup> Cfr. POLANYI K., Il Labour e l’industria siderúrgica in: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 161-162; POLANYI K., Il congresso sindacale di Weymouth in: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 163-165; e finalmente POLANYI, K. Il Labour a Southport in: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 166-167.

<sup>62</sup> Comentando – num artigo escrito em 26 de maio de 1934 – a situação interna do movimento operário inglês, Polanyi observou o constrangimento em que as reformas propostas pelo líder da Socialist League, Stafford Cripps, tinham deixado o Partido trabalhista. No programa aprovado ao congresso de Leeds pela Socialist League, decisiva tinha sido a ideia de que uma realização lenta e evolucionista do socialismo não era realista, nem viável. Para caminhar em direção ao socialismo, segundo o programa, um eventual governo democrático dos trabalhadores deveria – buscando controlar as posições de força preponderantes em campo econômico – estatizar as indústrias mais importantes e o sistema bancário e financeiro. Além disso – procurando um ajustamento da democracia britânica tendente a tornar esta forma político-constitucional neutra, isto é, capaz de constituir um veículo para possíveis transformações seja socialistas, seja antissocialistas do sistema social vigente – um governo popular deveria tanto reformar radicalmente a Câmara dos Lordes, quanto rever o mecanismo institucional pelo qual um governo vencido nas eleições devia entregar os poderes somente após a reunião do novo Parlamento eleito. O constrangimento provocado por estas propostas no Partido Trabalhista refletia a posição dominante que, neste mesmo partido, tinham assumido as tendências sindicais e corporativas com respeito à posição político-socialista da Socialist League. (Ver a tal propósito: POLANYI, K. Problemi della democrazia in *Inghilterra* in: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 135-137).

Partindo do longo e abrangente trabalho realizado durante as décadas anteriores, em *A grande transformação*, Polanyi tentou compreender as origens de seu tempo, de uma conjuntura dramaticamente caracterizada pela barbárie fascista e pela catástrofe da guerra mundial. Ao mesmo tempo, visou também confutar a então renascente ideologia liberal, reafirmada veementemente em 1944 quer por L. Von Mises, no livro *O Estado onipotente*<sup>63</sup>, quer por F. A. Hayek, no livro *O caminho para a escravidão*<sup>64</sup>. Em contraste com as ideias defendidas pelos dois expoentes do liberalismo, Polanyi sustentou que, durante o século XIX, a instituição da economia baseada no mercado autorregulável havia provocado efeitos devastadores sobre os seres humanos e os recursos naturais e afetado negativamente também a própria produção capitalista, razão pela qual a sociedade reagira com um movimento de defesa, destinado a relativizar a autonomia da economia. O desenvolvimento econômico do capitalismo liberal se havia fundado num duplo movimento: por um lado, a expansão da autorregulação, baseada no liberalismo econômico e, por outro, sua contenção, fundada no protecionismo social. As contradições intrínsecas ao próprio sistema liberal tinham finalmente provocado sua crise final e a sucessiva transformação social dos anos 30, de onde haviam surgido o fascismo e a guerra mundial. O próprio desenvolvimento do capitalismo tinha, assim, resultado na superação efetiva da autorregulação da economia e de sua autonomia absoluta, tornando ao mesmo tempo obsoleta a ideologia liberal correspondente. Não obstante tivesse acarretado a necessidade objetiva de certa intervenção política na economia, o desenvolvimento do capitalismo não havia, porém, solucionado o problema da definição dos fins, dos meios e do pertencimento de classe dos agentes dessa intervenção. Tal definição permanecia um problema político aberto.

Em 1944, após ter concluído, nos Estados Unidos – no *Belington College*, em Vermont – a preparação de *A grande transformação*, Polanyi voltou para a Inglaterra, retomando seu trabalho de educação operária com a *Worker's Educational Association*<sup>65</sup>. Encontrou, então, os Karolyi<sup>66</sup> e participou das atividades da Associação Húngara de preparação da libertação da Hungria.

---

<sup>63</sup> MISES, Ludvig von. *Lo stato onnipotente*. Milão: Rusconi, 1995.

<sup>64</sup> HAYEK, F.A. *La via della schiavitù*. Milão: Rusconi, 1995.

<sup>65</sup> Depois das eleições de junho de 1945 vencidas pelo Labour Party, Polanyi manifestou otimismo acerca de uma conclusão positiva da luta pela educação. Pela primeira vez, havia surgido a possibilidade de grandes reformas no campo da instrução. Tais reformas deveriam viabilizar a realização de um assíduo processo de educação das massas populares à cidadania, indispensável para a realização plena da liberdade individual. *Cfr.* POLANYI K., –What Kind of Adult Education? Leeds: Weekly Citizen, 1945 p. 5; e também POLANYI K., *The citizen and foreign policy*. London: Workers' Educational Association, 1947.

<sup>66</sup> *Cfr.* POLANYI K., Count Michael Karolyi. *The Slavonic and East European review*, 24 (1946), n. 63, pp. 92-97.

Na Inglaterra, terminada a Segunda guerra mundial, Polanyi defendeu a causa de uma ordem mundial pós-bélica baseada na autonomia e na coexistência dos povos. Em nível internacional, segundo ele, a política de coexistência pacífica exigiria que aos distintos blocos – formados por sistemas sociais diversos – fosse garantida, reciprocamente, igual dignidade. Os Estados Unidos, porém, permaneciam a pátria do capitalismo liberal, não obstante não se tratasse mais do clássico *laissez-faire*, e perseguiam uma política externa agressiva e intolerante, a política do “capitalismo universal”, que identificavam com a democracia. Eles assumiam assim, junto com a hegemonia mundial, também o papel de liderança do bloco antissoviético, o que constituía o fator crucial no novo quadro das relações internacionais.<sup>67</sup>

Com a derrota militar do fascismo, no pós-guerra o problema político crucial voltava a ser novamente o da democracia, sobretudo nos Estados Unidos, que haviam se tornado então a locomotiva do mundo. Na nova conjuntura, o problema da democracia devia ser posto em uma perspectiva histórica, como escolha entre duas possibilidades e tendências radicalmente alternativas. A democracia podia continuar a existir de forma limitada, no âmbito de uma sociedade “adaptada mais intimamente ao sistema econômico”, dominada pela fé intensa nas “elites”, no “gerencialismo” e na “grande empresa”, por uma convicção firme na necessidade de manter inalterado o sistema econômico vigente, por uma profunda crença na bondade de um mundo onde os “indivíduos são condicionados a sustentar uma ordem para eles criada por aqueles que são mais sábios do que eles”. Mas havia outra opção política: a democracia poderia também se realizar plenamente, em uma sociedade na qual a ação “consciente” e “responsável” dos “produtores” e dos “consumidores” organizasse a economia de forma alternativa àquela constituída pelo mercado capitalista.<sup>68,69</sup>

Em 1947, Polanyi obteve sua primeira designação catedrática como *Visiting Professor da Columbia University*.<sup>70</sup> Lá ele, como professor de história econômica geral até

---

<sup>67</sup> Cfr. POLANYI K., *Universal Capitalism or Regional Planning?* The London Quarterly of World Affairs 1 (1945), p. 1-6. Trad. It: POLANYI, K. *Capitalismo universale o pianificazione regionale?* In: **La libertà in una società complessa**, ob. cit. pp. 141-150.

<sup>68</sup> Cfr. POLANYI K., *Our obsolete market mentality. Civilization must find a new thought pattern.* “Commentary”, 3 (1947), n.2, p. 109-117. Trad It: *La nostra obsoleta mentalità di mercato.* In: **Economie primitiva, arcaica e moderna**, K. Polanyi, Turim: Einaudi, 1980, pp. 58-75.

<sup>69</sup> Para Polanyi, a democracia e a tradição das liberdades britânicas e norte-americanas constituem o limite irrenunciável e o ponto de partida da sociedade socialista. Ver a tal propósito: POLANYI, K. *The Meaning of Parliamentary Democracy*, escrito não datado, mas posterior aos acordos de Bretton Woods de julho de 1944, mencionados no artigo. Atualmente, o texto encontra-se publicado in: **La libertà in una società complessa**, ob. cit., pp. 151-160.

<sup>70</sup> Como, nos anos imediatamente sucessivos à Segunda Guerra Mundial, não havia perspectivas favoráveis de emprego na Grã-Bretanha e o retorno em Hungria não era então considerado aconselhável, uma nomeação a Visiting Professor da Columbia University de Nova Iorque levou Polanyi a emigrar pela terceira vez: em 1947, ele deixou a Inglaterra e voltou para os Estados Unidos. Em 1950, se estabeleceu finalmente, com

1953, promoveu e foi diretor do projeto de pesquisa relativo às origens das instituições econômicas, subsidiado pelo *Columbia Council for Research in the Social Sciences* da *Columbia University*. Este trabalho continuou não apenas no seminário sobre os aspectos institucionais do desenvolvimento econômico que Polanyi orientou entre 1953 e 1955 na *Columbia University*, mas também com a pesquisa interdisciplinar concernente aos problemas teóricos inerentes à análise dos processos econômicos que Polanyi coordenou, junto com C. M. Arensberg e H. W. Pearson, durante os anos 1953 a 1957, financiada pela Ford Foundation. Consequência imediata das atividades acadêmicas e das pesquisas daqueles anos foi a publicação, juntamente com Conrad M. Arensberg e Harry W. Pearson, em 1957, do livro *Comércio e mercados nos antigos impérios*.<sup>71</sup>

Em seu trabalho norte-americano, Polanyi deu continuidade, em parte, à linha de pesquisa subjacente a *A grande transformação*, onde entrelaçara dois diferentes planos de investigação. Em um primeiro plano, mais específico, o autor cuidara de explicar a gênese, o desenvolvimento e a expansão do capitalismo liberal, sua crise final impulsionada pela depressão prolongada iniciada com a crise econômica mundial de 1929 e o surgimento do capitalismo corporativo, em suas variantes democrática e fascista. Objeto do segundo plano, mais abrangente, haviam sido, ao contrário, as características gerais da sociedade de mercado e capitalista, que o autor tentara definir não apenas através do estudo crítico da mesma, mas também por meio de uma incipiente comparação com formas de organização social diferentes (primitivas e arcaicas). Nos Estados Unidos, as pesquisas sociais desenvolvidas por Polanyi se mantiveram neste plano, mais geral, de investigação, confirmando a tese da excepcionalidade histórica do capitalismo como forma de organização separada e autônoma da economia, já sustentada no livro de 1944. Diferentemente de antes, porém, ele desenvolveu essa linha de pesquisa dedicando-se predominantemente à análise comparativa das instituições econômicas de sociedades primitivas e arcaicas, enquanto o estudo crítico do capitalismo ficou latente. Destarte, enfrentou também os problemas de uma teoria geral dos sistemas econômicos,

---

sua família, no Canadá, pois não conseguiu convencer as autoridades norte americanas a autorizarem a entrada nos Estados Unidos à esposa Ilona, que havia sido militante comunista na Hungria e na Áustria. Até 1957, ano em que terminaram suas atividades acadêmicas, portanto, ele viajou constantemente entre Toronto e Nova Iorque. Ver a tal propósito: POLANYI-Levitt, Kari. *Introduzione in: La libertà in una società complessa*, *ob. cit.*, p. XLIV.

<sup>71</sup> POLANYI K., (org). *Trade and market in the early empires. Economies in history and theory*, edited by Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg and Harry W. Pearson. New York, London: The Free Press: Collier-Macmillan, 1957. Trad. it. POLANYI K., *Traffici e mercati negli antichi imperi. Le economie nella storia e nella teoria*. Turim, Einaudi, 1978.

revelando assim o alcance historicamente limitado e o caráter fortemente normativo da teoria econômica burguesa.<sup>72</sup>

Os ensaios apresentados na coletânea *Comércio e mercados nos antigos impérios*, por Polanyi e por alguns dentre os estudiosos que com ele tinham pesquisado a história das instituições econômicas, desafiaram a ortodoxia dominante nas ciências sociais, que ditava a utilização dos pressupostos da economia neoclássica na análise das economias não de mercado: na abordagem utilizada, até então, pelas ciências sociais, era implícita a ideia que as economias primitivas e arcaicas tivessem que ser consideradas como etapas de um desenvolvimento progressivo, cujo clímax era constituído pela hodierna economia de mercado e capitalista. Polanyi e seus colaboradores criticaram e rejeitaram esta metodologia e esta ideia – as quais pressupunham o funcionamento abstrato e universal do sistema de mercado<sup>73</sup> – suscitando um grande interesse no meio acadêmico norte-americano e, posteriormente, internacional. Surgiu, assim, o famoso debate entre formalistas e substantivistas<sup>74</sup>, e a celebridade acadêmica de Polanyi cresceu e difundiu-se rapidamente.

A publicação do volume *Comércio e mercados nos antigos impérios* abalou as bases da posição formalista. Em contraste com aquela posição, Polanyi destacou a necessidade de focar, em primeiro lugar, na análise dos processos econômicos, a forma social da economia.<sup>75</sup> Segundo ele, seria assim possível, ao mesmo tempo, salientar a

---

<sup>72</sup> Como destaca brilhantemente Alfredo Salsano, a análise interdisciplinar dos sistemas sociais na história, a linha de pesquisa caracterizada pela explicação, mediante a comparação com outras formas de organização econômica, da excepcionalidade da sociedade de mercado capitalista, a abordagem empírico-criticista no estudo das distintas formas de organização social, a perspectiva orgânico-funcional na indagação das mudanças sociais, bem como a ausência da problematização da teoria do valor e do uso da teoria da mais-valia e da exploração de Marx – que se tornarão os aspectos decisivos das pesquisas operadas por Polanyi na Columbia University e concernentes às sociedades primitivas e arcaicas – constituíam já as características fundamentais da metodologia subjacente a *A grande transformação*. (Ver a tal propósito: SALSANO, A., *Introduzione in La grande trasformazione*, Turim: Einaudi, 1974, pp. VII-XXXIV).

<sup>73</sup> Antes da publicação do livro *Comércio e mercados nos antigos impérios*, as instituições sociais eram excluídas axiomáticamente do objeto das pesquisas das diferentes ciências sociais. Até então, presumia-se que o contexto institucional não desempenhasse nenhum papel na determinação da atividade econômica. Como consequência, processos econômicos que não compartilhavam características formais com a hodierna economia de mercado e capitalista eram examinados com um método analítico que implicava a universalidade do sistema de mercado.

<sup>74</sup> A propósito da controvérsia entre substantivistas e formalistas ver: PEARSON, H.W. *Introduzione*. In: POLANYI, K. *La sussistenza dell'uomo. Il ruolo delle economie nelle società antiche*. Turim: Einaudi, 1983, pp. XXV-XXXVIII e mais especificamente, p. XXX e seguintes.

<sup>75</sup> Como destaca com muita propriedade Michele Cangiani, Polanyi, dedicando-se à análise comparada dos sistemas sociais, precisou um método institucional segundo o qual o objeto principal do estudo dos processos econômicos devia ser sua natureza social. Além disso, criticou os abstratos e universais conceitos e postulados da economia neoclássica, rejeitando sobretudo sua aplicação ao estudo das economias primitivas e arcaicas. Questionou assim o próprio conceito de economia defendido pela ciência burguesa, adotando ao mesmo tempo uma abordagem de cunho evidentemente marxista em seus trabalhos. Nessa perspectiva, defendeu que para uma melhor compreensão do passado o método institucional devia ser utilizado também na análise da sociedade atual. A aplicação de tal método ao estudo do capitalismo teria permitido enxergar a excepcionalidade

especificidade das distintas economias empíricas e o caráter distintivo da economia moderna, sua instituição separada, sua autonomia. O objetivo último das pesquisas desenvolvidas pelo autor nos Estados Unidos, de fato, continuava sendo o aprofundamento do estudo da sociedade de mercado e capitalista, agora efetuado principalmente mediante a comparação com as sociedades primitivas e arcaicas.<sup>76</sup>

A análise das economias primitivas e arcaicas e o esforço relacionado com a elaboração de uma teoria geral comparativa dos sistemas econômicos se articulavam, portanto, com o constante viés contemporâneo e político da obra polanyiana que, durante o período norte americano do autor, se manifestou mais diretamente em alguns escritos concernentes ao problema da liberdade em uma sociedade complexa.<sup>77</sup> Juntamente com o melhoramento, sem precedentes, das condições materiais da existência, a perda da liberdade individual, também provocada pela utilização da máquina na produção social, caracterizava, segundo ele, a condição do homem moderno. Para contrastar a tendência à ulterior concentração de poder e ao crescente conformismo então em curso na sociedade – preponderantemente em função do advento dos meios de comunicação de massa – o autor destacava a necessidade de considerar como irrenunciáveis as liberdades burguesas e de aumentá-las através da extensão da democracia à economia, de forma a solucionar o problema da economia mediante a intervenção, consciente e responsável, dos produtores e dos consumidores.

Em 1960, quando a tensão da Guerra Fria começava a diminuir, Polanyi fundou uma nova revista: *Coexistence*, cujo primeiro número apareceu logo após sua morte, em abril

---

histórica do modo de organização do processo econômico nela predominante, o que teria diminuído o risco de projetar características a ela peculiares sobre sociedades profundamente diferentes. Cfr. CANGIANI, Michele. Economia e democrazia. Saggio su Karl Polanyi. Padova, Il Poligrafo, 1998, especialmente pp. 11-53.

<sup>76</sup> Os resultados dos estudos polanyianos concernentes às sociedades primitivas e arcaicas e de suas reflexões relativas à metodologia relacionada a estas pesquisas - depois da publicação de *Trade and Market in the Early Empires* – apareceram póstumos nas obras *Essays in Economic Anthropology*. Dedicated to the memory of Karl Polanyi, edited by J. Helm. Seattle: American technological society, 1965; *Dahomey and the slave trade. An analysis of an archaic economy*, in collaboration with Abraham Rotstein. Seattle: University of Washington press, 1966; *Primitive, archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi*, edited by George Dalton. Garden City: Anchor books, 1968 e finalmente, *The livelihood of man*, edited by Harry W. Pearson. New York: Academic press, 1977.

<sup>77</sup> Cfr. POLANYI K., *Freedom and technology*. Escrito à época não publicado e não datado, mas redigido aproximadamente em 1955. Trad. It.: *Libertà e tecnologia*. In: **La libertà in una società complessa**, Turim: Bollati Boringhieri, 1987, p.170-176; POLANYI K., *Freedom in a complex society*., escrito à época não publicado e datado de 24 de abril de 1957. Trad. it.: *Libertà in una società complessa*. In: **La libertà in una società complessa**, ob. cit. p.181-186. POLANYI, K., *Jean-Jacques Rousseau, or is a free society possible? The new Hungarian quarterly*, 28 (1987), n. 108, p. 119-127. Texto redigido pelo autor aproximadamente em 1953. Trad. It.: *Jean-Jacques Rousseau, o è possibile una società libera?*. In: **La libertà in una società complessa**, ob. cit. pp. 161-169. POLANYI K., *The machine and the discovery of society*. Escrito não publicado à época, datado de 24 de abril de 1957. Trad. It.: *Libertà e tecnologia*. In: **La libertà in una società complessa**, ob. cit. pp. 177-180.

de 1964. Nela, o horizonte utópico – que incluía, como alternativa ao equilíbrio entre os dois blocos, baseado no terror, a possibilidade de experiências regionais, autônomas e distintas de organização social, que deveriam se desenvolver “sem precisar necessariamente aceitar os critérios universalistas de mercado” – articulava-se programaticamente com a análise econômica e política da evolução da situação mundial.<sup>78</sup>

Durante os últimos anos de sua vida, juntamente com sua esposa Ilona, ele organizou também uma antologia da literatura húngara dos anos 1930-1956.<sup>79</sup> O livro, que idealmente trazia de volta os cônjuges Karl e Ilona à amada Hungria, testemunhava o realismo e o engajamento político de muitos escritores húngaros da época. Reportava, ainda, a interpretação que os autores davam da revolução de 1956, na qual viam a tentativa de realizar um terceiro caminho, realmente socialista e democrático. Esta tentativa, expressão de uma posição que, apesar de duradoura, foi sempre minoritária no século passado, foi então derrotada rapidamente, num mundo dominado pelo capitalismo democrático antissocialista no Oeste e pelo comunismo despótico antidemocrático no Leste.

---

<sup>78</sup> Ver a tal propósito: Michele Cangiani e Jérôme Maucourant, “Karl Polanyi: breve biografia intellettuale”, *in*: Ritornare a Polanyi. Per una critica dell'economicismo?, a cura di Jean-Louis Laville e Michele La Rosa, Milão, Franco Angeli, 2008, pp. 19-29.

<sup>79</sup> POLANYI K., (org). *The plough and the pen. Writings from Hungary, 1930-1956*, edited by Ilona Duczynska and Karl Polany. London: P. Owen, 1963.

## Capítulo 8

### O problema da economia

#### 8.1 Uma utopia democrática

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, nos anos da revolução na Europa, a possibilidade e as esperanças de passar do capitalismo ao socialismo alcançavam nível nunca mais atingido naquele continente. Em Viena, Polanyi, em sintonia não apenas com o austromarxismo, mas também com o *Guild Socialism* britânico, defendia então que a realização plena da liberdade moderna exigia a superação da racionalidade econômica inerente ao mercado capitalista e a transição rumo a uma democracia industrial.<sup>1</sup>

Em Polanyi, durante os primeiros anos 20, o problema da liberdade moderna se entrelaçava com a questão da produtividade social da economia. Quanto à forma da organização da economia capaz de possibilitar o uso mais eficiente dos recursos disponíveis, a contraposição com os economistas liberais da escola austríaca era total. Em “A contabilidade econômica em uma sociedade socialista”, publicado em 1920 na importante revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*,<sup>2</sup> Ludwig Von Mises, declarando que “apenas num mercado livre é possível um cálculo dos custos tal que possa permitir uma distribuição ótima de recursos limitados entre os empregos possíveis em vista da satisfação das necessidades individuais”,<sup>3</sup> sustentara a tese de que somente a ação econômica independente de cada indivíduo e o sistema dos preços decorrente de tal ação podiam garantir a racionalidade do sistema econômico. Dois anos mais tarde, em um ensaio em que sustentava a plausibilidade e a eficácia da “contabilidade socialista” de uma economia dirigida democraticamente e

---

<sup>1</sup> Quanto à afinidade da posição defendida por Polanyi no começo dos anos 20 com as ideias utópicas dos socialistas guildistas britânicos e especialmente de G.D.H. Cole ver: Polanyi, K., Il “guild socialism” (uomini e idee), (1922). In: **La libertà in una società complessa**, a cura di A. Salsano, Turim: Bollati-Boringhieri, 1987, pp. 3-6; e também Polanyi, K., “Guild” e Stato, (1923). In: **La libertà in una società complessa**, *ob. cit.*, pp. 7-9.

<sup>2</sup> Mises, Ludwig von, 1920, Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen, **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, XLVII.

<sup>3</sup> Citado por: Cangiani, Michele, Karl Polanyi, idee per il nostro tempo, **Rivista Inchiesta**, n. 117-118, julho-dezembro de 1997. Bari: Edizioni Dedalo, p. 17.

organizada de forma descentralizada,<sup>4</sup> Polanyi confutava as teses de Mises, abordando o problema da racionalidade econômica de outro ponto de vista. Para Polanyi, era preciso assegurar a “produtividade” da economia – compreendida como “um processo de trabalho, isto é, um processo de luta e adaptação entre ser humano e natureza, que visa a satisfação das necessidades materiais humanas” – não apenas do ponto de vista (limitado) da racionalidade econômica formal, mas também daquele político da utilidade pública da produção e da justa distribuição, para que o processo econômico pudesse responder de forma ótima às demandas sociais e ambientais. O rendimento social da economia capitalista, de fato, era reduzido. A economia capitalista, “por sua natureza”, não podia ser orientada à utilidade pública, não podia garantir a realização da “produtividade social”. A organização capitalista da produção, tendo o lucro como seu fim, não era capaz de entender as “avaliações sociais”, pois era privada até mesmo do “órgão” necessário para percebê-las. E isso não era tudo. O processo de produção tinha um “retroefeito sobre a vida da comunidade” e sobre as necessidades individuais, as quais eram alteradas ou até mesmo criadas ilusoriamente.<sup>5</sup> Não só os produtores e consumidores não podiam controlar os fins e os meios do processo econômico, mas, ao contrário, era o processo econômico que, organizado de forma autônoma pelo mercado capitalista, condicionava permanentemente a vida dos indivíduos e vinculava as instituições sociais.

Em Viena, nos anos em que a força do movimento operário havia alcançado seu clímax, Polanyi apoiava o programa político austromarxista de democratização da esfera econômica. Para ele, uma economia democraticamente organizada e regulada através de ação político-democrática permitiria não apenas a otimização no uso dos recursos disponíveis, mas também a realização de uma liberdade individual plena. Como Otto Bauer, ele afirmava que numa sociedade democrática e funcional seria possível endereçar livremente quer o desenvolvimento político da sociedade, quer a produção social. Tal tipo de organização social, do ponto de vista econômico, permitiria satisfazer da melhor forma possível as necessidades humanas reais mediante o emprego mais completo possível dos meios de produção mais aperfeiçoados, mas tendo em vista, ao mesmo tempo, a minimização da fadiga do trabalho.<sup>6</sup> Isto porque a organização democrático-funcional da economia garantiria a máxima

---

<sup>4</sup> Polanyi, K., *Sozialistische Rechnungslegung*, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 49 (1922), n. 2, pp. 377-420, atualmente editado, em tradução italiana, como *La contabilità socialista in: La libertà in una società complessa*, *ob. cit.*, pp. 10-41.

<sup>5</sup> Polanyi, K., *La libertà in una società complessa*, a cura di A. Salsano, *ob. cit.*, pp. 18-19.

<sup>6</sup> Polanyi, K., *Nuove considerazioni sulla nostra teoria e pratica* (1925). *In: La libertà in una società complessa*, a cura di A. Salsano, Turim: Bollati-Boringhieri, 1987, pp. 52-61.

“capacidade de ver”, possibilitando seja a “visão interna” – relativa à compreensão dos aspectos qualitativos do processo econômico, a saber, das necessidades reais e da pena do trabalho – seja a “visão externa” – concernente ao conhecimento dos elementos quantificáveis de tal processo, ou seja, dos fatores da produção, inclusive a força de trabalho. Ao contrário, tanto a administração burocrática apoiada num planejamento centralizado quanto o mercado fundado nas relações capitalistas tinham “capacidade de ver” reduzida, limitada à mera compreensão externa e quantitativa do processo econômico. Por isso, tais formas de organização social eram menos eficientes do ponto de vista social, ficando fora de seu alcance a melhor utilização dos recursos sociais e naturais disponíveis.<sup>7</sup>

Durante os anos 30, na Inglaterra, onde a democracia não havia sido completamente abolida como em alguns países do continente europeu, Polanyi continuava a buscar maneiras de realizar plenamente a liberdade moderna. De fato, ele trabalhava na educação dos adultos e colaborava com iniciativas devotadas à ampliação da reflexão pública sobre os problemas sociais contemporâneos, na convicção de que era preciso dotar as pessoas dos conhecimentos necessários ao exercício do autogoverno. Em um breve artigo<sup>8</sup> escrito em 1934 de Londres para o hebdomadário austríaco *Der Österreichischer Volkswirt*, Polanyi não apenas reafirmava sua convicção de que a formação “capilar” e autônoma da “opinião pública” era o fundamento substancial da democracia, mas também observava que estavam então sendo redefinidas questões sociais assaz importantes, tais como “uma nova relação recíproca entre as esferas política e econômica da sociedade” e a possibilidade de combinar “a democracia política com o princípio corporativo em economia”. Segundo ele, América e Rússia, Alemanha e Itália, Japão e uns cinquenta Estados menores experimentavam “transformações internas” mediante as quais a separação rígida entre economia e política, característica do sistema liberal, havia sido abandonada. A Inglaterra era mais refratária à mudança, porque o capitalismo liberal lhe havia permitido uma duradoura hegemonia mundial.

---

<sup>7</sup> Segundo Polanyi a capacidade de visão de uma organização, isto é, sua capacidade de compreender e solucionar os problemas depende “dos princípios a ela subjacentes”. Em sua opinião, existe uma correlação direta entre o grau de democracia presente numa organização e o nível em que a otimização social no uso dos recursos disponíveis pode ser definida e alcançada. A democracia é, ao mesmo tempo, o tipo de organização que permite a “máxima capacidade de visão” e o único princípio de organização capaz de produzir resultados ótimos do ponto de vista social. Em tal sentido, referindo-se mais especificamente a instituições tais como os partidos ou os sindicatos, o autor escreve que: “...a capacidade que tais organizações têm de cumprir sua função depende da quantidade de democracia viva que se realiza na vida cotidiana”. Polanyi, K. **La libertà in una società complessa**, a cura di A. Salsano, Turim: Bollati-Boringhieri, 1987, p. 56 e p. 60.

<sup>8</sup> Polanyi, K., *L’Inghilterra riflette*, (1934). In: **Cronache della grande trasformazione**, a cura di M. Cangiani, Turim: Giulio Einaudi, 1993, pp. 159-160.

Em um artigo de 1936, escrito depois de ter proferido, nos Estados Unidos, uma série de palestras como convidado do *Institute for International Affairs* de Nova Iorque, Polanyi saudava a *Tennessee Valley Authority* como exemplo de controle democrático da economia. Criada por Roosevelt em 1933, no âmbito de seu programa de reforma do capitalismo norte-americano e de superação do *laissez-faire*, a *Tennessee Valley Authority* teria permitido um emprego ótimo dos recursos naturais do ponto de vista do bem-estar social e do equilíbrio ecológico. A *Tennessee Valley Authority*, ele observava, era um “experimento” no terreno das “*public utilities*”, que tentava combinar “exploração econômica das fontes de energia autenticamente coletiva” com a “preocupação de salvaguardar o ambiente humano-natural”. A esta “tentativa de economia pública em grande estilo no campo da energia elétrica” se opunham firmemente as “*holdings*” do setor, que o Estado não conseguia mais controlar eficazmente, pois sua capacidade de influência não mais se coadunava com o sistema de livre concorrência. De fato, os “interesses puramente especulativos e alheios à indústria” das *holdings* contrastavam abertamente com o controle público democrático da produção e do preço da energia elétrica.<sup>9</sup>

Durante a Segunda guerra mundial, em *A grande transformação*<sup>10</sup> – para explicar a crise final do sistema liberal, a transformação social da década de 1930 e a vitória do fascismo em alguns países da Europa – Polanyi começava a usar o conceito de “mercado autorregulável”. Tal conceito tinha para ele significado e função opostos ao modelo de mercado livre utilizado pela economia burguesa. Em contraste com a imagem liberal do mercado de concorrência perfeita formado por produtores absolutamente livres e consumidores completamente soberanos, para Polanyi o “mercado autorregulável” indicava um contexto social povoado por indivíduos dotados de liberdade ilusória, os quais, em sua grande maioria, haviam sido privados da possibilidade de definir suas condições econômicas de existência. Para ele, o “mercado autorregulável” remetia criticamente a uma forma historicamente específica de organização social, ao capitalismo, e não a um modelo econômico normativo de equilíbrio dos preços. O modelo econômico liberal era uma construção ideológica surgida durante a Revolução industrial, como tentativa de dar resposta programática aos problemas da fase inicial do capitalismo. Tal modelo havia sido realizado,

---

<sup>9</sup> Polanyi, K., La TVA: un esperimento economico americano, (1936). In: **Cronache della grande trasformazione**, a cura di M. Cangiani, Turim: Giulio Einaudi, 1993. pp. 207-216.

<sup>10</sup> Polanyi, K., **La grande trasformazione: le origini politiche e economiche della nostra epoca**. Turim: Giulio Einaudi, 1974.

de forma atenuada, no sistema institucional do capitalismo liberal, cuja expressão política havia sido o Estado liberal.<sup>11</sup>

Visando combater a tentativa de F. A. Von Hayek e de L. Von Mises de reafirmar o valor da ideologia liberal, Polanyi sustentava que uma sociedade em que a economia fosse organizada pelo “mercado autorregulável” era uma “utopia”. Para ele, a ideia de uma economia organizada exclusivamente pelo mecanismo de mercado, que havia surgido durante a Revolução industrial, era um projeto político irrealizável, cuja implementação significaria a aniquilação da substância humana e natural da sociedade, bem como a subutilização de sua organização produtiva. Não obstante fosse utópica, tal ideia havia sido efetivada parcialmente nas instituições fundamentais do sistema liberal, produzindo assim um inevitável “contramovimento” de defesa e proteção da sociedade. Durante um século, o duplo movimento de expansão e restrição da organização de mercado da economia havia caracterizado a dinâmica política do sistema liberal, até seu desmoronamento final, desencadeado pela crise econômica mundial de 1929. Concomitantemente, o próprio desenvolvimento do processo de concentração capitalista havia superado de fato a economia de concorrência perfeita, tornando assim não apenas utópica, mas também obsoleta a ideologia liberal. Nas novas condições econômicas dos anos 30, certo grau de planejamento e de regulação da economia havia se tornado inevitável. O que permanecia ainda em aberto era a definição dos sujeitos, dos meios e dos fins de tais regulação e planejamento. Assim, a proposta de controle político e democrático da economia continuava atual. Tal proposta foi lançada por Polanyi no último capítulo de *A grande transformação*, no qual, portanto, refletindo sobre o significado da “liberdade numa sociedade complexa” e sobre “poder e valor econômico” quais “paradigmas da realidade da sociedade”, ele voltava a propor novamente o programa político democrático que vinte anos antes havia compartilhado com o austromarxismo e com o *Guild Socialism* britânico.<sup>12</sup>

Em um artigo de 1947, em que criticava a persistente “mentalidade de mercado” citando explicitamente como seu exemplo as ideias de F. A. Von Hayek,<sup>13</sup> Polanyi observava que, após a superação do capitalismo do século XIX, o problema de “como organizar a vida

---

<sup>11</sup> A propósito da função do conceito de “mercado autorregulável” no pensamento de Polanyi ver: CANGIANI, M., **The continuing crisis of democracy**. In: K. Mc Robbie K., Karl Polanyi in Viena - The contemporary significance of The great transformation. Ed. Black Rose Books, 2006, p. 33.

<sup>12</sup> Polanyi, K., **La grande trasformazione: le origini politiche e economiche della nostra epoca**. Turim: Giulio Einaudi, 1974, pp. 311-320.

<sup>13</sup> Polanyi, K., La nostra obsoleta mentalità di mercato (1947). In: **Economie primitive, arcaiche e moderne: ricerca storica e antropologia economica** (a cura di G. Dalton), Turim: Giulio Einaudi, 1980, pp. 58-75.

humana na sociedade das máquinas” continuava vivo. Segundo o autor, a sociedade poderia permanecer à mercê de “elites”, de “aristocracias”, e da “grande empresa”: em tal caso ela teria que ser “ajustada mais intimamente ao sistema econômico”, que continuaria existindo inalterado. Alternativamente, a sociedade poderia tomar a via de uma consciente e responsável “intervenção programada dos produtores e dos consumidores”, no âmbito de uma democracia plena. Polanyi naturalmente continuava partidário desta última opção política.<sup>14</sup> Referindo-se a ela, ele escrevia significativamente que “esta ação consciente e responsável é um dos modos em que a liberdade se concretiza em uma sociedade complexa”.<sup>15</sup>

Pelo menos desde o começo da década de 20, portanto, a proposta de intensificar a democracia política e estendê-la também à esfera da economia havia se tornado uma constante na obra de Polanyi. Pode-se assim afirmar que aquela proposta foi sua utopia democrática. Entretanto, a utopia democrática não era absolutamente exclusividade deste autor. De fato, o apelo e a influência daquela utopia eram consideráveis na Europa, durante os primeiros três quartéis do século XX. As principais ideias relacionadas com ela impregnavam então uma corrente de pensamento bastante difusa, cujos expoentes eram, além de Polanyi, intelectuais socialistas de alto nível como G. D. H. Cole, H. J. Laski, R. H. Tawney, O. Bauer, M. Adler, J. L. Fischer, K. Mannheim, dentre outros.

A corrente de pensamento democrático e socialista, com a qual se articulava a posição defendida por Polanyi ao longo de toda sua obra, se caracterizava pelo fato de colocar e relacionar duas exigências fundamentais: a democratização gradual e progressiva da economia e o restabelecimento da primazia da política e da cultura sobre a função econômica

---

<sup>14</sup> Em 1947, Polanyi foi nomeado Visiting professor da Columbia University de Nova Iorque. Junto à Columbia University, por mais de uma década ele continuou a dedicar-se à análise do capitalismo como forma social histórico-específica de organização da economia, deslocando porém o foco principal da análise presente em *A grande transformação* da crítica de tal forma social para o estudo das economias primitivas e arcaicas e do problema do método de uma teoria geral comparativa dos sistemas econômicos. Mediante o estudo comparado dos sistemas econômicos, o autor encontrou confirmação da excepcionalidade histórica da sociedade de mercado e capitalista, desvendando ao mesmo tempo a falácia das generalizações da Teoria econômica. Concomitantemente com as pesquisas concernentes às sociedades primitivas e arcaicas, ele continuou a sua incessante procura da maneira através da qual garantir a liberdade numa sociedade industrial. São deste período: Polanyi, K. Jean-Jacques Rousseau, or Is a Free Society Possible?, escrito não datado, possivelmente de 1953, Freedom and Technology, escrito não datado, mas provavelmente de 1953, The Machine and the Discovery of Society, escrito datado de 24 de abril de 1957, Freedom in a Complex Society, escrito datado de 24 de abril de 1957 e Aristotle on an Affluent Society, escrito datado de 13 de março de 1959, todos publicados mais hodiernamente, em versão italiana, na coletânea de textos de Polanyi intitulada **La libertà in una società complessa**, ob. cit., de p. 161 a p. 195. Embora importantes para nossa argumentação pois manifestam a continuidade da utopia democrática na obra de Polanyi, Tais artigos não serão comentados diretamente no presente capítulo, evitando-se assim a extrapolação dos limites temporais fixados metodologicamente para o presente trabalho, que abrange as décadas de 1920, 1930 e 1940.

<sup>15</sup> Polanyi, K., **Economie primitiva, arcaiche e moderne: ricerca storica e antropologia economica** (a cura di G. Dalton), Turim: Giulio Einaudi, 1980, p. 75.

da sociedade. Assim, por exemplo, R. H. Tawney, em 1920, havia proposto normativamente tal restabelecimento, também criticando duramente a inversão da ordem das funções sociais e a superioridade da função econômica na sociedade vigente.<sup>16</sup> Alguns anos mais tarde, tal inversão foi pensada como a principal causa da “crise da democracia” por J. L. Fischer, filósofo e sociólogo tchecoslovaco, cuja crítica da tendência à “quantificação” convergia com aquela de Polanyi<sup>17</sup>. Segundo Fischer, para superar a crise vivida pela democracia política, os indivíduos deveriam se apropriar do controle de todos os meios relevantes para a definição de sua existência. A democracia deveria estender-se igualmente à economia, o que permitiria o exercício da autonomia individual também na definição dos fins e dos meios da atividade econômica, garantindo assim o fortalecimento da dimensão “qualitativa” do processo social. O desenvolvimento da democracia implicava a superação da autonomia da economia, que paradoxalmente dominava as “qualitativamente” mais altas funções sociais da política e da cultura. Caso contrário, a democracia continuaria limitada, reduzindo-se, na melhor das hipóteses, ao direito formal de voto e ao conflito entre grupos de interesse concernente à distribuição da produção social.<sup>18</sup>

Após a Primeira guerra mundial, em anos de turbulência revolucionária na Europa, o debate sobre a democracia e seus pressupostos sociais era muito intenso. Na Áustria, a constituição da República, a conquista do sufrágio universal e a participação dos socialistas no governo tornaram palpável a solução do problema moderno da liberdade individual. Não só para Polanyi, mas também para M. Adler e O. Bauer, a democracia recém-conquistada pela classe operária na esfera política poderia e deveria ser estendida também à economia. As fundadas esperanças de desenvolvimento da democracia, porém, rapidamente deixaram lugar à desilusão, acarretada pelo efetivo incremento da luta de classes durante os anos 20. Na esteira da depressão econômica prolongada, no começo dos anos 30, as forças conservadoras e fascistas conquistaram finalmente o poder político. Refletindo sobre a vitória do fascismo na Áustria e na Alemanha, em 1933, no opúsculo “O Socialismo de esquerda”<sup>19</sup>, Max Adler afirmava polemicamente a necessidade e a urgência do movimento operário voltar

---

<sup>16</sup> *Cfr.* Tawney, R. H. *The Acquisitive Society*. New York: Harcourt, Brace & Co., 1920. Trad. It: Tawney, R. H. **La società acquisitiva**, OPERE, a cura di Franco Ferrarotti, Turim: UTET, 1975.

<sup>17</sup> Josef Ludwig Fischer foi professor de sociologia e de filosofia junto às universidades de Brno e de Olomouc, onde tornou-se reitor de 1946 a 1949. “Sua atividade cultural e política, escreve Sergio Corduas, foi sempre orientada, antes e após a Segunda guerra mundial, em sentido democrático e socialista”. Ver: Corduas, S. Prefazione, em: Fischer, J. L., **La crisi della democrazia**, Turim: Giulio Einaudi, 1977, p. IX.

<sup>18</sup> *Cfr.* Fischer, J. L. (1933), **La crisi della democrazia**, Turim: Einaudi, 1977.

<sup>19</sup> Max ADLER, *Linksozialismus*. Viena, setembro 1933. Trad. It.: Max ADLER, *O socialismo de esquerda*. (Necessárias observações a propósito do reformismo e do socialismo revolucionário). In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Citado, pp. 258-286.

a se unir em torno do tradicional programa político democrático da classe operária. O movimento operário deveria responder ao fascismo lutando por uma nova e mais alta forma democrática da sociedade, que tendesse a superar os limites da mera “democracia política” com a progressiva introdução de elementos de “democracia social”. Por sua vez, em 1936, em sua última grande obra,<sup>20</sup> Otto Bauer fundava a reproposição do programa político austromarxista dos anos 20 em uma sólida análise das principais transformações econômicas, políticas e sociais contemporâneas. Para ele, a contradição existente entre a constituição política da sociedade e sua organização social capitalista, ou seja, entre a igualdade subjacente aos direitos proclamados pela política democrática e o domínio capitalista da economia, havia produzido a “crise da democracia”. Por trás daquela contradição, estava a luta de classes, que da situação inicial de equilíbrio das forças havia evoluído, na segunda metade dos anos 20, de forma cada vez mais desfavorável à classe operária e à democracia. Com a depressão econômica prolongada iniciada pela crise econômica de 1929, nos países em que a classe capitalista conseguia dominar apenas “eliminando todos os direitos e as liberdades individuais”, o fascismo havia vencido. Naqueles países, o proletariado revolucionário devia reagir lutando para a conquista de uma “democracia em uma situação revolucionária”, ou seja, de uma “democracia” caracterizada por uma forte e constante “pressão de massas populares revolucionárias”. Onde o fascismo havia vencido, o “socialismo integral” exigia a “luta pela democracia”.

Na Inglaterra, onde a democracia parecia poder sobreviver, a reflexão de H. J. Laski<sup>21</sup> convergia amplamente com aquela polanyiana. Em 1933, no livro *A democracia em crise*<sup>22</sup>, ele sustentava uma tese “pessimista” sobre o futuro, baseada num quadro “sombrio” da situação atual. Para ele, a crise da “democracia capitalista” tinha origem social. A “democracia capitalista” estava em crise porque a maioria da população não apoiava mais o “sistema de valores” a ela subjacente. Com a depressão econômica, o “capitalismo” e a “democracia” haviam se tornado princípios de organização social antagônicos, e a escolha dentre eles havia se tornado o tema central da discussão política. Naquela situação, em que era

---

<sup>20</sup> Otto Bauer, *Zwischen zwei Weltkriegen?* (Bratislavia, 1936. Trad. It.: Otto BAUER, **Tra due guerre mondiali?** Turim: Einaudi, 1979.

<sup>21</sup> Harold Joseph Laski foi um importante teórico e dirigente do movimento operário britânico durante a primeira metade do século XX. Em 1922, Laski foi nomeado professor de ciência política junto à London School of Economics, onde trabalhou até sua morte em 1950. Fez parte do comitê executivo da agremiação política socialista Sociedade Fabiana (Fabian Society) de 1922 a 1936, quando passou a integrar o comitê executivo do Partido trabalhista. Vale a pena frisar que, no período de entreguerras, fizeram parte da Sociedade Fabiana também R. H. Tawney e G. D. H. Cole. Entre 1945 e 1946, Laski foi presidente do Partido trabalhista.

<sup>22</sup> Laski, H. J. *Democracy in Crisis*. London: George Allen & Unwin, 1933. Trad. Es: LASKY, H. J. *La Democracia en Crisis*, Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1934.

pouco provável que a “democracia capitalista” pudesse sobreviver, as instituições econômicas e sociais deveriam ser harmonizadas com a política democrática. Mas as forças conservadoras estavam dispostas, para conservar seus “privilégios”, a impedir um eventual governo socialista com quaisquer meios, inclusive com o sacrifício da democracia. Nos mesmos anos, Polanyi defendia ponto de vista análogo. Para ele, as atuais condições da vida social eram caracterizadas pela “incompatibilidade de democracia e capitalismo”.<sup>23</sup> Aquela incompatibilidade deveria ser resolvida com a extensão dos princípios da democracia a toda a sociedade, inclusive ao sistema econômico: “é o que se chama comumente socialismo”.<sup>24</sup> O que ele observava, porém, era desfecho oposto da crise da democracia, que tomava a forma de afrouxamento das instituições da democracia política, chegando-se, nos regimes fascistas, à sua abolição.

## 8.2 Características e limites do capitalismo

Para Polanyi, a implementação do programa político democrático, que era a condição necessária à realização de uma liberdade individual plena, exigia a superação de uma característica fundamental da sociedade moderna, a saber, da organização capitalista e de mercado da produção social. Ele acreditava que esta característica geral do capitalismo compromettesse seriamente a vida das pessoas, e que isso constituísse o limite mais grave dessa forma histórica de organização social. A tal propósito ele escrevia, em 1944, que: “Apenas quando o uso da força de trabalho pôde ser universalmente comprado e vendido tornou-se evidente que o campo mais amplo dos interesses sociais vitais seria reduzido e profundamente condicionado pelo mecanismo de mercado e pela motivação do lucro”.<sup>25</sup> E novamente, durante a década de 1950, ele afirmava que: “A sociedade fundada no mercado, em que a motivação do ganho econômico se absolutiza, torna-se um organismo que é, sob todos os aspectos essenciais, submetido a fins de ganho”.<sup>26</sup> Mais especificadamente, segundo o autor, a organização capitalista e de mercado da produção social resultava na incapacidade do sistema social de perceber corretamente e, logo, de enfrentar eficientemente os problemas produzidos pelo desenvolvimento econômico. Além disso, à organização capitalista e de

---

<sup>23</sup> POLANYI K., Fascism and Marxian Terminology, *New Britain*, vol. 3, N. 57 (20 giu. 1934), p. 129. *In*: Fascismo e marxismo, *La libertà in una società complessa*. *Ob. cit.* p. 122.

<sup>24</sup> POLANYI, K., *Europa 1937*, Roma: Donzelli, 1995, p. 56.

<sup>25</sup> Polanyi, K. **La grande trasformazione**, Turim, Einaudi, 1974, p. 168.

<sup>26</sup> Polanyi, K. **La sussistenza dell'uomo**, a cura de H. W. Pearson, Turim, Einaudi, 1983, p. 10.

mercado da economia correspondia a divisão da sociedade em classes antagônicas, alimentando a tendência à desordem social. Esse duplo argumento, que ocupava uma posição central em sua obra madura, remontava ao início dos anos 20, quando Polanyi o havia lapidado procurando uma forma social que permitisse a realização de democracia plena.

Já em Viena, polemizando com os economistas liberais, Polanyi defendera que a capacidade do sistema social de perceber adequadamente e de responder eficazmente às demandas econômicas e políticas dependia da forma de sua organização. Quanto mais democráticas fossem as instituições sociais, tanto maior seria a circulação da informação e melhor seu resultado do ponto de vista social. “A capacidade das organizações de desempenhar suas respectivas funções – ele escrevera – depende da quantidade de democracia efetiva que se realiza na vida cotidiana. Isso vale para qualquer tipo de organização, para uma fábrica como para um partido e para o Estado. Esse último deveria ser uma organização composta de várias outras organizações, correspondentes a várias funções, ou âmbitos de vida da sociedade”.<sup>27</sup>

Quanto à função econômica da sociedade, Polanyi sustentara que a avaliação do desempenho do sistema produtivo, ou seja, do grau de otimização do uso dos recursos sociais e naturais disponíveis, devia necessariamente considerar o tipo de objetivo perseguido pela atividade econômica. A definição dos objetivos, sociais ou econômicos, do sistema produtivo dependia fundamentalmente da forma da organização social. Quanto mais a organização social fosse efetivamente democrática, mais os objetivos do processo produtivo assumiriam caráter social, e serviriam ao interesse público e geral. Apesar disso, a intensificação da democracia e sua extensão à economia não significariam o desaparecimento dos conflitos inerentes ao processo de produção, mas sim sua transformação. Numa economia organizada democraticamente, os conflitos entre capital e trabalho se tornariam conflitos entre os produtores e os consumidores, inerentes à definição de questões tais como o que e quanto produzir, com que padrão de qualidade e nível de preço, como efetivar uma justa distribuição do produto social, etc. Graças à sua maior transparência, a democracia econômica permitiria a manifestação autêntica de elementos qualitativos do processo econômico como a pena do trabalho e as necessidades individuais e coletivas, que tanto o mercado da sociedade capitalista quanto a estrutura burocrática da sociedade socialista centralizada reproduziam de forma distorcida. A democracia econômica permitiria, assim, definição da demanda e

---

<sup>27</sup> Cfr Polanyi, K., *Nuove considerazioni sulla nostra teoria e prassi. In: La libertà in una società complessa, ob. cit.*, pp. 52-61.

formação da oferta de bens e serviços não limitadas pelas exigências inerentes aos automatismos do mercado capitalista ou pela “visão” presente na estrutura burocrática do socialismo administrativo. Apenas uma economia socialista organizada democrática e funcionalmente poderia alcançar a otimização social do uso dos recursos disponíveis.<sup>28</sup>

Já durante a década de 20, portanto, Polanyi alegava que não existia critério único, objetivamente válido, de avaliação da produtividade do sistema econômico. Sua eficiência dependia do tipo de objetivo perseguido pelo processo produtivo, sendo que não existiam objetivos econômicos válidos em geral. A definição dos objetivos do processo produtivo estava sujeita à forma de organização social vigente. A definição daqueles objetivos poderia e deveria ser democrática, efeito da livre discussão de produtores e consumidores conscientes. Alternativamente, as escolhas feitas pelos responsáveis pelo sistema produtivo continuariam vinculadas *a priori*, ou seja, continuariam sendo funcionais à reprodução da classe dominante no caso do capitalismo de mercado, ou à manutenção no poder de uma elite dominante no caso do socialismo administrativo e centralizado. Quanto mais livres e menos vinculadas *a priori* fossem as escolhas econômicas, tanto mais eficientemente teriam satisfeito as necessidades sociais, e vice-versa. Alguns anos depois, Karl Mannheim<sup>29</sup> adotava, em sua reflexão, um ponto de vista semelhante àquele polanyiano.<sup>30</sup> Uma vez esvanecidas as esperanças de paz e de evolução rumo a uma democracia socialista, em um contexto em que era possível observar a propagação do fascismo e a aproximação de uma nova guerra mundial, Mannheim constatava a tendencial redução da “capacidade de agir inteligentemente em uma situação dada”.<sup>31</sup> O desenvolvimento da sociedade industrial teria exigido a difusão e o fortalecimento daquela “capacidade”, mas as formas sociais vigentes concentravam nas mãos de poucos os meios de produção e do conhecimento e, portanto, o poder de tomar as decisões economicamente e politicamente relevantes.

Como Mannheim, Polanyi, durante os anos 30, observava cuidadosamente a “reconstrução” social em curso nos diferentes países, depois da crise final das instituições

---

<sup>28</sup> POLANYI, K., La teoria funzionale della società e il problema della contabilità socialista. In: **La libertà in una società complessa**. Ob. cit., pp. 42 – 51.

<sup>29</sup> Karl Mannheim foi um famoso sociólogo judeu, nascido na Hungria. Foi Privatdozent junto à Universidade de Heidelberg desde 1920 e sucessivamente, a partir de 1934, Professor de sociologia a Frankfurt. Em 1935 deixou a Alemanha Nazista, para se tornar Professor da London School of Economics até sua morte, em 1947.

<sup>30</sup> A propósito da proximidade existente entre a reflexão de Polanyi e de Mannheim ver: CANGIANI M., The continuing crisis of democracy. In: Mc Robbie, Karl Polanyi in Viena - The contemporary significance of The great transformation. Citado, p. 36.

<sup>31</sup> Mannheim, K. Man and Society in an Age of Reconstruction. London: Routledge & Kegan Paul 1954, I, chap. 2; first German edition 1935. Trad. It: MANHEIM, K. **L'uomo e la società in un'età di ricostruzione**. Milão: Edizioni di Comunità, 1959, p. 14.

políticas e econômicas do sistema liberal. Compreendia, assim, que, em geral, tanto a organização pelo mercado capitalista do processo econômico quanto a divisão da sociedade em classes antagônicas continuavam existindo, ao mesmo tempo em que a democracia ou bem permanecia limitada à esfera política, ou era abolida totalmente. Dentro desse quadro geral, as instituições políticas e econômicas do capitalismo liberal haviam-se transformado profundamente, substanciando a passagem para uma nova fase (corporativa) do capitalismo, para um novo modo de ser específico do capitalismo.

Acompanhando de perto a evolução da transformação social, Polanyi reparava que a separação rígida entre as instituições econômicas e aquelas políticas, característica do capitalismo liberal, deixava o lugar à intervenção política sistemática na economia. Não obstante isso, a autonomia da economia persistia, razão pela qual o condicionamento do campo dos interesses sociais gerais e da vida das pessoas pelo mercado capitalista se mantinha intacto. Deste modo, mesmo depois do fim da “sociedade do século XIX”, havia ainda duas tendências políticas opostas entre as quais escolher: a que apontava para o autogoverno político e econômico democrático (no sentido supramencionado), ou que levava a uma sociedade subordinada à racionalidade de mercado e ao poder econômico da classe dominante. Assim, também na nova fase corporativa do capitalismo, a utopia democrática continuava atual.

### **8.3 As transformações dos anos 30**

Os anos 30 viam o declínio das esperanças de uma rápida transição ao socialismo. Apesar disso, Polanyi continuava fiel à sua utopia democrática, fundada, como vimos acima, em atenta análise crítica do capitalismo. Além de procurar fatos e iniciativas que confirmassem sua plausibilidade, ele utilizava a utopia democrática como modelo para entender o rumo que a reconstrução social da época estava tomando. Compreendia, assim, que nas transformações sociais em curso naqueles anos, prevalecia a tendência a ela oposta, embora a medida que isso ocorria fosse diferente nos diversos países.

Para Polanyi, a tendência diretamente contrária à hipótese democrática era o fascismo. Nos países onde o fascismo vencia, a economia capitalista era conservada, enquanto

a democracia política era abolida. Em um artigo de 1933,<sup>32</sup> ele advertia que o fascismo alemão significava a manutenção da “primazia” da economia, não obstante suas declarações proclamassem exatamente o contrário. Também destacava que, na Alemanha, o livre mercado de trabalho, instituição fundamental do capitalismo liberal, era substituído por uma política estatal autoritária de alocação dos trabalhadores e de fixação dos salários. E concluía que, “no Reich”, a “transformação da livre economia numa construção corporativa” não significava a superação do capitalismo, mas sim sua conservação. Como era óbvio, aquelas transformações econômicas se articulavam com mudanças no campo político. Nele, a novidade consistia na negação, pelo “fascismo”, da “legitimidade” do conflito entre os “interesses organizados” do capital e do trabalho, com a paralela destruição da possibilidade de “expressão” política desse conflito, para poder governar sem precisar “escutar as partes”. “O fascismo” operava para “unificar a sociedade” mediante a “abolição da esfera política democrática”.<sup>33</sup> Sua intervenção autoritária, visando responder às exigências da economia capitalista como um todo, acabava por fortalecer sua autonomia e seus limites intrínsecos.

A “abolição” fascista da democracia política significava a concomitante negação da promessa moderna de liberdade individual. No ensaio “A essência do fascismo”<sup>34</sup>, publicado em 1935, Polanyi o interpreta como filosofia política radicalmente antimoderna, cuja natureza última era a rejeição do “individualismo” e de suas remotas raízes cristãs. O fascismo contrapunha à sociedade democrática o “totalitarismo” comunitário cimentado por um “vitalismo” antirracional, enquanto um difuso “pseudomisticismo” e um amplo “racismo” teriam satisfeito os requisitos de “racionalidade tecnológica” e de “nacionalismo” do capitalismo corporativo. Do ponto de vista sociológico, o fascismo se colocava, diante da crise final do capitalismo liberal, como solução alternativa à democracia socialista, em que a individualização do sujeito social, tipicamente moderna, encontraria sua realização plena. A solução fascista, ao contrário, negava a liberdade individual e destruía qualquer iniciativa ou instituição destinada a fazer da sociedade o resultado “da consciente e imediata relação entre as pessoas”. Eliminando as instituições e as iniciativas democráticas, o fascismo inviabilizava até mesmo a possibilidade da ação política individual, reduzindo a vida das pessoas a uma existência meramente econômica. Na nova “ordem estrutural fascista”, o capitalismo corporativo tornava-se “a inteira sociedade”, enquanto os seres humanos eram reduzidos a

---

<sup>32</sup> Polanyi, K. “Hitler e l’economia” (1933). In: **La libertà in una società complessa**, pp. 70-73.

<sup>33</sup> POLANYI K., Marx sul corporativismo . In: POLANYI, K. **La libertà in una società complessa**. Citado, pp. 128-133.

<sup>34</sup> Polanyi, K., L’essenza del fascismo (1935). In: **La libertà in una società complessa**, a cura di A. Salsano, Turim: Bollati-Boringhieri, 1987, pp. 90-117.

“meros produtores”. Paralelamente – observava o autor, dois anos mais tarde, em ensaio sobre a nova situação que se delineava no campo das relações internacionais<sup>35</sup> – o “Estado totalitário” se dedicava ao desenvolvimento de um tipo de ser humano obediente aos padrões e adequado à “guerra total”, escolhida como “resposta final aos problemas da história”.<sup>36</sup>

A reconstrução corporativa da sociedade de mercado e capitalista não acarretava necessariamente o fim da democracia política e do pluralismo social. Nos Estados Unidos, por exemplo, durante os anos 30, a transformação social se manifestava politicamente no conflito entre Roosevelt e a Corte Suprema quanto à constitucionalidade da legislação do *New Deal*, dentro de um quadro em que a democracia política sobrevivia. Tal conflito explodiu em 27 de maio de 1935, com a sentença Schechter proferida pela Corte Suprema, que declarava inconstitucional a legislação *National Recovery Administration*, com a qual o presidente Roosevelt pretendia implementar a organização corporativa do capitalismo norte americano.

A legislação *National Recovery Administration* – mediante a qual Roosevelt tinha introduzido os Códigos,<sup>37</sup> ab-rogado a lei *antitruste*, regulado as atividades no setor agropecuário, instituído o subsídio desemprego e a aposentadoria, entre outras providências – superara de uma só vez quase todo o enorme atraso em que a organização econômica dos Estados Unidos – o não obstante o considerável crescimento de sua economia durante a década de 20 – ainda se encontrava em relação à Europa, no começo dos anos 30. Com essa legislação, os Estados Unidos tinham conseguido, ainda, superar rapidamente a crise econômica, iniciando um novo ciclo de expansão conjuntural.<sup>38</sup> Assim sendo, embora numerosos fatores (como, por exemplo, a luta política entre os partidos) ainda pudessem influenciar profundamente a dinâmica da transformação<sup>39</sup> corporativa<sup>40</sup> do país, esse processo dificilmente poderia ser revertido.

---

<sup>35</sup> Polanyi, K., **Europa 1937: Guerre esterne e guerre civili**. Roma: Donzelli, 1995.

<sup>36</sup> Polanyi, K., *ibid.* p. 54.

<sup>37</sup> Tratava-se de acordos com valor normativo: seu respeito, com efeito, era garantido juridicamente porque tinham sido estabelecidas por lei as consequências civis e penais de seu eventual desrespeito. Os Códigos proibiam o emprego de jovens com menos de 16 anos, introduziam a contratação coletiva, estimulavam o desenvolvimento do sistema sindical e ensejavam a possibilidade de fixar (por setores industriais ou então por regiões) seja os preços mínimos, seja o tempo máximo do trabalho e os salários mínimos. Em geral, portanto, os Códigos possibilitavam uma auto-administração (corporativa) da indústria capitalista.

<sup>38</sup> Ver a tal propósito: POLANYI, K. L’America nel crogiolo. In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 196-203.

<sup>39</sup> Ver a tal propósito: POLANYI, K. Roosevelt in lotta. In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 204-206.

<sup>40</sup> Ver a tal propósito: POLANYI, K. Il diritto del lavoro negli U.S.A. In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, p. 217.

Percebendo a irreversibilidade das reformas feitas pelo presidente Roosevelt desde os meados de 1933,<sup>41</sup> a Suprema Corte começava, aos poucos – julgando a constitucionalidade de cada um dos novos decretos com os quais o presidente dava continuidade ao *New Deal*<sup>42</sup> – a abandonar sua interpretação rígida das normas constitucionais, que tinha levado, anteriormente, com a sentença Schechter, à anulação da *National Recovery Administration*. Um primeiro e importante sinal da mudança na interpretação dada pela Suprema Corte foi, entre março e abril de 1937, a declaração de constitucionalidade do *National Labour Relations Act*, decreto sobre as relações trabalhistas assinado por Roosevelt em 5 de julho de 1935. Entretanto, ainda em meados de 1937, a posição da Suprema Corte não havia se revertido completamente: declarando inconstitucional o *Agricultural Adjustment Act* (que regulava as atividades do setor agropecuário), o tribunal demonstrava ainda perigosa oscilação entre sua interpretação originária e rígida e aquela que o governo dava da Constituição<sup>43</sup>, e a continuidade do *New Deal* não deixava de ser, pois, bastante incerta. Para a superação desse impasse, Roosevelt tentou a reforma da Suprema Corte (*Judicial Procedures Reform Bill – 1937*)<sup>44</sup>, almejando eliminar a resistência que ela

---

<sup>41</sup> No âmbito destas reformas foi criada por Roosevelt, com lei de 18 de maio de 1933, a *Tennessee Valley Authority*. Segundo Polanyi, esta empresa pública surgiu visando propiciar condições de bem estar geral para a população da vastíssima área da bacia do rio Tennessee. Para tanto previu-se a implementação simultânea de diferentes projetos que pretendiam resolver problemas entre eles encadeados, cuja superação não teria sido possível de outra forma. A construção das represas, que fazia parte de uma série de obras de adequação hidrogeológica do território, permitiria a navegabilidade do rio e, portanto, o transporte fluvial, bem como a produção de energia hidrelétrica. A disponibilidade de energia barata permitiria a reconversão das obsoletas fábricas de explosivos, lá existentes, em indústrias para a produção de adubo. A pesquisa necessária para a produção do adubo acarretaria uma pesquisa mais ampla e concernente à agricultura. A EXIGÊNCIA de abrigar a mão de obra necessária à construção das represas e as demais obras de adequação hidrogeológica estimularia o desenvolvimento de pesquisas urbanísticas relacionadas especificamente com as características ambientais locais da bacia, etc. Tratava-se, portanto, de uma novidade assaz importante num país onde a atividade econômica era levada adiante por indivíduos isolados, motivados pela busca do lucro e operantes no livre mercado. Ela inseria-se num mais vasto projeto de salvaguarda racional e de utilização econômica pública de todos os recursos naturais do país, projeto que limitava, portanto, radicalmente o *laissez-faire*. (Ver a tal propósito: POLANYI, K. La TVA: um experimento econômico americano. In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 207-216).

<sup>42</sup> Tratava-se, por exemplo, do *Social Security Bill*, que dizia respeito à introdução de um sistema de segurança social, do *Wagner Labour Disputes Bill*, que introduzia a composição, obrigatória por lei, das querelas trabalhistas no âmbito da jurisdição concernente aos conflitos do trabalho, do *Banking Bill*, que aumentava decididamente a influência estatal no sistema bancário, do *Public Utilities Holding Bill*, que ensejava a possibilidade de uma municipalização das empresas de gás, de energia elétrica, de água e de transportes coletivos urbanos, entre outros.

<sup>43</sup> Ver a tal propósito: POLANYI, K. La costituzionalità della legge sindacale In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 218-220.

<sup>44</sup> Roosevelt, tentando diluir a tendência conservadora da corte, idealizou o *Judicial Procedures Reform Bill* (1937), que ficou conhecido como *Court-Packing Plan*: ele propôs ao Congresso, em 5 de fevereiro de 1937, lei aumentando a composição da Corte para quinze juízes e estabelecendo a nomeação de um juiz adicional, até o máximo de seis, para cada outro que superasse a idade de 70 anos e 6 meses. Como aquela era, na época, a mais velha Corte da história (a *Old Court*), Roosevelt poderia então nomear seis juízes de uma só vez

ainda opunha à legislação do *New Deal*. Embora a reforma nunca tenha sido aprovada pelo Congresso, paulatinamente a Corte acabou se alinhando a Roosevelt<sup>45</sup>, garantindo o avanço da transformação corporativa do capitalismo norte-americano.

No livro *A grande transformação*, de 1944, Polanyi explica teoricamente a multiforme passagem de uma fase específica da sociedade de mercado e capitalista para outra, articulando constantemente conceitos de alcance mais geral e conceitos mais específicos. Os conceitos específicos descrevem a história do “sistema de mercado”, que o autor designa, às vezes, como “a sociedade do século XIX”, cujas instituições fundamentais, indicadas logo no início do livro, haviam sido o “mercado autorregulável”, o “Estado liberal”, o “*Gold Standard*” e o “equilíbrio de poder” entre as potências. A história do “sistema de mercado” pressupõe um contexto mais geral de pertencimento social: a sociedade moderna, com sua organização capitalista e de mercado da economia e sua inexorável divisão de classes. Nesse plano, os conceitos gerais descrevem fenômenos que se estendem ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo como um todo, tais como, por exemplo, “o processo de destruição de estruturas sociais para extrair-lhes o elemento trabalho”, começado no século XVI e ainda não concluído.<sup>46</sup> Por outro lado, a instituição do mercado de trabalho livre, que havia sido concluída plenamente, na Inglaterra, já durante a década de 1830, como consequência da “política do *laissez faire*”, diz respeito apenas e tão somente ao “sistema de mercado”. Tal sistema havia constituído a primeira forma concreta de existência da organização capitalista e de mercado da sociedade. Sua estrutura institucional específica, em crise desde a Primeira Guerra Mundial, havia-se transformado profundamente após 1929. Quanto ao mercado de trabalho, podia-se observar dois exemplos contrastantes dessa transformação: *National Labor Relations Act*, assinado por Roosevelt em 1935, e a legislação autoritária dos regimes fascistas. Embora diferentes entre si, mantinham na venda e a compra da força de trabalho sua característica comum.<sup>47</sup>

Como demonstrava o caso inglês, a transformação social do capitalismo liberal, mesmo nos países onde as instituições político-democráticas não eram abolidas, implicava uma sólida hegemonia da classe dominante. Na Grã Bretanha, o fato crucial no

---

e, assim, abarrotar a Suprema Corte com homens que apoiassem o *New Deal*. A lei nunca chegou a ser aprovada, mas a longa permanência do presidente no cargo fez com que acabasse obtendo a modificação na composição da corte, após a saída de vários juízes.

<sup>45</sup> Ver a tal propósito: POLANYI, K. La ritirata strategica di Roosevelt. In: **Cronache della grande trasformazione**, *ob. cit.*, pp. 221-222.

<sup>46</sup> POLANYI, K., **La grande trasformazione**, citado p. 211.

<sup>47</sup> Cfr. CANGIANI M., The continuing crisis of democracy. In: Mc Robbie, **Karl Polanyi in Viena - The contemporary significance of The great transformation**. Citado, p. 36.

desenvolvimento da luta de classes havia sido o fracasso da greve geral de 1926, que permitira à classe dominante encerrar um longo período de conflito social agudo mantendo sua posição de domínio.<sup>48</sup> A partir daquele momento, por iniciativa e sob o controle da classe dominante, a reforma da economia capitalista tornara-se factível. Poucos anos mais tarde, a transformação começava com uma mudança nas instituições políticas democráticas, que não chegava ao extremo de destruí-las. Em 1931, participando do Governo Nacional com representantes trabalhistas, conservadores e liberais, o líder laborista Macdonald infringia o princípio da alternância política e interrompia “as tradições da democracia em prejuízo das massas”.<sup>49</sup> Agora, sem o medo de um governo popular, instituições importantes do sistema liberal clássico – como o Padrão Ouro e o livre comércio – podiam ser abandonadas e substituídas. Aquelas que antes eram vistas como prejudiciais “interferências” políticas na esfera econômica podiam ser entendidas como intervenções oportunas. Faziam parte daquelas que eram consideradas agora como intervenções políticas oportunas na economia, por exemplo, as propostas do conservador Harold Macmillan, que, se realizadas, teriam levado a uma espécie de “*bourgeois planned economy*” por meio de uma “voluntária autoadministração e autodefesa da indústria”,<sup>50</sup> ou seja, a uma solução oposta ao programa de socialização democrática da economia. Antagônico à solução democrática e socialista do problema da autonomia da economia capitalista era, ainda – do outro lado do espectro político – o plano discutido em 1934 pelas *Trade Unions* e pelo *Labour Party*: tal plano estava em sintonia com “concepções democrático-corporativas”, pois previa não apenas a assunção, pelos sindicatos, do papel de representante dos interesses das diversas categorias de trabalhadores, mas também a abdicação de qualquer pretensão de participar à direção responsável das empresas.<sup>51</sup>

A reorganização democrático-corporativa do capitalismo pressupunha também um consenso mínimo dos trabalhadores. Junto com a racionalização da indústria, a conquista do apoio dos trabalhadores constituía, em 1928, o principal objetivo das reformas propostas em *Britain's Industrial Future*, um relatório publicado pelo *Liberal Industrial Enquiry*, promovido pelo Partido Liberal e especialmente por Loyd George, e que contou com a participação de Keynes. Além de planos para a reconstrução industrial e para uma mais direta intervenção do estado na economia, o relatório havia proposto o reconhecimento das *Trade*

---

<sup>48</sup> Polanyi, K. "Problemi dello sciopero generale in Inghilterra" (1926). In: **Cronache della grande trasformazione**, pp. 41-49.

<sup>49</sup> Polanyi, K. "Democrazia e moneta in Inghilterra" (1931). In: *ibid*, cit., pp. 81.

<sup>50</sup> Polanyi, K. L'economia pianificata secondo i teories, (1934). In: *ibid*, p. 170.

<sup>51</sup> Polanyi, K. Il congresso sindacale di Weymouth.(1934). In: *ibid*, p. 164.

*Unions* como representantes dos interesses dos trabalhadores. Ademais, tal relatório havia sugerido a oportunidade de uma ativa difusão da convicção de que entre trabalho e capital existiam mais interesses em comum que razões de conflito. Subjacente àquele relatório houvera um forte “pragmatismo psicológico”: a opinião dos trabalhadores sobre sua situação parecia ser mais importante que a realidade de fato.<sup>52</sup>

No final dos anos 20, o ponto de vista sustentado pelos reformadores sociais liberais ingleses não se limitava absolutamente à Grã Bretanha. Tal ponto de vista, por exemplo, estava em sintonia com as ideias que, em 1929, Josef Schumpeter<sup>53</sup> havia manifestado em conferência da reunião dos industriais alemães. Além da usual apologia da figura do empresário, ele havia assinalado novas funções e novas responsabilidades para a “camada dirigente”. Os membros dessa camada deveriam ter tomado a seu cargo também a liderança social, comprometendo-se a difundir no povo a “crença” de que o bem comum era o objetivo e o resultado da atividade empresarial.<sup>54</sup> Destarte, teria sido possível obter a cooperação responsável dos trabalhadores, sem mudar os fundamentos gerais da sociedade. Segundo G. D. H. Cole, ao contrário, o “espírito cooperativo” se teria difundido amplamente dentre os trabalhadores só com a realização da “democracia industrial”, num sistema de “*Guild Socialism*”.<sup>55</sup>

A contraposição política entre a posição defendida por Schumpeter e as ideias sustentadas pelos expoentes da corrente de pensamento socialista e democrático continuou também na década de 1930, nos anos da reforma do capitalismo. Em 1934, Polanyi observava que a relação recíproca entre as instituições políticas democráticas e o domínio capitalista na economia, que havia sido uma relação harmônica no início do capitalismo liberal, havia-se transformado numa relação de incompatibilidade recíproca. Não obstante a desilusão já tivesse tomado o lugar da esperança de um desenvolvimento da democracia a curto prazo, ele sustentava que, diante daquela incompatibilidade, a sociedade deveria “manter a democracia e abolir o capitalismo”.<sup>56</sup> No ano seguinte, Schumpeter registrou, de forma semelhante àquela polanyiana, que: “As ideias da democracia política, que a burguesia havia adotado no tempo

---

<sup>52</sup> Polanyi, K. *Riforme sociali liberali in Inghilterra* (1928). In: **Cronache della grande trasformazione**, pp. 55-64.

<sup>53</sup> Para a reconstrução das ideias e da posição defendida por Schumpeter utilizarei principalmente CANGIANI, M., *The continuing crisis of democracy*. In: Mc Robbie K., **Karl Polanyi in Viena - The contemporary significance of The great transformation**. Ed. Black Rose Books, 2006, p. 37 e seguintes.

<sup>54</sup> J. A. Schumpeter: *Economia e psicologia dell'imprenditore*, em, do mesmo autor, **L'imprenditore e La storia dell'impresa**, aos cuidados de A. Salsano, Turim, Bollati-Boringhieri, 1993, pp. 89-90.

<sup>55</sup> G.D.H. Cole: “*Guild Socialism restated*”, London, E. L. Parsons, 1920, p. 58.

<sup>56</sup> K. Polanyi, *Fascismo e marxismo, La libertà in una società complessa*, citado, p. 120.

de sua servidão, se demonstraram incompatíveis com os princípios essencialmente monárquicos sobre os quais se funda a organização da produção”.<sup>57</sup> Em seu último escrito, *The march into socialism*, Schumpeter se queixa que o pensamento racionalista, difundido pelo próprio capitalismo, tivesse acabado por “destruir aquelas formas de lealdade e aquelas estruturas hierárquicas cuja existência seria essencial para a eficiência da liderança institucionalizada do sistema produtivo,<sup>58</sup> mostrando, assim, inequivocamente, a distância que separava sua hipótese política da utopia democrática de Polanyi.

#### 8.4 Qual democracia?

Avançando na mesma direção indicada pelas ideias supramencionadas, Schumpeter, em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*<sup>59</sup>, publicado em 1942, confutava abertamente a teoria clássica da democracia. Para ele, nem o bem comum, nem os modos para consegui-lo podiam ser “univocamente” definidos. Visto que supunha a existência de um bem comum perceptível por todos e qualquer um, o conceito de “Vontade Geral” (do povo), “utilizado pelos utilitaristas”, deveria ser rechaçado.<sup>60</sup> As decisões políticas não podiam mais ser reconduzidas à vontade de indivíduos livres e racionais. O campo em que os indivíduos demonstravam certo nível de conhecimento da realidade e certo grau de responsabilidade era muito restrito. À medida que os problemas se tornavam mais gerais, tanto sua inteligência, como seu rigor moral, afrouxavam-se; e deveria se considerar quanto suas opiniões e suas atitudes dependiam, ademais da propaganda e de outros métodos de persuasão, também da psicologia de massa.

A partir dessa crítica realmente contundente, Schumpeter propunha uma “outra teoria da democracia”. Segundo o autor, o processo democrático deveria continuar a ser exatamente o que era: uma competição eleitoral formalmente livre, numa sociedade dominada por uma esfera econômica autônoma. Nos países onde a democracia havia sobrevivido, as lideranças dos partidos agiam como empresários que oferecem bens políticos, enquanto os

---

<sup>57</sup> J. A. Schumpeter, “Can Capitalism Survive?” a lecture edited by R. Swedberg as “Appendix”, to his article “Can Capitalism Survive?” Schumpeter's answer and its relevance for new institutional economics, *Archives européennes de sociologie*, XXXIII, 1992, 337.

<sup>58</sup> Schumpeter, J. A., “Rumo ao socialismo”. In: do mesmo autor: “Capitalismo, socialismo, democracia”, Milão, Libri, 1984, p. 387.

<sup>59</sup> J. A. Schumpeter, **Capitalism, Socialism, and Democracy**. London: Allen & Unwin, 1943.

<sup>60</sup> *Cfr.* Schumpeter, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Citado, e especialmente p. 241.

votantes se comportavam como consumidores. Via de regra, o sistema político era oligopolista, e a oferta criava a demanda. A decisão dos eleitores era necessariamente moldada pelas elites e “forjá-la era parte essencial do processo democrático”.<sup>61</sup> Na realidade, tanto as decisões dos eleitores como também os problemas que delas eram objeto eram manipuladas pela utilização de “técnicas parecidas com aquelas usadas pela publicidade comercial”. Além disso, os fatos demonstravam que o povo soberano não colocava e nem solucionava qualquer problema relevante, e que, ao contrário, os problemas com os quais seu futuro se relacionava eram normalmente postos e resolvidos (de cima) para ele.<sup>62</sup>

A “teoria da democracia” de Schumpeter era sintomática da fisionomia que a principal corrente do pensamento liberal tinha assumido na nova conjuntura do capitalismo corporativo. Nos anos da Segunda guerra mundial, outro famoso exemplo da então renascente ideologia liberal era o livro *O caminho da servidão*<sup>63</sup>, de F. A. Hayek, publicado, assim como *A grande transformação* de Polanyi, em 1944.<sup>64</sup> Polemizando com os pensadores neoliberais, Polanyi sustentava que, naquele momento, a harmonia que existira, no início do capitalismo, entre as instituições políticas e aquelas econômicas, se transformara em incompatibilidade recíproca. Segundo Hayek, ao contrário, a liberdade inerente à economia capitalista e de mercado constituía sempre, abstratamente, o verdadeiro fundamento e a única garantia para a liberdade política e a democracia. Como para Hayek, também para Schumpeter a democracia era uma esfera sempre, naturalmente, separada da economia. E, segundo Schumpeter, numa economia organizada separadamente, não democraticamente, a hierarquia de funções tecnicamente definidas, caracterizada por uma incondicionada “lealdade” dos subordinados, teria garantido a “eficiência” dos dirigentes e o crescimento econômico, que constituía não apenas o objetivo natural, mas também o bem comum da sociedade. Após o fim da Segunda guerra mundial, essa nova tendência do pensamento liberal se manteve viva no campo teórico – não obstante sua obsolescência – porque legitimava o capitalismo de mercado, mas permaneceu, por mais de três décadas, politicamente recessiva. A iniciativa política democrático-socialista, por sua vez, deixou de existir após a derrota do austromarxismo, que fora seu núcleo político mais importante. No plano teórico, o pensamento democrático-socialista, com o advento da Guerra Fria (que contrapôs mundialmente o capitalismo e o

---

<sup>61</sup> Cfr. Schumpeter, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Citado, e especialmente p. 269.

<sup>62</sup> Cfr. *Ibid.*, p. 252.

<sup>63</sup> Hayek Friedrich, *The Road to Serfdom*, Routledge, London 1944.

<sup>64</sup> Como já destaquei acima, em 1944 também L. Von Mises dava sua contribuição à fundação de um novo liberalismo, publicando *O Estado onipotente*. Cfr. Mises Ludwig Von., *Omnipotent Government - The Rise of the Total State and Total War*, Yale University Press, 1944.

comunismo), sobreviveu, não sem dificuldades, durante as décadas de 1950 e 1960. Naquele período, de fato, ideias socialistas alternativas ao sistema soviético eram silenciadas no Leste, e no Oeste capitalista permaneceram marginalizadas, num cenário dominado pelo pensamento democrático corporativo. O pensamento democrático-socialista só voltou a despertar interesse a partir da década de 1970, quando o modelo de desenvolvimento do pós-guerra entrou em crise.

## Considerações Finais

Os problemas de nosso tempo se originaram, sob muitos aspectos, durante a década de 1930. As transformações sociais daquela década tornavam rapidamente obsoleto o arranjo institucional do capitalismo liberal, no qual havia existido, pelo menos formalmente, durante um século, uma separação rígida entre economia e política. Os anos 30 viam a formação do capitalismo corporativo, que se caracterizava pela intervenção sistemática do Estado na economia e, concomitantemente, pelo papel cada vez mais imediatamente político das organizações econômicas privadas, cujo poder era tendencialmente crescente. Essa nova e duradoura promiscuidade institucional impunha uma alternativa política radical, que, apesar das enormes mudanças, ainda hoje persiste. De forma realista, Polanyi reconhecia a inevitabilidade daquela alternativa, defendendo que a sociedade precisaria escolher entre dois opostos: a extensão dos valores democráticos da política à economia, que ele apoiava, ou a conservação do capitalismo e a difusão de seus princípios à esfera política. Os expoentes da corrente neoliberal, ao contrário, continuavam postulando, ideologicamente, a separação entre capitalismo e democracia. Eles pretendiam proteger de qualquer intervenção política os direitos de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse e, paralelamente, reduzir a democracia a uma mera competição eleitoral formalmente livre. Acreditavam que o crescimento econômico quantitativo fosse, sempre e de por si só, um valor, e que o mecanismo de mercado e a motivação do lucro fossem o modo melhor para perseguir-lo. Subtraindo a definição dos meios e dos fins da atividade econômica à competência da democracia, o sistema social por eles preconizado privava os cidadãos da possibilidade de determinar livremente suas condições de existência em um aspecto crucial: aquele econômico.

A ideologia neoliberal, embora implicasse uma redução significativa da esfera da liberdade individual, teve sucesso teórico e prático, pois refletia bastante bem algumas tendências reais da vida política e econômica contemporânea. As ideias de Hayek e Von Mises começaram a ganhar terreno no debate teórico ao longo da década de 1970, quando as economias de todo o mundo capitalista avançado caíram em uma longa recessão<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr. ANDERSON, Perry, Balanço do Neoliberalismo Em: **Pós Liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Organizadores: Emir Sader e Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 10.

Concomitantemente, a teoria política de Schumpeter passou a ser considerada a maior referência dos liberais sobre a democracia. O programa desses autores passou a ter uma influência política direta a partir do final da década de 1970, quando começou a ser aplicado para solucionar a crise do modelo de desenvolvimento do pós-guerra. A partir do início dos anos 80 – inicialmente só nos países de capitalismo avançado e, posteriormente, em áreas cada vez mais abrangentes do mundo – o modelo neoliberal foi aplicado em várias versões locais, de forma mais extremada ou mais branda, quer por governos explicitamente de direita, quer por governos que se autoproclamavam de esquerda. Sob a hegemonia da ideologia neoliberal, ao longo das últimas três décadas, os resultados do processo social se tornaram, do ponto de vista da cidadania, cada vez piores. Apesar disso, o projeto neoliberal surpreendentemente ainda demonstra uma vitalidade impressionante.

## **I – A democracia no capitalismo corporativo**

A história moderna é um processo caracterizado pela luta entre a intenção de construir uma sociedade fundada na liberdade, na igualdade e na responsabilidade dos indivíduos, e a tendência, a ela oposta, à limitação ou até mesmo à destruição das condições, institucionais e culturais, necessárias à individualização do sujeito social. De acordo com Polanyi, o fascismo foi, em primeiro lugar, um fenômeno conjuntural. A crise final das instituições políticas e econômicas do capitalismo liberal havia levado à “incompatibilidade” entre democracia e capitalismo. Diante da alternativa que essa situação impunha, a sobrevivência do capitalismo “em formas não liberais, isto é, corporativas”<sup>2</sup> exigiu, em alguns países, a vitória do fascismo e a correspondente abolição da democracia. Mas, além de sua dimensão conjuntural, o fascismo foi também a expressão de uma tendência geral rumo à destruição da autêntica “substância da democracia”: em direção de uma “ordem estrutural da sociedade que exclui a dependência do todo da vontade e dos propósitos conscientes dos indivíduos que a constituem”<sup>3</sup>. Do ponto de vista dessa tendência geral, por exemplo, a organização autônoma da opinião pública, baseada na democracia em pequenos grupos, deveria ser afrouxada ou impedida. Não obstante a derrota dos regimes fascistas na Segunda guerra mundial, a tendência antidemocrática não desapareceu da história ocidental. As iniciativas em favor da conservação e do fortalecimento dos princípios subjacentes ao

---

<sup>2</sup> POLANYI K., *L'essenza del fascismo*, citado, p. 96.

<sup>3</sup> *Ibid*, pp. 116-117.

capitalismo, de fato, continuaram a operar durante as décadas seguintes, definindo – em conflito com as forças em prol da democracia e de seus valores fundamentais – o rumo do desenvolvimento social.

As décadas de 1950 e 1960, que muitos autores descreveram justamente como a idade de ouro do capitalismo, viram a sociedade ocidental se desenvolver sobre os trilhos do modelo democrático corporativo, surgido com a transformação social do capitalismo da década de 1930.<sup>4</sup> Como se sabe, a grande empresa privada não desaparecera com o fim do mercado autorregulável e do Estado liberal, durante os anos 30. Naquela ocasião, Polanyi logo compreendera que as grandes empresas capitalistas não cessariam de existir em decorrência da difusão do capitalismo organizado e do intervencionismo político do Estado democrático na economia. Ele salientara, por exemplo, que a política de Roosevelt, e até o princípio de que “a produção é uma questão de interesse público”<sup>5</sup>, permitiam ao capitalismo de mercado sobreviver e até mesmo se fortalecer. Para ele, portanto, estava claro que intervenções políticas, tais como a redistribuição da renda, a regulação dos preços, as medidas concernentes aos *trustes* e aos cartéis, o controle do mercado financeiro, a instituição de empresas públicas e autarquias destinadas à satisfação de necessidades sociais, as legislações trabalhistas e da previdência social, não teriam dificultado (como de fato não dificultaram) o desenvolvimento do sistema da empresa privada na nova fase, corporativa, do capitalismo.

No capitalismo liberal, a separação formal entre instituições políticas e econômicas se fundara seja sobre a hipótese da autorregulação de mercado do sistema econômico, seja sobre o domínio da classe (burguesa) tanto na esfera econômica e quanto naquela política. A razão principal da crise da primeira fase do capitalismo de mercado – cujo ápice foi a transformação corporativa dos anos 30 – fora não apenas o crescimento das grandes empresas (resultado do próprio sistema de livre concorrência), mas também o considerável poder político adquirido pela classe trabalhadora. No novo contexto do capitalismo corporativo, a ação das grandes empresas oligopolistas, juntamente com a

---

<sup>4</sup>Gostaria de salientar desde já o fato que – embora a a reestruturação democrático corporativa do capitalismo dos anos 30 tenha criado o modelo de desenvolvimento seguido, durante a idade de ouro do capitalismo, pelo processo social– a acelerada internacionalização das economias dos países mais avançados que a definiu não tinha origem na década de 1930, caracterizada, ao contrário, por uma acentuada autarquia das economias nacionais. A nova internacionalização da economia dos países de industrialização avançada, que surgia basicamente da guerra fria (a qual, por sua vez, surgiu da hostilidade das potências capitalistas contra a URSS) foi provavelmente a causa principal do fim da depressão prolongada, que se iniciara com a crise econômica mundial de 1929, e o início do extraordinário período de expansão econômica, que caracterizou as décadas de 1950 e 1960. (A propósito das origens do processo de internacionalização da economia e de suas consequências econômicas benéficas sobre a idade de ouro do capitalismo, ver: Hobsbawm, E. J., **II século breve**. Milão: Rizzoli, 2010, p. 315 e seguintes).

<sup>5</sup> K. Polanyi, **Diritto del lavoro in USA**, 1937, em: Cronache, p. 217.

intervenção sistemática do Estado democrático e de bem estar, passou a condicionar crescentemente o funcionamento do mercado. Ao mesmo tempo, a iniciativa dos poderes econômicos patronais, junto com a ação das organizações sindicais da classe trabalhadora, passou a ter influência crescente sobre a formulação das políticas públicas, as quais, por sua vez, objetivaram cada vez mais o bom funcionamento da economia (capitalista). Desde a década de 1930, portanto, o processo social começou a ser caracterizado pela sistemática regulação da economia e, concomitantemente, pela diminuição da independência das instituições políticas em relação às classes sociais, à qual correspondeu a perda parcial da capacidade do povo soberano de controlar plenamente as decisões públicas.

Na fase liberal do capitalismo, quando os parlamentos representavam somente os interesses dos indivíduos, o principal desafio da tendência democrática fora a inclusão de toda a população ao gozo dos direitos políticos. Com o advento do capitalismo corporativo, cujas instituições políticas, (com membros eleitos pelo sufrágio universal) passaram a representar também os interesses de grupos sociais organizados, a dificuldade das forças democráticas passou a ser a construção de uma representação pluralista (dos interesses dos grupos organizados), bem como sua articulação com a mais tradicional representação dos indivíduos soberanos. Mas não só. Com o crescimento das funções desempenhadas pelo Estado e a simultânea difusão da política de massa, a iniciativa democrática deparou-se com um novo problema: a crescente tendência das instituições políticas a impor seu interesse corporativo e, assim, limitar a realização do interesse público. De fato, quer os aparelhos do Estado, quer os partidos políticos, passaram a existir como aparatos burocráticos e a funcionar como mecanismos socialmente autônomos, dirigidos de forma cada vez mais oligárquica. Na nova fase corporativa do capitalismo, portanto, as forças da democracia tiveram que operar num mundo em que as instituições políticas tendiam a vincular o desempenho de suas funções sociais à realização de interesses de estamento e de domínio próprios.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Gostaria de destacar que o problema supramencionado, da “autorreferencialidade” das instituições políticas, fortalece a hodierna tendência à promiscuidade das instituições políticas e econômicas, típica da fase corporativa de desenvolvimento do capitalismo. Quanto mais o objetivo principal das organizações políticas se torna o de sua própria reprodução e a realização dos interesses gerais do cidadão se reduz, tanto mais elas se tornam fim em si mesmas e tendem a reproduzir e fortalecer a estrutura de poder existente, que, no capitalismo, prevê a autonomia da economia. Ademais, à autonomia da economia corresponde a redução do processo político a uma competição eleitoral fundada na oferta de programas políticos amplamente convergentes, que nunca problematizam a organização capitalista e de mercado da economia, destinada ao constante aumento quantitativo da produção em detrimento de seus aspectos qualitativos.

Não obstante as novas dificuldades postas pela história, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, num contexto ainda impregnado dos efeitos da Segunda guerra mundial<sup>7</sup>, as forças da democracia conseguiram obter resultados importantes do ponto de vista do avanço da cidadania. Na prática, nos países de capitalismo avançado, por meio do Estado democrático intervencionista e de bem estar e das políticas keynesianas, aquelas forças, enraizadas na classe operária, obtiveram peso político significativo e vantagens materiais não desprezíveis. Ao mesmo tempo, elas garantiram, com suas lutas, o pluralismo democrático, da mesma forma que haviam lutado vitoriosamente para o sufrágio universal, na era do capitalismo liberal. Assim, o processo social produziu, sobre a base de um período de desenvolvimento econômico extraordinário, expansão do bem estar social sem precedentes. Contudo, os limites intrínsecos à sociedade democrático-corporativa não foram superados. Como observa C. B. Mac Pherson, durante a idade de ouro do capitalismo foi permitido sim, aos grupos de interesse organizados, agir “para manter seu pedaço de bolo”, mas não “questionar os métodos da confeitaria”.<sup>8</sup>

A Segunda guerra mundial, à medida que eliminou provisoriamente da história a opção do capitalismo fascista e deslocou o ponto de equilíbrio das forças em favor da classe trabalhadora, permitiu ao modelo democrático corporativo tornar-se hegemônico. Durante a idade de ouro do capitalismo, tal modelo – que, surgindo com o propósito de conter o comunismo, pedia altos salários, pleno emprego e bem estar social para garantir o aumento constante da demanda por consumo de massa e, assim, alimentar o crescimento econômico e a modernização – foi aplicado, em diferentes versões locais, por governos reformistas: rooseveltianos nos Estados Unidos e social-democratas na Europa ocidental (entre 1945 e 1950), por governos capitaneados por partidos que se autoproclamavam de direita moderada (durante a década de 1950 e nos primeiros anos 60), e por governos de esquerda moderada (a partir de meados dos anos 60 e ao longo da década de 70). No plano teórico político, o modelo democrático corporativo de desenvolvimento do pós-guerra nasceu do casamento entre a tradição política liberal-democrática e aquela democrática, realizado desde os

---

<sup>7</sup> A Segunda Guerra mundial, nos países de capitalismo avançado, não apenas deslocou o ponto de equilíbrio das forças de classe em favor dos trabalhadores, mas também eliminou provisoriamente a possibilidade de um capitalismo fascista.

<sup>8</sup> C. B. Mac Pherson, *The rise and fall of economic justice*, Oxford University press, 1987, p. 52 e 128. Trad. It. *Ascesa e caduta della giustizia economica*, Roma, ed. Lavoro, 1990. (citado por Cangiani, M. *The continuing crisis of democracy*. Em: Mc Robbie, **Karl Polanyi in Viena – The contemporary significance of The great transformation**. Ed. Black Rose Books, 2006, p.43).

primeiros anos 20 por intelectuais como Hans Kelsen.<sup>9</sup> Uma de suas sínteses contemporâneas mais lúcidas foi o ensaio *Cidadania e classe social*, publicado por Thomas Marshall, em 1950.<sup>10</sup>

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o programa político neoliberal permaneceu apenas na teoria e em forma latente. Foi somente no fim da idade de ouro do capitalismo, com a chegada da crise do modelo democrático corporativo do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa recessão, combinando, pela primeira vez no pós-guerra, baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas de inflação, que as ideias neoliberais começaram a ganhar força.<sup>11</sup> A ideologia neoliberal, contudo, demorou a ser posta em prática: ainda durante a década de 1970, os governos do núcleo mais avançado do capitalismo aplicaram remédios keynesianos às crises econômicas, dentro de um capitalismo limitado pela ação do Estado democrático intervencionista e de bem-estar. Tais políticas não tiveram êxito em reestabelecer as altas taxas de crescimento das décadas anteriores. Isto se deu porque, naquele momento, o morno crescimento econômico já não permitia mais que lucros e salários crescessem simultaneamente, sem que o aumento de um prejudicasse o do outro.

## II – O liberalismo no mundo corporativo

Com a crise econômica se alastrando sob a forma de baixo crescimento econômico prolongado, as forças antidemocráticas retomaram a iniciativa política e econômica. Do ponto de vista econômico, sua ação visou principalmente elevar a taxa de

---

<sup>9</sup> Na história da ideologia liberal-democrática, um lugar central é ocupado pelas reflexões políticas do jurista Hans Kelsen. De fato, enraizada nos ideais da Revolução francesa, a obra política de Kelsen, apresentada pela primeira vez em 1920, nos anos da revolução na Europa, expõe e articula de forma sublime os valores fundamentais do modelo liberal democrático, que predominou ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, quando começou a ser substituída pela ideologia neoliberal. No período que aqui nos interessa, o autor apresentou novamente aqueles valores numa síntese exemplar no importante ensaio *Os fundamentos da democracia*, publicado em 1955. Cfr. KELSEN H., I fondamenti della democrazia em: Kelsen Hans, **La democrazia**. Bolonha: Il mulino, 1998, pp. 189-385.

<sup>10</sup> Cfr. MARSHALL, Thomas H. *Cidadania e classe social*, (1950). Em: **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 57-115.

<sup>11</sup> Economistas neoliberais como Hayek, Mises e Milton Friedman afirmavam que a política keynesiana e de bem estar impedia o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo como nas empresas privadas, pressionando para baixo os lucros, o verdadeiro motor do crescimento econômico capitalista. Sustentavam, outrossim, que a substituição daquela política pelo mercado irrestrito teria reestabelecido as taxas de crescimento das décadas anteriores, bem como teria proporcionado melhor distribuição da riqueza dentro das nações. Como a crise econômica continuava se alastrando, demonstrando a visível impotência das políticas econômicas convencionais aplicadas pelos governos, estas ideias começaram a se difundir rapidamente.

lucros. Nos países de capitalismo avançado, para aumentar a produtividade do trabalho, o sistema de produção foi reestruturado e transformado pela revolução tecnológica (pós-fordista e neofordista). Concomitantemente, buscando empregar mão de obra barata e evitar os sistemas de impostos e as leis de tutela do trabalho e do meio ambiente, gigantescas empresas do mundo rico começaram a instalar fábricas em regiões periféricas do mundo. Como consequência, o crescente desemprego tornou-se estrutural: os empregos perdidos nos maus tempos não retornavam quando os tempos melhoravam. Mas não só. As mudanças no processo de produção e a dinâmica econômica fragmentaram a classe operária, enquanto sua redução numérica ocorreu somente a partir da década de 1980. Além disso, parte significativa das pessoas que ganhavam a vida vendendo seu trabalho braçal por salários passou a ter mais dificuldade de se reconhecer como classe trabalhadora, pois as décadas de ouro haviam amplamente superado a grande pobreza e incerteza econômicas, a maciça segregação social, os estilos de vida próprios e a limitação de oportunidades de vida e educação que haviam caracterizado a classe operária durante a primeira metade do século. Estes fatos começaram a produzir, já durante a década de 1970, um rápido enfraquecimento dos partidos e movimentos que mobilizavam a massa pela identidade de trabalhador e que, antes, tinham sido imensas forças políticas.<sup>12</sup> O declínio dos sindicatos e dos partidos que apelavam à identidade de trabalhador se agravou cada vez mais durante as décadas de 1980 e 1990, manifestando um progressivo deslocamento do ponto de equilíbrio das forças em favor da classe dominante.

No campo político, a nova iniciativa econômica e social das forças antidemocráticas começou ao longo da segunda metade dos anos 70, quando os partidos de direita passaram a aceitar abertamente as ideias sustentadas pelos defensores do livre mercado. Segundo o novo discurso, o crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos econômicos tivessem sido restabelecidos. Para tanto, era preciso manter “um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a

---

<sup>12</sup> Para uma descrição mais detalhada desses processos ver: Hobsbawm, E. J., **II século breve**. Milão: Rizzoli, 2010, p. 359 e seguintes.

dinamizar as economias avançadas”<sup>13</sup>, nas quais as políticas keynesianas e a intervenção do Estado democrático e de bem estar haviam “tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado”.<sup>14</sup> Com a rápida difusão desse discurso, neoliberal, na direita política, cessava de existir a hegemonia do programa democrático corporativo, que havia predominado durante a idade de ouro.

A Inglaterra foi, a partir de 1979, com a eleição do governo Thatcher, o primeiro país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Durante os anos 80, começando pelos Estados Unidos sob o presidente Reagan, todos os países do núcleo mais avançado do capitalismo, com exceção da Suécia, Áustria e Japão, seguiram o exemplo inglês. Neles, o modelo neoliberal foi então aplicado com zelo, embora em variadas versões locais, quer por governos explicitamente de direita, quer por governos que se autoproclamavam de esquerda. Durante os anos 90, a política continuou sendo ditada pelos parâmetros de um revigorado neoliberalismo em todo ocidente avançado<sup>15</sup>, enquanto a hegemonia da ideologia neoliberal se difundiu rapidamente também nos países do ex-bloco soviético da Europa oriental e na América Latina.<sup>16</sup> Aqueles anos viram também a ideologia neoliberal avançar rapidamente em outras terras, até então intocadas por sua influência. Na Ásia, por exemplo, a Índia e o Japão começaram a se adaptar ao paradigma

---

<sup>13</sup> ANDERSON, Perry, *Balanço do Neoliberalismo Em: Pós Liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático/ organizadores Emir Sader, Pablo Gentili*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 12.

<sup>14</sup> *Ibid*, p. 12.

<sup>15</sup> Parece-me que uma das razões fundamentais da persistência e do fortalecimento da hegemonia do neoliberalismo durante os anos 90 foi a queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética (ocorrida entre 1989 e 1991), cujo efeito teórico imediato foi a legitimação das correntes de pensamento realistas e filocapitalistas, e o paralelo afrouxamento das correntes críticas e utópicas. Além disso, a vitória do Ocidente na Guerra Fria não foi o triunfo de qualquer capitalismo sobre o adversário comunista, mas o triunfo do capitalismo neoliberal. Nos Estados Unidos, desde o fim da Segunda guerra mundial, o tema da Guerra fria ocupara um lugar central no discurso neoliberal. Tal discurso fomentara preponderantemente a competição militar com a União Soviética, concebida como estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista. Partindo desse ponto de vista, Reagan, durante os primeiros anos 80, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes. Tal competição de arsenal bélico envolveu gastos militares enormes, os quais criaram um déficit público gigantesco. Esse recurso a um *keynesianismo* militar – lembrando fortemente alguns aspectos cruciais da política econômica hitleriana dos anos 30 – ao criar um déficit maciço na balança dos pagamentos, desrespeitou decididamente a disciplina orçamentária que os neoliberais exigiam, de forma intransigente, na Europa. Não obstante isso, a política de rearmamento do presidente Reagan alcançou seu objetivo, pois foi decisiva para o desabamento final da economia soviética. Na política interna, deve-se ressaltar, Reagan foi mais ortodoxalmente neoliberal: em um país onde quase não existia o Estado de bem-estar, ele também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e esgotou a única greve séria de sua gestão.

<sup>16</sup> Os defensores do livre mercado dominaram as políticas de governo e os pontos de vista da direita e da esquerda oficiais a partir da década de 80. No Chile, entretanto, desde 1973 os defensores do individualismo irrestrito começaram a dominar a política do governo, quando o regime popular foi derrubado e a ditadura militar terrorista de Augusto Pinochet permitiu a assessores norte-americanos lá instalar uma economia de livre mercado irrestrita. Aquela cruel e sangrenta ditadura militar teve a “honra” de ser pioneira da onda neoliberal da história contemporânea.

neoliberal.<sup>17</sup> Na Europa, por sua vez, até mesmo a Suécia e a Áustria, os países social-democratas mais típicos, abandonaram seu caminho anterior e se converteram ao modelo neoliberal. No final do século XX, num contexto em que a dinâmica política era sempre conservadora, quer protagonizada por partidos e governos de direita, seguidores convictos da ideologia neoliberal, quer por governos e partidos com etiquetas de esquerda, que se proclamavam adversários e opositores dos neoliberais, o neoliberalismo triunfava em escala mundial.

Do ponto de vista econômico e social, as políticas neoliberais dos anos 80 e 90, amplamente influenciadas pelas ideias de Hayek e Von Mises,<sup>18</sup> pretenderam basicamente reestabelecer as altas taxas de crescimento das décadas anteriores.<sup>19</sup> Em si, as principais medidas tomadas pelos governos com esse fim tiveram sucesso. A prioridade mais imediata do neoliberalismo foi a de deter a inflação alta dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países avançados, a taxa de inflação caiu progressivamente durante as últimas duas décadas do século. Quanto à recuperação dos lucros, o neoliberalismo também obteve sucessos reais e duradouros. As taxas de lucro voltaram a crescer durante os anos 80 e se mantiveram tendencialmente altas durante os anos 90. Um terceiro êxito do neoliberalismo foi o firme crescimento da taxa de desemprego, concebido por seus ideólogos como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente, ao qual correspondeu o declínio do movimento sindical, com a consequente e expressiva contenção dos salários. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países de capitalismo avançado, também constituindo uma tendência duradoura. Em seu conjunto, portanto, as medidas tomadas pelos governos dominados pelo credo neoliberal conseguiram trazer de volta a estabilidade monetária e os incentivos econômicos.

Não obstante o êxito das políticas neoliberais no combate da inflação, no reestabelecimento dos lucros, na destruição do pleno emprego e dos altos salários, e na distribuição desigual da renda, o crescimento econômico acelerado das décadas de ouro não

---

<sup>17</sup>Gostaria de destacar que, além da China, foi nas sociedades do extremo oriente – Japão, Coréia, Formosa, Cingapura, Malásia – que se obtiveram os melhores resultados de crescimento econômico no último quartel do século passado e nelas, justamente, foi onde a receita neoliberal foi aplicada com menor rigor.

<sup>18</sup> Refiro-me aqui às teses sustentadas por esses autores em apoio a um individualismo econômico exacerbado e a um mercado absolutamente livre.

<sup>19</sup> Neste ponto focarei principalmente o desempenho das economias dos países do mundo capitalista desenvolvido, porque continuaram a constituir, no último quartel do século XX, a locomotiva do mundo.

retornou.<sup>20</sup> A razão principal deste resultado, considerado paradoxal pelos economistas neoliberais, foi o fato de que os investimentos produtivos não apenas não cresceram durante os anos 80, mas tiveram aceleração em sua queda, quando comparados aos níveis dos anos 70, seguindo uma curva de longo prazo tendencialmente descendente também nos anos 90. Por sua vez, a recuperação dos lucros não levou à recuperação dos investimentos, principalmente porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. O peso de operações puramente parasitárias cresceu vertiginosamente nesses anos e a tendência, nesse caso, era de alta para o futuro.

No terreno político, num contexto caracterizado pela influência crescente da doutrina política schumpeteriana<sup>21</sup>, durante as últimas duas décadas do século passado as atividades políticas se tornaram cada vez mais exclusividade de elites. De fato, a distância entre elites políticas e cidadãos alargou-se cada vez mais em todas as esferas do poder político. Paralelamente, houve um progressivo declínio da participação política popular, ao qual correspondeu uma redução da capacidade dos indivíduos de compreender os problemas reais e de solucioná-los. Refletindo esse retrocesso da vida democrática, a capacidade dos aparelhos do Estado e dos partidos políticos de desempenhar bem suas funções degradou-se progressivamente.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a tendência das elites políticas de vincular a identificação dos problemas e a elaboração das soluções à sua reprodução no poder se acentuou progressivamente. Cada vez mais, em troca de votos, as elites políticas democráticas passaram a oferecer a grupos de interesse (corporativos) programas políticos atraentes e altamente convergentes, normalmente compostos por vantagens econômico-materiais. Paralelamente, as iniciativas e as propostas de reforma, sobretudo aquelas economicamente pouco vantajosas, concernentes, por exemplo, à formação moral e intelectual de pessoas aptas ao autogoverno político e econômico, à segurança pública ou ao equilíbrio ecológico, se

---

<sup>20</sup> A história do quarto de século pós-1973 é a de um mundo afetado pela crise econômica. Por certo, as décadas de crise que se seguiram àquele ano não constituíram mais uma “Grande depressão”, no sentido dos anos 30. O crescimento da economia capitalista global continuou, mas em ritmo visivelmente mais lento que durante a Era de ouro. Claro, o desempenho da economia mundial foi também muito diferente nas diversas partes do globo. Mas, mesmo nos países de capitalismo avançado, reapareceram a pobreza, o desemprego de massa, a insegurança e a precariedade – isto é, os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da Segunda guerra mundial e que a Era de ouro parecia ter superado. O reaparecimento desses fenômenos foi parte de um impressionante aumento da desigualdade social e econômica, resultado imediato da aplicação do modelo neoliberal pela política.

<sup>21</sup> Refiro-me aqui, particularmente, à concepção processual-formal de democracia proposta por Schumpeter, que substancialmente reduz a democracia a uma competição eleitoral pela conquista do poder político.

tornaram cada vez menos frequentes. Tal tendência se viu fortalecida pela influência cada vez maior dos grupos de interesse corporativos – mormente os grandes poderes econômicos oligopolistas – sobre os diversos níveis de governo.

Com a difusão desse modo elitista de fazer política, cresceu rapidamente a insatisfação dos cidadãos com a política e seu desinteresse por ela. Visando se conservar no poder em um quadro caracterizado pela crescente apatia política dos cidadãos, cada vez mais as elites políticas deslocaram a discussão para o terreno predominantemente emotivo, impregnado pelo medo que alimenta o ódio, cotidianamente fomentado pela mídia (controlada cada vez mais pela plutocracia capitalista), enquanto o debate político difuso e informado reduziu-se progressivamente. Discursos simplistas, de caráter reacionário e xenófobo, propondo agora, por exemplo, a repressão da criminalidade, a luta contra o terrorismo, a defesa das boas tradições locais, a proteção da identidade cultural e religiosa nacional, etc., encontraram assim terreno fértil para voltar a florescer. E os candidatos que se autoproclamavam novos (com respeito à atividade política ou aos discursos políticos convencionais, liberal-democráticos e socialistas) passaram a ter boa aceitação entre os eleitores.

Nesse processo de progressiva degradação da política democrática, fator crucial foi o afrouxamento das estruturas tradicionais dos partidos políticos. Sempre mais, os partidos políticos passaram a ser organizados de cima para baixo. Os processos de elaboração dos programas e de escolha dos dirigentes por discussão e participação políticas difusas foram progressivamente minguando. Eleições meramente formais e de fachada, dominadas por candidatos preocupados, em primeiro lugar, com sua imagem, passaram a dar acesso às funções diretivas dos partidos. Na elaboração dos programas, o peso das sugestões dos marqueteiros da propaganda cresceu, em detrimento do debate sobre as análises e as estratégias, enquanto as pesquisas de opinião tomaram cada vez mais o lugar da mobilização extraparlamentar. Mais do que nunca, os partidos ficaram parecendo rótulos, que procuram agradar aos consumidores com técnicas de publicidade.

À degradação progressiva da política democrática correspondeu a deterioração do Estado como principal ator e componente fundamental do campo político. O fator decisivo nesse processo foi a globalização da economia, que permitiu às grandes empresas conquistar alto nível de independência dos governos locais. Em decorrência da globalização, as gigantescas empresas transnacionais começaram a reagir às medidas políticas de tutela do meio ambiente, de proteção do trabalho ou de imposição fiscal transferindo as fábricas para

países mais “vantajosos”, ou ameaçando fazê-lo. As empresas privadas globais deixaram, desta maneira, de submeter-se ao controle político dos Estados, enquanto os governos locais passaram a trabalhar a serviço delas. Paralelamente, de fato, instituições internacionais, tais como o Banco Mundial, o Fundo monetário internacional (FMI), a Organização mundial do comércio (WTO) e as agências de *rating* passaram a orientar as políticas dos Estados, a fim de permitir aos gigantes transnacionais oligopolistas a livre realização de seus lucros. Como resultado, parte significativa da soberania popular foi transferida para grupos restritos de pessoas físicas ou jurídicas, sem qualquer legitimidade política e sem nenhuma obrigação de prestar contas ao público por suas próprias ações.

### **III – A atualidade**

Atualmente, o dinamismo do projeto neoliberal, compreendido como corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante e decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, não está ainda esgotado. Esse projeto admite os ritos e as processualidades da democracia, à medida que sejam compatíveis com a forma de organização social vigente, ou seja, com o capitalismo corporativo. O projeto neoliberal, porém, não objetiva mais o desenvolvimento da liberdade individual, como liberdade positiva e como possibilidade política dos indivíduos controlarem todas as condições materiais de sua existência. A simples ideia, disseminada por seus adeptos, de que não há alternativas para os seus princípios, de que todos, voluntariamente ou forçosamente, têm de adaptar-se a suas normas, permanece ainda predominante em nível global.

Em pleno contraste com o ponto de vista neoliberal, acredito firmemente que o ser humano tenha, no plano social, plena liberdade de forjar seu presente e construir seu futuro. Profundamente incomodado com os resultados sociais, urbanísticos e ambientais de um mundo governado pelo neoliberalismo hegemônico, afirmo a exigência de uma democracia substancial, compreendida como constante esforço social direcionado ao aumento da possibilidade e da capacidade de cada indivíduo de influenciar as decisões públicas relevantes para sua vida, em todos os seus aspectos. Evidentemente, essa exigência, na perspectiva neoliberal, é firmemente negada e tachada como insensata, porque pressupõe uma concepção irrealista de ser humano e de sociedade. Na verdade, porém, são os defensores do neoliberalismo que insensatamente continuam a negar um aspecto crucial da realidade atual, a

saber, o fato de que hodiernamente a coexistência entre o capitalismo (da esfera econômica) e a democracia (do campo político) ficou, mais do que nunca, antagônica.

Não obstante as enormes mudanças históricas ocorridas nos últimos oitenta anos, a origem dos mais graves problemas atuais pode ser identificada, sob o prisma da estrutura social, na reconstrução democrático-corporativa do capitalismo, da década de 1930.<sup>22</sup> A solução dos problemas contemporâneos exige transformações sociais profundas, que permitam uma melhor realização dos valores da democracia: a igualdade política e a liberdade individual.<sup>23</sup> A realização dessas transformações depende da evolução do conflito que opõe ainda as duas iniciativas gerais da história moderna, as quais, é bom lembrar, devem adquirir constantemente novas formas de existência, a partir dos resultados irreversíveis do processo histórico. A primeira tendência, de acordo com Mac Pherson, leva “a um sistema democrático genuinamente participativo”, enquanto a segunda conduz “a algum tipo de sistema corporativo e plebiscitário”.<sup>24</sup>

Na sociedade industrial, a iniciativa democrática e progressista emerge do reconhecimento da incapacidade do processo social capitalista de garantir quer uma vida segura e digna ao ser humano, quer um meio-ambiente equilibrado à sociedade. Atualmente, as forças democráticas precisam ainda continuar a lutar para a construção de uma alternativa social que, ao reestabelecer a primazia da política democrática sobre a autorregulação da economia, possibilite a realização de controle democrático sobre a utilização dos recursos sociais e naturais. O terreno no qual precisa lutar politicamente continua sendo o Estado-

---

<sup>22</sup> Dentre os problemas mais urgentes que, hodiernamente, afetam o mundo mais avançado, destaco a taxa de criminalidade em visível ascensão, o sensível aumento da insegurança pública e da violência imprevisível de jovens anônimos, a explosão do consumo de drogas, a degradação gritante da qualidade dos serviços públicos (ofertados por empresas públicas ou privadas), a irrefreável expansão dos níveis de poluição e de degradação do meio ambiente e, no plano das relações internacionais, o predomínio de uma irreprimível tendência à agressão messiânica, que resulta em uma série interminável de conflitos bélicos locais, absurdamente cruéis e sangrentos. A propósito dessa última tendência, ver, por exemplo: Todorov, Tzvetan., **I nemici intimi dela democrazia**. Milão: Garzanti, 2012, pp. 62 103.

<sup>23</sup> Recentemente o célebre cientista político norte americano Robert Dahl indicou corretamente o caminho que as mudanças sociais deveriam percorrer para que o processo social produzisse resultados melhores do ponto de vista do interesse geral. Para ele, as mudanças deveriam resultar numa estrutura econômica alternativa à atual, tanto do ponto de vista da organização interna das unidades produtivas quanto daquele da forma de organização do processo econômico. A nova estrutura econômica – caracterizada pela extensão do processo democrático ao comando das unidades produtivas e pela organização de um sistema socialista de mercado relativamente descentralizado – contribuiria para a realização dos valores da democracia em patamar mais elevado, mediante a redução de desigualdades e das não liberdades, que têm origem na forma atual de propriedade e de controle das empresas, por ele brilhantemente definidas como capitalismo das sociedades anônimas. Cfr. DAHL, Robert Alan, **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990. E também: DAHL, Robert Alan, **La democracia y sus críticos**. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1993, p. 386 e seguintes.

<sup>24</sup> C B Mac Pherson, *The rise and fall of economic justice*, Oxford University press, 1987, p. 127, citado por Cangiani, M. *The continuing crisis of democracy*. Em: Mc Robbie, **Karl Polanyi in Viena - The contemporary significance of The great transformation**. Ed. Black Rose Books, 2006, p.45.

nação, à medida que permanece ainda o componente fundamental do campo político: mas o horizonte da maior mudança é o mundo, pois as gigantescas sociedades empresárias anônimas do capitalismo corporativo operam agora em escala global.

A iniciativa das forças democráticas deve buscar incessantemente não apenas a defesa, teórica e política, das instituições democráticas existentes, mas também a extensão do governo democrático a todas as fontes do poder social, priorizando o encaminhamento da superação da organização de mercado e capitalista da economia e da divisão de classe da sociedade. Ajustando-se às condições do conflito social existentes em cada país, as diversas vertentes locais da tendência democrática devem atuar em prol de instituições destinadas à habilitação das capacidades humanas e à viabilização de uma ação política ampla. Capacitação humana e ação política ampla são a chave para o desenvolvimento econômico qualitativamente significativo do ponto de vista humano e ambiental, e para a realização da justiça distributiva. A ação política democrática deve sempre fundar-se sobre uma constante e sólida pesquisa social, que aponte, a cada momento, as etapas parciais e as configurações específicas da luta emancipadora, bem como os meios necessários para a vitória nas batalhas.

Essas considerações surgem de um balanço do desenvolvimento histórico dos países mais avançados ao longo dos últimos setenta anos. Durante os anos 70, a democracia corporativa, nascida das cinzas da Segunda guerra mundial, entrou em crise e foi sucessivamente abandonada. Naquela ocasião, as tentativas de promover instituições e atitudes democráticas, geradas durante as décadas de ouro do capitalismo, minguaram inexoravelmente, por sua própria debilidade intrínseca ou porque eficazmente contrastadas pelas iniciativas antimodernas, constantemente engajadas no combate da individualização do sujeito social. Hodiernamente, não é mais oportuno apelar apenas ao modelo democrático corporativo, cujos limites e possibilidades se enraizavam numa conjuntura que faz parte do passado e não retornará mais.

No início dos anos 80, começou uma nova conjuntura, caracterizada por crescente crise qualitativa da democracia, cuja dinâmica ainda persiste.<sup>25</sup> Sobre a base de um crescimento econômico morno, o aumento simultâneo de lucros e salários ficou cada vez mais difícil, razão pela qual o projeto democrático de inclusão progressiva, reconhecido pelas constituições do pós-guerra, foi progressivamente abandonado pela política. Cada vez mais

---

<sup>25</sup> Vale a pena salientar novamente que, na avaliação dos fatos, considero principalmente as dinâmicas dos países de capitalismo avançado, por continuarem constituindo, pelo menos até o final do século passado, a locomotiva da história.

dominada pela tendência elitista e reduzida a uma mera competição eleitoral pelo poder, a política tornou-se, em geral, conservadora. A redução simultânea da politização e da participação da população, que resultou desses processos convergentes, foi acompanhada pelo paralelo deslocamento do discurso político para o terreno do medo e do ódio. Nessa situação, as forças reacionárias aprofundaram seu ataque.

Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, caracterizados pelo processo de globalização da economia, o substrato liberal da democracia política foi atacado e parcialmente removido. A mídia, crescentemente controlada pela plutocracia, passou a difundir, num quase monólogo, o discurso dos teóricos da organização industrial, fortemente inclinado a buscar uma pré-moderna interiorização do princípio hierárquico-funcional, mediante uma identificação orgânica dos trabalhadores com os objetivos definidos pelos gerentes de alto escalão e com a causa da empresa. Paralelamente, as gigantescas empresas globalizadas conquistaram independência crescente do Estado político e do controle democrático, e sua capacidade de influenciar as instituições políticas aumentou sem parar, retroalimentando a degradação da política democrática. Essa tendência duplamente sombria, junto com a crise da democracia que lhe corresponde, resulta hoje na incapacidade do sistema social de proporcionar uma vida segura e decente ao ser humano e um meio ambiente equilibrado à sociedade.

Na atual conjuntura, predominam os traços elitistas, hierárquicos e “gerencialistas” do neoliberalismo corporativo, bem como suas atitudes internacionais autoritárias e messiânicas. Paralelamente, as posturas ditadas pela tolerância e pela coexistência pacífica e os aspectos de liberdade, de igualdade, de responsabilidade e de bem estar, caros às forças comprometidas com o progresso social, permanecem fatores recessivos. As iniciativas democráticas não podem mais continuar estagnadas numa posição meramente defensiva, sob pena de se abrir a possibilidade do retrocesso histórico.

A secular tendência democrática e progressista precisa voltar a fluir. Para que isso possa vir a ocorrer, é fundamental que as forças democráticas possam se inspirar em um projeto democrático ambicioso, que reflita o equilíbrio entre valores fundamentais frequentemente alternativos, tais como a soberania popular, o progresso científico e tecnológico, a liberdade individual, a igualdade política, o bem estar social, a eficiência econômica, a difusão do poder social e a sacralização da vida humana.

Para ser politicamente eficaz, o projeto democrático precisa ser atualizado: adequado às hodiernas condições do conflito social e pensado para um mundo multipolar.<sup>26</sup> Mas não só. A redifinição dos conteúdos do projeto democrático deve ser feita em diálogo com as ideologias comunista e social-democrata, que guiaram a ação das forças progressistas durante o século passado, mas que, ao tornarem-se obsoletas e dogmáticas, perderam quase por completo sua capacidade de mobilização das massas populares.<sup>27</sup>

Acredito que a difusão – entre todos os descontentes com o atual curso do mundo – de um projeto democrático atual e ambicioso possa revigorar a ação política das forças do progresso histórico. Quando, a partir de onde e até que ponto a retomada da secular luta pela individualização do sujeito social conseguirá produzir efeitos políticos práticos e reverter a atual tendência histórica não posso dizer aqui, pois previsão me parece ser mais um papel de profeta que de cientista social.

---

<sup>26</sup> As iniciativas democráticas deveriam apoiar e fomentar políticas tendentes a resolver os problemas internacionais mediante a negociação entre as partes, e criticar duramente as velhas soluções de cunho imperialista, hodiernamente legitimadas, amiúde, com o discurso democrático e com a retórica dos direitos humanos.

<sup>27</sup> Parece-me que seria oportuno que a redifinição do projeto democrático levasse em consideração as contribuições de uma ciência devotada ao estudo das autênticas necessidades humanas e do meio ambiente.

## Referências Bibliográficas

- ADLER, M., *Kausalität und Teleologie im Streit um die Wissenschaft*, Viena, 1904. *Apud*, MEHRAV, P. Socialdemocracia e austromarxismo. *In*: HOBBSAWM, E. J. **História do marxismo**, vol V. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1985.
- ADLER, M., *Der Sozialismus und die Intellektuellen*, Viena, 1910. *Apud* MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**.
- ADLER, M., **Democrazia e Consigli operai**, 1919 (Democracia e Conselhos operários), Bari: Di Donato, 1970.
- ADLER, M., **La concezione dello stato nel marxismo: Confronto con le posizioni di Hans Kelsen** (*Die Staatsauffassung des Marxismus*, 1922), Bari: De Donato, 1979.
- ADLER, M., *Linksozialismus*. Viena, setembro 1933. *In*: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. pp. 258 – 285.
- ADLER, M. Democrazia politica o democrazia sociale, Roma, 1945). *Apud* RACINARO, R. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**, p. 156.
- ANDERSON, Perry, Balanço do Neoliberalismo *In*: **Pós Liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Organizadores: Emir Sader e Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 10.
- ATAS do Congresso de Linz, *Apud* MEHRAV, P. Socialdemocracia e austromarxismo. *In*: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- BAUER, O., *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*. **Marx-Studien**, II, Wien, 1907.
- BAUER, O., *Der Weg zur Macht*. **Der Kampf**, II, pp. 337-344. (1909). *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, p. 45.
- BAUER, O., *Geschichte Österreichs*, Wien, 1913. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, p. 26.
- BAUER, O., *Die Voraussetzungen der Internationale*, **Der Kampf**, XI, 1918. *Apud* MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**, p. 302.
- BAUER, O., *Der Weg zum Sozialismus*, Viena, 1919. *In*: LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**, p. 147.
- BAUER, O., *Austromarxismus*, **Arbeiter-Zeitung**, 1927. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, pp. 09 – 10.
- BAUER, O., *Max Adler. Ein Beitrag zur Geschichte des «Austromarxismus»*. **Der Kampf** (Prag), Jg. IV, 1937. *Apud*, MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milano, La Pietra, 1977, pp. 09 – 10.
- BAUER, O., A Nação. Em: BALAKRISHNAN, GOPAL (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- BAUER, O., *Die alte und die neue Linke*, **Der Kampf**, Jg. XIII, 1920, p. 256. *Apud*, MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, p. 50.
- BAUER, O., Bolchevismo ou socialdemocracia? (1920). Em: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, pp. 143 – 230.
- BAUER, O., *Die Bolschewiki und wir*. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, p. 35.
- BAUER, O., *Die österreichische Revolution*, (1923), Viena. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, p. 68.
- BAUER, O., *Kapitalherrschaft in der Demokratie*, **Der Kampf**, Jg. XXI, 1928. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.
- BAUER, O., *Einführung in die Volkswirtschaftslehre*. *Apud* LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**.
- BAUER, O., O equilíbrio das forças de classe. Ano In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, pp. 74-81.
- BAUER, O., A luta e o poder, 1924). Em: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milano, La Pietra, 1977, pp. 231 – 255.
- BAUER, O., *Die politische und wirtschaftliche Lage Österreichs*, Viena, 1927. *Apud* MEHRAV, P. Socialdemocracia e austromarxismo. In: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5.
- BAUER, O., Der deutsche Faschismus und die Internationale. **Der Kampf**, Jg. XXVI, 1933. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.
- BAUER, O. Der Aufstand der österreichischen Arbeiter. Praga, 1934. *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.
- BAUER, O. **Tra due guerre mondiali?** Torino: Einaudi, 1979.
- BAUER, O., *Die russische Revolution und das europäische Proletariat*, Viena , *Apud* LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, p. 153.
- BAUER, O., *Karl Kautsky und der Bolschewismus*, **Der Kampf**, 1918. In: LESER, N. **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979, pp. 152 – 153.
- BAUER, O., *Die Geschichte eines Buches* (Das Kapital), 1907. In: MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, p. 32.
- BAUER, O., *Revolutionäre Kleinarbeit*, *Apud* MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**.
- BERNSTEIN, E., *Klassenkampf und Kompromiss*, **Die Neue Zeit**, 1896-1897. *Apud* RACINARO, R. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**, p. 145.
- BERNSTEIN, E., *Parlamentarismus und Sozialdemokratie*, Berlin, 1906. *Apud* RACINARO, R.. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**, p. 145.

- BERNSTEIN, E., *Die Arbeiterbewegung* (Frankfurt, 1910). *Apud* MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, p. 78.
- BERNSTEIN, E., Prefácio a J. Ramsay MacDonald, *Sozialismus und Regierung*, Jena, Eugen Diederich, 1912. *Apud* RACINARO, R., Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**, p. 146.
- BERNSTEIN, E., Was ist Sozialismus?, Berlin, Verlag für Sozialwissenschaft, 1922. *Apud*, RACINARO, R. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**, p. 146.
- BERNSTEIN, E., Der Sozialismus einst und jetzt, Stuttgart, J. H. W. *Dietz Nachf*, 1923. *Apud* RACINARO, R. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. *In*: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**, pp. 146 – 147.
- CANETTI, Elias, **Uma luz em meu ouvido**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- CANGIANI, Michele, Introduzione. Em: Karl POLANYI. **Cronache della grande trasformazione**. Torino: Einaudi, 1993.
- CANGIANI, Michele, *Karl Polanyi: idee per il nostro tempo*. **Rivista Inchiesta**, n. 117-118, julho-dezembro de 1997, p. 8. Bari: Edizioni Dedalo.
- CANGIANI, Michele, **Economia e democrazia. Saggio su Karl Polanyi**, Padova, Il Poligrafo, 1998.
- CANGIANI, M., The continuing crisis of democracy. Em: Mc Robbie, K., **Karl Polanyi in Viena - The contemporary significance of the great transformation**. Ed. Black Rose Books, 2006.
- CANGIANI M. e MAUCOURANT, J., Karl Polanyi: breve biografia intellettuale. Em: **Ritornare a Polanyi. Per una critica dell'economicismo?**, a cura di Jean-Louis Laville e Michele La Rosa, Milano, Franco Angeli, 2008.
- COLE, G.D.H., **Gild Socialism re-stated**, London, E. L. Parsons, 1920.
- COLE, G.D.H., La grande agitazione. *Em*: COLE. G.D.H. **Storia del pensiero socialista**. Vol. Primo, Bari, Laterza, 1972.
- COLE, G.D.H., Il partito laburista e i suoi capi. *Em*: COLE. G.D.H. **Storia del pensiero socialista**. Vol. Primo, Bari, Laterza, 1972.
- COLE, G.D.H., Sindacalismo e socialismo delle gilde. *Em*: COLE. G.D.H. **Storia del pensiero socialista**. Vol. Primo, Bari, Laterza, 1972.
- DAHL, Robert Alan, **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.
- DAHL, Robert Alan, **La democrazia y sus criticos**. 2. ed. Barcelona: Paidos, 1993.
- EDITORIAL DA ARBEITER ZEITUNG, de 31 de outubro de 1926. *Apud* MEHRAV, P. Socialdemocracia e austromarxismo. *In*: Hobsbawm, Eric. **História do marxismo**, vol 5.
- FISCHER, J.L., **La crisi della democrazia**, Torino: Giulio Einaudi, 1977.
- HAYEK, F.A., **La via della schiavitù**. Milano: Rusconi, 1995.

- HILFERDING, R., *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik*, (1927). Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milano, La Pietra, 1977, p. 87.
- HILFERDING, R., *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik*. Apud MARRAMAO, G., “Técnica Social”, Estado e transição entre socialdemocracia weimariana e austromarxismo. In: MARRAMAO, G. **O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta**. Belo Horizonte: Oficina do livro, 1990, p. 166.
- HOBBSBAWM, E.J., *Il secolo breve*, Rizzoli: Milano, 2010.
- JASMIM, Gantós, Marcelo. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 20, nº 57, São Paulo, fevereiro de 2005.
- KAUTSKY, K., *Der Weg zur Macht*, Berlin 1909. Apud MARRAMAO, G., **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.
- KAUTSKY, K., *Demokratie oder Diktatur*, Berlin, 1918. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.
- KAUTSKY, K., *Die Proletarische Revolution und ihr Programm*, Berlin, 1922. Apud MARRAMAO, G., “Técnica Social”, Estado e transição entre socialdemocracia weimariana e austro-marxismo. In: Mesmo autor, **O político e as transformações - crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta**. Belo Horizonte: Oficina do livro, 1990.
- KAUTSKY, K., *Die Marxsche Staatsauffassung*, Jena, 1923. Apud MARRAMAO, G., “Técnica Social”, **Estado e transição entre socialdemocracia weimariana e austromarxismo**.
- KAUTSKY, K., La questione agraria, introduzione di Giuliano Procacci, Milano, 1959. MARRAMAO, G., **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milano, La Pietra, 1977, p. 86.
- KELSEN, H. Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo. México, DF: Siglo Veintiuno, 1982.
- KELSEN, H., **La democrazia**, Bolonia, Il Mulino, 1998.
- KELSEN, H., *Hauptprobleme der Staatsrechtslehre*, Tubinga, T.C.B. Mohr, 1920. Apud Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. Em: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1982.
- KELSEN, H., *Der soziologische und der juristische Staatsbegriff*, (1922), Tubinga, J.C.B. Mohr. Apud Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. Em: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1982.
- KELSEN, H., *Allgemeine Staatslehre*, 1925. Apud Roberto RACINARO, Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. Em: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1982.
- KELSEN, H., *Lineamenti di una teoria generale dello stato ed altri scritti*, Roma, A. R. E., 1932. Apud RACINARO, R. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo

- en los años veinte. Em: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1982.
- KELSEN, H., *Otto Bauers politische Theorien*, (1924), **Der Kampf**. *Apud* MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**, pp. 69 – 72.
- KELSEN, H., Marx ou Lassalle. Em: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1982, p. 366-399.
- LASKI, H.J., *La Democracia en Crisis*, Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1934.
- LEICHTER, O., *Kiel und Linz*, **Der Kampf**, n. XX (1927). *Apud* MARRAMAQ, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.
- LESER, N., **Teoria e prassi dell'austromarxismo**. Mondo operaio. Edizioni Avanti, 1979.
- LEVITT-POLANYI, Kari, Introdução. *In*: POLANYI, Karl **La libertà in una società complessa**. Torino: Bollati Boringhieri, 1987.
- MAC PHERSON, C. B., *Ascesa e caduta della giustizia economica*, Roma, ed. Lavoro, 1990.
- MANNHEIM, K., **L'uomo e la società in un'età di ricostruzione**. Milano: Edizioni di Comunità, 1959.
- MARRAMAQ, G., **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**. Milano, La Pietra, 1977.
- MARRAMAQ, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**. *In*: HOBBSAWM, E.J. **História do marxismo**, v. V, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- MARRAMAQ, G., “Técnica Social”, Estado e transição entre socialdemocracia weimariana e austro-marxismo. *In*: MARRAMAQ, G. **O político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MARSCHAK, J., *Wirtschaftsrechnung und Gemeinwirtschaft. Zur Miseschen These vor der Unmöglichkeit sozialistischer Wirtschaftsrechnung*, **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, Vol. 51, n. 2, dezembro 1923, pp. 501-520.)
- MARSHALL, Thomas H. Cidadania e classe social, (1950). *In*: **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 57-115.
- MATTL, S., O caso da Viena Vermelha. **Revista Lua Nova**, 2013, no. 89, pp. 191-192.
- MC ROBBIE, **Karl Polanyi in Viena – The contemporary significance of The great transformation**. Ed. Black Rose Books, 2006.
- MEHRAV, P., Socialdemocracia e austromarxismo, *In*: HOBBSAWM, E.J. **História do marxismo**, vol V. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1985.
- MEIER, Christian, **La nascita della categoria del politico in Grecia**. Bologna: Il Mulino, 1988.
- MENDELL M., Karl Polanyi and Socialist Education. *In*: McRobbie K., **Humanity, Society and Commitment**, Montréal-New York: Black Rose Books, 1994.
- MENDELL, M., Polanyi su Marx e il marxismo, **Rivista Inchiesta**, n° 117-118, Bari: Edizioni Dedalo, julho-dezembro 1997, p. 92.
- MICHELS, Robert, A sociologia do partido nas democracias modernas. *Apud* ADLER, M. **A concepção marxista do Estado**.

- MISES, Ludwig von, *Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen*, **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, XLVII, 1920.
- MISES, Ludwig von, *Neue Beiträge zum Problem der sozialistischen Wirtschaftsrechnung*, **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, Vol. 51, n. 2, dezembro 1923, pp. 488-500.
- MISES, Ludwig von, **Lo stato onnipotente**. Milano: Rusconi, 1995.
- MÚCSI, Ferenc, The Start of Karl Polanyi's Career. In: **The Life and Work of Karl Polanyi: a Celebration**.
- NEUMANN, F., **Behemoth: Struttura e pratica del nazional-socialismo**, (1942). Milano, Mondadori, 1999.
- PARTEITAGSPROTOKOLL 1923*, Apud, MARRAMAIO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.
- PEARSON, H.W., Introduzione. In: POLANYI, K. **La sussistenza dell'uomo. Il ruolo delle economie nelle società antiche**. Torino: Einaudi, 1983.
- POCOCK, J.G., Linguagens do ideário político. Sérgio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.
- POCOCK, J. G., Il momento machiavelliano. Il pensiero politico fiorentino e la tradizione repubblicana anglosassone. Bolonha: Il mulino, 1980.
- POLANYI, K., **La libertà in una società complessa**, Torino: Bollati-Boringhieri, 1987.
- POLANYI-Levitt, Kari. Introduzione. Em: **La libertà in una società complessa**, Torino: Bollati-Boringhieri, 1987.
- POLANYI, K., **Cronache della grande trasformazione**. Torino: Einaudi, 1993.
- POLANYI-Levitt, Kari, Introduction in **The Life and Work of Karl Polanyi: a Celebration**, Montréal: Ed. Black Rose Books, 1990.
- POLANYI, K., **Europa 1937. Guerre esterne e guerre civili**, Roma, Donzelli Editore, 1995.
- POLANYI K., Why make Russia run amok? **Harper's Magazine**, março 1943, n. 186, pp. 404-410.
- POLANYI K., **La grande trasformazione**. Torino, Einaudi, 1974.
- POLANYI K., **What Kind of Adult Education?** Leeds: Weekly Citizen, 1945 p. 5.
- POLANYI K., Count Michael Karolyi. **The Slavonic and East European review**, 24 (1946), n. 63, pp. 92-97.
- POLANYI K., **The citizen and foreign policy**. London: Workers' Educational Association, 1947.
- POLANYI K., La nostra obsoleta mentalità di mercato. In: Polanyi, K. **Economie primitive, arcaiche e moderne**, Torino: Einaudi, 1980, pp. 58-75.
- POLANYI K., (org). **Traffici e mercati negli antichi imperi. Le economie nella storia e nella teoria**, Torino, Einaudi, 1978.
- POLANYI K., (org). The plough and the pen. Writings from Hungary, 1930-1956, edited by Ilona Duczynska and Karl Polany. London: P. Owen, 1963.
- POLANYI, K., **Economie primitive, arcaiche e moderne: ricerca storica e antropologia economica**, Torino: Giulio Einaudi, 1980.

POLANYI, K., **La sussistenza dell'uomo**. Torino, Giulio Einaudi, 1983.

*PROTOKOLL der Verhandlungen des Sozialdemokratischen Arbeiterpartei Deutschösterreichs*, Wien 1919. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.

PROTOCOLLO do Congresso de Linz do SDAPÖ (Protokoll des Linzer Parteitages der Sozialdemokratischen Arbeiterpartei Österreichs - 1926). Apud RACINARO, R. Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H., **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**.

RACINARO, R., Marxismo, Stato e cultura moderna in Max Adler. In: ADLER, M. (1922) **La concezione dello stato nel marxismo: Confronto con le posizioni di Hans Kelsen**, Bari, De Donato, 1979.

RACINARO, R., Hans Kelsen y el debate sobre democracia y parlamentarismo en los años veinte. In: KELSEN, H. **Socialismo y estado: una investigación sobre la teoría política del marxismo**.

RADEK Karl, *Theorie und Praxis der 2 1/2 Internationale*. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.

REGO, W.D.L., **Em busca do socialismo democrático**, Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

RENNER, K., *Die Nation als Rechtidee und die Internationale*, Wien, 1914. Apud MARRAMAO, G. **Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo**.

RENNER, K., *Marxismus, Krieg und Internationale*, Viena, 1917. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.

RENNER, K., *Die Wirtschaft als Gesamtprozess und die Sozialisierung*, Berlin 1924.

RENNER, K., A economia como processo global e a socialização. Apud MARRAMAO, G. **Austromarxismo e socialismo di sinistra tra le due guerre**.

ROSSELLI, Carlo, **Socialismo liberale** (1929). Torino: Einaudi: Torino, 2009.

SALSANO, Alfredo, Introduzione. In: POLANYI, Karl. **La grande trasformazione**. Torino, Einaudi, 1974.

SCHUMPETER, J.A., **Economia e psicologia dell'imprenditore**. Aos cuidados de A. Salsano, Torino, Bollati-Boringhieri, 1993.

SCHUMPETER, J.A., **L'imprenditore e La storia dell'impresa**. Aos cuidados de A. Salsano, Torino, Bollati-Boringhieri, 1993.

SCHUMPETER, J.A., "Can Capitalism Survive?" **Schumpeter's answer and its relevance for new institutional economics**, Archives européennes de sociologie, XXXIII, 1992.

SCHUMPETER, J. A., Rumo ao socialismo. In: do mesmo autor: **Capitalismo, socialismo, democrazia**, Milano, Libri, 1984.

SKINNER, Quentin. Los fundamentos del pensamiento político moderno. Editora Fondo de Cultura Económica: México, 1985.

TAWNEY R.H., **La società acquisitiva**. Opere, a cura di Franco Ferrarotti. Torino: UTET, 1975.

TODOROV, Tzvetan., **I nemici intimi della democrazia**. Milano: Garzanti, 2012, pp. 62 - 103.

WEIL, F., *Gildensozialistische Rechnungslegung. Kritische Bemerkungen zu Karl Polanyi: «Sozialistische Rechnungslegung»*, **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, Vol. 52, 1924, pp. 196-217.